



ISSN 2237-1508

Niterói / RJ, Ano 15, n. 29, set. 2025

www.periodicos.uff.br/pragmatizes

DOSSIÊ

Narrar: gesto metodológico e indagação epistemológica

Apresentação do Dossiê 29

Narrar: gesto metodológico e indagação epistemológica

Ana Cabral Rodrigues, Daniele Caron, Flavia de Sousa Araújo

Narrativas da deficiência: questões acerca da escrita acadêmica partir da experiência

Virgínia Kastrup, Raquel Guerreiro

Cães-guias como mediadores estéticos: reconfigurações dos modos de fazer e pensar a cultura do acesso

Camila Araújo Alves, Marcia Moraes

A narrativa na construção da memória do corpo negro

Nathália Pedrozo Gomes, Daniele Caron

Narrar com Mulheres: um convite para outras práticas éticas-estéticas-políticas de pesquisa

Paula Land Curi, Luiza Christina Marques de Souza

Cartografias infantis: narrativas das infâncias enquanto uma metodologia do encanto

Mariana Cunha Schneider, Nícolas Braga Fröhlich, Luciano Bedin da Costa, Tiago Alexandre Fernandes Almeida

Direito à cidade em terra de brincar: narrar começos, articular pedaços de chão

Ana Cabral Rodrigues, Jordana Neves de Almeida Guimarães, Anna Clara Fernandes Silva, Monica Helena Rado Donnini, Flavia Siqueira Lemos Leandro, Adriana Aparecida de Souza, Eliana Gonçalves de Souza, Milena Pedrosa, Beatriz Regina M. Nunes

As caixas de Salete: tecituras de narrativas da e na Cozinha Solidária da Vila Barracão

Ana Elísia da Costa

Narrativa e memória na análise das transformações relacionadas a intervenções sociais em gênero

Vanessa do Nascimento Fonseca

Memória como construção de caminhos plurais: o conhecimento a partir da escuta e da palavra

Andréa da Silva Montechiare Pires, Gisela Giannerini, Renata Montechiare

Tramando políticas do narrar: pistas ético-estéticas para pesquisas especulativas

Alessandra Rudiger Matzenauer, Karine Shamash Szuchman, Luis Artur Costa, Thayna Miranda da Silva, Vanessa Branco Cardoso

PragMATIZES

Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura

Ano 15 nº 29 - setembro/2025

EDITORES EXECUTIVOS

João Domingues, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Arte, Brasil
Luiz Augusto F. Rodrigues, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Arte, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Adair Rocha, Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Adriana Facina, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Ahtziri Molina Roldán, Universidad Veracruzana, México
Alberto Fesser, Socio Director de La Fabrica em Ingenieria Cultural / Director de La Fundación Contemporánea, Espanha
Alexandre Barbalho, Universidade Estadual do Ceará, Brasil
Allan Rocha de Souza, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Ana Enne, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Angel Mestres Vila, Universitat de Barcelona, Espanha
Antônio Albino Canela Rubin, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Christina Vital, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Cristina Amélia Pereira de Carvalho, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Daniel Mato, Universidade Nacional Tres de Febrero, Argentina
Danielle Brasiense, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Deborah Rebello Lima, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Durval Muniz de Albuquerque Jr., Universidade Estadual da Paraíba, Brasil
Eduardo Paiva, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Edwin Juno-Delgado, Université de Bourgogne / ESC Dijon, campus de Paris, França
Eloisa Porto C. Allevato Braem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Fábio Fonseca de Castro, Universidade Federal do Pará, Brasil
Fernando Arias, Observatorio de Industrias Creativas de la Ciudad de Buenos Aires, Argentina
Flávia Lages, Universidade Federal Fluminense, Brasil
George Yúdice, Universidad de Miami, Estados Unidos da América
Gizlene Neder, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Hugo Achugar, Universidad de la Republica, Uruguai
Idemburgo Pereira Frazão, Unigranrio, Brasil
Isabel Babo, Universidade Lusófona do Porto, Portugal
João Domingues, Universidade Federal Fluminense, Brasil
João Guerreiro, Instituto Federal do Rio de Janeiro, IFRJ, Brasil
José Luís Mariscal Orozco, Universidad de Guadalajara, México
José Márcio Barros, Universidade Estadual de Minas Gerais / PUC Minas, Brasil
Julio Seoane Pinilla, Universidad de Alcalá, Espanha
Lia Calabre, Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil
Lilian Fessler Vaz, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Livia de Tommasi, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Livia Reis, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Luís Edmundo de Souza Moraes, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Luiz Augusto Fernandes Rodrigues, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Luiz Guilherme Vergara, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Manoel Marcondes Machado Neto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Marcela A. Pais Andrade, Universidad de Buenos Aires, Argentina
Márcia Ferran, Universidade Federal Fluminense, Brasil
María Adelaida Jaramillo Gonzalez, Universidad de Antioquia, Colômbia
María Manoel Baptista, Universidade de Aveiro, Portugal
Marialva Barbosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Marildo Nercolini, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Marina Bay Frydberg, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Mário Pragmácio Telles, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Marta Elena Bravo, Universidad Nacional de Colombia – sede Medellín, Colombia
Martín A. Becerra, Universidad Nacional de Quilmes, Argentina
Mónica Bernabé, Universidad Nacional de Rosario, Argentina
Muniz Sodrê, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Orlando Alves dos Santos Jr., Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Pâmella Passos, Instituto Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Patricio Rivas, Universidad de Chile, Chile
Paulo Carrano, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Paulo César Silva de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Paulo Miguez, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Priscilla Oliveira Xavier, Centro Universitário Carioca, Brasil
Renata Rocha, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Ricardo Gomes Lima, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Rossi Alves Gonçalves, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Simonne Teixeira, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil
Stefano Cristante, Università del Salento, Italia
Tamara Quirico, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Teresa Muñoz Gutiérrez, Universidad de La Habana, Cuba
Valmor Rhoden, Universidade Federal do Pampa, Brasil
Vladimir Sibylla Pires, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Victor Miguel Vich Flórez, Pontifícia Universidad Católica del Perú, Peru
Zandra Pedraza Gomez, Universidad de Los Andes, Colômbia

CONSELHO DE ÉTICA

Luiz Augusto F. Rodrigues, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Marina Bay Frydberg, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Rossi Alves Gonçalves, Universidade Federal Fluminense, Brasil

APOIO TÉCNICO PARA A EDIÇÃO 29

Caio Rodrigues Kattenbach, Universidade Federal Fluminense, Brasil

REALIZAÇÃO:



PARCEIROS e INDEXADORES:



PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura.
Ano XV nº 29, (SET/2025). – Niterói, RJ: [s. N.], 2025. (Universidade
Federal Fluminense / Laboratório de Ações Culturais - LABAC e
Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades -
PPCULT)

Semestral
ISSN 2237-1508 (versão online)

1. Estudos culturais. 2. Planejamento e gestão cultural.
3. Teorias da Arte e da Cultura. 4. Linguagens e
expressões artísticas. I. Título.

CDD 306

Sumário / Summary

p. 06 – 09

COLABORADORAS/ES DA EDIÇÃO / ISSUE'S CONTRIBUTORS

p. 10 – 12

EDITORIAL / EDITORIAL

DOSSIÊ / DOSSIER

Narrar: gesto metodológico e indagação epistemológica

p. 13 – 30

Apresentação do Dossiê 29. Narrar: gesto metodológico e indagação epistemológica

Ana Cabral Rodrigues, Daniele Caron, Flavia de Sousa Araújo

p. 31 - 58

Narrativas da deficiência: questões acerca da escrita acadêmica partir da experiência

Virgínia Kastrup, Raquel Guerreiro

p. 59 - 75

Cães-guias como mediadores estéticos: reconfigurações dos modos de fazer e pensar a cultura do acesso

Camila Araújo Alves, Marcia Moraes

p. 76 - 94

A narrativa na construção da memória do corpo negro

Nathália Pedrozo Gomes, Daniele Caron

p. 95 - 117

Narrar com Mulheres: um convite para outras práticas éticas-estéticas-políticas de pesquisa

Paula Land Curi, Luiza Christina Marques de Souza

p. 118 - 135

Cartografias infantis: narrativas das infâncias enquanto uma metodologia do encanto

Mariana Cunha Schneider, Nicolas Braga Fröhlich, Luciano Bedin da Costa, Tiago Alexandre Fernandes Almeida

p. 136 - 155

Direito à cidade em terra de brincar: narrar começos, articular pedaços de chão

Ana Cabral Rodrigues, Jordana Neves de Almeida Guimarães, Anna Clara Fernandes Silva, Monica Helena Rado Donnini, Flavia Siqueira Lemos Leandro, Adriana Aparecida de Souza, Eliana Gonçalves de Souza, Milena Pedrosa, Beatriz Regina M. Nunes

p. 156 - 178

As caixas de Salete: tecituras de narrativas da e na Cozinha Solidária da Vila Barracão

Ana Elísia da Costa

p. 179 - 206

Narrativa e memória na análise das transformações relacionadas a intervenções sociais em gênero

Vanessa do Nascimento Fonseca

p. 207 - 228

Memória como construção de caminhos plurais: o conhecimento a partir da escuta e da palavra

Andréa da Silva Montechiare Pires, Gisela Giannerini, Renata Montechiare

p. 229 - 255

Tramando políticas do narrar: pistas ético-estéticas para pesquisas especulativas

Alessandra Rudiger Matzenauer, Karine Shamash Szuchman, Luis Artur Costa, Thayna Miranda da Silva, Vanessa Branco Cardoso

COLABORADORAS/ES DA EDIÇÃO

Adriana Aparecida de Souza. Líder Comunitária da Ocupação Dom Waldyr Calheiros, equipe de pesquisa GPDU/UFF.

Alessandra Rudiger Matzenauer. Mestranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: alessandra.matzenauer@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5600-550X>.

Ana Cabral Rodrigues. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente dos cursos de Graduação em Psicologia, campus Volta Redonda, e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: acrodrigues@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0317-5346>.

Ana Elisia da Costa. Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS. E-mail: ana_elisia_costa@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4829-5699>.

Andréa da Silva Montechiare Pires. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Psicóloga atuante no campo da saúde mental pública, pelo município de Niterói e pela UFF. E-mail: andreasmp@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8805-9683>.

Anna Clara Fernandes Silva. Discente do Curso de Graduação em Psicologia, campus Volta Redonda, da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: annaclarafernandessilva25@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6326-004X>.

Beatriz Regina M. Nunes. Psicóloga. Agente cultural. Especialista em Gestão de Projetos Culturais pelo Centro de Estudos Latino-Americanos de Comunicação e Cultura (CELACC/USP). E-mail: beatriz_nunes@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3202-067X>.

Camila Araújo Alves. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Psicóloga Clínica e Coordenadora do Nexo – Psicoterapia. Email: camilaaraujoalves@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6152-0665>.

Daniele Caron. Doutora em Urbanismo pela Universitat Politècnica de Catalunya (UPC). Docente da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: daniele.caron@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6546-6579>.

Eliana Gonçalves de Souza. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Psicóloga. E-mail: souzaeliana@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7384-7425>.

Flavia de Sousa Araújo. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: flavia.araujo@fau.ufal.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8296-7423>.

Flavia Siqueira Lemos Leandro. Líder Comunitária da Ocupação Dom Waldyr Calheiros, estudante, equipe de pesquisa GPDU/UFF. E-mail: 998843386f@gmail.com.

Gisela Giannerini. Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrou o Projeto de História Oral e o Programa de Memória e Formação do Inst. Municipal Nise da Silveira/RJ. Servidora da Fundação Municipal de Saúde de Niterói. E-mail: gisela.giannerini@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6040-6078>.

Jordana Neves de Almeida Guimarães. Discente do Curso de Graduação em Psicologia, campus Volta Redonda, da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: jordana08dez@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4340-3703>.

Karine Shamash Szuchman. Psicóloga. Mestra e Doutoranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: karineszuchman@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3136-6366>.

Luciano Bedin da Costa. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Coordenador do Grupo Políticas do Texto. E-mail: bedin.costa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6350-2644>.

Luis Artur Costa. Doutor em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente no Departamento de Psicologia Social e Institucional e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. E-mail: larturcosta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6110-7512>.

Luiza Christina Marques de Souza. Psicóloga. Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF) E-mail: luizacms@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8841-406X>.

Marcia Moraes. Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente no Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Email: marciamoraes@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8581-6126>.

Mariana Cunha Schneider. Doutoranda e Mestra em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Grupo Políticas do Texto. E-mail: mari.cunha.s@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7577-1710>.

Milena Pedrosa. Psicóloga; equipe de pesquisa GPDU/UFF. E-mail: milenapvf@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2059-9836>.

Monica Helena Rado Donnini. Discente do Curso de Graduação em Psicologia, campus Volta Redonda, da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: monicahrd@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7004-5222>.

Nathália Pedrozo Gomes. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: nathipgo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1472-2117>.

Nícolas Braga Fröhlich. Mestrando em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Grupo Políticas do Texto. E-mail: nbfrohlich@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1718-0321>.

Paula Land Curi. Doutora em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC/SP). Docente no Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: paulalandcuri@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4204-8785>.

Raquel Guerreiro. Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente no Departamento de Psicologia e Orientação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: raquel.guerreiro.psi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8708-9068>.

Renata Montechiare. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil, E-mail: rmontechiare@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2466-5843>.

Thayna Miranda da Silva. Psicóloga. Mestranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: thaynamirandas@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9271-4016>.

Tiago Alexandre Fernandes Almeida. Doutor em Psicologia Educacional pelo Instituto Universitário de Ciências Psicológicas Sociais e da Vida, Portugal. E-mail: tiagoa@eselx.ipl.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3557-0623>.

Vanessa Branco Cardoso. Psicóloga. Doutoranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: vanessabrancoc@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2210-0515>.

Vanessa do Nascimento Fonseca. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente no Departamento de Psicologia da UFF, campus Volta Redonda. E-mail: vnfonseca@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4423-3298>.

Virgínia Kastrup. Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: virginia.kastrup@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9101-328>.

EDITORIAL

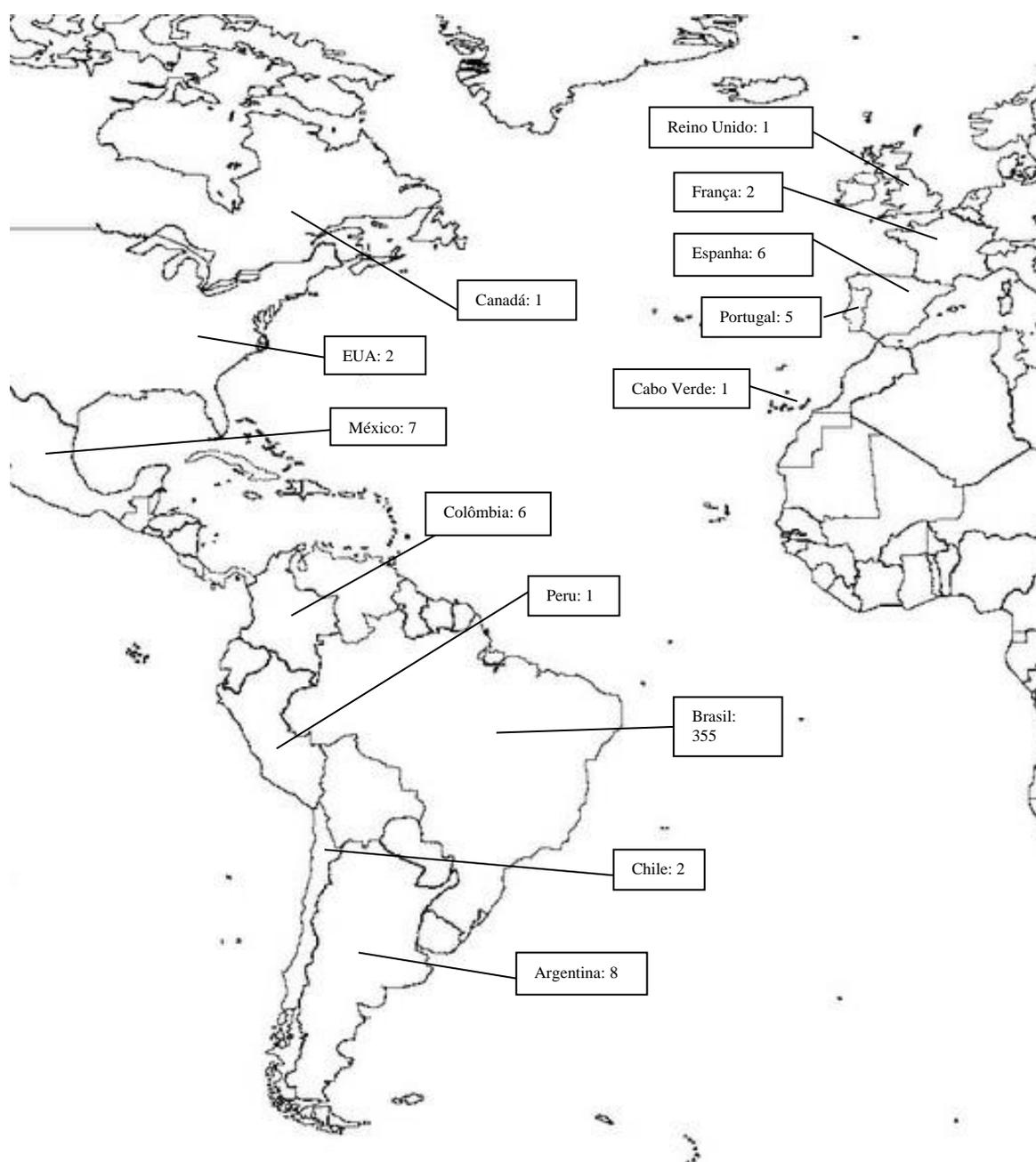
A edição é composta exclusivamente pelo dossiê “Narrar: gesto metodológico e indagação epistemológica”, organizado pelas colegas Ana Cabral Rodrigues, Daniele Caron, Flavia de Sousa Araújo. Esta opção se deu por decisão editorial, e por duas razões. A primeira porque estamos em processo de transição para que a Pragmatizes passe a ser editada em periodicidade anual. Esperamos com isso que o fluxo de publicação ganhe maior celeridade e que atenda de maneira mais orgânica as demandas de autoras e autores. A segunda, e principal, é que recebemos um volume muito extenso de propostas para o dossiê. Este alto volume não apenas rendeu uma ótima edição para o semestre como também permitiu que o dossiê fosse em parte desmembrado para a publicação do ano de 2026.

O dossiê é composto da apresentação produzida pelas organizadoras, além de dez textos produzidos. Além das já citadas organizadoras, tivemos 29 autoras e autores publicando nesta edição de PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura. Os mapas a seguir ilustram a procura por nosso periódico desde sua criação em 2011) e, em seguida à relação dos autores que contribuíram com esta edição, temos a Apresentação do dossiê temático.

João Domingues e Luiz Augusto Rodrigues
Editores



Agradecemos aos autores que até o segundo semestre de 2025 publicaram conosco, representantes dos seguintes países:





Agradecemos aos autores que até o segundo semestre de 2025 publicaram conosco, representantes dos seguintes estados brasileiros:



Apresentação do Dossiê 29

Narrar: gesto metodológico e indagação epistemológica

Ana Cabral Rodrigues¹

Daniele Caron²

Flavia de Sousa Araújo³

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.70241>

Desde a força e pertinência de letramentos até então elididos das práticas de escrita e construção do conhecimento científico, a presença de metodologias narrativas tem ganhado relevo nos debates epistêmicos em diversos campos do conhecimento e suas transversalidades. Um movimento que, ainda que mais evidente nos últimos anos, remonta décadas de embates, análises e construções acadêmicas exigidas e realizadas junto aos coletivos e movimentos sociais, que operam deslocamentos,

composições e tensionamentos nas práticas e éticas de pesquisa. A partir de modos de vida e pensamentos ancorados em epistemologias decoloniais e contracoloniais, eles fazem comparecer políticas de vida, rigores e urgências inauditas nas discursividades acadêmicas orientadas desde a colonialidade.

Para o intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023), ou Nêgo Bispo, aquilo que a academia denomina *decolonial* encontra sua pertinência no que esse termo mobiliza

¹ Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente no curso de Graduação em Psicologia, campus Volta Redonda, e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: acrodrigues@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0317-5346>.

² Doutora em Urbanismo pela Universitat Politècnica de Catalunya (UPC). Docente na Faculdade de Arquitetura e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: daniele.caron@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6546-6579>.

³ Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: flavia.araujo@fau.ufal.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8296-7423>.

enquanto capacidade de depreciar ou de “deprimir” o colonialismo. É a capacidade de transformar saberes e modos de transmissão na formação das gerações que vêm, para que não mais ataquem as gerações de outros povos. A contracolonialidade, para Nêgo Bispo, diferentemente, diz de modos de existir cotidianamente, de maneira viva, criativa, em resiliência e enfrentamento à colonialidade. Um modo de existir que nunca se deixou colonizar. E, por isso mesmo, as práticas contracoloniais, inclusive quilombolas, são capazes de desmantelar o projeto totalitário que estrutura nosso mundo.

Assim, assentada na práxis dos quilombolas, dos Povos Originários e demais povos da floresta, a partir de suas cosmopercepções (Oyěwùmí, 2020), a contracolonialidade pode ser enunciada tanto pelo banal de um cotidiano praticado, quanto por sua radical alteridade, enquanto forma de pensamento e de sustentação de saberes que não se significam nem se submetem à ordem de um mundo erigido pelos ideais de desenvolvimento, exploração e controle. Ela pode ser dita como defesa a essas forças que operam através da

desterritorialização e pela retirada de cada ente vivente de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome (Santos, 2023). Então, desse banal e dessa radicalidade, o que resta – e cintila como chance – é a possibilidade de seguir contando, narrando aquilo que liga um ser a outro, o que territorializa, o que constitui experiência de envolvimento, o que é sagrado e, igualmente, a possibilidade de seguir “praticando nossos nomes” (Santos, 2021). O que se aponta é um caminho traçado pelas palavras, lavradas na oralidade, na escrita e na imagem, que comparecem como sementes a germinar e a se ligar àquilo que é passado, sentido e pertencimento. Trata-se de uma tomada estratégica da palavra que, diante da colonialidade que tudo nomeia, pode também dizer dela. Não por vontade de dominação (aquela que esquadrinha os saberes ao nomeá-los como conhecimento popular ou empírico), mas pela urgência de contrariar a palavra dos colonizadores e seus saberes sintéticos, que seguem incansavelmente destituindo os saberes orgânicos e cosmológicos, tal como os nomeia Nêgo Bispo.

A intelectual indígena e ativista boliviana Silvia Cusicanqui (2021) afirma que, no colonialismo, a função das palavras em documentos oficiais não é designar, mas encobrir, pois as palavras desses textos frequentemente se desvinculam das práticas. Por isso, “no contexto de um devir histórico que privilegia o textual em detrimento das culturas visuais, são as imagens, mais do que as palavras, que permitem captar os sentidos bloqueados e esquecidos pela língua oficial”⁴ (Cusicanqui, 2021, p. 29). Nesse sentido, considera-se que, assim como canções e outras tecnologias de sobrevivência que utilizam a oralidade e a paisagem sonora para a construção de mundos e memórias, as narrativas visuais – a exemplo do a(r)tivismo ou de manifestações político-artísticas nas ruas das cidades – também constituem meios potentes e criativos de enfrentar o mundo distópico, ou “mundo ao revés” (Cusicanqui, 2021). Essas narrativas são importantes ferramentas na elaboração e propagação de futuros e na reinvenção de cidades e

sociedades, pois oferecem vestígios, inclusive por meio da iconografia, da possibilidade de fabular mundos: uma habilidade alentadora para se operar o enfrentamento nas ruínas do Antropoceno (Oliveira, 2022 apud Tsing, 2022). Os ativismos, ao ocuparem espaços públicos com a criação de narrativas visuais (Cusicanqui, 2021), rompem com a centralidade da linguagem textual e das técnicas consagradas pela cultura erudita. Contando histórias e projetando cosmopercepções de sujeitos historicamente marginalizados, essas práticas não apenas tornam visíveis formas contracoloniais de existência, como também disseminam saberes e propõem alternativas à distopia colonial.

Numa abordagem transversalizante junto às cosmopercepções capazes de tensionar as estruturas do colonialismo – como o racismo, o machismo, o patriarcado, a cisheteronormatividade, o adultocentrismo e o capacitismo –, destacam-se as epistemologias

⁴ A proposta de “sociologia da imagem” de Cusicanqui ativa o potencial crítico do que ela denomina narrativas visuais. Trata-se de narrativas realizadas por meio de elementos

visuais não textuais, invisibilizadas na língua e na história oficiais, praticadas por indígenas bolivianos por meio de desenhos.

feministas, particularmente as do feminismo negro (Gonzalez, 2020; bell hooks, 2017) e do feminismo comunitário (Cabnal, 2010; Carvajal, 2020), que introduzem a interseccionalidade como metodologia e perspectiva ética de análise e intervenção do/no mundo vivido (Collins, 2016; Akotirene, 2019). Aqui reconhecemos uma aposta nas políticas de narratividade como estratégia de construção do conhecimento e de enfrentamento à perpetuação de privilégios e opressões em suas capilaridades. Assim, tornam visíveis práticas de existência e resistência amplamente desvalorizadas, e que corroboram a ideia de que o futuro pode vir a ser regido por meio da valorização de tecnologias de cuidado e afeto com todo ente vivente, com o território e também, com seus encantados, tal como sustentam conhecimentos ancestrais dos Povos Originários (Lima, 2001; Silva, 2023; Xakriabá, 2023; Tupinambá, 2023).

No Brasil, intelectuais indígenas, negras, quilombolas e periféricas – como Célia Xakriabá (2023), Zeneida Lima (2001), Glicéria Tupinambá (2023), Raimunda Gomes da Silva

(2023), Conceição Evaristo (2025), Carolina Maria de Jesus (2014), Djamilia Ribeiro (2017; 2019), Carla Akotirene (2018), Lélia Gonzalez (2020) e Leda Maria Martins (2021) – oferecem o chão e sinalizam rotas de pensamento que não cindem ciência e cultura. Distintamente de uma perspectiva universalizante, na qual “o cultural” é sempre situado no campo do outro, essas rotas apontam para modos de produção do conhecimento ancorados em marcadores simbólicos, históricos e contingentes. Seguindo esses caminhos, arte, ciência e filosofia se enunciam simultaneamente e salientam a importância de (des)envolvimentos metodológicos baseados em histórias e realidades situadas, bem como no “saber-fazer” cotidiano, em conjunção e tensão com os fazeres referendados academicamente. Assim, oralidades, corpos e escritas se rasuram mutuamente e subvertem hierarquias e princípios irredutíveis de objetividade e neutralidade, fazendo com que tais princípios compareçam em novos campos de interpelação e de construção do fazer científico (Martins, 2021; Santos, 2023; Haraway, 2023).

É sabido que o pensamento ocidental integra em si a ferramenta crítica, e em múltiplas dimensões. Por um lado, realiza uma reflexão sobre si mesmo, como na crítica intrínseca à própria *démarche* do pensamento – por exemplo, na crítica de Hume a Descartes, ou na crítica popperiana a uma visão empirista da ciência. Por outro, põe-se a experimentar os limites da linguagem ao operar uma dobra que aponta para os efeitos e condições do próprio empreendimento do pensamento, como a análise dos regimes de verdade constituídos por esses saberes (Foucault, 1998, 2000). Pois, se a crítica – enquanto ferramenta de evidenciação das lógicas constitutivas e de possível resolução de contradições internas – não é desconhecida no cerne da produção do pensamento ocidental, o que aqui se ressalta é a contundência do deslocamento que essas matrizes epistemológicas decoloniais, contracoloniais, feministas são capazes de operar a partir de outros lugares. Ou ainda: de um lugar *outro*. De onde o que se evidencia num primeiro plano é o movimento de choque. Uma força que se interpõe à continuidade da centralidade incorpórea que o

pensamento Ocidental reiteradamente assume. O choque produz a fagulha – como incêndio e também como chance -- e oferece a percepção de que sempre se olha, se sente, se pensa de algum lugar, e que todo conhecimento ocupa sempre uma posição situada e parcial.

Constrangendo-o a abandonar, pois, seu “lugar-nenhum”, efeito da marca do universal que o autoriza a enunciar-se como estando “em todo lugar”. Os limites e os próprios fundamentos do pensamento ocidental são colocados em causa diante de uma alteridade epistêmica que, ao se apresentar, expõe a falácia da neutralidade dos instrumentos responsáveis por lançar mundos e saberes à sombra – esses mesmos que ali se enunciam e subvertem o que se pretendia encerrado, esgotado.

Essa alteridade não atua, evidentemente, como uma ferramenta de retificação do pensamento ocidental. Ou seja, sua importância não se mede pelo quanto poderia servir ao conhecimento filosófico ou científico, oferecendo-lhe soluções, complementando-o, remetendo-o à sua própria dinâmica e, não raro, corroborando a narrativa historiográfica

e teleológica de progresso e superação de um conhecimento sobre o outro.

Colocar em causa os limites do pensamento ocidental e o conhecimento nele validado, a partir de discursividades que reiteradamente foram desqualificadas por esse pensamento centralizador, revela uma dimensão de responsabilidade com a qual a ciência, muitas vezes, escolhe não se confrontar. Esses limites se evidenciam ali onde a neutralidade e objetividade já não se sustentam pacificamente como dispositivos de poder silenciosos e eficazes. Tal responsabilização aponta para a radicalidade de que fala a antropóloga Rita Segato (2020): não mais olhar o outro para conhecê-lo, mas conhecer a nós mesmos no olhar do outro. Algo que projeta a ciência para além de seu espelho vaidoso, colocando-a diante da imagem da política colonialista que a constitui – uma maquinaria de violência em que o outro e a natureza existem apenas para serem dominados e conquistados (Dussel, 1993).

Em última instância, o que essas discursividades colocadas à margem provocam é o descentramento dessa maquinaria destrutiva que range e rege os destinos dos mundos em

coexistência. O debate epistêmico é, assim, antes de tudo, um embate contra aquilo que tem tornado impossíveis as existências que continuam a narrar e a se insurgir diante da própria insustentabilidade de um mundo que se quer único. Em sua potência afirmativa, o conhecimento validado e amparado a partir de outras cosmopercepções, faz falar as ruínas do pensamento ocidental e multiplica histórias que urdem uma ética planetária – que não se pretende universal – de existências compartilhadas e da perpetuação da sustentação do céu (Kopenawa, Albert, 2015).

A crescente presença da narrativa como conceito em questão ou como estratégia metodológica talvez possa nos indicar algo sobre a responsabilização da academia em sua inscrição eurocentrada, burguesa, embranquecida, corponormativa etc. Uma responsabilização que opera, em grande medida, pela efetiva presença de outros corpos ocupando lugar nesses espaços. Trata-se de uma aposta que assumimos. Sobretudo quando, por meio de outras discursividades e das plásticas do texto acadêmico, entendidas como parte

inerente à investigação, encontramos estudos que atualizam a indissociabilidade entre estética e política pela contraposição à histórica violência da objetificação daqueles que coexistem nos processos de construção da pesquisa (Cusicanqui, 2021; Evaristo de Brito et al., 2025; Kilomba, 2029; Moraes, 2010; Haraway, 1995; Ingold, 2015; Araújo, Cabral, Araújo et al., 2016; Caron, Cabral, 2024).

Há de se reconhecer que “narrativa” é uma palavra tão corriqueira quanto exigente, um conceito vulgar, comum, ao alcance de todas as pessoas. O que a radicalidade desses estudos que apostam em outras gramáticas do texto acadêmico (Moraes, Tsallis, 2016) nos ensinam, no entanto, é que uma irreflexão com o verbo “narrar” pode empobrecer aquilo que ele carrega de auspicioso e politicamente consequente, e que poderia se expressar em indagações como: o que se faz quando se narra? Que políticas de vida e de pesquisa emergem ao acionarmos a narrativa como procedimento ou ética? O que ocorre quando pesquisar é narrarCOM? Trata-se de uma atenção fundamental para que as “narrativas”

não sejam tomadas apenas como elementos a serem coletados e interpretados por pessoas que, a partir de uma posição privilegiada, se reconhecem como aquelas a quem cabe formular as perguntas. E que, quando decifradas em dados, essas narrativas correm o risco de ingressar na lógica moderna da escalabilidade (Tsing, 2016), eliminando o gesto que depende invariavelmente “das circunstâncias, dos encontros, das criações de relação” (Stengers, 2023, p. 13) para a construção de um conhecer/pensar/fazer situado.

Dessa maneira, a proposta deste dossiê nasce de uma curiosidade e implicação ético-política compartilhada desde nossos lugares e inscrições de pesquisadoras, mulheres e artistas do sul global nos embates e invenções na academia – este poderoso agenciamento de validação e operação do conhecimento. Embates estes em prol de seus alargamentos, de horizontes mais plurais, junto a outros saberes que hoje e ontem têm desafiado a capacidade da academia em se recolocar em um cenário global, e em se posicionar diante da barbárie que testemunhamos pelas práticas coloniais sempre atualizadas e

capilarizadas. Nossa curiosidade configura-se, assim, não apenas como um modo de acesso ao que vem sendo produzido no âmbito da narrativa, mas também como um gesto de convocação a um esforço crítico-analítico e experimental-ensaístico. Trata-se de um exercício construído a partir de múltiplos pertencimentos e lugares de fala, por meio dos quais mobilizamos nossos repertórios e ferramentas na produção e no compartilhamento do conhecimento, fazendo emergir a narrativa como questão e como método nos estudos sobre culturas e territórios. Esse esforço conjunto oferece uma revisitação e experimentação tanto de referenciais teóricos clássicos nos debates críticos acadêmicos, quanto do pensamento de intelectuais que ocupam lugar no fazer científico e na academia com urgência, atualidade e força ancestral na contemporaneidade.

Ao assumirmos o interesse pelas transversalidades disciplinares, acionamos uma estratégia de coletivização e escuta acerca dos modos de sustentação das presenças e discursividades, tanto no texto quanto no cotidiano dos processos de pesquisa, ensino e extensão. Convocamos, assim, um pensamento

disposto a fabular caminhos confluentes e a recolher os efeitos de uma aposta em tramas epistêmicas, perguntando-nos como, diante deles, nos posicionamos, tomamos lugar. Um processo-escrita no qual o rigor não se confunde com rigidez, e que resulta do cuidado com que acionamos a palavra "narrativa" nesses estudos, buscando reconhecer nela suas forças germinativas (Santos, 2023), bem como o movimento a contrapelo, de resistência, reexistência e de reparação histórica.

Compreendemos que no gesto de narrar se reconhece o fio de uma fazedura e de um movimento que nunca se resolve, estando sempre por se fazer: é ele uma política. Uma referência fundamental a tal entendimento é Walter Benjamin (1996), autor que problematiza a narração e nos conduz ao caráter artesanal dessa forma de comunicação e de sustentação de um comum. Seguimos seu pensamento ao apontar, simultaneamente, para a narrativa e para a urdidura de um tecido vivo que enlaça uma vida à outra, uma geração à outra: arte e trama da experiência (*Erfahrung*), ela mesma como passagem, travessia (*Fahr*), tradição,

movimento que vai além da individualidade e da privatização da vida. Uma arte que, no cerne dos efeitos das forças do capitalismo – eis o teor de sua problemática – evidencia seu declínio (e não seu esgotamento, é preciso salientar), cujos efeitos se reconhecem na crescente incapacidade de receber e dar conselhos, de recolher da palavra sua sabedoria e transmissão. O conselho aqui não se entende como resposta a uma pergunta que pede solução, mas como dissolução do rumo de uma história que parecia encerrada em si mesma. De tal sorte, o enlace entre narrativa e política – por meio da prática cotidiana e ancestral do conselho – se evidencia no encontro entre o apelo de uma história que anseia por um outro devir e a palavra inscrita no tecido de uma memória compartilhada, apontando para a abertura do passado e sua capacidade de agir na construção do presente, na insurgência de um tempo do agora (*Jetztzeit*), como interrupção da catástrofe (Benjamin, 1996).

Convidamos quem adentra estas leituras a pensar a narrativa como política e como abertura epistemológica capaz de reconhecer as

heterogeneidades que compõem culturas, experiências e territórios; uma abertura concretizada pelas práticas e discursividades instauradas a partir de partilhas, confrontos, provocações, conflitos e desvios. Se – conforme a pensadora mãori Linda Smith aponta criticamente – “a pesquisa [enquanto prática e instituição] tem sido o encontro entre o Ocidente e o Outro” (Smith, 2018, p. 19), narrar, enquanto gesto de pesquisa, pode constituir um exercício articulado às demandas por outras alianças, formas de dizer e de sustentar outros projetos societários, por meio de problemas e perguntas ainda por se formular (Kilomba, 2019). Trata-se de um fazer pesquisa que aceita ser questionado, que assume o caminhar tateante e o método, ele mesmo, como desvio (Gagnebin, 1999). O que esse gesto e exercício nos demanda é pensar, com Isabelle Stengers (2023), uma racionalidade não mais acionada pela ideia de avanço ou progresso, mas como experiência de aprendizagem compartilhada de saberes que se façam com e a favor da vida (Santos, 2021).

A seguir apresentamos os textos deste primeiro volume do dossiê que

colocam em perspectiva práticas e processos investigativos acionados pela narrativa por uma preciosa diversidade de abordagens e temas. Encontramos gestos e falas nascidos de experiências e territorialidades histórica e sistematicamente ameaçadas que emergem do experimento do encontro (Stengers, 2023).

Abrindo o dossiê, no artigo “Narrativas da deficiência: questões acerca da escrita acadêmica partir da experiência” de Virgínia Kastrup e Raquel Guerreiro, a narrativa é abordada como problemática no contexto da psicologia cognitiva da deficiência visual. Reconhecendo a predominância do capacitismo nas pesquisas sobre deficiências, as autoras defendem uma atuação coletiva e horizontal de sujeitos com ou sem deficiência, compondo narrativas complementares a partir da experiência compartilhada. Por meio de uma escrita acadêmica de base feminista, o texto aposta em uma receptividade ativa que se desenha em encontros, tensões e distâncias, abrindo passagem para a criação de um mundo comum e heterogêneo.

Numa profícua conjunção, o artigo “Cães-guias como mediadores estéticos: reconfigurações dos modos de fazer e pensar a cultura do acesso”, de Camila Araújo Alves e Marcia Moraes, trabalha a ideia de mediação estética a partir da relação mulher–cega–com–cão–guia, tomando como referência a experimentação de Lygia Clark e Hélio Oiticica no campo das artes. A partir da política metodológica do pesquisadorCOM, a discussão centra-se na produção cultural e nos espaços de arte em agenciamento com corpos e pessoas com deficiência, entendendo a mediação como prática coletiva que desloca sentidos hegemônicos sobre modos de fazer e pensar a cultura do acesso. Para isso, as autoras mobilizam recursos de linguagem e memórias que evidenciam sua posicionalidade em relação à experiência e ao texto, questionam o senso comum da deficiência como falta, acionam alianças interespecies e convocam a narrativa como ato político.

As políticas urbanas ganham relevo em “A narrativa na construção da memória do corpo negro”, através do qual o narrar é compreendido como um fazer conjunto que exige, sobretudo, um reposicionamento ético e político de

quem pesquisa, sustentando alianças que evocam projetos societários pautados pela ruptura dos regimes discursivos exploratórios de fazer cidade. Nessa perspectiva, Nathalia Gomes e Daniele Caron debatem a luta quilombola em contexto urbano por meio do encontro com a oralitura, expressa no corpo e na voz das mulheres do Quilombo Flores, em Porto Alegre, RS, aqui compreendidas como *iyá lodès*. O convívio com um processo de transmissão que acolhe gestos, ritmos, formas e sons inscritos no corpo, e que ressignifica memórias e experiências negras, permite às autoras entrever, junto a essas mulheres, uma teoria da luta que emerge ao acionar a linguagem oraliturizada como resistência aos processos coloniais e racistas que moldam o urbano contemporâneo.

Reforçando a perspectiva do fazer-situado em processos de escuta, Paula Land Curi e Luiza Christina Marques de Souza discutem a violência de gênero em "Narrar com Mulheres: um convite para outras práticas éticas-estéticas-políticas de pesquisa". A contação de histórias é aqui utilizada como ferramenta para tensionar a suposta neutralidade científica, além de

permitir a construção do conhecimento pela agência entre corpo-pesquisadoras e a vibração da violência nos corpos das mulheres participantes de encontros grupais, em um ambulatório universitário especializado em violência de gênero. Nessa escuta ampliada, que busca produzir fissuras nos modos instituídos de fazer ciência, o grupo é convidado a entrar em contato com as intensidades e os afetos da vida cotidiana umas das outras, dando-lhes sentido, palavras e materialidade, a fim de afirmar a emergência de mundos pautados na multiplicidade e dignidade das formas de vida das mulheres.

Em "Cartografias infantis: narrativas das infâncias enquanto uma metodologia do encanto", Mariana Cunha Schneider, Nicolás Braga Fröhlich, Luciano Bedin da Costa e Tiago Alexandre Fernandes Almeida aprofundam a escuta como interpelação às infâncias que persistem em nós, de modo a usufruir e compor com o que as crianças podem nos ensinar sobre o mundo. A poesia e as estratégias de enfrentamento da morte utilizadas pelas crianças são apresentadas a partir de indagações sobre os riscos de romantização das

cruzas, crueldades e da militarização do imaginário infantil. A argumentação sustenta-se no brincar como atividade entre dois mundos, que permite acessar modos outros de pensar e fazer, apostando na criança como sujeito de conhecimento e de direitos, e não como objeto de pesquisa.

Como convite a esperar e a infanciarizar cidades pelo direito de nelas viver, o artigo "Direito à cidade em terra de brincar: narrar começos, articular pedaços de chão" propõe uma experimentação narrativa por meio da montagem e da estética do fragmento. Ele relata histórias da construção de alianças diante das urgências reconhecidas no encontro com a Ocupação Dom Waldyr Calheiros, de Volta Redonda. Um território de liderança feminina e protagonismo das infâncias, marcado pela luta por dignidade e sonho. As autoras Ana Cabral Rodrigues, Jordana Neves de Almeida Guimarães, Anna Clara Fernandes Silva, Mônica Helena Rado Donnini, Flavia Siqueira Lemos Leandro, Adriana Aparecida de Souza, Eliana Gonçalves de Souza, Milena Pedrosa e Beatriz Regina M. Nunes apostam numa escrita de múltiplas vozes, que se alternam e se compõem,

dando contornos a memórias e saberes compartilhados. Nos caminhos narrativos, a partir da força das margens urbanas, deparamo-nos com a invenção de um livro infantil coletivo e a criação de uma biblioteca comunitária, enovelados pela lenda africana de Anansi e a força das histórias que se espalham pelo mundo.

Em "As caixas de Salete: tecituras de narrativas da e na Cozinha Solidária da Vila Barracão", Ana Elísia da Costa apresenta por meio de uma escrita experimental, reflexões oriundas de um projeto de ensino-extensão-pesquisa que atua a partir de uma abordagem narrativa. O exercício da autora se constitui como uma política, na medida em que se concentra nos meandros, sutilezas e diferenças que emergem com o ato de transmitir e guardar para contar. Assim, por meio do registro de histórias das mulheres, que, como Salete, atuam na cozinha solidária da Vila Barracão, na periferia de Porto Alegre, e da observação sobre o desafio de descentramento do sujeito científico, o texto é tecido por uma urdidura de memórias que convoca as vozes e assume sujeitos de comunidades historicamente abandonadas e

ameaçadas como personagens sociais das políticas urbanas.

O debate acerca da narrativa como política também é convocado no texto "Narrativa e memória na análise das transformações relacionadas a intervenções sociais em gênero", no qual Vanessa do Nascimento Fonseca compõe uma cartografia da memória a partir dos registros de experiências de intervenções sociais no campo da sexualidade, da saúde reprodutiva e do gênero envolvendo as masculinidades ao longo de quinze anos de pesquisa. Os aportes sobre a implicação da pesquisadora com o campo e com sujeitos aproxima cartografia e narrativa, colocando em xeque a razão moderna que se apoia na noção de neutralidade, estabilidade e objetividade do fato científico. Ao tomar esta posição em relação à produção do saber, a autora convoca um movimento de análise/costura dos fatos documentados nas pesquisas com vistas a abrir outras indagações sobre o tema, bem como sobre o próprio fazer pesquisa e suas dinâmicas de poder.

A mesma tomada de posição que busca sustentar processos de escuta que reconhecem a pluralidade de vozes existentes e o caráter múltiplo

das histórias é convocada por Andréa da Silva Montechiare Pires, Gisela Giannerini e Renata Montechiare em "Memória como construção de caminhos plurais: o conhecimento a partir da escuta e da palavra". O texto problematiza a objetificação dos sujeitos historicamente desautorizados a falar e saber, e discute a memória e as narrativas orais como ferramentas de inscrição e pertencimento histórico. Ao propor um diálogo entre episódios e histórias que evocam traumas e opressões, as autoras acionam uma discussão sobre políticas de memória e produção da cultura que aponta para as relações político-sociais em disputa, e para a potência das narrativas orais como dispositivos de mobilização e transformação social.

Para encerrar este primeiro volume do dossiê, Alessandra Rudiger Matzenauer, Karine Shamash Szuchman, Luis Artur Costa, Thayna Miranda da Silva e Vanessa Branco Cardoso propõem um mergulho na palavra narrar a partir de três movimentos que demarcam a importância de ultrapassar uma dimensão representacional-simbólica ou do caráter expressivo plástico da narrativa em prol de suas artesanias

em movimentos coletivizantes e singularizantes. “Tramando políticas do narrar: pistas ético-estéticas para pesquisas especulativas” apresenta o estatuto ficcional da narrativa como elemento de sua sustentação e potência, oferecendo caminhos na própria forma de escrita para que isso se coloque no centro do debate. Assim, convida-nos a tocar os avessos da escrita acadêmica através do gesto de bordar, acompanhando éticas e estéticas de narrativas e contranarrativas de artistas, coletivos e experiências situadas. Por fim, ao indagar o que seria a pressuposta neutralidade científica desde uma perspectiva do gesto narrativo, abre um leque de pistas que favorecem a um exercício ético ininterrupto que nos deslocam de respostas cômodas, heróicas ou desaterradas.

O conjunto de textos aqui apresentados não busca oferecer contornos conclusivos sobre a narrativa; ao contrário, fabula-se como um convite a permanecermos ainda com o problema (Haraway, 2023), habitando as imprecisões e tensões próprias do narrar como prática de pesquisa. Ainda que cada processo, prática ou exercício investigativo traga

particularidades, arriscamos dizer que sustentam exercícios situados de implicação, de co-emergência e de responsabilidade com a realidade e com a própria ciência. É com esta perspectiva aberta e necessariamente provisória que convidamos à leitura.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é Interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAUJO, Frederico; CABRAL, Ana R.; ARAÚJO, Flavia de S.; SCHVARSBERG, Gabriel; PRAÇA, Heitor Levy F.; SANTOS, Iaci D’Assunção; RÊDES, Laura Souza; COELHO, Letícia Castilhos; SANTOS, Natalia Velloso; OLIVEIRA, Priscila Medeiros de Oliveira; SOIFER, Raphael; MOURA, Ricardo José de.; AGUIAR, Ronieri Gomes da Silva; JAENISCH, Samuel Thomas. *Caosgrafias cidade. Cadernos MetrÓpole.*, [S.l.], v. 18, n. 37, p. 899-920, out. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/2236-9996.2016-3714>.

Acesso em: 10 ago. 2019.

BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1996.

CABNAL, Lorena. Acercamientos a la contrucción de la propuesta de pensamiento epistemológico de mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya-Yala. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR: Madrid, 2010, p. 11- 25.

CARON, Daniele; CABRAL, Ana R.. MARGEAR: Exigências ético-políticas e coemergências metodológicas para pensar com os territórios. *Revista Cidades*, v. 16, n. 26, p. 107–130, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/14663>. Acesso em 20 mai. 2025.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 194-205.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2016.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: N-1 Edições, 1ª ed. 2021. 128 p.

DUSSEL, Enrique. *1492 o encobrimento do outro a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt/Enrique Dussel*. Petrópolis: Vozes, 1993.

EVARISTO DE BRITO, Maria da Conceição; BAIÃO, Jonê; IZIDORO PINTO, Cecília Maria; LIMA SANTOS, Maria de Fátima; OLIVEIRA, Luiza; SANTOS, Abrahão. La educación es una mujer negra: escrevivencia como herramienta epistemológica. *Praxis Educativa*, v. 29, n. 1, p. 1–13, 2025. Disponível em: <https://cerac.unlpam.edu.ar/index.php/praxis/article/view/8777/9871>. Acesso em: 11 nov. 2025.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud, Marx. In: MOTTE, Manoel de Barros (org). *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO,

Roberto (org). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p.15-37.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. 1999.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthluceno*. São Paulo: N-1 edições, 2023.

HARAWAY, Donna. saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 26 mar. 2025.

INGOLD, Tim. *Estar vivo*. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo*

cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.

LIMA, Zeneida. *O Mundo Místico dos Caruanas da ilha do Marajó*. Belém: Cejup, 2001.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: Política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (orgs). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2010, p. 26-51.

MORAES, Marcia; TSALLIS, Alexandra. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. *Rev. Polis Psique*, Porto Alegre, v. 6, n. spe, p. 39-51, jan. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61380>. Acesso em: 26 mar. 2025.

OLIVEIRA, Joana C. de. Prefácio: Um encontro com O cogumelo no fim do mundo. In: TSING, Anna Lowenhaupt. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2022.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. Conceitualizando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-95.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A Terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Entrevista concedida à DORNELES, Dandara Rodrigues. *Palavras Germinantes: Entrevista com NEGO BISPO*. *Identidade!*, v. 26, n. 1 e 2, p.

14–26, 2021. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/index.php/ld-entidade/article/view/1186>. Acesso em: 26 mar. 2025.

SEGATO, Rita. *Cenas de um pensamento incômodo*. Gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SILVA, Raimunda Gomes da. *Cartilha da Mezinhagem*. São Paulo: n-1 edições, 2023.

SMITH, Linda. *Descolonizando metodologias: pesquisas e povos indígenas*. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

STENGERS, Isabelle. *Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Margens Insubordinadas: Cogumelos como Espécies Companheiras*, Noosfera, 2016.

TSING, Anna Lowenhaupt. *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2022.

TUPINAMBÁ, Glicéria. O território sonha. In: CARNEVALLI, Filipe;

REGALDO, Fernanda; LOBATO,
Paula; MARQUEZ, Renata;
CANÇADO, Wellington (Org.). *Terra:*
antologia afroindígena. São Paulo/
Belo Horizonte: Ubu Editora/PISEAGRAMA,
2023.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. In:
CARNEVALLI, Filipe; REGALDO,
Fernanda; LOBATO, Paula;
MARQUEZ, Renata; CANÇADO,
Wellington (Org.). *Terra:* antologia
afroindígena. São Paulo/ Belo
Horizonte: Ubu Editora/PISEAGRAMA,
2023.

Narrativas da deficiência: questões acerca da escrita acadêmica partir da experiência

Virgínia Kastrup¹

Raquel Guerreiro²

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.66795>

Resumo: As narrativas acadêmicas e não acadêmicas sobre pessoas com diferentes tipos de deficiência são ainda fortemente marcadas pelas ideias de falta e de déficit. O apagamento das narrativas produzidas a partir da experiência da deficiência, tanto no campo da cultura quanto nas produções acadêmicas, aponta que a sociedade valoriza determinadas experiências, consideradas normais, em detrimento de outras. O capacitismo ainda predomina em grande parte das pesquisas sobre deficiências. O objetivo do presente artigo é discutir o problema das narrativas pautadas na experiência da deficiência. A narrativa da escrita acadêmica ganha destaque na discussão, bem como a possibilidade do acesso à experiência por meio da composição de diferentes pessoas que pesquisam, com e sem deficiência. O artigo analisa questões teóricas, metodológicas, éticas e políticas da pesquisa em torno da deficiência, por meio da discussão do problema do capacitismo acadêmico e da corponormatividade compulsória. Num primeiro momento, aborda aspectos do percurso de pesquisa das autoras na condição de pesquisadoras videntes fazendo pesquisa com pessoas cegas. Partindo da política metodológica do PesquisarCOM, a pessoa com deficiência é considerada um sujeito ativo com o qual se faz pesquisa e não um objeto de pesquisa. Nessa direção, discute-se o uso de entrevistas de explicitação e as condições criadas para favorecer a produção de fala encarnada, de dentro da experiência dos entrevistados. Num segundo momento, a partir do surgimento da experiência da deficiência física de uma das pesquisadoras, o estudo analisa metodologias de escrita acadêmica de base feminista, em autoras como Rosemarie Garland-Thomson, Djamilia Ribeiro e Stacy Simplican. Concluímos que, embora haja uma lacuna entre o modo de acesso à experiência, é frutífera a composição de recursos de pesquisadoras com e sem deficiência para a escrita acadêmica. Em ambos os casos, é fundamental criar condições para a produção de narrativas a partir da experiência da deficiência. É importante não homogeneizar as narrativas e apostar na potência do encontro de diferenças, sempre buscando articulações não-hierárquicas e não-capacitistas entre pessoas com e sem deficiência.

Palavras-chave: narrativa; deficiência; escrita acadêmica; experiência; capacitismo.

¹ Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: virginia.kastrup@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9101-328>.

² Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente no Departamento de Psicologia e Orientação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: raquel.guerreiro.psi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8708-9068>.

Recebido em 28/02/2025, aceito para publicação em 28/08/2025.

Disability narratives: issues regarding academic writing from experience

Abstract: Academic and non-academic narratives about people with different types of disabilities are still strongly marked by ideas of lack and deficit. The erasure of narratives produced from the experience of disability, both in the cultural field and in academic productions, indicates that society values certain experiences, considered normal, to the detriment of others. Ableism still predominates in much of the research on disabilities. The aim of this article is to discuss the problem of narratives based on the experience of disability. The narrative of academic writing is highlighted in the discussion, as well as the possibility of accessing experience through the composition of researchers with and without disabilities. The article analyzes theoretical, methodological, ethical, and political issues in research around disability, through the discussion of the problem of academic ableism and compulsory able-bodiedness. Initially, it addresses aspects of the research journey of the authors as sighted researchers conducting research with blind individuals. Based on the methodological policy of ResearchWITH, the person with a disability is considered an active subject with whom research is conducted, rather than an object of research. In this direction, it discusses the use of explicitation interviews and the conditions created to favor the production of embodied speech from the experience of the interviewees. In a second moment, arising from the emergence of the physical disability experience of one of the researchers, the study analyzes feminist-based academic writing methodologies in authors such as Rosemarie Garland-Thomson, Djamila Ribeiro, and Stacy Simpican. We conclude that, although there is a gap in the way of accessing experience, the composition of resources from researchers with and without disabilities for academic writing is fruitful. In both cases, it is essential to create conditions for the production of narratives from the experience of disability. It is important not to homogenize narratives and to invest in the power of encountering differences, always seeking non-hierarchical and non-ableist articulations between people with and without disabilities.

Keywords: narrative; disability; academic writing; experience; ableism.

Narrativas de la discapacidad: cuestiones sobre la escritura académica a partir de la experiencia

Resumen: Las narrativas académicas y no académicas sobre personas con diferentes tipos de discapacidad aún están fuertemente marcadas por las ideas de falta y de déficit. La eliminación de las narrativas producidas a partir de la experiencia de la discapacidad, tanto en el ámbito de la cultura como en las producciones académicas, señala que la sociedad valora determinadas experiencias, consideradas normales, en detrimento de otras. El capacitismo aún predomina en gran parte de las investigaciones sobre discapacidades. El objetivo del presente artículo es discutir el problema de las narrativas basadas en la experiencia de la discapacidad. La narrativa de la escritura académica cobra protagonismo en la discusión, así como la posibilidad de acceso a la experiencia a través de la composición de diferentes personas que investigan, con y sin discapacidad. El artículo analiza cuestiones teóricas, metodológicas, éticas y políticas de la investigación en torno a la discapacidad, mediante la discusión del problema del capacitismo académico y de la corponormatividad compulsoria. En un primer momento, aborda aspectos del recorrido de investigación de las autoras en calidad de investigadoras videntes realizando investigación con personas ciegas. Partiendo de la política metodológica de InvestigarCON, la persona con discapacidad es considerada un sujeto activo con el que se investiga y no un objeto de investigación. En esta dirección, discute el uso de entrevistas de explicitación y las condiciones creadas para favorecer la producción del habla encarnada, desde la experiencia de los entrevistados. En un segundo momento, a partir del surgimiento de la experiencia de discapacidad física de una de las investigadoras, el estudio analiza metodologías de escritura académica de base feminista, en autoras como Rosemarie Garland-Thomson, Djamila Ribeiro y Stacy Simpican. Concluimos que, aunque existe una brecha entre la forma de acceso a la experiencia, es fructífera la composición de recursos de investigadoras con y sin discapacidad para la escritura académica. En ambos casos, es fundamental crear condiciones para la producción de narrativas a partir de la experiencia de la discapacidad. Es importante no homogeneizar las narrativas y apostar en la potencia del encuentro de diferencias, siempre buscando articulaciones no jerárquicas y no capacitistas entre personas con y sin discapacidad.

Palabras clave: narrativa; discapacidad; escritura académica; experiencia; capacitismo.

Narrativas da deficiência: questões acerca da escrita acadêmica partir da experiência

O problema que move a escrita deste artigo é a produção de narrativas a partir da experiência da deficiência. Tais narrativas podem ser orais ou escritas, resultantes ou não de pesquisas acadêmicas, e contribuem para a compreensão das maneiras de perceber e de viver das pessoas com deficiência na relação com o mundo. Falamos em escrita acadêmica “a partir da experiência”, em lugar de escrita “sobre a experiência”, que traria a ideia da experiência como um objeto frente a um sujeito. Evitando a referência implícita ao modelo da representação, optamos por falar em escrita a partir da experiência. Não utilizamos narrativa “da experiência”, pois a expressão poderia levar a uma ideia de individualização e mesmo uma privatização da mesma: por exemplo, “quero falar da minha experiência”. Propondo a ideia de escrita a partir da experiência, buscamos ressaltar a importância da dimensão coletiva da

narrativa da pessoa com deficiência, o “a partir” guardando o sentido de abertura para a conexão com outras narrativas, que podem com ela entrar em composição.

De saída, é necessário situar a nossa própria narrativa na redação deste artigo. Somos duas pesquisadoras videntes que percorremos um longo caminho de pesquisa no campo da psicologia cognitiva da deficiência visual. A dada altura, uma de nós tornou-se uma mulher com deficiência física e começou a afirmar-se como tal. A partir daí, a experiência direta da deficiência passou a fazer parte de sua narrativa, que foi potencializada pelo encontro, articulação e trocas de experiência com outras mulheres com deficiência. Quando o lugar da pesquisadora é ocupado por um corpo contra hegemônico, há um ponto de virada. Este ponto de virada levou-nos a olhar com mais atenção para a questão das

narrativas produzidas por corpos com e sem deficiência, que será discutida no presente estudo. Seria a deficiência condição necessária para a produção de narrativas a partir da experiência da deficiência? O que dizer das narrativas de pesquisas sobre a deficiência realizadas por pessoas pesquisadoras sem deficiência? Seria a deficiência uma condição que garantiria a fala a partir da experiência? Seria a experiência algo individual ou comportaria uma dimensão coletiva? Seria possível a construção de um plano comum e compartilhado entre diferentes pessoas pesquisadoras, com e sem deficiência, sem recair na hierarquia de saberes e/ou em relações capacitistas? É possível antecipar que nossa aposta é na possibilidade de composição.

O objetivo deste artigo é discutir o problema das narrativas pautadas na experiência da deficiência. A narrativa da escrita acadêmica ganha destaque na discussão, bem como a possibilidade do acesso à experiência por meio da composição de diferentes pessoas que pesquisam, com e sem deficiência. A narrativa acadêmica comporta a escrita de artigos, livros, teses e dissertações, mas também a

transcrição de entrevistas e anotações de diários de campo. Neste contexto, analisaremos questões teóricas, metodológicas, éticas e políticas da pesquisa em torno da deficiência. O presente estudo começa com uma breve discussão sobre o problema do capacitismo acadêmico e sobre o silenciamento de corpos não hegemônicos, ainda muito frequentes em pesquisas e textos acadêmicos. Abordaremos em seguida alguns aspectos de nosso percurso de pesquisa na condição de pesquisadoras videntes fazendo pesquisa com pessoas cegas. Buscaremos evidenciar os cuidados epistemológicos, éticos e políticos que adotamos ao tomar como base a política metodológica PesquisarCOM (Moraes, Kastrup, 2010), que difere das pesquisas "sobre", que tomam pessoas com deficiência como objetos de estudo. Em busca do acesso à narrativa da experiência da cegueira, discutiremos o uso que, enquanto pesquisadoras videntes, fizemos de entrevistas de explicitação (Vermersch, 2000) e as condições que buscamos criar para favorecer a produção por parte das pessoas entrevistadas da fala de dentro da experiência, ou seja, a fala

encarnada. Também salientamos o viés crítico e a relevância do conhecimento produzido por pessoas cegas que são pesquisadoras. Destacamos aqui o problema do verbalismo presente em narrativas de pessoas cegas pautadas na narrativa da experiência de pessoas videntes. Em seguida, apresentamos e discutimos metodologias de escrita acadêmica de base feminista a partir da experiência da deficiência. Neste caso, a deficiência aparece como marca não somente da experiência das pessoas que participam enquanto pesquisadas, mas também da experiência da própria pesquisadora. Pontuamos a importância deste tipo de escrita para a problematização do imaginário negativo da deficiência.

O capacitismo acadêmico e o silenciamento das narrativas de pessoas com deficiência

O termo capacitismo é a tradução em português do termo em inglês *ableism*, utilizado para descrever a discriminação com base na

deficiência. O *ableism* tem como base *able*, que significa apto ou capaz, e sublinha a existência de uma hierarquia dos corpos em função da sua capacidade (Mello, 2016). O capacitismo denota a opressão social sofrida pelas pessoas com deficiência e é atualmente um aspecto essencial da discussão proposta pelo modelo social da deficiência. Podemos dizer, resumidamente, que existem três perspectivas principais de compreensão da deficiência: o modelo biomédico, que localiza a deficiência no corpo, como uma disfunção orgânica; o modelo social, que pauta a deficiência em termos políticos e sociais; e a perspectiva feminista, também conhecida como segunda geração do modelo social, que complexifica a discussão ao abordar a experiência da deficiência e a interseccionalidade dos corpos com deficiência. O capacitismo é entendido como estando na base de uma lógica social excludente, organizada em torno da corponormatividade compulsória³ (McRuer, 2012; Mello, 2016), isto é, de

³ O termo corponormatividade compulsória foi proposto por Mello (2016) como tradução ao termo *compulsory able-bodiedness*, proposto por Robert McRuer (2012). O autor sugere

haver um nível de capacidade/integridade/funcionalidade corporal/mental que não seria neutro, mas obrigatório de ser atingido.

um padrão de normalidade que faz com que os corpos que dele desviam sejam excluídos e marginalizados.

O capacitismo pressupõe uma padronização do corpo normal e hegemônico, que inclui não somente requisitos estéticos, mas também uma capacidade funcional, performativa e produtiva que as pessoas com deficiência não conseguem alcançar. Na lógica capacitista, o corpo sem deficiência é visto como o corpo típico da espécie humana, o corpo natural e desejado. Consideradas menos capazes, ou mesmo incapazes, as pessoas com deficiência são colocadas numa posição de inferioridade. A forma como a sociedade trata as pessoas com deficiência aproxima o conceito de capacitismo com outras discriminações sociais, como o racismo, o sexismo e a homofobia (Mello, 2016).

Tanto nas narrativas não acadêmicas quanto nas acadêmicas, as imagens das diferentes deficiências são ainda fortemente relacionadas às ideias de falta e de déficit. Marco Antônio Gavério (2020) comenta que a deficiência é frequentemente ligada à noção de aberração, sendo uma espécie de monstro moderno nascido da ambiguidade entre os sentimentos

de repulsa e fascínio em relação àqueles que desviavam do que era considerado a normalidade física e comportamental. Segundo o autor, o termo "*freak*" popularizou-se com os espetáculos itinerantes, as feiras e os circos na Europa do século XIX. Em relação à deficiência visual, Zina Weygand (2005) aponta que a representação negativa das pessoas cegas remonta à Idade Média, às fábulas e ao teatro secular. As pessoas cegas eram personagens rudes e desajeitadas, que poderiam inspirar o riso, o terror e a repulsa.

No campo acadêmico, o capacitismo ainda predomina em grande parte das pesquisas sobre deficiências. Por exemplo, há um grande número de estudos que comparam o desempenho cognitivo de pessoas cegas e de pessoas videntes. Muitos deles adotam como política de pesquisa, de forma mais ou menos explícita, o ponto de vista da pessoa vidente, como se fosse natural haver uma pesquisa do ponto de vista de lugar nenhum. Contudo, o lugar nenhum, que se pretende neutro, é o ponto de vista da pessoa vidente, deixando evidente que o ponto de vista da pessoa cega é inferior.

Neste caso, as deficiências da pessoa cega que são colocadas em destaque. De modo mais ou menos implícito, a percepção visual é considerada a mais adequada, enquanto a percepção dos cegos, baseada principalmente no tato, produziria um conhecimento incompleto e limitado. O mundo percebido pela pessoa vidente torna-se "o mundo real", ou seja, um modelo e um padrão. A percepção da pessoa vidente é entendida como a mais completa, espontânea e natural; em outras palavras, como a percepção normal. A visão é a percepção por excelência de um corpo hegemônico, que corresponde ao padrão de normalidade. Trata-se aqui de um caso bem concreto de corponormatividade compulsória, que se faz presente na elaboração de questionários e tarefas experimentais apresentadas nos estudos tanto quantitativos quanto qualitativos.

Diversas autoras dos estudos feministas da deficiência (*feminist disability studies*) chamam a atenção para a importância da produção de narrativas a partir da experiência da deficiência, como Rosemarie Garland-Thomson (2002, 2005), Debora Diniz

(2007) e Stacy Simpican (2017). Suas pesquisas são uma espécie de resposta à primeira geração do modelo social de compreensão da deficiência – que enfatizou as práticas de opressão social e a luta pela independência individual em detrimento da discussão acerca dos corpos com lesões. As autoras feministas, buscando incluir a experiência de viver com deficiência nas narrativas a partir da deficiência, retomam o problema do corpo com lesão, sem, contudo, recair na concepção característica do modelo biomédico. Assim, as autoras analisam os temas da dor, do cuidado, da própria lesão, da experiência de ambiguidade de deficiências nas quais as lesões não são aparentes, da experiência de pessoas idosas e de grupos interseccionais, como as mulheres com deficiência (Diniz, 2007).

O apagamento de narrativas que relatam a experiência dos corpos de pessoas com diferentes tipos de deficiência, tanto no campo da cultura quanto nas produções acadêmicas, diz respeito ao modo como a sociedade valoriza determinadas experiências em detrimento de outras (Martins, 2013). A corponormatividade compulsória coloca os corpos com deficiência em

uma posição de assujeitamento em relação à hegemonia da normalidade. A noção de normalidade situa o corpo sem deficiência como o corpo natural, conduzindo a práticas de opressão contra os corpos que dela desviam, considerados anomalias da natureza. A corponormatividade compulsória aparece quando os corpos não hegemônicos são considerados patológicos, precisando ser consertados e normalizados, como defende o modelo biomédico (Mello, 2016).

Por outro lado, falar em seu próprio nome em lugar de ter sua condição narrada por outros corpos, falar sobre a experiência de viver com deficiência é promover a politização do privado e da experiência pessoal, procurando trazer à tona duas dimensões da deficiência – a do corpo com lesão e a da opressão social. Através das narrativas encarnadas de pessoas com deficiência, é aberto um espaço para a multiplicidade de experiências vividas, contribuindo para a visibilidade deste grande grupo subalternizado.

Duas pesquisadoras face à experiência da deficiência

O encontro COM pessoas cegas

Nossa pesquisa sobre deficiência visual aconteceu no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro/Brasil, uma instituição que propõe atividades educativas e de reabilitação para pessoas cegas, tendo início em 2005. Os estudos se articularam sempre entre o campo da arte e da cegueira, abordando problemas do campo da psicologia cognitiva da deficiência visual, como o funcionamento da atenção no processo de criação, experiência estética tátil e acessibilidade estética. Em princípio, os estudos foram situados em uma oficina de cerâmica, desdobrando-se em seguida para acessibilidade em museus de arte e para as imagens multissensoriais em sonhos de pessoas cegas congênitas. Grande parte dos resultados da pesquisa é apresentada no livro *Cegueira e Invenção: cognição, arte, pesquisa e acessibilidade* (Kastrup, 2018) e na dissertação de mestrado *Cartografia, deficiência visual e arte: Acompanhando o processo da acessibilidade no Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio de Janeiro* (Guerreiro, 2016).

Enquanto pesquisadoras videntes, o nosso acesso à experiência

de pessoas cegas sempre exigiu muito trabalho. O primeiro desafio foi o de romper com os muitos preconceitos que ainda são comuns. Na comunidade científica, o modelo biomédico, com sua forte ênfase em noções negativas de deficiência, infelizmente ainda continua a ser hegemônico. Em nossas atividades de pesquisa, tivemos que problematizar constantemente o capacitismo estrutural que nos habita clandestinamente. Precisamos cultivar uma atenção aberta e um corpo sensível ao que nos afeta e ao que nos aparece enquanto um problema ou um enigma. Devemos estar atentas às coisas que não compreendemos, que não conseguimos explicar, que ainda não têm um sentido preciso. Manter constantemente a atenção aberta, sem responder automaticamente com atitudes capacitistas arraigadas e com conhecimentos acumulados, exige uma política de pesquisa inventiva que oriente as escolhas teóricas e metodológicas.

A política metodológica PesquisarCOM (Moraes, Kastrup, 2010; Silveira, Moraes, Quadros, 2022) aposta no deslocamento da pessoa com deficiência do lugar de objeto de pesquisa para o lugar de sujeito ativo

com o qual se faz pesquisa, em um movimento de composição. Ao considerarmos o saber que advém da experiência da deficiência, buscamos modos de articular diferenças sem diminuí-las ou hierarquizá-las, afirmando a diferença ao pesquisarmos juntos, ao pesquisamosCOM (Moraes, 2022). Assim, buscamos não somente encontrar soluções para os problemas que colocamos como o objetivo da pesquisa, mas ficarmos atentas e abertas à colocação de novos problemas pelos participantes, que poderiam produzir bifurcações no caminho e reorientar a pesquisa em ciclos inventivos.

No estudo do funcionamento da atenção no processo de criação de objetos de cerâmica por pessoas cegas ou em processo de perda da visão, duas bifurcações interessantes se produziram. O grupo era composto por cerca de 18 participantes, dos quais 14 eram pessoas cegas e 4 tinham baixa visão. Tratava-se de um grupo heterogêneo, com homens e mulheres com idades entre os 30 e os 70 anos, de classe social média e baixa, exercendo profissões como cozinheiro, professor de música, taxista, artista plástico, piloto de automóvel, designer

de joias, mecânico de caminhões, dona de casa etc. A maioria havia frequentado a escola primária e alguns haviam estudado até o ensino médio. Todas as pessoas haviam sofrido uma perda total ou parcial da visão por um acontecimento súbito ou por um processo gradual. Foram constatadas diferenças bastante significativas entre as pessoas participantes quanto à maneira de viver e gerir a deficiência visual, o que pode ser explicado pelo tipo e gravidade do problema, pela história de vida, pela situação atual em relação à família e aos amigos, bem como pelo fato de já terem ou não passado pelos chamados processos de reabilitação. Em toda a sua heterogeneidade, este foi um grupo de pessoas que aceitou o desafio de lidar com a sua condição de pessoas cegas ou com baixa visão por meio de um processo de aprendizagem trabalhoso e inventivo.

Em um primeiro momento, a atenção da pesquisadora e da equipe voltou-se para os gestos de atenção que as pessoas cegas utilizam na criação das peças de cerâmica. Para além da observação semanal e da escrita de diários de campo, foram realizadas 16 entrevistas de

explicitação (Vermersch, 2000) com as pessoas participantes, a quem foi solicitado para descreverem os gestos de atenção utilizados no processo de criação de uma das peças que haviam produzido. A peça era escolhida pela pessoa entrevistada e servia de experiência de referência. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

No início das entrevistas, enquanto trabalhávamos juntos para escolher a experiência de referência a ser descrita, era muito comum que as pessoas entrevistadas dissessem algo como: "Deixa eu te contar como fiquei cega". Na primeira vez, a pesquisadora pensou em desligar o gravador ou em responder algo como "numa próxima vez, você me conta, depois podemos falar sobre isso". Contudo, ela não as interrompeu, ela as escutou com atenção. Eram histórias interessantes, algumas dramáticas, outras curiosas, indicando que, para além da deficiência visual, havia ali vidas em movimento, vidas inventadas e reinventadas, com altos e baixos, erros médicos, medos, silêncios, depressões, insurreições, *insights*, encontros. Este pedido das pessoas participantes foi aceito e produziu uma primeira bifurcação.

Algumas dessas histórias, escritas com base em narrativas criadas a partir da experiência da cegueira, deram origem ao livro *Histórias de cegueiras* (Kastrup & Pozzana, 2016). Houve uma composição entre as pessoas participantes com deficiência visual e a pesquisadora vidente, levando à possibilidade de coletivização da experiência da cegueira. *PesquisamosCOM* e *escrevemosCOM*. As 16 histórias revelaram a heterogeneidade por detrás da categoria identitária "cego" e a presença de vidas para além da deficiência visual.

A partir do material recolhido, decidimos voltar a trabalhar COM as pessoas participantes. Após uma primeira versão das histórias, abrimos uma nova fase de trabalho para a confirmação dos textos pelas personagens do livro. Dependendo das circunstâncias, eles eram lidos em voz alta ou enviados para elas em formato digital. Esta nova fase de trabalho foi importante para fazer correções, acrescentar novas partes ou completar determinadas partes. Durante a leitura com elas, surgiram diferentes impressões: "Oh, meu Deus", "É

verdade", "Que legal", "Ah sim, me lembro disso", "Foi assim mesmo que aconteceu", "Gostaria de acrescentar mais uma coisa. Você pode anotar?", "Obrigado, você me lembrou que minha vida é importante". O livro procurou mostrar a um público não especializado que a representação social da cegueira, ainda fortemente marcada pela ignorância e pelo preconceito, deve ser radicalmente modificada e revertida. A insistência e a força destas narrativas ampliaram o campo da pesquisa. As narrativas revelaram ainda como a problemática do funcionamento da atenção no ateliê de cerâmica se entrelaça com a experiência da cegueira e dos processos de produção de subjetividade.

A segunda bifurcação se deu quando as pessoas entrevistadas colocaram um novo problema: a atenção a si durante o processo de criação e seus efeitos de produção de si. Durante o trabalho no ateliê, sua atenção ficava concentrada no trabalho com o barro, mas percebiam também, numa relação de atenção aberta a si mesmas, sua própria virtualidade, isto é, sua capacidade de criação.

A experiência da cerâmica aparece como aprendizagem inventiva que transcende a adaptação a um mundo pré-existente. É simultaneamente a aprendizagem da cerâmica e a experiência de criação de si, com elementos de surpresa e imprevisibilidade. As pessoas participantes foram unânimes em afirmar que a oficina de cerâmica mudou suas vidas e que os produtos mais importantes do trabalho talvez não fossem as peças de cerâmica, mas elas mesmas (Kastrup, 2018). As pessoas entrevistadas apontaram que a atividade de criação desencadeia processos de mudança na relação consigo mesmas e de produção de subjetividade, com a mobilização de uma certa atenção a si. A prática da cerâmica produz o sujeito e o objeto, o si e o mundo.

A narrativa de suas histórias e o problema da atenção a si durante o processo de criação e seus efeitos de produção de subjetividade foram duas bifurcações importantes. A política epistemológica PesquisarCOM fez com que o encontro com as pessoas entrevistadas desse origem a dois novos problemas, que acolhemos e abordamos. Tais problemas foram

colocados a partir das narrativas das pessoas com deficiência visual sendo articulados por meio de narrativas acadêmicas das pesquisadoras videntes. Sua inclusão não se fez sem hesitações e tensões, mas surgiu como incontornável. Não pareceu eticamente possível perceber a diversidade das narrativas e apagá-las numa suposta homogeneidade. Moraes e Tsallis (2016) pontuam que uma das formas que o escreverCOM pode assumir é a de contar histórias de vidas marcadas pela experiência da cegueira. A escrita COM pessoas com deficiência visual, além da afirmação da composição com pessoas com deficiência visual, aparece como o compromisso epistemológico de problematizar e resistir às narrativas de corpos não situados, vindas do ponto de vista de lugar nenhum.

Em busca da fala encarnada

Proposto pela abordagem da enação de Francisco Varela, o conceito de cognição encarnada refere-se à cognição na qual a mente e o corpo estão unidos. Na vida cotidiana ordinária, a mente e o corpo podem ficar dissociados, como quando não estamos atentos e conscientes de onde

estamos e do que a nossa mente ou o nosso corpo estão fazendo. Por outro lado, é possível mudar a forma como situamos a nossa atenção, levando a mente e o corpo a reunir-se novamente, mantendo uma coordenação mais completa. Neste sentido, toda cognição é situada. Buscar ter uma visão a partir de lugar nenhum é algo paradoxal, pois significaria ter uma visão a partir de um lugar preso a preconceitos. Assim, significaria estar pouco atento a suas próprias atividades cognitivas.

A abordagem da enação e os estudos sobre a cognição encarnada sublinham que a percepção (e a cognição, em geral) não é a representação de um mundo pré-existente, mas um processo de invenção de si e do mundo, produzido por uma dinâmica de co-engendramento. Em suma, ressaltam que não existe uma percepção única ou uma forma normal de conhecer, de agir e de estar no mundo. Apesar disso, a ideia de corponormatividade compulsória prevalece ainda hoje, realçando a dimensão política do problema, para além de uma discussão cognitiva, que se destaca ainda mais pelo conceito de capacitismo.

Neste contexto, utilizamos em diversos momentos de nossa investigação a entrevista de explicitação, proposta por Pierre Vermersch (2000) no âmbito das metodologias de primeira pessoa em psicologia fenomenológica. Essa entrevista busca acessar a dimensão pré-reflexiva da experiência, que nem sempre é fácil de descrever. O processo de explicitação pode levar à conscientização de aspectos anteriormente desconhecidos. A entrevista se articula em torno de um "*vécu de référence*", que traduzimos como "experiência de referência" geralmente definida em comum acordo entre a pessoa que entrevista e a pessoa entrevistada. O objetivo é criar condições para a pessoa entrevistadora conhecer os processos cognitivos subjacentes à realização de uma tarefa, auxiliando a pessoa entrevistada a se auto-observar e a fazer uma narrativa descritiva de sua experiência.

A entrevista de explicitação busca que a pessoa entrevistada assuma uma posição de fala encarnada, oriunda da experiência, e não uma posição de fala exterior à experiência. A experiência é sempre

concreta e singular. A pessoa entrevistada deve se afastar da posição da fala abstrata, caracterizada por comentários genéricos, como "eu faço sempre assim" ou "geralmente, eu faço assim", para aproximar-se da posição de fala encarnada. Toda a entrevista gira em torno da experiência de referência. Não se trata de deixar a pessoa falar livremente, deixando com que ela faça as associações que lhe vêm à cabeça, mas de acessar essa experiência singular. Um gesto importante na condução da entrevista é o relance – gesto no qual a pessoa entrevistadora convida a pessoa entrevistada a voltar à experiência de referência, como que dizendo "Vamos voltar lá". Existem várias estratégias para acessar progressivamente a experiência que está sob investigação, tais como a utilização de pistas sensoriais, bem como evitar a racionalização e a generalização. Há diversos elementos concernentes à técnica de condução da entrevista, que Pierre Vermersch (2000) explica detalhadamente em seu livro.

Por certo, narrativas encarnadas baseadas em experiências multissensoriais podem ser encontradas em vários textos

acadêmicos de autoras e autores cegos, que abrem horizontes a partir de um duplo movimento: permitem valorizar as experiências concretamente vividas e podem também abrir caminhos para mudanças na configuração das narrativas sobre a cegueira e outras deficiências. Pesquisadores como Pierre Villey (1914), Evgen Bavcar (1992), Joana Belarmino (2009), Bertrand Verine (2014) e Georgina Kleege (2018), entre outros, colocam problemas fundamentais e constroem narrativas a partir da experiência da cegueira. Estes autores e autoras nos obrigam a refletir e a perceber a importância da produção de conhecimento por pessoas cegas que escrevem.

Todavia, as próprias pessoas cegas vivem muitas vezes sob a égide do paradigma visuocêntrico e reproduzem narrativas capacitistas. Mesmo sem a visão, a referência ao mundo visual está onipresente, como se essa fosse a forma normal de viver no mundo. Com essa referência, a condição de cegueira torna-se uma condição de inferioridade. De acordo com Bertrand Verine (2014), a análise da produção escrita de pessoas cegas em jornais voltados para as próprias

peças cegas evidencia que elas integram em seu discurso a suposta inferioridade dos sentidos não visuais. Nesse caso, podemos dizer que o corpo cognitivo da pessoa cega foi alienado do processo de conhecimento, dando origem a um conhecimento abstrato, baseado em narrativas de videntes, não na sua própria experiência direta.

A análise do verbalismo permite-nos ir mais a fundo neste tema. Afirma-se frequentemente que a linguagem das pessoas cegas é caracterizada pelo verbalismo, ou seja, pelo uso de enunciados abstratos, que não se baseiam na experiência perceptiva direta e concreta, mas na narrativa de pessoas videntes (Lewi-Dumont, 2012). É possível notar que o verbalismo de fato aparece nas narrativas de pessoas cegas quando elas dialogam com pessoas videntes. Todavia, segundo a análise de Verine (2014), trata-se na maior parte das vezes de uma estratégia de inclusão em um mundo visuocêntrico. Neste sentido, o verbalismo inscreve-se numa relação hierárquica, marcada pelo capacitismo, com um baixo coeficiente de negociação. Por fim, o uso da linguagem abstrata reforça que as

experiências sensoriais e perceptivas das pessoas cegas sejam apagadas e silenciadas (Kastrup & Valente, 2018).

Ao enfatizar a importância da presença de narrativas encarnadas em textos acadêmicos, procuramos chamar atenção para o risco de perpetuarmos as narrativas abstratas, que ainda são hegemônicas, produzidas por pessoas pesquisadoras a partir do ponto de vista de um observador externo, tentando produzir conhecimento a partir de lugar nenhum, silenciando com isso as narrativas pautadas na experiência da deficiência. Todavia, é preciso estar sensível e atento de que o lugar da pessoa pesquisadora também é localizado e que é, muitas vezes, de uma pessoa sem deficiência.

Vale sublinhar que a experiência da deficiência, embora singular, possui uma dimensão coletiva. Advertidas pelo modelo social da deficiência, nos afastamos de uma perspectiva individualista e entendemos a deficiência como uma produção social. Ainda que portando uma dimensão singular experimentada por cada corpo não hegemônico, a experiência da deficiência e a narrativa nela pautada não podem ser dissociadas das

práticas sociais de opressão e exclusão, que são produtoras de sofrimento. Por sua vez, as narrativas da deficiência que falam não somente da vivência de alguém, mas que têm a potência de tocar e afetar outras pessoas, contribuem para a desconstrução de estereótipos existentes. Deste modo, buscamos conhecer a multiplicidade de formas de estar no mundo para desconstruir a ideia de inferioridade dos corpos com deficiência.

Quando a deficiência marca o corpo da pesquisadora: metodologias para a escrita acadêmica a partir da experiência da deficiência

Uma das autoras deste texto identifica-se como uma mulher com deficiência. Ao perceber que o seu corpo era atravessado pelas categorias de gênero e deficiência, fez desta questão de vida uma questão de pesquisa, que acabou desenvolvendo em sua tese de doutorado. Temos aqui, portanto, um ponto de virada: a deficiência aparece como marca da experiência da pesquisadora e não somente da experiência das pessoas COM quem se pesquisa. Isto nos leva a algumas questões: como a narrativa

encarnada da pesquisadora pode compor a pesquisa? Como a escrita da pesquisa pode ir para além de um relato de experiência pessoal, fazendo falar também outros corpos com deficiência? Como dar espaço às narrativas dessas experiências, problematizando a inferioridade desses corpos não hegemônicos? Pensamos que a escrita acadêmica a partir da experiência, isto é, situada e encarnada, pode funcionar como ferramenta política importante para afirmar a multiplicidade de modos de existir.

A autora feminista brasileira Cristina Ribas (2019) oferece uma pista ao afirmar a importância de pesquisarmos a nós mesmas, colocando-nos no processo de transformação provocado pela própria pesquisa. A auto-observação aparece como um processo que opera em um modo de autoprodução e de invenção de si. Contudo, existe a necessidade de irmos além da máxima "o pessoal é político", considerando que a escrita é uma intervenção em nós mesmos e no campo de pesquisa, e que os efeitos transformadores desse processo devem ganhar ressonância. Escrever a partir da experiência, seja uma escrita acadêmica ou não, pode desencadear

uma transformação nos modos de pensar e abrir possibilidades para outras formas de viver.

Escritoras feministas negras podem ser interlocutoras importantes para pensarmos a deficiência a partir do pensamento feminista, para reconhecermos o lugar social das mulheres com deficiência. Segundo a autora feminista negra brasileira Djamila Ribeiro (2017, p. 59-60) "um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala daquelas que propõem pontos de análise de realidades até então ignoradas pela normalização hegemônica". A autora propõe o conceito de lugar de fala a partir das discussões das *standpoint theories*, ou teorias feministas de ponto de vista⁴. Segundo Ribeiro, há um mal-entendido quando o conceito de lugar de fala é tomado como um lugar pessoal, individual, e não como a experiência de um grupo que ocupa um determinado lugar social. É a partir do lugar social em que nos situamos que podemos falar das experiências de nossos corpos no mundo. Assim, todos os sujeitos têm um lugar de fala, a partir

do grupo social ao qual pertencem. O conceito de lugar de fala adquiriu um escopo mais amplo, sendo estendido à reflexão das narrativas de outros grupos minoritários para além da raça.

Rosemarie Garland-Thomson (2002), pesquisadora com deficiência e autora do campo de estudos feministas da deficiência, faz uma importante provocação ao problematizar a expressão *standpoint*, encontrada nas *standpoint theories*. A autora propõe um conceito crítico que ela chama de *sitpoint*, já que *sit* significa estar sentado, ao contrário do termo *stand*, que significa estar de pé. Garland-Thomson busca questionar os pressupostos capacitistas da noção de *standpoint theory*, propondo que se considere também o ponto de vista das pessoas que não ficam de pé, já que os feminismos da teoria *standpoint* nem sempre levam em conta as experiências de opressão das mulheres com deficiência. Tão importante quanto a construção de uma teoria do *sitpoint* é que a teoria do *standpoint* possa se posicionar de forma anticapacitista, ao considerar o ponto de vista das

⁴ As perspectivas feministas de ponto de vista consideram que o lugar social de onde vemos o mundo determina não somente a nossa visão

do mundo, mas também aquilo que vemos e o que dizemos sobre o que vemos (Haraway, 1995).

mulheres com deficiência (Garland-Thomson, 2002). Para isso, é necessário que esses corpos possam falar a partir de sua experiência e que essas vozes sejam ouvidas.

Na mesma direção, Stacy Simplican (2017, p. 49) ressalta que algumas metodologias de escrita feminista, utilizadas por mulheres com deficiência, conseguem expressar este outro ponto de vista, o *sitpoint*. A *Life-writing*, que podemos traduzir como escrita de vida, é uma metodologia muito utilizada nos estudos feministas da deficiência. Este tipo de escrita permite relatar o cotidiano das mulheres com deficiência, narrando a violência, explícita ou sutil, cometida por diferentes setores da sociedade. Essas narrativas também conseguem revelar experiências vividas por pessoas com deficiência que pessoas sem deficiência não conseguem imaginar, em situações corriqueiras e comuns, contribuindo para a desconstrução do estigma do lugar de incapacidade no qual as pessoas com deficiência são colocadas. As *life-writings* são testemunhos encarnados da experiência de determinados corpos no mundo e, em última instância, podem se apresentar como uma

grande oportunidade para as pessoas repensarem seus lugares e práticas diante da deficiência.

A autora salienta que a *life-writing* é uma poderosa ferramenta de escrita narrativa para cultivar o que ela chama de *stranging sensivity*, isto é, um sentimento de estranhamento em relação à deficiência. Simplican argumenta que "muitas escritoras do feminismo da deficiência têm descrito suas experiências de serem ou tornarem-se pessoas com deficiência, para mostrar como a experiência pessoal pode contradizer as normas capacitistas" (Simplican, 2017, p. 48). As narrativas em primeira pessoa contribuem para que as pessoas que as leem possam estranhar as imagens preconcebidas que temos da deficiência, como a suposição de que a deficiência envolve somente experiências de tristeza ou dor. Deste modo, a *life-writing* não consiste apenas no registro de uma experiência pessoal, mas sobretudo de narrativas de experiências de vida que podem tornar-se um meio para a compreensão de um fenômeno social, a partir da experiência situada de mulheres com deficiência.

Em um artigo em que analisa diferentes trabalhos literários de mulheres com deficiência, como livros, artigos e ensaios, Garland-Thomson (2005) propõe uma modalidade de escrita a partir da experiência da deficiência que ela chama de *situated theory* (que podemos traduzir como teoria situada). O tipo de escrita que compõe a *situated theory* diferencia-se tanto dos estudos críticos tradicionais quanto da escrita de relatos e memórias pessoais da experiência da deficiência. Ancorada no *life-writing*, a *situated theory* acontece quando, a partir da narrativa de suas próprias experiências de vida, as autoras, mulheres com deficiência, tecem problematizações e análises de questões que envolvem a intersecção de gênero e deficiência, como questões específicas da sexualidade, aparência, identidade, dentre outras. Segundo a autora, na *situated theory* há um modo complexo e sofisticado de explorar as questões da deficiência a partir do ponto de vista da mulher com deficiência, que coloca seu corpo e experiência como base para a elaboração de um pensamento crítico. Garland-Thomson (2005) afirma a importância da intervenção na

dimensão cultural para a desconstrução de estereótipos e da negatividade que a imagem da deficiência carrega.

Após ter feito pesquisa COM pessoas cegas, a pesquisadora com deficiência física, que é também autora deste artigo, sentiu tornar-se vital trabalhar e escrever a partir da sua experiência de deficiência. Deste modo, ela produziu em sua tese de doutorado "Fazer um corpo todo de escuta: uma travessia existencial" (Guerreiro, 2021) uma espécie de cartografia feminista – uma cartografia do processo de tornar-se mulher com deficiência física e de afirmar esse lugar.

A cartografia é um método de pesquisa que segue na mesma direção da etnografia: pesquisa de campo, acompanhamento de processos e relação direta com os participantes, incluindo como um novo problema o funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo e a importância de manter uma atenção aberta. A cartografia vem sendo desenvolvida no Brasil como método de pesquisa acadêmica (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009; Passos; Kastrup; Tedesco, 2014) e é definida como uma pesquisa-

intervenção participativa e inventiva, onde a atenção do pesquisador está sempre aberta para o surgimento de problemas de pesquisa no campo. O conhecimento é produzido quando trabalhamos COM os participantes, criando um plano comum.

Foi a partir do corpo que a pesquisadora começou a escrita de sua tese de doutorado – não somente na sua experiência pessoal, mas sobretudo através dos afetos gerados pelos encontros com outros corpos marcados pela experiência da deficiência. Ela narra como os seus gestos corporais se alteraram gradativamente em consequência de uma doença neurológica, e os efeitos dessas alterações para além da experiência física/corporal. A partir do momento em que os seus gestos começaram a parecer patológicos, a sua experiência de mundo mudou – começou a ser vista e tratada de forma diferente pelas outras pessoas, que começaram a tratá-la com hostilidade ou pena. Os tropeços e a instabilidade corporal que passaram a marcar seu caminhar de forma mais intensa tornaram-se motivo de vergonha e de sentimentos de inadequação e incapacidade. No entanto, o ingresso

em um movimento social feminista de mulheres com diferentes deficiências levou a pesquisadora a perceber outras questões que atravessavam a vida das mulheres. Foi a experiência coletiva da deficiência que a levou a escrever:

Precisei fazer do corpo pesquisante um corpo de pesquisantes, múltiplo e largo, para que minha voz se tornasse polifônica e ganhasse a potência de ir para além de mim. Escrevo para me desfazer, para me pulverizar, para ganhar força e consistência no encontro com outras histórias. Apesar de contar um pouco da minha história por meio desta pesquisa, busco fazer, por meio da escrita, com que outras vozes também possam ser escutadas. Não é sobre mim, mas a partir de mim, da experiência do meu corpo, que as questões de pesquisa foram se recolocando e novas questões foram surgindo (Guerreiro, 2021, p. 22).

A pesquisadora com deficiência pôde construir uma narrativa sobre o processo de se tornar uma mulher com deficiência e de se apropriar deste lugar a partir do encontro com outras mulheres com deficiência em seu campo de pesquisa. Com elas aprendeu que precisamos positivar o que escapa ao hegemônico, ao normativo, e descobrir as suas possibilidades.

Foi assim que ela propôs a ideia de uma cartografia aos tropeços, incorporando na sua pesquisa os gestos corporais da sua deficiência física. O tropeço surge literalmente como uma marca que fez bifurcar o seu percurso de investigação. Deste modo, ela propõe pensar o tropeço no sentido literal, como um gesto metodológico de pesquisa, indicando a instabilidade e o desvio como caminhos possíveis de pesquisa e de vida (Guerreiro, 2021).

A metáfora de caminhar no campo de pesquisa é frequentemente utilizada para escrever sobre métodos. A ida ao campo de pesquisa não pressupõe necessariamente uma hipótese inicial a ser confirmada ou refutada, mas sim uma atenção aberta e uma espécie de receptividade ativa ao que pode colocar novas questões sobre um determinado tema. Os encontros que ocorrem durante o processo de pesquisa são vistos como material de trabalho relevante, pois seus efeitos transformam não somente o campo estudado, mas também a própria pessoa que pesquisa (Passos, Kastrup, Escóssia, 2009). Dessa forma, a escrita é encarnada, na medida em que considera as percepções e sensações da pessoa pesquisadora em

seus encontros com o campo. O processo de pesquisa se faz na composição da pessoa que pesquisa com seu campo e com as questões que se abrem. Os caminhos de pesquisa podem sempre mudar em função do que encontramos, podendo nos fazer desviar e abrir novas vias de investigação e problematização.

Por sua vez, o tropeçar e o cambalear produzem uma desestabilização, que pode estar tanto no corpo como em supostos estados de equilíbrio há muito tempo estabelecidos e, por isso, tidos como naturais. Operando como dispositivos encarnados, estes gestos são movimentos-funções que fazem ver e falar a deficiência, ao disparar e captar os enunciados que a produzem, as relações de poder que a envolvem e os seus efeitos tanto em pessoas com deficiência quanto em pessoas sem deficiência. O tropeço é o traço de seu deslocamento ao caminhar e, ao contar a história de seu corpo, de seus encontros COM outros corpos e suas experiências, sempre mediadas pela deficiência, realiza uma escrita de pesquisa cujo objetivo não é somente contribuir para a produção de conhecimento, mas também

transformar o tipo de narrativa acadêmica sobre a deficiência e a própria vida.

A invenção de uma cartografia aos tropeços (Guerreiro, 2021), em consonância com a *situated theory* (Garland-Thomson, 2005) considera que a experiência do corpo que pesquisa está inteiramente imbricada nos modos de fazer que costuram um método e que são impregnados pelos movimentos desse corpo. O cambalear e o tropeçar são capazes de produzir tensões, desvios e deslocamentos, provocando novos arranjos e novas conexões a partir da experiência da deficiência. Atenta ao que o tropeço produz no corpo como sensação, há uma receptividade ativa aos seus efeitos de produção-transformação de si nesse processo. Assim, esses gestos não são apenas detalhes na construção desta pesquisa. Eles são o traço da deficiência, a experiência encarnada da deficiência que aparece no pensamento, na condução da pesquisa e na escrita, que só são possíveis coletivamente.

Ao encontrar-se COM outras mulheres com deficiência, a pesquisadora com deficiência deu-se conta de que era necessário construir

uma narrativa a partir do seu lugar de mulher com deficiência física. Na sua tese de doutorado, ela pôde contar a história da passagem de pesquisadora vidente à pesquisadora com deficiência física, abrindo um novo campo de investigação, de trabalho e de percepção de si. A travessia do processo de se tornar uma mulher com deficiência foi traçada através da problematização desse lugar – longe de ser uma tragédia pessoal, a deficiência é uma questão social e, portanto, uma questão coletiva e política. Por isso, a escrita da tese foi um exercício de narrativa a partir da experiência da deficiência, por estar baseada na escuta de si e de outros corpos com deficiência.

Composições em torno de uma lacuna e a busca do comum

A questão que atravessou este estudo foi a importância da produção de narrativas a partir da experiência da deficiência. As narrativas encarnadas podem ajudar a transformar a compreensão da deficiência, que atualmente ainda está ligada à noção de déficit, e a criar outras imagens do corpo com deficiência. Não se trata apenas de um problema teórico, mas

de um problema que diz respeito às políticas de pesquisa. No contexto dos textos acadêmicos e universitários, que constituíram o foco deste artigo, a entrevista de explicitação surge como uma estratégia que cria condições para a produção de relatos e narrativas que não são somente sobre a experiência, mas que partem do interior da experiência. O risco do discurso abstrato parece assombrar todas as pessoas com deficiência, cujos corpos escapam à normatividade.

Os corpos das mulheres com deficiência encontraram um lugar especial na nossa discussão, na medida em que uma das autoras se reconhece como uma mulher com deficiência física. Graças ao exercício de escuta do corpo em busca de si mesmo, tornou-se possível escutar outros corpos e assim, a própria pesquisa. O exercício da escrita na primeira pessoa, tal como as técnicas feministas da *life-writing* e da *situated theory*, permite-nos falar a partir da experiência viva da deficiência, o que nos insere numa discussão sobre os diferentes efeitos das narrativas a partir e sobre a deficiência. Uma vez que as narrativas acadêmicas que ainda são hegemônicas sobre a deficiência

partem da perspectiva do pesquisador que pensa ocupar o ponto de vista de lugar nenhum, o corpo com deficiência aparece em oposição ao corpo da normalidade, reforçando os saberes baseados no modelo biomédico acerca da deficiência. Assim, para podermos firmar o compromisso de resistir às narrativas desencarnadas da deficiência, afirmamos a importância do *sitpoint*, ou o ponto de vista de corpos que não ocupam posições hegemônicas, seja a partir de narrativas escritas COM pessoas com deficiência ou em narrativas escritas por elas mesmas.

Aqui reencontramos a distinção entre narrativa encarnada e narrativa abstrata: enquanto a narrativa encarnada é baseada na experiência vivida de um corpo no mundo, com o poder de produzir estranhamento e problematizar as imagens negativas e naturalizadas que temos da deficiência, a narrativa abstrata é afastada da experiência vivida da deficiência, que reproduz o que é dito sobre a experiência considerada normal, relativa a corpos sem deficiência. O corpo deficiente, considerado abjeto, é sempre contestado pelo corpo da norma, como se algo faltasse a ele. É,

pois, necessário desnaturalizar o corpo sem deficiência como o corpo típico da espécie humana, afirmando a legitimidade das experiências de vida com deficiência.

Abordamos o problema das narrativas encarnadas, colocando o problema da investigação e da produção de textos acadêmicos por pesquisadoras com e sem deficiência. Nos situamos, na escrita deste artigo, a partir do lugar de pesquisadoras videntes que trabalham com a cegueira, sendo uma de nós sem deficiência e a outra uma pesquisadora com deficiência física. O problema da composição de pessoas com e sem deficiência na produção de narrativas a partir da experiência da deficiência levou-nos a observar e tomar em consideração a presença de uma lacuna, ao mesmo tempo incontornável e fértil, entre as narrativas de pessoas, de mulheres, no nosso caso, que escrevem de forma encarnada.

A abordagem de François Julien (2016) ao problema da identidade cultural fornece algumas pistas para esta discussão. Segundo Julien, a diversidade não se inscreve no registro do homogêneo, que se baseia na similitude, nem no registro do universal,

que é um horizonte regulador. A diversidade se inscreve no registro do comum. O comum é um conceito político, que abraça a diversidade e inclui o heterogêneo. Não é dado de antemão, mas deve ser construído. Para gerir a diversidade das culturas, a proposta é evitar tratar o problema através da oposição moderna entre diferença e identidade. Em vez da diferença entre culturas, sugere que se aborde a relação com a diversidade em termos de lacuna ou hiato (*écart*), recursos e fecundidade, e não a partir da noção de identidade.

Nessa direção, as duas posições de fala/narrativa – de pessoas com e sem deficiência – são colocadas frente a frente. A distância, assim como a tensão, é mantida. O frente a frente permanece intensivo, como uma tensão ativa, em que os termos nunca param de se descobrir, explorar e refletir um sobre o outro. Um depende dos recursos do outro para se conhecer, sem pender para o que seria a identidade, o eu. Por último, a lacuna é uma distância aberta entre uma posição e outra, revelando um “entre dois” ativo e inventivo, que trabalha para fazer transbordar as identidades, conduzindo a uma aprendizagem

frutuosa e à exploração da riqueza e dos recursos de cada pessoa. Ambos os lados – pessoas com e sem deficiência – não cessam de se colocar questões. Cada um é concernido com o outro. A lacuna se abre, faz pensar e cria condições para o surgimento de outras possibilidades de relação e outros modos de estar no mundo.

O hiato e a tensão do encontro entre duas posições distintas apresentam, também, o risco de que esse encontro recaia numa relação hierárquica, o que contribuiria para a manutenção da lógica do capacitismo. Nesse caso, não haveria abertura para a escuta da narrativa do corpo inferiorizado, ou seja, do corpo não hegemônico, e poderíamos continuar a reproduzir ou uma narrativa abstrata ou impressões equivocadas sobre aquele cuja experiência desconhecemos. Não há garantias. Este é um risco constante, pois é fácil escorregar em direção ao hegemônico. Devemos sempre cultivar uma espécie de receptividade ativa, uma disponibilidade para nos despojarmos das imagens prévias que tínhamos do outro e para nos deslocarmos do lugar daquele que fala para o lugar da escuta aberta. Desta forma, torna-se possível

aprender uns com os outros para a construção do comum.

Pensar a composição de narrativas acadêmicas de pessoas com e sem deficiência em termos de lacuna ou hiato, distância e recursos, pode ajudar a atravessar fronteiras e contribuir para a construção de um mundo comum e heterogêneo. Nestes termos, não buscamos homogeneizar as narrativas, mas apostar nos encontros, reconhecer as distâncias, apoiar tensões férteis e criar composições e articulações não-hierárquicas e não-capacitistas. Com este estudo, pensamos ter colocado um problema, sem tê-lo resolvido de forma alguma. Várias questões interessantes, como a narrativa encarnada dos textos literários, bem como as discussões envolvendo outros aspectos da interseccionalidade da deficiência para além do gênero, foram deixadas de lado. Enfim, esperamos ter trazido uma pequena contribuição ao campo dos estudos da deficiência e esperamos que nossa investigação abra novas discussões e estimule novas pesquisas.

Referências

BAVCAR, Evgen. *Le voyeur absolu*. Paris: Seuil, 1992.

BELARMINO, Joana. O que percebemos quando não vemos. *Fractal: Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, v. 21, n. 1, p. 179-184, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4736>. Acesso em: 10 fev. 2025.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Integrating disability, transforming feminist theory. *NWSA Journal*, v. 14, n. 3, p. 1-32, 2002. Disponível em: https://www.english.upenn.edu/sites/www.english.upenn.edu/files/Garland-Thomson_Rosemarie_Disability-Feminist-Theory.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Feminist Disability Studies. *Signs*, v. 30, n. 2, p. 1557-1587, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/423352>. Acesso em: 10 jan. 2025.

GAVÉRIO, Marco Antônio. Aberrações tropicais: representações da monstruosidade no teatro Latino-Americano. *Áskesis*, v. 9, n. 2, p. 188-

192, 2020. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/548/347>. Acesso em: 09 jan. 2025.

GUERREIRO, Raquel. *Cartografia, deficiência visual e arte: acompanhando o processo da acessibilidade no Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GUERREIRO, Raquel. *Fazer um corpo todo de escuta: uma travessia existencial*. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 03 fev. 2025.

JULIEN, François. *Il n'y a pas d'identité culturelle*. Paris: L'Herne, 2016.

KASTRUP, Virgínia. *Cegueira e Invenção: cognição, arte, pesquisa e acessibilidade*. Curitiba: Editora CRV, 2018.

KASTRUP, Virgínia; POZZANA, Laura. *Histórias de cegueira*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

KASTRUP, Virgínia; VALENTE, Dannyelle. How to make the body speak? Visual disability, verbalism and embodied speech. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 3, p. 572-583, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/7LKK6ZZx4Q3MPHSzLGSq9JF/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 03 fev. 2025.

KLEEGER, Georgina. *More than meets the eye. What blindness brings to art*. Oxford: University Press, 2018.

LEWI-DUMONT, Nathalie. *Langage. Voir [barré]*, 38-39, p. 174-183, 2011.

MARTINS, Bruno Sena. Pesquisa acadêmica e deficiência visual: resistências situadas, saberes partilhados. *Revista Benjamin Constant*, v. 19, p. 55-66, 2013. Disponível em: <https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/378>. Acesso em: 03 fev. 2025.

MCRUER, Robert. Compulsory able-bodiedness and queer/disabled existence. In: HALL, Donald E. & JAGOSE, Annamarie (eds.), *The Routledge Queer Studies Reader*. Abingdon: Routledge. pp. 488-497, 2012.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hg v5TYZgWbKvspRtF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2025.

MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

MORAES, Marcia; TSALLIS, Alexandra C. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. *Rev. Polis Psique*, v. 6, n. especial, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61380>. Acesso em: 05 fev. 2025.

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: permanências e reparações. In: SILVEIRA, Marília; MORAES, Marcia; QUADROS, Laura Cristina de Toledo (orgs.). *PesquisarCOM: caminhos férteis para a pesquisa em psicologia*. Rio de Janeiro: NAU Editora, pp. 21-42, 2022.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliane. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. v. 1. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Sílvia. *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RIBAS, Cristina. *Feminismos bastardos, feminismos tardios*. São Paulo, N-1 Edições, 2019. Série Pandemia.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. Feminismos plurais.

SILVEIRA, Marília; MORAES, Marcia; QUADROS, Laura Cristina de Toledo. *PesquisarCOM: caminhos férteis para*

a pesquisa em psicologia. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2022.

SIMPLICAN, Stacy Clifford. Feminist disability studies as methodology: life-writing and the abled/disabled binary. *Feminist Review*, v. 115, n. 1, p. 46-60, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44987292>. Acesso em: 05 fev. 2025.

VERINE, Bertrand. *Dire le non-visuel. Approches pluridisciplinaires des discours sur les perceptions autres que la vue*. Liège: Presses universitaires de Liège, 2014.

VERMERSCH, Pierre. *L'entretien d'explicitation*. Issy-les-Moulineaux: ESF, 2000.

VILLEY, Paul. *Le Monde des Aveugles, essai de psychologie*. Paris: Flammarion, 1914.

WEYGAND, Zina. *Vivre sans voir. Les aveugles dans la société française, du Moyen Âge au siècle de Louis Braille*. Paris: Créaphis, 2003.

Cães-guias como mediadores estéticos: reconfigurações dos modos de fazer e pensar a cultura do acesso

Camila Araújo Alves¹

Marcia Moraes²

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.67341>

Resumo: Partindo da relação mulher-cega-com-cão-guia, o artigo discute o trabalho do cão-guia como um agente que promove a mediação estética por meio de afetações experimentadas diante de obras de arte, como uma peça de teatro ou uma escultura. O argumento central é o de que a mediação não se define como uma ponte, mas como uma prática que se faz no meio de muitos. Por essa via, o trabalho do cão-guia como mediador desloca e coloca em xeque sentidos hegemônicos do que seja guiar, mediar e promover acessibilidade, apontando para reconfigurações nos modos de fazer e pensar a cultura do acesso. Com uma escrita situada, que toma como direção metodológica o uso de narrativas, o texto conclui que a acessibilidade estética não se resume a uma soma de informações. Mas é um processo que se ativa como experimentação entre cão-guia, humanos, obras de arte.

Palavras-chave: mediação, acessibilidade estética, cão-guia.

Guide dogs as aesthetic mediators: reconfigurations of the ways of doing and thinking about access culture

Abstract: Starting from the relationship between blind-woman-with-guide-dog, the article discusses the guide-dog's work as an agent that promotes aesthetic mediation through the affections experienced in front of works of art such as a play or a sculpture. The central argument is that mediation is not defined as a bridge, but as a practice that occurs among many. In this way, the work of the guide dog as a mediator displaces and challenges hegemonic meanings of what it means to guide, mediate, and promote accessibility. With a situated writing style, the text concludes that aesthetic accessibility is not merely a sum of information, but a process that activates as experimentation among guide dogs, humans, and works of art.

Keywords: mediation, aesthetic accessibility, guide-dog.

¹ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Psicóloga Clínica e Coordenadora do Nexo – Psicoterapia. Email: camilaaraujoalves@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6152-0665>.

² Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente no Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: marciamoraes@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8581-6126>.

Recebido em 09/04/2025, aceito para publicação em 07/08/2025.

Perros-guía como mediadores estéticos: reconfiguraciones de los modos de hacer y pensar la cultura del acceso

Resumen: Partiendo de la relación mujer-ciega-con-perro-guía, el artículo discute el trabajo del perro-guía como un agente que promueve la mediación estética a través de afectaciones experimentadas ante obras de arte como una obra de teatro o una escultura. El argumento central es que la mediación no se define como un puente, sino como una práctica que se realiza en medio de muchos. Por esta vía, el trabajo del perro-guía como mediador desplaza y pone en cuestión sentidos hegemónicos de lo que significa guiar, mediar y promover accesibilidad, señalando reconfiguraciones en los modos de hacer y pensar la cultura del acceso. Con una escritura situada, el texto concluye que la accesibilidad estética no se reduce a una suma de información. Sino que es un proceso que se activa como experimentación entre perro-guía, humanos y obras de arte.

Palabras clave: mediación, accesibilidad estética, perro-guía.

Cães-guias como mediadores estéticos: reconfigurações dos modos de fazer e pensar a cultura do acesso

Introdução

Parte grande do percurso profissional de uma das autoras foi marcada pelo exercício da função de mediadora, em um Centro Cultural³. Via de regra, os espaços culturais e museais possuem um setor educativo⁴, responsável pelo acolhimento do público que chega no museu, com visitas agendadas ou não, a depender do funcionamento de cada local.

Os profissionais atuantes nesses espaços são historicamente conhecidos como guias, mas há também lugares que trabalham com educadores ou ainda, no caso em tela, espaços nos quais os profissionais desses setores são conhecidos como mediadores. Cada um desses cargos traz consigo um jogo de forças, práticas e políticas distintas. Dizemos isso para não pensarem que se trata de uma

³ No campo da cultura, ensino e aprendizagem, o conceito de mediação cultural assume diversas possibilidades. Autores que tratam desse tema estão presentes mais adiante.

⁴ Desde 2010, no Brasil, iniciou-se uma relação que busca reconhecimento legal da prática e função educativa nos museus através do processo de elaboração do Caderno da Política Nacional de Educação Museal – PNEM, com o desenvolvimento da política nacional aliada ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). O Caderno publicado em 2018 traz a definição sobre o que se compreende como Educação Museal. Segue o link de acesso ao caderno: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2025.

mera troca de palavras para nomear uma mesma função. Foi como mediadora que uma das autoras trabalhou por dez anos, recebendo milhares de visitantes em exposições de arte e realizando atividades produzidas pela equipe de acessibilidade da qual fazia parte. Em cada uma dessas visitas, em cada pequeno e grande encontro, havia com ela a companhia de um cão-guia.

Neste ponto, é importante sublinharmos que este texto é escrito em co-autoria por duas mulheres cujas vidas e histórias se cruzaram na universidade, uma como docente, outra como aluna, primeiro de graduação, depois de mestrado e doutorado. É um percurso longo de amizade, parcerias e produções conjuntas. Uma de nós é uma mulher cega, branca, que segue na vida com a parceria de seu terceiro cão-guia, Pix, um labrador preto, grande, cujas lambidas marcam uma parte de sua personalidade assim como o tamanho de suas orelhas, maiores do que a da maioria de seus parentes. Nas histórias que são narradas ao longo deste texto, a parceria era com a Pucca, uma cadela golden retriever, de pelo longo e dourado, a cão-guia que inaugurou esta jornada de vida de

mulher-cega-com-cão-guia. Num outro tempo do texto, a parceria era com o Astor, um cão-guia labrador de pelo curto e marrom. Como salientam Moraes, Tsallis e Monteiro (2025, no prelo) o hífen não é apenas um elemento gramatical, mas sim um recurso metodológico para a composição da escrita e que carrega mundos de cuidado e de sentido, nem sempre isentos de conflito. No uso que fazemos deste hífen, um dos sentidos importantes é o de confirmar presença e agência ao cão-guia, não como objeto, mas como alguém que age em relação, com a mulher cega e com o mundo à sua volta. O hífen carrega o sentido de um corpo que se faz em ação, em relação: mulher-cega-com-cão-guia.

Já a outra autora é uma mulher de meia idade, branca, que recentemente passou a fazer o corpo em articulação com uma prótese de quadril feita de metal, cerâmica e parafusos. Outros limites, outros tempos de vida, outras histórias encarnadas. É do encontro entre estas duas mulheres que nasce a escrita deste texto, inicialmente como parte da tese de doutorado de uma, orientada pela outra.

Na leitura das linhas que se seguem, algumas partes serão grafadas em itálico, com um recuo diferente dos parágrafos, para indicar que a memória de um encontro invadiu a escrita. São memórias vividas por uma de nós, compartilhadas com a outra, nas muitas conversas que tivemos quando da realização da pesquisa que deu origem a este texto. São memórias escritas a *posteriori*, instadas pelo que se passava no cotidiano de nossas conversas. É certo que não tomamos a história como um baú de coisas guardadas. Mas sim, como uma ilha de edição que toma por base um conjunto disperso de acontecimentos, de afetos, de histórias, imagens, sons e tantas coisas mais. Com isso, queremos salientar que há na memória um trabalho de montagem que se faz continuamente e ininterruptamente ao longo da vida e da pesquisa. No caso desse texto, os acontecimentos foram vividos por uma de nós, já a edição das memórias fizemos de modo sempre compartilhado, uma em parceria com a outra. E tais memórias irão invadir o texto, como invadiram a pesquisa, forjando aberturas de sentido, reinventando o presente e também, o

próprio passado. Em tais trechos, usaremos o pronome na primeira pessoa do singular para indicar que somente uma de nós estava lá, no calor do acontecimento narrado. Nas demais passagens da escrita, usaremos a primeira pessoa do plural, porque fomos nós duas as editoras, as tecelãs a costurar memórias, vidas, pesquisas.

Por que registramos tais passagens em itálico? Porque queremos garantir que este texto seja acessível para todo mundo. Quem porventura for lê-lo com leitores de tela, tão logo alcance o itálico, saberá que ali, naquele ponto, uma memória irrompeu.

Cão-guia e a ação de mediação

Segundo Miriam Celeste (2014), a mediação é a ação de transitar, articular. Em seu texto *Memórias para o devir: A mediação cultural como provocação e contaminação estética*, a autora nos revela a mediação como um fazer em rede, ultrapassando a ideia de mediação como uma ponte que une dois pontos. Celeste afirma que a mediação é um “estar entre muitos” (Alves, 2020).

Mediação é encontro; mediação é ampliação de conhecimento;

mediação é ir ao encontro do repertório e dos interesses do outro; mediação é conectar conteúdos e interesses; mediação é ir além dos conteúdos; mediação é aproximar, refletir experiências e compartilhar; mediação é diálogo, conversa, provocação. E justamente por ser um termo polissêmico é que ele se constitui como problema de pesquisa. Autores como Honorato (2012), Martins (2014) e Kaufman, Harayama e Lage (2016) também tomam a mediação como campo problemático (Alves, 2020).

A professora e pesquisadora Miriam Celeste (2006) defende que as propostas éticas e estéticas de uma mediação cultural são de grande importância para que as experiências propostas pelo núcleo de educação de um museu aconteçam. "Em sua pesquisa, afirma que quanto mais interativa, no sentido de considerar o visitante, de nos relacionarmos, de promovermos sua participação ativa, seus pontos de vista e suas considerações, mais transformadoras as experiências podem ser" (Andrade, 2020, p. 16).

E o que toda essa discussão tem a ver com a mediação? Bem, trazemos o tema da mediação para que

pensemos como essa discussão se sintoniza e ressoa também no trabalho dos cães-guias. O conceito de mediação abre a possibilidade de compreendermos o lugar do cão-guia nas vidas das pessoas cegas e o das pessoas cegas nas vidas desses cães. Este é um caminho de argumentação que nos levará também a acionar uma certa história da deficiência.

Como dito anteriormente, há formas distintas de se relacionar com o público em um museu, sendo guia ou mediador, as práticas engendradas por cada uma dessas funções são capazes de criar relações com diferentes potências. No caso do guia, função essa que também nomeia o trabalho que os cães-guias fazem, há uma distribuição assimétrica nas posições de quem ocupa esse campo relacional. Ao guia, tanto no museu quanto na função dos cães, há a expectativa de que esses cumpram um conjunto de comandos pré-estabelecidos antes de um encontro, que assumam posições de neutralidade e que se atentem, de forma menos interativa, ao caminho que deve ser percorrido.

Tais relações, organizadas nesses termos, produzem um distanciamento entre quem guia e

quem é guiado, entre quem segue e quem é seguido, entre quem fala e quem é ouvido, entre quem detém as informações e quem irá adquiri-las. E no caso dos cães-guias, o que se passa? Se, por um lado, historicamente nos relacionamos com os animais de modo a docilizá-los, a desacreditar de suas habilidades de inteligência, aprendizagem e comunicação, por outro lado, quando uma pessoa cega aceita constituir uma parceria com um cão, precisa creditar a ele a sabedoria na condução de seus passos e decisões que serão por ele tomadas.

Longe de serem objetos neutros, produtores da independência das pessoas cegas, o cão-guia é agente e garantia de que a pessoa cega não estará sozinha. No caso de uma de nós, mulher-cega-com-guia, não estar mais sozinha, diz respeito a colocar em xeque o isolamento que pessoas com deficiência experimentam num mundo corponormativo e capacitista. Tal isolamento restringe nossas articulações com as pessoas, com o mundo. Neste ponto, é importante sublinhar os efeitos que os cães-guia produzem na cidade, nas instituições, nas vidas de outras pessoas e, principalmente, nas vidas das pessoas

com deficiência: são efeitos que os colocam, é nossa afirmação, mais próximos de ações mediadoras do que do exercício de um guia.

A hora de voltar para casa já se aproximava. Com duas amigas, fui almoçar antes de voltar. Uma delas me levaria até o táxi... Que alívio! Aquela tensão que parecia dizer respeito só à minha vida, de repente foi dividida com ela. Uma tensão constante de não saber o que me espera quando circulo pela cidade com a Pucca. Pela nossa proximidade, por já saber dos desafios que Pucca e eu enfrentávamos em nossas andanças, dessa vez eu não precisei lançar mão de nenhuma instrução, afinal de contas ela já as conhecia. O local onde eu pegaria um táxi era a saída de um shopping. Em geral, por ali se formava uma fila, era um ponto onde taxistas deixavam pessoas que chegavam ao local e levavam as que queriam sair. Para minha surpresa, naquela hora em que chegamos, não havia fila. Chegarei rapidinho em casa, pensei! Pensei como alguém que vez ou outra insiste em acreditar que os caminhos não são feitos de atritos, de pedras rochosas... Como se o próprio ato de circular não trouxesse consigo um trabalho, uma tradução de mundo. O primeiro taxista dos muitos que, diferente do que acontecia de manhã, estavam livres, não quis fazer a corrida, disse que não transportava cães. O segundo pouco quis ouvir a minha amiga a respeito da presença do cão. À medida que

os táxis iam recusando as corridas, uma fila ia se formando atrás da gente. Um grupo de homens, que deviam estar no final do almoço, sei lá, conversavam atrás de nós. Os taxistas continuavam a recusar as corridas, a fila aumentava, a ansiedade também. Agora eu e a amiga que me acompanhava estaríamos sozinhas? Foi o que pensei! Os carros que não nos levavam pararam para pegar as pessoas que estavam atrás de nós, como se aquela fila não fosse uma única fila. Como se nós não fôssemos as primeiras. Mas ainda que os carros parassem para levar as outras pessoas, elas não iam. Fui ouvindo um combinado do grupo de rapazes, um combinado feito entre eles, que dizia que eles não pegariam o táxi que tivesse recusado a nos levar. Fiquei tocada... Mais uma vez aquele problema deixou de ser só meu, só da amiga que estava comigo e foi redistribuído. Ao mesmo tempo em que ele ia sendo redistribuído, para mim, ele ia sendo também traduzido. Traduzir é fazer invenções na sua própria língua... Algumas mulheres que estavam no final da fila perguntaram por que a fila não andava, afinal de contas, táxis não faltavam. Os rapazes responderam que era porque eles não queriam me levar. Eu não sabia que eles estariam ali, não sabia que estavam se tivessem pegado o primeiro táxi

que recusou fazer a nossa corrida, mas eles recusaram a corrida de vários taxistas. Eles tiveram o seu caminhar interrompido por outras vidas. Foram tomados por isso? Tomaram isso para eles? Não sei... Mas tiveram o seu caminhar interrompido e só seguiram de novo quando nós seguimos! (Memórias de um encontro, 2014)

No ano de 2010, dois acontecimentos marcaram a vida de uma das autoras: a chegada da Pucca, cão-guia, e o começo do trabalho como mediadora em um espaço museal. Pucca era uma golden retriever de pelo dourado, corpo robusto. Sua função era, inicialmente, guiar. Cabia a ela levar sua humana, mulher cega, pelo mundo afora. Porém, há ainda quem suponha que a função de um cão-guia é a de obedecer comandos. Com um protocolo determinado do que é ser uma guia, ela deveria executar sua função.

A questão é que um cão-guia é um ator não-humano⁵ capaz de produzir deslocamentos, colocar questões, evidenciar as negociações

⁵ Na teoria ator rede, o ator é definido a partir do papel que desempenha, do quão ativo, repercussivo é, e quanto efeito produz na sua rede, portanto, pode-se dizer que pessoas, animais, coisas, objetos e instituições podem ser um ator. Já a rede representa interligações

de conexões – nós – onde os atores estão envolvidos. A rede pode seguir para qualquer lado ou direção e estabelecer conexões com atores que mostrem alguma similaridade ou relação.

necessárias para o sucesso de um encontro. Um cão-guia é capaz de mediar. Se a presença de uma pessoa cega no mundo ainda é um fator inusitado, a presença de pessoa-cega-com-cão-guia é ainda mais inusitada, um ator imprevisível em quase todos os espaços. Faz-se necessário o tempo inteiro articular nossas presenças nesses espaços. Dizemos “nossas” para marcar que no corpo-mulher-com-cão-guia o que há, logo de saída, é a conexão, o vínculo: o hífen supra mencionado.

Que o pessoal é político, nós aprendemos com as feministas negras e chicanas (Anzaldúa, 2000; hooks, 2019). Quando uma experiência pessoal, aparentemente anedótica, toca outras vidas, ela tece um nós, um coletivo. É justo neste ponto que o pessoal é político. Não se trata de tomar a narrativa pessoal como confessional ou como uma impureza a ser retirada dos trabalhos acadêmicos. Trata-se, antes, de afirmar que a pesquisa - e a escrita - são localizadas, isto é, corporificadas num emaranhado de conexões. Escrever e narrar com as memórias de uma de nós é um gesto político de deixar os rastros no texto: os rastros dos coletivos que nos fazem

agir no mundo, do que nos “fazem fazer”. A duplicação do verbo fazer na última frase indica que a ação é sempre coletiva e articulada num emaranhado de conexões e não oriunda de um ponto isolado ou de alguma origem única. Na memória que narramos, à mulher-cega-com-guia se articularam a rua, os táxis, as filas, a organização de quem pega e quem não pega o táxi. Ali, naquela cena, um ato político de insurgência era agenciado por um grupo muito heterogêneo. Aqui, na escrita, reverberamos o ato político para levá-lo mais longe, para que ele alcance mais vidas. É por isso e para isso que escrevemos, que narramos com nossas memórias.

Segundo Camila Andrade (2020), o trabalho no setor de educação de um espaço museal assenta-se numa política de atuação que, para a autora, é a mediação como prática e não como função. Ou seja, segundo Andrade (2020), a mediação cultural é estruturada a partir da perspectiva prática, a partir da atuação e das relações que podem ser estabelecidas no contato com os sujeitos que compõem os contextos sociais em questão. É nessa sintonia em que tomamos a mediação como ação, como

prática de abertura e disponibilidade ao outro, feita também pelos não-humanos e, mais precisamente, pelos cães-guias.

A discussão que propomos acerca da mediação não está separada das discussões artísticas. Tradicionalmente, a fruição artística é considerada num sentido passivo de espectador, isto é, numa relação de distanciamento entre a obra exposta e o espectador. De modo similar, como falamos, o guia atua em museu também numa relação distanciada em relação tanto à obra quanto aos espectadores, já que é ele quem passa as informações sobre a obra aos visitantes do museu. É o guia quem "sabe" sobre a obra. O espectador é quem recebe a informação. Na contramão dessa concepção, artistas como Hélio Oiticica⁶ e Lygia Clark⁷ fazem outras propostas para a fruição da obra de arte. Esses artistas se

interessaram e propuseram atividades colaborativas no campo das artes, com uma rede interdisciplinar, promovendo o trabalho com comunidades amplas, não necessariamente com o público já habituado aos espaços museais. Por essa via, promoveram uma democratização das relações, da ética criada e valorizada na discussão da arte (Andrade, 2020).

Hélio Oiticica e Lygia Clark são dois dos artistas mais revolucionários de seus tempos. Seus trabalhos foram experimentais ao longo de toda a vida, rompendo com o conceito de obra de arte como um objeto, como algo fora de nós, para o de relação entre artista e público. Reconhecidos internacionalmente como dois dos mais importantes artistas da arte contemporânea, suas obras passaram a se preocupar com o corpo em ações diretas nas obras de arte, atuando na contramão da atitude contemplativa

⁶ Hélio Oiticica (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1937 – idem, 1980). Artista performático, pintor e escultor. Sua obra caracteriza-se por um forte experimentalismo e pela inventividade na busca constante por fundir arte e vida. Seus experimentos, que pressupõem uma ativa participação do público são, em grande parte, acompanhados de elaborações teóricas, com a presença de textos, comentários e poemas. Para mais, ver: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa48/helio-oiticica>>. Acesso em 14 dez. 2025.

⁷ Lygia Pimentel Lins (Belo Horizonte, Minas Gerais, 1920 – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988). Pintora e escultora. Trabalha com instalações e body art e destaca-se por trabalhar com a relação no campo da arte terapia. Propõe a desmistificação da arte e do artista e a desalienação do espectador, que compartilha a criação da obra. Para mais, ver: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1694/lygia-clark>>. Acesso em 14 dez. 2025.

que por muito tempo definiu o que se esperava do espectador (Alves, 2020).

Ao longo de suas trajetórias, investiram em propor cada vez mais relações sensoriais e corporais por parte do espectador, gerando uma nova percepção de obra de arte. É o auge da dessacralização da obra de arte e da aproximação entre arte e vida – a arte como extensão humana. Os trabalhos deixam de ser “obras” para serem propostas abertas ao público e por ele completadas (Alves, 2020).

As discussões levadas adiante pelas obras de Oiticica e Clark a respeito da democratização da arte, da ética, da valorização da colaboração, da desierarquização e da democracia passam a ser valores ligados à prática artística. Desse modo, esses artistas, ainda que com objetivos e produções diversos, permanecem ligados “pela crença na criatividade da ação coletiva e nas ideias compartilhadas como forma de tomada de poder” (Andrade, 2020, p. 147). A arte em questão, portanto, é pensada mais como um modo de existência do que como um produto, do que como produção de objetos. É como um processo de experimentação social, um percurso cartográfico, aprendendo no caminho

como operar a complexidade dos cruzamentos de linguagem entre arte, ciência, educação e espaço museal, que a arte se torna, com esses artistas, um campo expandido para além das convenções estabelecidas.

O que propomos nesse texto é que pensemos a ação dos cães-guia não no sentido clássico do guia, como já explicitado nas linhas anteriores. Mas sim no sentido da mediação como uma prática cujo fio histórico se liga ao que Oiticica e Clark propuseram no campo das artes. O que queremos dizer com isso? Queremos sublinhar que o trabalho do cão-guia longe de ser o de um objeto ou de um ser passivo que apenas atende a comandos, é um trabalho de mediação, de experimentação, tal como proposto pelos artistas brasileiros que revolucionaram a história da arte. A arte, nesse recorte, é reafirmada como atitude ou modo de receber e devolver, de negociar, que, de alguma maneira, deve ser modulado pelas diferenças que acontecem em cada espaço, em cada indivíduo.

Nessa perspectiva, Andrade (2020) retoma a afirmação de que a mediação é estar entre muitos: “nos colocando na condição e na posição de

quem também há de viver uma experiência e a potencializa, despertando corpos, caminhando juntos, levando e sendo levado” (Andrade, 2020, s/p). É isso o que define o trabalho de um cão-guia.

A mediação

Era fevereiro de 2018. Eu que conheci o Astor no dia 3 de janeiro desse mesmo ano havia finalizado há uma semana o nosso processo de adaptação, que, confesso, não foi fácil. Pucca havia trabalhado comigo por anos, até a chegada de sua aposentadoria. O grau de conexão que criamos ao longo desses anos me fez esquecer os percalços do início e mais, permitiu também sublinhar todas as diferenças entre eles. Ele não era ela, eu não o conhecia, ele não me conhecia. Não tínhamos nenhuma conexão nem tampouco eu havia, durante o nosso processo de adaptação, ficado sozinha com ele, feito saídas apenas com ele, visto que essa é uma determinação desse primeiro momento.

Outra raça, outro tamanho, outro peso, outra forma de andar, outra forma de se comunicar. Se com Pucca eu me sentia deslizando pelas ruas da cidade, com Astor as

ruas se tornavam uma grande e radical trilha, uma aventura. Divertido que só ele, seguíamos nós a saltar rapidamente pelos rumos que tomávamos. Voltamos em fevereiro. Eu havia comprado dois disputadíssimos ingressos para a montagem de Bia Lessa da obra Grande Sertão Veredas⁸. A peça estava em cartaz no CCBB do Rio de Janeiro, lugar⁹ bem conhecido por mim e recém conhecido por Astor. No centro da rotunda, localizado no térreo do prédio, o cenário estava posto. Sem recursos de acessibilidade, eu contaria apenas com as falas dos personagens e as descrições feitas de modo informal pela pessoa que estava comigo. Portas abertas, entrada liberada, fomos eu, Astor e minha companheira para nossos lugares. Sentamos e posicionei o Astor debaixo da cadeira onde estava sentada, próximo aos meus pés, de modo que eu conseguisse abraçá-lo com as pernas e senti-lo durante o espetáculo, ao meu lado direito, minha companheira. Primeiro sinal, segundo sinal, terceiro sinal. Começa o espetáculo. Os atores começam a ocupar o centro do cenário, em torno do qual o público estava posicionado, incluindo nos três.

Sons de corvos, acompanhados de uma forte

⁸ Dirigida por Bia Lessa, a peça baseada em obra do mineiro João Guimarães Rosa tem Luiza Lemmert, Caio Blat, Leonardo Miggiolin e Luisa Arraes no elenco. Na trama, encenada dentro de uma espécie de gaiola de andaimes instalada na área de convivência do Sesc Pompeia, o jagunço Riobaldo faz um pacto com o demônio para sobreviver no sertão e tenta

reprimir o amor que sente pelo colega Diadorim.

⁹ Aqui falo do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB/RJ) como um lugar bem conhecido por mim. No momento dessa experiência eu estava no fim de uma jornada de dez anos de trabalho no espaço.

expressão corporal, o "palco" sendo tomado a cada segundo por mais corvos, que levaram Astor ao desespero. Levantando-se rapidamente, chorando e tremendo, ele que acompanhava atento o espetáculo foi completamente tomado por ele.

Naquela cena saímos correndo, nos três. Sentados do lado de fora do teatro, liguei desesperada para o treinador que, ao ouvir sobre o acontecimento, me disse: "Ele está com medo e só precisa do seu suporte, tudo isso é muito estranho para ele". Levamos tempo ali com ele, acariciando e acalmando a nós mesmas até que o susto tivesse passado. Naquele dia, não vimos a peça, mas entendi completamente a força que ela tinha. (Memórias de um encontro, 2018).

Essa noite foi muito marcante. Era o grande sertão em pleno Rio de Janeiro. O espetáculo era incrível, mas sem recursos de acessibilidade. O que ninguém imaginava, nem a mulher-cega-com-cão-guia, era que o Astor faria a mediação da obra. Ele foi um mediador cultural - e dos bons! Foi uma *mediação* inesperada. Pois é, acreditem, foi isso o que aconteceu, o Astor havia ali feito uma mediação estética, tornando acessível a estética daquela obra para sua humana, uma mulher cega. Nenhuma descrição objetiva da obra teria provocado na mulher o tremor sentido, nem teria feito

a faria correr junto do cão, como ele fez quando foi tomado pelo "acontecimento dos corvos". Eram corvos no palco. Atores-humanos-corvos. E eles eram assustadores.

A questão que há para ser explorada a partir do amálgama cão-guia-mulher-cega é: o que esta conexão *faz fazer* o cão? O que esta conexão *faz fazer* com a deficiência, com a pessoa com deficiência? A questão não era restituir à mulher a visão perdida. Nem tampouco transmitir informações objetivas sobre a peça. Astor foi afetado pela obra. Ele participou ativamente da cena e fez chegar à sua humana um sentido da obra, uma tensão, um medo que se fazia presente no encontro entre ele e a obra. É uma mediação que não parte do que no outro falta, parte do que a obra faz fazer. Mediação estética levada adiante por um cão-guia que, ao mesmo tempo que desloca o sentido clássico de guia, coloca em xeque a concepção de deficiência como falta.

A acessibilidade estética tem como intenção fazer uma ativação sensorial da interação entre público, corpo, obra, artista e movimentos artísticos. Não é uma questão de transmissão de informações porque

essa, por si só, não é capaz de suscitar em pessoas cegas, como uma das autoras desse texto, o potencial artístico de uma obra, ela não nos permite experimentar a obra de arte. A informação é capaz de nos informar a respeito de algo ou alguma coisa, mas não de nos fazer sentir.

O episódio no teatro com o Astor traz à tona uma acessibilidade estética. Longe de tomar aquele seu comportamento como inaceitável, um erro ou um desvio para um cão-guia muito bem treinado, o que seria compreensível caso se esperasse dele uma posição mecânica e neutra diante de um espetáculo contemporâneo, o que a autora viveu naquele dia foi o medo, a insegurança e o perigo do sertão, encenado na sua pele e no corpo do Astor.

Se a mediação acontece no laço, pelo vínculo, é preciso considerar que o cão-guia também faz laço, faz vínculos com os espaços, pessoas e, inclusive, com os espetáculos que frequenta com a mulher-cega. Astor é um ator ativo no seu processo de ocupação do mundo; um mundo partilhado com sua humana, com muitos. Para além de seu trabalho exemplar como guia, do seu

reconhecimento dos comandos e da sua habilidade como guia, a maneira como Astor toma o mundo é mediação.

Ao longo desse percurso no campo da arte, provocada por encontros com artistas como Hélio e Lygia, uma das autoras passou a propor, em equipe, modos experimentais de desenvolver programas e dispositivos de acessibilidade que possibilitem incluir, principalmente, pessoas com deficiência em museus e centros culturais. Nesse ponto, começava a se desenhar um conjunto de inquietações. Quais são as maneiras possíveis de se ocupar o espaço do museu? O que significa propor maneiras experimentais de desenvolver programas e dispositivos de acessibilidade?

Em consonância com os pensamentos de Oiticica, nos referimos ao termo "experimental" a partir de seus estudos e de suas parcerias, que, ao priorizarem a arte como um processo contínuo de estudo entre corpo, artista, espectador e obra, acreditavam que a ação artística era derivada das experiências vividas. Nesses termos, ao longo das produções desses artistas, o experimental serviu para

designar a busca de liberdade em utilizar variados materiais, de maneiras múltiplas, como artifício artístico, a partir de novas mídias e novas propostas, como o "caminho sensorial" em que o corpo é entendido como força motriz. O resultado do experimental é que ele é livre, pois não se repete (Alves, 2020).

Assim, o conceito de experimental traz novos valores e novas leituras para o campo da acessibilidade. Assumir o experimental em um trabalho de acessibilidade é assumir que uma obra de arte não tem sentido em si ou que uma curadoria de uma exposição não garante uma leitura por parte do visitante; é garantir que existe e persiste nesse processo experimental uma positividade, algo esperando para emergir (Alves, 2020).

Ressaltamos que cães-guias como o Astor podem estabelecer uma relação de experimentação com as obras de arte com as quais também nos relacionamos. Se, por um lado, com as diferenças de posições que ocupamos

em nossa relação, é a humana quem decide onde irão, os cães aceitam a decisão, mas não deixam nunca de responder a ela do modo como são afetados e tocados no curso dos encontros e caminhos que percorrem juntos.

Afetar e ser afetado: considerações finais

O ano era 2011. Fazia alguns meses que eu e Pucca havíamos nos conhecido e partimos para Salvador com amigas da faculdade para um evento da área, que aconteceria na cidade. Viajamos juntas pela primeira vez. A experiência despertava sensações incríveis de frio na barriga, até um frescor na alma. Lá íamos nós para a Bahia, lugar que eu e ela conheceríamos juntas. Foram sete dias intensos, muitas caminhadas e muitos passeios. Dedicamos ao evento a menor parte da nossa viagem. Em uma de nossas andanças, visitamos uma Casa de Cultura cujo nome me escapa, mas que na época recebia nos jardins uma exposição do escultor francês Rodin¹⁰. Apesar de nessa época eu já estar trabalhando em exposição de arte, eu pouco conhecia sobre a história da arte. Essa visita foi

¹⁰ Auguste Rodin (1840-1917) foi um escultor francês. "O Pensador", "O Beijo" e "A Porta do Inferno" são algumas de suas famosas esculturas. Foi um dos artistas mais influentes do século XX. René-François-Auguste Rodin (1840-1917) nasceu em Paris, França, no dia

12 de novembro de 1840. Filho de um modesto funcionário do departamento de Polícia recebeu apoio da família para suas inclinações artísticas. Para mais, ver: <https://www.ebiografia.com/auguste_rodin/>. Acesso em 14 dez. 2025.

marcante também nesse sentido.

Nas galerias da casa encontramos com obras do Frans Krajcberg¹¹, também escultor, que usa como matéria-prima para suas obras madeiras advindas do processo de queimadas em prol do desmatamento para obtenção de lucros. Suas obras tem cheiro, cheiro esse que chamou a atenção de Pucca em toda a visita. As linhas que imprimiam aos videntes a justa medida de distanciamento das obras eram ignoradas por Pucca, que insistia em cheirar e se aproximar. É muito bonito ver como diferentes formas de conhecer exigem de nós diferentes organizações corporais e espaciais. Pucca para visitar essa exposição precisava cheirar. Ora ela conseguia ora não. Mas fato é que a maior experiência desse dia aconteceu nos jardins. Lá estavam as imensas esculturas de Rodin. Todas de ferro. Nos posicionamos diante de uma escultura de um homem, cuja expressão corporal sugeria que ele estava vindo em nossa direção, apontando um dedo de uma das mãos também em nossa direção, como quem está pronto para travar uma tensa discussão.

Essa foi a descrição que eu ouvia diante da obra, o que muito me ajudou a entender a postura corporal do homem esculpido, mas o que trouxe ali

naquele dia a dimensão estética da obra foi a discussão que Pucca aceitou travar com ele.

Foi isso. Depois de alguns minutos diante da obra, Pucca, que estava sentada, levantou-se e, olhando para cima, para o rosto do homem, começou a andar para trás, dando movimento à cena, ensaiando rosar, como quem tivesse respondendo a um convite feito pelo artista. A tensa discussão ia começar. (Memórias de um encontro, 2011).

É mais uma cena do cão como mediador. Assim como Astor no teatro, Pucca, diante de Rodin, tornou-se uma mediadora estética daquela obra de arte. A descrição daquela obra não tinha trazido consigo a força da expressividade dela. Tal força jamais poderia ser expressa por palavras que a tentassem traduzir. A expressividade é algo com a qual temos, neste contexto, que lidar na carne, na pele.

Ao aceitar o convite da obra, ou melhor, ao ser tomada pelo convite da obra, Pucca assustou sua humana, que teve seu coração tomado por batidas aceleradas, por medo. Medo da postura

¹¹Frans Krajcberg (Kozienice, Polônia, 1921 – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017). Escultor, pintor, gravador e fotógrafo. Autor de obras que têm como característica a exploração de elementos da natureza, destaca-se pelo ativismo ecológico, que associa arte e defesa do meio ambiente. Para mais, ver:

<<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10730/frans-krajcberg#:~:text=Escultor%2C%20pintor%2C%20gravador%20e%20fot%C3%B3grafo,artes%20pela%20Universidade%20de%20Leningra>>. Acesso em 14 dez. 2025.

da cachorra: será que Pucca estava cometendo algum erro no seu treinamento como cão-guia? Há, nos animais, algo que talvez a maior parte de nós tenha perdido diante da vida e também da arte, que é a capacidade de reagir, de se deixar tomar, de responder expressivamente com todo o corpo ao mundo que habita.

O que a relação com os animais nos permite acessar do mundo, das obras de arte e de nós mesmos? Falamos sempre de algum lugar, mas também ouvimos sempre de algum lugar. Somos capazes de ouvir os animais do lugar de onde eles falam? Que humanidade a relação com nossos animais constrói em nós? Que tipo de animalização a humanidade que nos tornamos produz?

Afetar e ser afetado pelas histórias que contamos sobre os animais, contar essas histórias considerando as relações mulher-com-cão-guia, arte, acessibilidade, mediação estética é o que queremos provocar com a escrita deste trabalho. É um conjunto de questões articuladas que se abrem com o que narramos nesse artigo. Como dito, as mediações estéticas levadas adiante por Pucca e Astor deslocaram sentidos dados para

o cão-guia. Deslocaram também os sentidos dados para o trabalho da mediação em espaços museais e colocaram em xeque a narrativa da deficiência como falta, como incapacidade. Afetar e ser afetado talvez seja outro modo de dizer que existimos e sentimos o mundo em relação, no meio de muitos e por meio de muitas mediações.

Referências

- ALVES, Camila Araújo *E se experimentássemos mais?* Contribuições não técnicas de acessibilidade em espaços culturais. Curitiba: Appris, 2020.
- ALVES, Camila Araújo; MORAES, Marcia. Proposições não técnicas para uma acessibilidade estética em museus: uma prática de acolhimento e cuidado. Proposições não técnicas para uma acessibilidade estética em museus: Uma prática de acolhimento e cuidado. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2019, 19(2), 484–502. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/44287>. Acesso em: 6 abr. 2025.
- ALVES, Camila Araújo; MORAES, Marcia. Entre histórias e mediações: um caminho para acessibilidade

estética em espaços culturais. *Psicologia: Ciência e Profissão* Jul/Set. 2018 v. 38 n°3, 584-594. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/kySF7BcdkSQ4dMpNV7cw6Hb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 abr. 2025.

ALVES, Camila Araújo; MORAES, Marcia. *Carta aberta ao mundo da cultura*. Museu do Amanhã. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/publicacao-entre-museus-acessiveis-acessibilidade-carta-aberta-ao-mundo-da-cultura-camila-alves-e-marcia-moraes>. Acesso em: 6 abr. 2025.

ANDRADE, Camila Oliveira. *Como começa um museu?* Um estudo sobre os reflexos da interação entre museu e público. Dissertação (Mestrado em Estudos Contemporâneos das Artes) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2020.

ANZALDUA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas (on-line)*. vol. 8, n.1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 22 abr. 2023.

hooks, bell *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KAUFMAN, Nira & Tabak, Sheina. Inclusão e mediação escolar: Norteadores para uma prática ética. *Educação Online*, (22), 27-42, 2016. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/263>. Acesso em 21 fev. 2024.

KAUFMAN, Nira. *Mediação Escolar: Tecendo Pistas Entre Muitos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2016.

MORAES, Marcia; TSALLIS, Alexandra & MONTEIRO, Ana Claudia Lima. *Fragmentos do cuidar de nossas mães velhas: narrativas encarnadas*. No prelo, 2025.

MARTINS, Mirian Celeste. Mediações culturais e contaminações estéticas. *Revista GEARTE*, [S. l.], v. 1, n. 3, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/gearte/article/view/52575>. Acesso em: 20 ago. 2016.

A narrativa na construção da memória do corpo negro

Nathália Pedrozo Gomes¹

Daniele Caron²

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.67221>

Resumo: As práticas, corporeidades e a luta pelo direito à terra nos quilombos urbanos de Porto Alegre/RS têm a mulher negra como figura central. Diante desse contexto, este artigo reflete sobre as lutas conduzidas por estas mulheres, que, conectadas por uma rede aquilombada, emergem nesses territórios por meio de ações de resistência que desafiam o modelo hegemônico de produção da cidade, estruturado a partir da cor da pele e da valorização da terra privada. A partir da vivência com o Quilombo dos Flores, em Porto Alegre, buscamos refletir como essas práticas afirmam uma produção de espaço urbano quilombola que confronta esse padrão. Para tal, adotamos a narrativa como abordagem teórico-metodológica, a fim de incorporar a linguagem da oralitura, expressa no corpo e na voz, como teoria de luta dessas mulheres. Durante o percurso, observamos que a luta do quilombo urbano é fundamentada pelo direito à terra ancestral, mas também pela prática de cuidado coletivo acionada cotidianamente pelas mulheres negras, aqui compreendidas como *iyá lodès*. São elas que atuam como elos de força ao sustentar uma rede de resistência mobilizada contra o racismo institucional, ao mesmo tempo em que promovem articulações comunitárias no bairro, rompendo com a visão do quilombo urbano como território isolado. Eles transcendem os limites impostos pelo padrão de cidade racista como uma rede de liberdade e luta, sustentada e interligada por estas protagonistas.

Palavras-chave: mulher negra; narrativa; quilombo urbano; *Iyá lodès*; Quilombo dos Flores.

Narrative in the construction of Black Body Memory

Abstract: The practices, corporealities, and the struggle for land rights in the urban quilombos of Porto Alegre/RS have Black women as central figures. In this context, this article reflects on the struggles led by Black women, who, connected through an aquilombamento network, emerge in these territories through acts of resistance. These actions challenge the hegemonic model of urban production, structured around skin color and the valorization of private land. Drawing from experiences with the Quilombo dos Flores in Porto Alegre, we seek to reflect on how these practices affirm a quilombola mode of urban space production that confronts this pattern. For this, we adopt narrative as a theoretical-methodological approach, to incorporate the language of orality, expressed through body and voice, as a theory of struggle for these women. Throughout this process, we observe that the struggle of the urban

¹ Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: nathipgo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1472-2117>.

² Doutora em Urbanismo pela Universitat Politècnica de Catalunya (UPC). Docente da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: daniele.caron@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6546-6579>.

Recebido em 01/04/2025, aceito para publicação em 25/08/2025.

quilombo is grounded in the right to ancestral land, but also in the practice of collective care, led by Black women. These women act as bonds of strength that sustain a resistance network, mobilized against institutional racism at the same time as they promote community-based articulations in the neighborhood, breaking with the perception of the urban quilombo as an isolated territory. They transcend the limits imposed by the racist urban model as a network of freedom and resistance, sustained and interconnected by their leadership.

Keywords: black woman; narrative; urban quilombo; *iyá lodès*; Quilombo dos Flores.

La narrativa en la construcción de la memoria del cuerpo negro

Resumen: Las prácticas, corporalidades y la lucha por el derecho a la tierra en los quilombos urbanos de Porto Alegre/RS tienen a la mujer negra como figura central. Ante este contexto, este artículo reflexiona sobre las luchas lideradas por estas mujeres, quienes, conectadas a través de una red aquilombada, emergen en estos territorios mediante acciones de resistência que desafían el modelo hegemónico de producción de la ciudad, estructurado a partir del color de piel y la valorización de la tierra privada. A partir de la experiencia con el Quilombo dos Flores, en Porto Alegre, buscamos reflexionar sobre cómo estas prácticas afirman una producción del espacio urbano quilombola que confronta este patrón. Para ello, adoptamos la narrativa como enfoque teórico-metodológico, con al intención de incorporar el lenguaje de la oralitura, expresado en el cuerpo y la voz, como teoría de lucha de estas mujeres. A lo largo del recorrido, observamos que la lucha del quilombo urbano se fundamenta en el derecho a la tierra ancestral, pero también en la práctica del cuidado colectivo accionada por las mujeres negras, aquí comprendidas como *iyá lodès*. Son ellas que actúan como vínculos de fuerza que sostienen una red de resistencia movilizadora contra el racismo institucional, al mismo tiempo que promueven articulaciones comunitarias en el barrio, rompiendo con la visión del quilombo urbano como un territorio aislado. Trascienden los límites impuestos por el modelo de ciudad racista como una red de libertad y lucha, sostenida e interconectada por estas protagonistas.

Palabras clave: mujer negra; narrativa; quilombo urbano; *iyá lodès*; Quilombo dos Flores.

A narrativa na construção da memória do corpo negro

Introdução

A presença dos quilombos no meio urbano, marcada pelos corpos negros que os constituem, interpela o modelo hegemônico de produção da cidade. Esse modelo, sustentado por um sistema de poder que opera a partir de padrões racistas, capitalistas e individualistas, impõe normas que regulam aspectos político-sociais,

impactando diretamente as práticas culturais e religiosas de grupos que não se alinham ao padrão estabelecido. Mas de que maneira esses corpos seguem subvertendo essas normas? Para compreender essa dinâmica, é fundamental reconhecer a cidade como “um campo discursivo em permanente disputa” (Caron *et al.*, 2020, p. 62). Quais discursividades atravessam o

cotidiano urbano sem serem amplificadas na trama da cidade? São narrativas negras que reverberam em nossos corpos, gestos, olhares e falas.

Para este texto, partimos da premissa da indissociabilidade entre a construção dos nossos corpos – enquanto sujeitas-mulheres e pesquisadoras³ – e as histórias de vida dos corpos negros que encontramos ao longo do caminho de pesquisarCOM (Moraes, 2014). A experiência de pesquisar com mulheres negras evidencia que a luta negra, em especial a quilombola, não está apartada da realidade urbana que nos circunda. Foi nesse percurso, entre “andanças aquilombadas”, que nos aproximamos do Quilombo dos Flores, liderado por Geneci Flores em Porto Alegre. Este texto se desdobra entre vivências, memórias e as relações comunitárias

que esse território estabelece com a cidade.

A base da luta quilombola é a luta pelo direito à terra: embora a Constituição Federal de 1988 “garanta” o direito à terra quilombola, na prática, a emissão dos títulos não se concretiza. A morosidade desses processos impõe a esses territórios um estado constante de vulnerabilidade, submetendo suas comunidades a violências psicológicas, morais e físicas diante da iminência de despejos, remoções forçadas e ameaças à vida. A família Flores está no território há aproximadamente cinquenta anos, e o processo de titulação iniciou apenas em 2014. Ainda sem a segurança da terra em mãos, o quilombo enfrenta desafios constantes, como tentativas de apropriação do espaço e estigmatização da vizinhança. Após um episódio de esbulho possessório⁴ causado por uma

³ Aqui cabe sinalizar que este texto resulta da dissertação “Orality das *Íyalodês* na luta pela produção do espaço urbano quilombola em Porto Alegre”, cujo processo se desenvolveu entre 2022 e 2024 no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS. A aliança entre nós, orientanda e orientadora, foi forjada pela diferença na cor da pele e, ao mesmo tempo, pelo mesmo entendimento sobre as exigências ético-políticas que se afiguram em pesquisas que buscam modos colaborativos e não extrativistas de fazer ciência. Neste sentido, as vivências no território quilombola foram

realizadas somente por Nathália, ainda que todo o processo tenha sido amplamente discutido durante as orientações da pesquisa.

⁴ Esbulho possessório é um termo jurídico que se refere à situação em que alguém é privado da posse de um bem ou propriedade de forma ilegítima, ou seja, é despojado da posse de um bem contra a sua vontade e sem a devida autorização legal. No caso das comunidades quilombolas, o termo é utilizado, principalmente, para referir-se a situações nas quais as comunidades são despejadas ou

instituição de educação privada vizinha, que usurpou e desconfigurou significativamente a área do terreno, as pessoas que habitam o quilombo uniram esforços com outras comunidades e movimentos sociais, que enfrentam desafios semelhantes relacionados ao direito à terra, para continuar no território.

Nêgo Bispo (2023), líder quilombola, ensina-nos que a terra não nos pertence: somos nós que pertencemos a ela. Entendemos com Bispo a diferença entre o "bem viver" e o "viver bem". Enquanto o "bem viver" se refere ao saber orgânico da vida, relacionado ao envolvimento com o ser e à valorização da coletividade, impulsionada pelo quilombamento, o "viver bem" está relacionado ao conhecimento sintético, que valoriza a posse material e o capital. Geneci Flores⁵, atual liderança do Quilombo dos Flores, faz eco às palavras de Nêgo Bispo quando diz que o território dos Flores é seu próprio umbigo, um espaço de valor ancestral. Um território que, atualmente, se estende para além da demarcação, subvertendo a lógica

privada de cidade para algo mais profundo, voltado para o uso comunitário.

Além da falta de coletividade, na perspectiva colonial, temos também a falta de envolvimento com aquilo que não é concreto, o que não está escrito ou não está visto. Durante a experiência de pesquisarCOM (Moraes, 2014), entendemos que, diferente das narrativas ocidentais que privilegiam a linguagem discursiva escrita, os povos africanos têm a ancestralidade relacionada a todas as suas práticas sociais. Não dependem somente da linguagem escrita como modo de transmissão de conhecimento, mas têm como cerne a inscrição das grafias performadas pelo corpo e pela oralidade (Martins, 2021; Bispo dos Santos, 2023).

Este texto tem a intenção de discutir os caminhos percorridos durante uma experiência de pesquisa com Geneci Flores, refletindo sobre como a narrativa enquanto abordagem metodológica contribui para a compreensão e valorização das práticas coletivas, da resistência

sofrem alguma ação sobre a terra de forma ilegal ou injusta.

⁵ Geneci Flores autorizou o uso de voz e imagem no corpo do presente texto.

quilombola e das práticas de cuidado que emergem nesses territórios urbanos. Por meio da narrativa e da oralidade, buscamos também apontar para a potência dessas metodologias no contexto acadêmico relacionado aos estudos urbanos, uma vez que acionam um tipo de produção do conhecimento que se dá a partir das experiências vividas com comunidades quilombolas, em uma relação dialógica que reconhece a diferença em suas diferentes dimensões.

Corpo, memória e narrativa

Nosso conhecimento é moldado pelas histórias que ouvimos. Quanto maior for a quantidade, os encantamentos (Simas, 2019) e os redizeres (Cabral et al., 2021)⁶ dessas histórias, mais completa se torna a nossa compreensão sobre a vida, além da construção de memórias e de saberes. A escrita, um instrumento de inscrição da memória, é considerada o modo de expressão mais valorizado do Ocidente. Nessa linha de raciocínio,

⁶ Neste texto de Ana Cabral Rodrigues, em conjunto com outras coautorias o redizer nos remete a uma operação tecida por "diferentes linguagens, superfícies, temporalidades: enquanto rasura e resto; enquanto recusa a um reencontro com um mesmo e rastros dos não-ditos, entreditos, do sem-nome (GPMC, 2018);

segundo Leda Martins (2021), os meios de conhecimento e de preservação da memória, disseminados pela hegemonia ocidental, concentram-se em livros, museus e documentos escritos. Com ênfase em um único modo de transmissão do saber, são elaboradas estratégias de exclusão e apagamento dos saberes de outros povos, que privilegiam outras formas de expansão e fixação de conhecimento, que para os europeus, eram "considerados hereges e indesejáveis" (Martins, 2021, p.34).

Em resposta a essas tentativas de apagamento do povo negro, Chimamanda Ngozi Adichie (2019) chama a atenção para o "perigo da história única", alertando para os riscos que surgem quando acreditamos em narrativas influenciadas pelo princípio de *nkali*, um substantivo africano que significa "ser maior do que o outro". Esses dizeres, a partir de lugares de poder, na maioria das vezes, não refletem a realidade de um povo em sua complexidade.

enquanto abertura, incompletude, um 'sempre por se fazer' e também jogo palavrório, como uma parlenda ou perlenga que nos inscreve (corpos e dizeres) tanto em travessias e travessuras das palavras, quanto em suas disputas." (2021, p. 119).

[...] comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos [...] comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente (Adichie, 2019, p. 23).

Apesar de todas as formas de repressão e de demonização de outras culturas, disseminadas pelo colonialismo, por meio de um *continuum* (Nascimento, 2021) de resistências, a memória e as histórias vinculadas ao corpo negro não são estáticas, elas atualizam-se em uma série de práticas corporais e ritualísticas (Touam Bona, 2020). Ao longo de um tempo que elegeu contar-se pela perspectiva colonialista, essas práticas garantiram a sobrevivência de uma corporificação de memória e de saberes, que resistiram ao domínio colonial, "seja por camuflagem, por sua transformação, seja por inúmeros modos de recriação" (Martins, 2021, p. 35).

Os conhecimentos trazidos oralmente são importantes para a elaboração epistêmica africana, na qual a oralidade é dominante, mas não é exclusiva no campo do conhecimento cultural, pois o corpo também assume

um lugar importante. Nessa via de raciocínio, Leda Martins traz o sentido da palavra oraliturizada, que "se inscreve no corpo e em suas escansões. E produz conhecimento." (2021, p. 32). A poética que se forma entre um repertório oral e corporal constitui a oralitura enquanto linguagem e saber.

A oralitura vai além da transmissão pela fala, ela envolve aspectos performáticos, corporais, rítmicos e simbólicos fundamentais para a comunicação e a preservação da memória coletiva e afrodiáspórica. Ou seja, a oralitura não é apresentada somente pela palavra proferida, mas também por outros aspectos narrativos de composição dessa possibilidade de narrar, que está ligado à gestualidade, musicalidade, visualidade e sonoridades expressas pelo corpo.

A linguagem vinda das manifestações vocais e corporais reativa memórias do corpo, que se manifestam em práticas culturais e sociais, e que "oferecerão o antídoto à zumbificação escravista" (Touam Bona, 2021, p. 23). O corpo e a voz assumem um modo de expressão, empoderamento e transmissão de conhecimento, pois, através deles,

expressamos quem somos, o que nos move, o que nos forma, e também o que nos compreende enquanto grupo e comunidade (ibidem, 2021).

Grafar o saber não era, então, sinônimo de domínio de um idioma escrito alfabeticamente. Grafar o saber era, sim, sinônimo de uma experiência corporificada, de um saber encorpado, que encontrava nesse corpo em performance seu lugar de ambiente de inscrição. Dançava-se a palavra, cantava-se o gesto, em todo movimento ressoava uma coreografia de voz, uma partitura de dicção, uma pigmentação gratificada da pele, uma sonoridade de cores (Martins, 2021, p.36).

À margem de uma produção urbana contemporânea que continua a homogeneizar e a invisibilizar as expressividades negras, a mulher negra e quilombola atravessa padrões discriminatórios de um Estado que produz a mortificação da vida negra (Mbembe, 2018). Esses padrões disparam a necessidade de que elas adotem ações de empoderamento baseadas na ancestralidade, que amparam seus corpos conforme o contexto em que estão inseridos, seja ele urbano, político, comunitário, seja no território quilombola.

Diante da multiplicidade de agenciamentos urbanos, uns baseados no capital, outros na sobrevivência, é necessário compreender a realidade da cidade “como um campo discursivo em permanente disputa” (Caron et al., 2020, p. 62). Precisamos nos apoiar em elementos analíticos que nos permitam ver modos de existência, pessoas, comunidades e organizações que têm sido silenciadas. Para tal, o ato de escuta se torna um elemento basilar para compreender a complexidade urbana dos territórios, exigindo atenção ampliada às diferentes dimensões que constituem o ato de narrar.

Deste modo, em consonância com a perspectiva da oralitura, assumimos a narrativa como abordagem teórico-metodológica, buscando realizar um esforço crítico que abra passagem para as discursividades que foram e, ainda hoje, são deliberadamente aniquiladas pelas forças coloniais em permanente atualização. Entendemos o ato de narrar como um fazer conjunto que exige, sobretudo, um reposicionamento ético e político de quem pesquisa. E assim, sustentar alianças que evoquem projetos societários que se pautem pela ruptura de um regime discursivo que

instaura modos exploratórios, racistas e patriarcais de fazer cidade.

Na experiência de pesquisa com o Quilombo dos Flores, evocamos modos de narrar com mulheres negras para compreender os conflitos e as tensões provocadas pelo sistema mundo moderno-colonial (Quijano, 2005). Quando aliada à palavra oralitizada, expressa pelo corpo e pela voz como linguagem, a experiência de pesquisa abre passagem para memórias afrodiaspóricas como expressão da experiência, entendidas aqui como teoria de luta para os estudos urbanos (Caron et al., 2020).

Ao longo da pesquisa com estas mulheres, pudemos aprofundar a compreensão do processo de transmissão implicado na narrativa, acolhendo com a oralitura os gestos, ritmos, formas e sons inscritos no corpo, e que ressignificam as memórias e experiências negras. Na aproximação e convívio com essa oralidade, ancestral e ao mesmo tempo cotidiana,

evocada corporal e performaticamente, forjamos um tipo de pesquisa que busca lugar na experiência compartilhada das vivências com o quilombo.

Em correspondência com elas, as *Ìyálodès*

A escolha de uma experiência de pesquisa junto às *Ìyálodès*⁷ – mulheres do quilombo dos Flores – não estava clara desde sempre, tampouco tínhamos conhecimento sobre a potência delas como figuras de liderança. Essas definições foram emergindo por meio de um processo que não se encerra, que é cíclico e se repete ao longo de um continuum de vivências experienciadas durante o nosso pesquisarCOM (Moraes, 2014). A aproximação junto à comunidade exige uma postura de responsabilidade, que impossibilita separar a memória do nosso corpo das trocas vividas. Dada a intenção de não objetificar as pessoas com quem nos relacionamos durante a experiência de pesquisa, a preposição “com” assume

⁷ As comunidades negras têm o seu funcionamento a partir da mãe, da avó, da tia ou da matriarca, ocupando o eixo estruturante das relações. Portanto, para abarcar essa significância, trazemos a simbologia da –

lalodê, a forma brasileira para a palavra em iorubá – *Ìyálodè* ou *Ìyálóòde* – figura de liderança política em regiões Iorubás na África, representando também a líder entre as mulheres.

uma contraposição totalmente diferente da locução “a partir de”.

A observação-participante (Ingold, 2016) torna-se uma possibilidade de trabalho coletivo, pois, diferente de um método de coleta de dados, ela assume um modo antropológico de trabalho, que significa ‘estudar com as pessoas’ e ‘não fazer estudos sobre elas’. A diferença está na intenção de não buscar soluções finais, mas outros caminhos nos quais as trocas podem acontecer.

Esse modo de trabalho se relaciona com a observação que vem de dentro. Observar, nesse sentido, não significa objetificar o outro; muito pelo contrário, é mediante um movimento de percepção atenta sobre o que acontece no entorno e sobre o que as pessoas envolvidas estão dizendo e fazendo. É olhar, escutar e participar e, assim, responder conforme a nossa prática e momentos da vida. Por essa razão, a observação-participante estabelece um modo de aprendizagem compartilhado.

Quando estamos no quilombo e com a comunidade, escolhemos viver “intencionalmente com os outros” (Ingold, 2016, p. 408), como parte do cotidiano da vida das pessoas

envolvidas, acionando uma prática de correspondência com a outra. O termo “correspondência” é utilizado para designar uma composição de movimentos que, à medida que se desenrolam, respondem concomitantemente uns aos outros. Desse modo, a observação-participante com a Geneci Flores, nas entrelinhas do cotidiano, acontece durante toda a experiência de pesquisa. Sem a intenção de um rumo ao fim preestabelecido, o processo e os “resultados” dependem das circunstâncias.

Para isso, é essencial acompanhar as comunidades e as lideranças em suas lutas cotidianas. Isso implicou estar disponível para apoio em questões administrativas e organizativas que eram relevantes para a comunidade, além do acompanhamento em eventuais demandas jurídicas, como audiências públicas ou movimentos de militância com outras comunidades quilombolas de Porto Alegre.

O vínculo e a atitude de estar em correspondência, sem a pretensão de gerar “resultados” de pesquisa, não significa perder o rigor ético do trabalho, ou que, de alguma forma,

possamos nos distanciar da problemática da proposta; ao invés disso, significa que estamos aliadas às pautas e às lutas da comunidade. A disposição para esse tipo de compartilhamento só nasce com a escuta ativa e com o tempo compartilhado.

Além do envolvimento com o cotidiano da comunidade em colaboração com a liderança do Quilombo dos Flores, Geneci Flores, houve encontros que se desenrolaram a partir de dispositivos geradores de relatos, fazendo emergir memórias e experiências de vida. A pergunta geradora (Caron, 2017) é um dispositivo e uma estratégia de trabalho utilizada regularmente em atividades do Grupo de Pesquisa Margem_Lab (PROPUR/UFRGS)⁸. Colocada como um dispositivo para provocar o relato, a pergunta busca fazer emergir situações do passado, do presente ou pretensões para o futuro. A pergunta não tem a função de ser respondida, mas

possibilita abrir caminhos para reflexões e conversas sobre as experiências de vida. Nesta pesquisa, a pergunta parte deste enunciado: Para você, quais são as táticas e estratégias de resistência do Quilombo dos Flores contra o racismo expresso no bairro Glória e/ou na cidade?

Sem seguir um cronograma pré-estabelecido sobre quais pessoas iriam participar das dinâmicas, os encontros ocorreram conforme os desdobramentos do envolvimento com o quilombo. A pergunta geradora foi realizada com cinco pessoas e, através dela, os relatos não seguiram um caminho comum, pois cada pessoa tem uma compreensão diferente sobre a problemática colocada pela pergunta.

Em um primeiro momento, o questionamento mostrou-se complexo e talvez um pouco inflexível para alguns, mas quando o contexto do trabalho é colocado junto às nossas vivências, à problemática e aos modos com que o racismo pode ser expresso

⁸ O grupo de pesquisa Margem_laboratório de Narrativas Urbanas, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vem construindo uma produção do saber relacionado ao convívio e à experiência vivida, no qual a pessoa pesquisadora reconhece as exigências ético-

políticas de uma produção do conhecimento situada, compartilhando habilidades e recursos intelectuais com pessoas, comunidades e organizações que têm sido historicamente e sistematicamente estigmatizadas e/ou aniquiladas pelo sistema mundo moderno-colonial em permanente atualização.

na cidade, emergem diferentes situações e histórias. O dispositivo da pergunta permite criar uma relação dialógica com as pessoas participantes, fazendo emergir as diversas situações nas quais o racismo expresso na dinâmica da cidade pode se manifestar.

As vivências, provenientes de contextos, experiências e oportunidades diferentes, exigem que o ato de fabular uma pergunta geradora seja modificado a cada momento. Os modos de re-dizer são necessários para que também possamos ser entendidas.

A fala da faculdade serve para a faculdade, mas para comunidade, para vila, não serve. Porque a fala é diferente, a fala é doutorada. Agora o meu momento de fala, serve para a comunidade, mas também serve para a faculdade. Porque o pessoal da faculdade vai falar palavras que o pessoal da comunidade não vai entender. Agora o que eu falo, tanto na comunidade quanto na faculdade eles vão entender. Então, o quilombo também é uma escola. (Narradora Geneci Flores, 2024).

É nesse caminho de remodelações e adaptações que percebemos a inacessibilidade da linguagem acadêmica, trazendo-nos a necessidade de repensar o modo como

nos comunicamos. O que demonstra o quanto uma abordagem narrativa de pesquisa é importante para uma atenção continuada sobre modos de dizer sobre a vida, sobre a cidade, sobre o mundo. Isso também faz parte da aliança, pois a pergunta geradora é uma camada e uma experiência que também nos atinge enquanto pesquisadoras.

Através dos desdobramentos da pergunta, as pessoas envolvidas são convidadas a refletir e a narrar sobre o significado do quilombo e da comunidade para si, relacionando as mudanças no bairro que impactam na vivência em comunidade. Essa etapa fortalece a compreensão das relações comunitárias entre o quilombo, o bairro e as impressões individuais e coletivas.

Naquele contexto de convívio e de relatos, um muro de concreto e de altura aproximada de três metros, que divide o terreno da comunidade, aparece como um elemento significativo para o quilombo. Em razão do esbulho no território ocorrido em 2014, o muro foi construído contra a vontade do quilombo,

descaracterizando metade do território e resultando em uma série de traumas⁹.



Figura 1 – Intervenção no muro. Fonte: acervo pessoal.

O muro passa a caracterizar-se como um novo dispositivo a partir do qual seria possível aprofundar a reflexão sobre o modo como o quilombo vem sendo afetado pelas dinâmicas de produção urbanas racistas, tanto no contexto do entorno imediato como na cidade como um todo. Conforme sugestão de Geneci Flores, esta atividade com o muro foi vinculada a uma Festa de Natal com crianças do quilombo. Apesar do convívio com a comunidade e com as crianças, a realização de alguma atividade diretamente vinculada a elas não estava na linha de raciocínio da pesquisa. Diante desse desafio, a dinâmica da pergunta geradora foi

repensada para que houvesse um envolvimento espontâneo com o muro no sentido metodológico.

Com a participação de quinze crianças, entre 4 e 14 anos de idade, adotamos uma estratégia de intervenção no muro, buscando a expressão das crianças por meio do desenho com tinta, spray, pincel e o corpo, de um modo que a pintura pudesse ser confortável para cada uma delas. A pergunta geradora deslocou-se, então, de uma formulação mais rígida para indagações mais flexíveis que pudessem fazer emergir situações, lembranças ou pessoas vinculadas ao quilombo como espaço da cotidianidade: – Quando vocês estão no Quilombo, o que vocês têm? O que veem? O que fazem? E o que gostam?



Figura 2 – Intervenção no muro. Fonte: acervo pessoal.

⁹ O muro foi construído pela instituição de educação privada que ocupou área utilizada há anos pelo Quilombo dos Flores.

A pergunta deixou de ser uma formulação da fala/escuta e acolhe o corpo, o gesto, a cor e o brincar: o resultado foi surpreendente. A maioria das crianças frequenta o quilombo por meio de atividades culturais realizadas ao longo do ano, enquanto outras têm um vínculo mais cotidiano e familiar. As crianças também apresentaram experiências e percepções diferentes sobre as vivências no espaço, dando passagem a pistas que se relacionam com as entrelinhas teóricas da pesquisa e os relatos já produzidos pelas dinâmicas anteriores com pessoas adultas.



Figura 3 – “Amo quilombo”. Fonte: acervo pessoal.

É por meio de atividades como estas que emergem memórias e vivências dificilmente apreensíveis em modos de pesquisa tradicional e distanciados do cotidiano, sobretudo quando não acolhem as subjetividades

que participam ativamente do pensar/fazer cidade. Pela escuta ativa, a teoria e a prática se relacionam e, sem a intenção de apartá-las, reconhecemos que, para além de ser uma abordagem pertinente aos estudos e práticas urbanas, a perspectiva da narrativa na pesquisa nos exige presença e abertura, em um revezamento da palavra que nunca se encerra.

Movimento de aproximação

Localizado no bairro Glória em Porto Alegre, o Quilombo dos Flores ocupa o território desde 1975, quando Rosalina da Costa Vasconcelos, a matriarca da comunidade, mudou-se da Estrada dos Alpes, próxima ao Quilombo dos Alpes, para o território, resultado da união com Adão Vasconcelos.

No entanto, segundo o Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre (2022), os primeiros registros sobre o território datam de 1848, quando a área funcionava como uma sesmaria e pessoas escravizadas trabalhavam no entorno. Resultado da disputa pela terra, uma série de conflitos está relacionada ao local. A comunidade iniciou as reivindicações territoriais na

década de 1980, quando ainda não existia legislação para atender às demandas das comunidades quilombolas, e o pedido de usucapião era a única alternativa.



Figura 4 – Localização em Porto Alegre e acesso do Quilombo dos Flores. Fonte: acervo pessoal.

Mas, desde 2014, o principal conflito tem sido a disputa judicial contra a Fundação Marista – Unidade Assunção – instituição cristã localizada ao lado do quilombo. Mesmo sem registro da propriedade, em 2015, a instituição apropriou-se de parte da área de usufruto da comunidade para construir um estacionamento. Como resultado, na tentativa de forçar a remoção dos moradores, o muro foi construído, sendo este um grande marco e trauma nas narrativas da comunidade. Embora nenhuma família tenha sido removida, o muro

desconfigurou toda a dinâmica do território.

Da união de Adão e Rosalina, já falecidos, formaram-se cerca de 48 famílias, ainda que, atualmente, somente a família de Geneci, composta por ela e seus três filhos, esteja na área. O principal desejo da família é a titulação definitiva da terra e a derrubada do muro, para que também outras pessoas da família Flores possam retornar ao território, ocupado há mais de 40 anos.

Além de ser uma liderança política, Geneci é a referência para a família, pois ser ela quem está à frente de todas as demandas da comunidade. Ela tem participado ativamente na militância junto aos movimentos sociais, além de estar envolvida em diversos projetos de desenvolvimento social do bairro.

O vínculo com a comunidade dos Flores iniciou durante o movimento que chamamos de “mapeamento corpo a corpo”. Em junho de 2023, iniciaram-se os envolvimento com os principais grupos dedicados à temática social e quilombola em Porto Alegre, paralelamente com as atividades com o

grupo de pesquisa Margem_lab¹⁰. Há também o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Geografia e Ambiente (NEGA), vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O núcleo, coordenado pela Profa. Dra. Cláudia Zeferino, desempenha um papel importante em atividades relacionadas a todos os quilombos da capital. Além disso, o NEGA é responsável pelo Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre (2022), lançado em novembro de 2023, que apresenta diversas perspectivas de compreensão e de dinâmicas territoriais quilombolas na cidade, permeando questões teóricas e metodológicas, entendidas como “epistemologias quilombolas”.

Após o mapeamento corpo a corpo e como resultado dele, foi possível estar presente semanalmente no território dos Flores, por meio do projeto de curso pré-vestibular popular denominado “Educação Popular Quilombola”. O projeto iniciou em junho de 2023, com a realização de aulas

semanais, às quartas-feiras, no período noturno. Nesse momento, com a autorização da Geneci Flores, o projeto foi submetido ao comitê de ética e iniciamos algumas atividades junto ao NEGA, à medida que os dias passavam outros eventos eram sobrepostos, atividades e projetos sociais vinculados ao quilombo e principalmente a esta liderança.

Um projeto importante foi o projeto Afêfé Sise – criações em performance Afro, por exemplo, que ocupou dois meses da vivência com o território e está relacionado à dança, samba e performance. As atividades do projeto ocorriam aos sábados, com aulas de dança afro e rodas de samba, marcando significativamente a importância cultural do quilombo no bairro.

Posteriormente, abriu-se como vivência para a pesquisa as visitas ao projeto social Geração Tigres, onde Geneci Flores é voluntária como instrutora de futebol, apoiando crianças de 6 a 15 anos de idade. As atividades

¹⁰ O Margem_lab, laboratório de narrativas urbanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, busca convocar modos de pesquisar o urbano capazes de acolher as práticas e as narrativas instauradas a partir de

confrontos, perturbações, conflitos, desvios e diferenças diante das heterogeneidades que compõem a cidade. O vínculo com o grupo de pesquisa foi essencial para o amadurecimento do movimento de pesquisar-com.

ocorrem aos sábados, no período da manhã. Durante as “andanças” com a Geneci, principalmente aquelas relacionadas à comunidade do bairro, pudemos observar claramente uma rede de apoio, composta por mulheres, algumas das quais ela considera suas irmãs.

Na tecitura dessa rede de apoio, revelam-se algumas pistas sobre a rede comunitária formada no bairro, especialmente aquelas que evidenciam a presença das mulheres na linha de frente. Muitas das mulheres que cruzaram esta experiência de pesquisa não residem no território dos Flores, mas desempenham papéis de liderança em seus núcleos familiares e comunitários. Entre elas, fortalecem-se as dinâmicas de valor comunitário e matriarcal.

Todas as atividades sociais relacionadas ao quilombo e aos morros adjacentes são lideradas por grupos de mulheres – as *Ìyálodès* de seus territórios. Mediante um movimento de aquilombamento e empoderamento que atinge outras mulheres ao redor, essas líderes estão interconectadas. Elas encontram-se sob um ponto em comum, relacionado à luta pela moradia digna, pela educação e pela

cultura de suas comunidades. Desse modo, vista a relevância e presença dessas mulheres na comunidade, a pergunta geradora se desenvolve entre os seus relatos, histórias e vivências.

Considerações finais

No decorrer do trabalho, à medida que as relações e a aproximação do tema aconteciam, algumas linhas de conexão foram se delineando. Uma delas consistiu na construção de um caminho metodológico que permitisse um trabalho construído coletivamente. Nesse sentido, partindo do movimento de pesquisarCOM com as *Ìyálodès* e da narrativa como abordagem teórico metodológica – por se tratar de uma experiência com o corpo da mulher negra como elemento basilar na discussão sobre a produção de cidade – fez-se necessário a apropriação de referenciais teóricos que falam sobre a experiência negra diaspórica.

Os conhecimentos trazidos pela tradição oral são importantes para a elaboração epistêmica africana. Nos apropriamos, então, da oralitura (Martins, 2021) como linguagem, relacionada à memória, ao corpo e à voz da corporeidade afrodiaspórica,

para abarcar o processo de narração quilombola durante as vivências compartilhadas da pesquisa. Nesse contexto, a narrativa nos coloca em uma posição de relação com o campo que impossibilita a separação entre nossa vida e a comunidade. A partir de um movimento de correspondência com elas, a observação participante (Ingold, 2016) entra em jogo a fim de que a experiência seja construída colaborativamente, onde as atividades possam ser pensadas em conjunto.

Conforme a relação de correspondência com a comunidade acontecia, entendemos que só é possível desenvolver um estudo sobre o direito ao território quilombola a partir da convivência com o povo quilombola. O quilombo, nesse contexto, não se restringe a um espaço geograficamente delimitado, mas se manifesta como um movimento contínuo de resistência e produção coletiva da cidade. Sua existência desafia a lógica da propriedade privada e reafirma a territorialidade negra como um direito ancestral e um modo de vida baseado na coletividade.

A presença e atuação da Geneci Flores não garante somente a permanência da comunidade no

território, mas também fortalece vínculos, promove a transmissão de saberes e articula estratégias de enfrentamento ao racismo estrutural. Foi nesse percurso que se tornou evidente que a luta quilombola não se restringe à titulação da terra, mas envolve também a construção de um espaço vivo, dinâmico e vinculado à memória e aos afetos.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BITENCOURT Lara Machado; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino (org.). *Atlas da presença quilombola em Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: Letra 1, 2021. Disponível em: https://issuu.com/editora_letra1/docs/atlas-volume1. Acesso em: 23 nov. 2022.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A Terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. Somos da terra. In: CARNEVALLI, Filipe;

REGALDO, Fernanda; LOBATO, Paula; MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Wellington (Org.). *Terra: antologia afroindígena*. São Paulo/ Belo Horizonte: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023, p. 08-17.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

RODRIGUES, Ana Cabral; TAVARES, Alice; NASCIMENTO, Luiza; ANDRADE, Livia; SOUZA, Eliana; BRANDÃO, Gerson; SOARES, Jessica; NUNES, Beatriz; MASSA, Mariana; ALMEIDA, Isadora; RIBEIRO, Anderson. Oficinas de montagem: construções metodológicas e experimentações estéticas em direito à cidade. In: SIGETTE, Elaine; ESTEVEZ, Alejandra.; DIAS, Rafael. (org.). *Experiências e lutas por direitos humanos no Sul Fluminense*. 1ed.: Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense, 2021, p. 117-144.

CARON, Daniele *et al.* Visibilizar as Narrativas de Rua: a dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão. In: *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*,

2019, Natal. Anais XVIII ENANPUR 2019. Natal: EDUFRN, 2019.

CARON, Daniele et al. Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum. *VIRUS*, São Carlos, n. 20, 2020. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=7&lang=en>. Acesso em: 29 set. 2022.

CARON, Daniele. *El estudio del paisaje como clave interpretativa del territorio a través de las narrativas para la planificación urbana y territorial*. 2017. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Departamento de Urbanismo y Ordenación del Territorio, Universidad Politécnica de Cataluña, Barcelona, Cataluña, 2017.

DEALDINA, Selma dos Santos (org.). *Mulheres Quilombolas: Territórios de Existências Negras Femininas*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. *Educação*, v.39, n.3. p. 404-4011, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/face/article/view/21690>. Acesso em: 23 out. 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*, Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. (organização Alex Ratts). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodíáspora*, nº 6-7, Rio de Janeiro, IPEAFRO, 1985, p. 41–49.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SIMAS, Luiz Antonio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

TOUAM BONA, Dénètem. *Cosmopoética do refúgio*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2020.

TOUAM BONA, Dénètem. Arte da Fuga. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n.15, p. 18-27, 2021. Disponível em:

<https://piseagrama.org/artigos/arte-da-fuga/>. Acesso em: 23 out. 2025.

Narrar com Mulheres: um convite para outras práticas éticas-estéticas-políticas de pesquisa

Paula Land Curi¹

Luiza Christina Marques de Souza²

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.66775>

Resumo: O presente artigo surge de inquietações provocadas pelo pesquisar com mulheres em situações de violências de gênero, tendo como plano de fundo encontros grupais em um ambulatório universitário especializado. Empreende-se uma trajetória que assume uma indissociabilidade entre estética e política, conteúdo e forma, para convocarmos um projeto ético-estético-político que se contrapõe aos ideais da neutralidade científica e à violência da objetificação dos que coexistem nos processos de construção de uma pesquisa. Partiremos, pois, de um esforço crítico-analítico e experimental-ensaístico situado e parcial, a partir do qual exploraremos formas outras de produção acadêmica. Em específico, apostar-se-á na contação de histórias como uma das possíveis ferramentas que permitem o materializar por meio da linguagem criativa, da vibração da violência nos corpos das mulheres e, especialmente, em nosso corpo que pesquisa e escuta. Isso posto, coloca-se um convite para idealizarmos a produção de conhecimentos que tentem dar contorno e existencialização aos processos de construção e destruição que ali são acompanhados, de forma a facilitar a emergência de mundos pautados na multiplicidade e dignidade das formas de vida das mulheres.

Palavras-chave: violências de gênero; narrativas; metodologias de pesquisa; feminismos.

Storytelling with Women: an invitation to other ethical-aesthetic-political research practices

Abstract: This article emerges from concerns arising from research conducted with women experiencing gender-based violence, within the context of group meetings held at a specialized university clinic. It embarks on a trajectory that posits the inseparability of political and aesthetics, content and form, to advocate for an ethical-aesthetic-political project that stands in opposition to the ideals of scientific neutrality and the violence of objectification of those who coexist in the processes of research construction. Consequently, we initiate a situated and partial critical-analytical and experimental-essayistic endeavor, from which we explore alternative modes of academic production. Specifically, we propose storytelling as a potential tool that enables the materialization, through creative language, of the reverberation of violence within the bodies of women, and particularly within our own

¹ Doutora em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC/SP). Docente no Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: paulalancuri@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4204-8785>.

² Psicóloga. Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF) E-mail: luizacms@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8841-406X>.

Recebido em 28/02/2025, aceito para publicação em 21/07/2025.

bodies as researchers and listeners. In light of this, we extend an invitation to conceive of knowledge production that seeks to delineate and lend existential weight to the processes of construction and destruction observed therein, so as to facilitate the emergence of worlds grounded in the multiplicity and dignity of women's life forms.

Keywords: gender-based violence; narratives; research methodology; feminisms.

Narrar con Mujeres: una invitación a otras prácticas ético-estéticas-políticas de investigación

Resumen: El presente artículo surge de inquietudes provocadas por la investigación con mujeres en situaciones de violencias de género, teniendo como telón de fondo encuentros grupales en un ambulatorio universitario especializado. Se emprende una trayectoria que asume una indisociabilidad entre estética y política, contenido y forma, para convocar un proyecto ético-estético-político que se contraponen a los ideales de la neutralidad científica y a la violencia de la objetificación de quienes coexisten en los procesos de construcción de una investigación. Partiremos, pues, de un esfuerzo crítico-analítico y experimental-ensayístico situado y parcial, a partir del cual exploraremos otras formas de producción académica. En específico, se apostará por la narración de historias como una de las posibles herramientas que permite materializar, por medio del lenguaje creativo, la vibración de la violencia en los cuerpos de las mujeres y, especialmente, en nuestro cuerpo que investiga y escucha. Esto puesto, se plantea una invitación para idealizar la producción de conocimientos que intenten dar contorno y existencialización a los procesos de construcción y destrucción que allí son acompañados, de forma a facilitar la emergencia de mundos pautados en la multiplicidad y dignidad de las formas de vida de las mujeres.

Palabras clave: violencias de género; narrativas; metodologías de investigación; feminismos.

Narrar com Mulheres: um convite para outras práticas éticas-estéticas-políticas de pesquisa

Introdução

[...] a mulher calada não incomoda. a mulher calada acomoda o outro. e se incomoda. a mulher que fala incomoda. ela devolve o incômodo como quem devolve uma compra danificada. a mulher que fala entende que para sobreviver é preciso colocar o ar dos pulmões pra fora. inspirar sim. mas expirar também. a mulher que fala é um perigo. pro outro. a mulher calada é um perigo. para si. já nascemos sendo um perigo.

mas é preciso escolher para quem. (Scheid, 2024)

Encontramo-nos em uma peculiar encruzilhada como pesquisadoras psicólogas que atuam em um programa extensionista, em um ambulatorio especializado em violências de gênero contra mulheres, localizado em uma universidade federal, oferecendo atendimento psicológico às mulheres que se

inserir em nossa proposta. Nesse programa, intitulado Programa Extensionista Mulherio: tecendo redes de resistência e cuidados, que também articula outros braços da formação universitária – a saber, ensino e pesquisa –, entramos em contato com diversas narrativas de mulheres que sofreram algum tipo de violência de gênero. Perdidas, imersas em angústias e dúvidas, sentindo-se estranguladas e cansadas de tanto nadar contra marés, essas mulheres, em nossos encontros grupais, precisam realizar um novo trabalho: o de ritmar, o de nomear afetos, experiências e intensidades que viveram e vivem.

Como facilitadoras do movimento grupal, convidamos as mulheres que chegam ao programa a comparecerem a encontros semanais de aproximadamente uma hora e meia. Esse espaço foi pensado como uma forma de convidá-las a exercitar a contação de histórias, a escuta e o aprendizado coletivos, diante dos temas comuns das violências e das formas peculiares como estas se manifestam e produzem efeitos em suas vidas.

De acordo com a 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher,

36% das mulheres cariocas relatam ter sofrido violência doméstica ou familiar perpetrada por um homem, taxa superior à média nacional (30%) (Datasenado, 2023). Além disso, a percepção sobre o recrudescimento dessas violências segue a mesma tendência: enquanto a média nacional chega a alarmantes 74%, entre as fluminenses alcança 80%. É fundamental atentar para aspectos essenciais dessa leitura: a percepção sobre a incidência da violência varia segundo a cor/raça da mulher, sendo que mulheres negras, pardas e indígenas percebem aumento expressivo em percentuais maiores do que mulheres brancas e amarelas (Datasenado, 2023).

Cumpramos esclarecer que a expressão “por um homem”, apresentada de forma aparentemente genérica, aparece assim no documento oficial. Somente em determinado momento são mencionadas as diferentes ocupações que esses homens possuem em suas vidas: 52% da população feminina nacional é agredida pelo marido ou companheiro; 15%, por ex-namorado, ex-marido ou ex-companheiro; 7%, por pai ou padrasto; 6%, por namorado; 5%, por

irmão ou cunhado; e 10%, por outros não identificados (Datasenado, 2023). Apesar de esses dados se limitarem às formas de violência que ocorrem na vida privada – não abrangendo outras que o referido programa de extensão também acessa, como intolerâncias religiosas, transfobias e assédios morais e sexuais no ambiente de trabalho –, eles nos ajudam a compreender o que Despenes (2016, p. 28) expõe cruamente: Nunca iguais, com nossos corpos de mulheres. Nunca em segurança, nunca como eles. Somos o sexo do medo, da humilhação, o sexo estrangeiro”.

Desse lugar é que as mulheres, em suas diferentes posições e marcações sociais – tal como Crenshaw (1989) propõe em sua categoria de análise das interseccionalidades –, partem: do medo, da vergonha, da culpa e da possibilidade de se aliarem ao patriarcado, submetendo-se em troca de migalhas; ou das resistências, pagando o preço de se tornarem mulheres desviantes. Nesse contexto em que atuamos, notamos ser necessária uma escuta atenta e sensível, capaz de sustentar e tensionar essas vivências tão comuns,

compreendendo essas pacientes como partes singulares de uma maquinaria patriarcal e racista que estrutura nosso social – o que Rolnik (2019) nomeia como Regime Colonial-Capitalístico.

Nessa encruzilhada, percebemos a produção de uma diferença que nos atravessa e seduz como corpos pesquisadores: supostas detentoras de determinadas verdades sobre essas pacientes, vistas como alienadas ou ignorantes sobre si mesmas. Somos apresentadas a uma narrativa hegemônica de neutralidade – um olhar de “lugar nenhum” –, tão preconizado por teorias clássicas acadêmicas e psicológicas, que nos posiciona como meras ouvintes.

Se nos constituímos como pesquisadoras nesses termos, trilhamos um caminho que nos autoriza a atribuir verdades sobre o mundo e sobre a produção da ciência propriamente dita, como se nossa escrita fosse atemporal, ahistórica e neutra, agindo como uma voz transparente e sem corpo (Haraway, 2018). Assim seríamos, segundo Diniz e Gebara (2022), um corpo intacto, inacessível às provocações e aos convites que o outro nos faz – o que pode domesticar a potência do

encontro (e de nossa pesquisa), conduzindo-nos a práticas metodológicas que negam o reconhecimento das mulheres como produtoras de mundos e de conhecimentos, dentro e fora do círculo acadêmico. Ao seguirmos essa lógica metodológica, continuamos, simbolicamente, a queimar bruxas, reproduzindo uma história antiga narrada por Federici (2017).

Imersas na busca por outras práticas de pesquisa, somos sutilmente convidadas a percebê-las por um outro viés: o de contadoras de histórias. Desde o nosso primeiro contato grupal, elas nos convidam a pesquisar de outro modo: por meio de seus desestrangulamentos, tropeçamos juntas na tentativa de (re)contar o passado, de forma que possam ser agentes de suas próprias vivências. Transformamos o ouvir neutro e apático em uma escuta que se deixa afetar, que se oferece para apreender a vida de outras mulheres, co-construindo saberes que reconheçam suas experiências, necessidades e direitos (Diniz; Gebara, 2022). Entregamo-nos a uma escuta que persiste na abertura dos possíveis, na visibilização dos processos de submissão e insurgência,

no estranhamento e na inquietação constantes – reafirmando a possibilidade de circulação, de abertura de sentidos e de (re)formulações das condições de vida.

Nesse sentido, a proposta deste trabalho é um convite: o de pensar como nossas práticas acadêmicas, em especial no campo dos saberes psicológicos, podem produzir fissuras nos modos instituídos de fazer ciência, ao nos colocarmos como facilitadoras e compositoras de histórias a partir dos encontros com mulheres e daquilo que se produz enquanto experimentamos esses processos.

Como elas, buscamos nossas palavras – uma composição que materialize aquilo que nos solicita passagem; um organizar que, em alguma medida, possa dar conta daquele incômodo que move nosso pesquisar. Assim como elas, estamos em processo de (re)construção de histórias, de (de)compôr fios, de materializar e nomear os caminhos e vetores que nos fizeram estabelecer tal compromisso ético, político e estético de pesquisa.

Em vez de depurarmos, faremos um chacoalhar de cristais, de impurezas, daquelas visualidades tão

difíceis de serem apreendidas pela linguagem. Passamos de um campo supostamente dado e conhecido das violências de gênero à abertura de suas diferentes maneiras de estar e produzir efeitos na vida cotidiana das diversas mulheres – em vez de pré-conceitos, trabalharemos com invenções e reformulações.

Esta escrita diz menos sobre acompanharmos, registrarmos e pensarmos sobre essa mulher – acessando seus segredos mais íntimos para dissecá-los, exumá-los, analisá-los e reorganizá-los a partir de nossas conclusões –, e mais sobre como esses encontros nos abrem a possibilidade de exercermos a função de escutadeiras a serviço da invenção, da potência criativa dos corpos, convidando-os a exercitar o pensamento de modo a entrar em contato com as intensidades e os afetos da vida cotidiana, dando-lhes sentido, direcionamento, palavras e materialidade.

Somos escutadeiras do fim do mundo

A experiência de pesquisar nesse ambulatório especializado, situado em uma universidade, nos coloca na posição de acompanhar as

estratégias de (sobre)vivência dessas mulheres. Independentemente das diversas perguntas de pesquisa disparadas por meio desses encontros, vemo-nos envoltas em um processo de formações subjetivas e desejantes no campo social, em um determinado contexto histórico carioca. Deparamo-nos com momentos que fecundam sentidos para as vivências que as trouxeram até nós.

Múltiplas são as nomeações e adjetivações que elas atribuem a si e às próprias histórias: raiva, culpa, vingança, aceitação, submissão, dominação, cegueira, resiliência, fantasias. Possibilidades infinitas emergem em nosso ambulatório; porém, o que aqui nos caberá são as afetações que surgem no encontro com mulheres – mesmo em posições distintas. Nosso papel é facilitar que histórias sejam produzidas, se multipliquem em sentidos e efeitos, sejam descartadas e (re)elaboradas. Assim sendo, entendemos o grupo como um encontro com o múltiplo, com o infinito limitado que é a experiência de viver.

Ao mesmo tempo, esse trabalho grupal permite certo processo pedagógico de compreensão das

produções coletivas de subjetividade, que introjetam ideais patriarcais e embranquecidos, capazes de ditar certos “destinos naturais”, a depender da forma como o corpo é lido. Constrói-se, em um jogo de diferenças nos níveis material e econômico, uma oposição entre masculino e feminino, inaugurando uma diferença constitutiva importante, com consequências ontológicas – o tal binarismo sexual (Wittig, 2022).

Nessa produção discursiva, os sujeitos são convocados a responder e a se adequar ao que é esperado dentro de seu grupo social, apagando o caráter construído para ser entendido no cotidiano como dado natural, como destino biológico próprio daquele grupo. Por conseguinte, às mulheres resta a resiliência diante das mutilações e abusos; a centralidade no exercício do cuidado; os casamentos de servidão; e a apropriação de seu trabalho por terceiros (masculinos), supostamente sem a possibilidade de fuga (Wittig, 2022).

Nessa constelação em que mergulhamos – intrigadas pelo “o que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão” (Rolnik, 2019, p. 67) –,

deparamo-nos com mulheres que sentem o esgotamento das experiências de violência que sofrem, sobretudo no ambiente doméstico. Gradualmente, elas revisitam suas histórias, tão cruas e vibrantes em seus corpos, para experimentarem outra forma de enxergá-las: a partir de uma narração própria, usando termos que lhes cabem e lhes parecem certos.

Nesse espaço, somos convidadas a testemunhar a vivacidade dessas situações, das cenas narradas e dos processos que unem afetos e linguagem no descobrimento de novas maneiras de contar eventos passados, até então contaminados pela captura de um outro que colocava em xeque sua autonomia. Essa vivacidade do encontro grupal nos convoca e nos enlaça de tal maneira que nos posiciona na vibração – na condição de viventes que recebem e não conseguem deixar de se afetar pelos sentimentos, afetos e movimentações (Palhares, 2008).

No par pesquisadora e mulher participante da pesquisa, emerge um tempo-espaço específico, no qual o passado (re)acende formas de estar no mundo hoje e amanhã, abrindo uma gama de possibilidades a serem

descobertas ou descartadas. Assim, caminhamos em um processo de elaboração de outros territórios existenciais.

Repare: trabalhamos por meio das fissuras, ansiosas por ver, em meio àquele ambiente devastado, seco e árido, ranhuras das quais brota água – tão essencial para quem tem sede de vida. Seja qual for o contexto específico que essa mulher apresente, conserva-se esse manejo na direção das resistências, do resgate de uma construção de vir-a-ser não mais limitada (e forçada) por um certo outro que reproduz, na relação, o binômio dominação–submissão.

Uma pausa: esse processo grupal, inserido em uma prática ético-política de psicanálise crítica, abre espaço para um campo ilimitado de possibilidades de manejo e de sentidos, de produção constante de universos finitos. Diante dessas mulheres e de nossas implicações na pesquisa, exercitamos o estranhamento do cotidiano – o despertar de um corpo que, em si, contém possibilidades infinitas e limitadas de se colocar no mundo.

Criamos, conjuntamente, um espaço que busca acompanhar os

movimentos do desejo, bem como as estratégias da vida que se colocam ora em um polo ativo, de reafirmação da criação; ora em um polo reativo, de reafirmação do outro, do repetitivo, do comum.

Considerando que elas chegam mergulhadas no desespero da infinidade finita diante do rompimento (ou de sua mera possibilidade) com aquele que as violenta, tentamos promover a passagem dos afetos, atribuindo-lhes sentido, ao passo que facilitamos a (des)construção de mundos.

Todo esse acompanhamento não pode se desvincular do desejo peculiar de correntes coletivas de sentido, de processos de produção de subjetividade que colocam em voga a hegemonia de certas existências em detrimento de outras. Foucault (1979) aponta para uma captura que se dá por meio das relações de poder, nas quais a vida entra em jogo no campo político – a famosa postura estatal moderna de “fazer viver, deixar morrer”. Nesse sentido, as políticas de controle social se fortalecem a partir de saberes como a demografia e a estatística, que enquadram a vida, conhecendo certos padrões esperados da população e

buscando corrigir os sujeitos desviantes, “normalizando-os”.

Além disso, não podemos esquecer que se trata de um acompanhamento que nos coloca em jogo como mulheres que pesquisam violência contra outras mulheres. Tomar o próprio conceito de *mulher* de forma ingênua é um imbróglio do qual não devemos escapar, tratando-se de uma construção que entra em disputa a partir dos estudos *queer*, que compreendem haver múltiplas formas de existir e performar o “ser mulher”.

É, pois, uma categoria política – e não um fato biológico ou natural (Wittig, 2022; Butler, 2017). Assim sendo, o conceito é utilizado não como sinônimo de uma experiência universal do ser-mulher, mas pensado em termos de um devir-mulher, que coloca em questão corpos que, dentro de uma estrutura binária de gênero, encontram-se mais próximos do polo “mulher”, a partir de determinadas performances e leituras sociais de gênero.

Esses mundos possíveis pontuados requerem o reconhecimento de suas produções a partir do emaranhado de espécies companheiras – humanas ou não. A mundificação, em Haraway (2016), nos

coloca diante de nosso comprometimento ao adentrarmos os jogos das relações, a partir dos quais habitamos certos mundos (materiais e subjetivos) e destruímos outros. Esses jogos se materializam por meio da interação entre corpos e linguagem, que engendram subjetividades habitantes e construtoras de certos mundos, sustentando-os e modificando-os.

Mundos esses recheados de perspectivas, experiências, construções coletivas e individuais, visões parciais sobre a realidade e modos de vida – num misto de realidade e ficção. Vivemos em rede, conectados, e cada ator ou atriz com quem entramos em contato contribui, de alguma forma, para nosso vir-a-ser, para nossa própria existência.

Por conseguinte, convidá-las a reviver o passado segundo um testemunho próprio – atualizando-o a partir da necessidade de dar-lhe novo sentido, de sair daquela névoa que encobria tantas situações difíceis e insuportáveis – coloca em movimento a linguagem criativa, o exercício da produção autobiográfica oralizada. Elas experimentam o fim de um mundo para

que, com os destroços, consigam construir outro.

Para que aquela terra árida se torne pronta para o plantio, a água precisa escorrer para fora. Depois disso, será necessário escolher as sementes que desejam plantar – as possibilidades de composição de um jardim próprio. A contação, aqui, se mostra primordial não apenas para a água escorrer e, do caos, algo se construa, mas também porque coloca em movimento o ato de escolher para si os possíveis vir-a-ser: o mundo que querem habitar, o que precisam descartar e o que desejam reforçar. Narrar é colocar esse processo em perspectiva – além de materializá-lo.

Destruição, recomposição e nascimento: um ciclo infinito que, no caso dessas mulheres e de nossas pesquisas, é disparado a partir de um grande acontecimento – o esgotamento provocado pelo contato violento.

Geralmente, elas chegam até nós não por um evento específico, mas pelo cansaço extremo causado pela falta de ar, pelas palavras engolidas, pelo perder-se diante do espelho. Após tanto engolirem, têm sede de falar, de narrar, de escolher as próprias palavras

– mesmo que tímidas e incertas. Sede de compor, de viver, de destruir.

Essa força de rompimento e conexão propiciada pela contação coloca em perspectiva a linguagem como remédio e veneno – aquilo que estabelece os meios pelos quais (re)elaboramos o passado enquanto projetamos um novo futuro (Menezes, 2023). O próprio ato de narrar configura-se como um meio de situar o sujeito no mundo, dando-lhe reconhecimento na rede de atores e atrizes que o compõem.

Esse singelo ato, aparentemente vinculado a um espaço e tempo específicos – o do encontro conosco –, dispara processos diversos que reverberam por sua vida e pela nossa, extrapolando o momento íntimo. Ou seja: nessas experimentações, nesse tensionar e dar sentido, extravasar intensidades e nomear momentos, conseguimos dar consistência a uma vontade de vida capaz de resistir aos choques do cotidiano (Menezes, 2023), às situações que outrora eram completamente desestabilizadoras.

Não em uma esperança de que surjam mulheres maravilhas, mas na desconstrução de Amélias – presas em tecituras que repetem e/ou aprofundam

as violências sofridas nos diversos ambientes, diminuindo-as até que caibam na pequenez que a dominação exige.

Essa contação, pois, corrobora a criação de recursos para a reinserção nos fluxos e na realidade material em que vivem, possibilitando-lhes experimentar outras estratégias de vivenciar o real. Ela questiona, indaga, divaga, conserta, estraga, amarga, adoça, contradiz e reafirma mundos.

Já é tarde, tudo está certo, cada coisa posta em seu lugar. Filho dorme, ela arruma o uniforme, tudo pronto pra quando despertar. O ensejo a fez tão prendada, ela foi educada pra cuidar e servir. De costume, esquecia-se dela, sempre a última a sair. Disfarça e segue em frente, todo dia, até cansar. E eis que, de repente, ela resolve então mudar. Vira a mesa, assume o jogo, faz questão de se cuidar. Nem serva, nem objeto, já não quer ser o outro, hoje ela é um também. (Pitty; Mendonça, 2009).

Num certo sentido, adentramos, como pesquisadoras, em um processo de deriva, entendido como um resignificar dos elementos que compõem o espaço urbano e que imbricam a criação de narrativas

artísticas voltadas à materialização dessa experimentação do local (Laterza; Barros, 2023). Escutar histórias trágicas – de naufrágio de um certo mundo – convida-nos a romper representações dominantes, a estranhar determinadas estratégias de vida e a destruir nossas próprias certezas diante de um campo supostamente conhecido por nós.

O movimento de pesquisar costuma se iniciar pela bibliografia, na qual somos seduzidas a torná-la verdade e a submeter as experiências de campo aos seus ditames. Se nos deixarmos levar por verdades inteligíveis, picotamos as histórias a partir do que nos cabe, buscando reafirmar hipóteses e repetindo discursos pré-construídos.

Como psis inseridas em práticas de pesquisa, podemos seguir a lógica médica que justamente promove tal picotar – um corte e colagem que almeja repetir o já conhecido, enquadrar, tornar o singular redundante e encaixá-lo em algo já relatado pela bibliografia técnica (Clavreul, 1983).

Como feministas, podemos igualmente nos ensurdecer e, de modo violento, fazê-las engolir nossas próprias palavras, reafirmando-as

como pessoas trágicas a serem tuteladas. Num convite à produção de fissuras nessa lógica, tentamos adaptar essa deriva como uma perspectiva a ser adotada no campo dos territórios existenciais: deixamo-nos conduzir pelas solicitações do terreno e pelos encontros que travamos com ele, seguimos seus fluxos e abrimos espaço para os acasos e o caos (Laterza; Barros, 2023).

Isso significa estarmos preparadas para sermos tocadas pelos mais diversos sentimentos e expressões emocionais, permitindo fluir o acontecimento e esse ciclo de vida e morte, sem que abandonemos a conexão que mantém o encontro vivo. Sob uma perspectiva psicanalítica, coloca-se a transferência como facilitadora e condição desses movimentos.

Recordamos, brevemente, que, no olhar psicanalítico, a transferência – tal como Freud a define – é o meio pelo qual conseguimos trabalhar psiquicamente em conjunto com o(s) sujeito(s). Pode ser compreendida como uma reedição de impulsos e fantasias que são despertadas e tornadas conscientes no progresso dos encontros (Pinheiro; Carvalho, 2014).

Esse caminhar despretensioso (porém implicado) permite-nos entrar em contato com aquilo que ainda não há, mas que pode brotar (Tiberghien, 2013, apud Laterza; Barros, 2023). Podemos transformar e criar a partir de situações aparentemente sem escapatória, desde que estejamos abertas a novos significados e percepções.

Em vez de pesquisarmos sobre mulheres, preferimos o FazerCOM, que envolve invariavelmente escutar histórias de reinvenção a partir de um acontecimento doloroso – e que, nesse escutar, nos coloca diante de nossas próprias centralidades e certezas acerca do mundo (Moraes; Tsallis, 2016).

Assim sendo, tornamo-nos escutadeiras da caminhada dessas mulheres, colocando em voga um mundo povoado, composto por diversos mundos – ou seria melhor dizer: mundos que se encontram e, nas suas bordas de contato, formam o compartilhado? Somos contestadas, surpreendidas, reposicionadas e deslocadas a partir desses encontros e, ao percebermos sua riqueza de composições, podemos modelar novos arranjos e novas formas de lidar com esse corpo pesquisador.

Estarmos abertas a esse outro caminhar metodológico nos apresenta uma riqueza de novas experiências e histórias que, anteriormente, foram ignoradas em prol da construção do mundo hegemônico, masculinista, branco e burguês – que as torna indignas de serem ouvidas e citadas nas histórias convencionais (Scott, 1998).

Quando saímos da transcendência – do olhar de lugar nenhum, aquele que tudo enxerga –, percebemos a existência de histórias que desmascaram as performances naturalizadas de diversos fenômenos sociais, como o gênero, os relacionamentos afetivos, as violências em sua forma cotidiana, as supostas faltas e incapacidades de certos grupos e a compulsória cis-heterossexualidade (entre outros).

(Re)descobrimos uma imensidão de vetores de pesquisa e de práxis que organizam nossas representações sociais compartilhadas, que nos fazem refletir sobre como operamos dentro dessas produções de conhecimento: que mundo ajudamos a construir com nossas pesquisas?

Chegamos a outra encruzilhada: pensar, a partir da contação de histórias, uma política de escrita que potencialize as possibilidades de futuro (Menezes, 2023) – especialmente das que convivem com a destruição e o estrangulamento, possibilitando a emergência de água para quem tem sede.

Neste percurso, se somos tão afetadas pelo encontro com essas histórias, por que não transpor para a escrita acadêmica esse mesmo formato de contato e transmutação com e pelo outro?

Somos facilitadoras da construção de outros mundos

Reafirmamos, nesta escrita, uma composição de trabalho feminista, construída a partir de corpos de mulheres. Assim, assumimos os riscos de certos embaraços provenientes de uma prática de pesquisa que costuma reafirmar um neutro redigido no masculino (Moraes; Tsallis, 2016). Situar nosso olhar implica trazer à tona outra perspectiva prática de ética de pesquisa, que mescla uma estética política ao ato do trabalho acadêmico.

Ao longo dos encontros grupais, construímos uma relação – o tal

vínculo, ou transferência, a quem preferir – que nos convoca a compor com, deslocando-nos das certezas construídas em direção aos inéditos, aos estranhamentos, a um estremecimento de nossos próprios contornos (Rolnik, 1993). Desse encontro com a diferença, nascem marcas vivas, tão peculiares quanto exigentes. Desprevenidas, somos capturadas por suas histórias, por suas formas de vida singulares, que produzem em nós questionamentos e estremecimentos – inaugurando o processo sutil de “morte” de nossas certezas e composições atuais e abrindo espaço para o surgimento de um novo corpo, de uma nova rede de pensamentos, emoções e percepções.

Como caranguejos-eremitas, precisamos buscar uma nova concha – uma nova forma no mundo – que se adapte ao estado inédito no qual nos encontramos. Se essa marca, efeito do encontro, se instaura e impõe uma exigência de trabalho – a criação de um corpo que materialize e dê passagem a uma nova composição –, o pensamento é uma das ferramentas possíveis para tal (Rolnik, 1993).

Assim sendo, o trabalho acadêmico aqui é concebido como um

entrecruzamento de constrangimento, acaso e conexão: afetar e ser afetado no encontro, disparando processos de busca por uma nova concha. Reafirmar tal conexão se coloca como um modo de conhecer que se desenrola em partilha – num receber, acolher e devolver (Moraes; Tsallis, 2016).

Nesse outro manejo da pesquisa, imbricamos processos de construção de saberes situados e criativos, exigindo formas menos tradicionais de escrita. Se estamos nos distanciando da ciência neutra e masculinista, nada mais significativo do que nos aliarmos a outras formas de fazer *ciência* – a serviço de um potencial criativo e disjuntivo das forças que invisibilizam nossos corpos, nossos saberes e nossas narrativas.

Ser mulheres, então, é menos sobre uma categoria universal que se fecha em si mesma na criação de saberes e mais sobre um modo outro de produção acadêmica: o de operarmos e criarmos pesquisas implicadas e éticas, em que as histórias contra-hegemônicas importam (Moraes; Tsallis, 2016). Se estamos em uma jornada de quebrar silêncios e instituídos sociais, de tornar dignas outras formas de existir, precisamos de

evidências de um mundo de práticas e valores alternativos, iluminando a vida desses outros em nossos trabalhos.

A partir da permissão ao estranhamento e das marcas que se instalam, iniciamos outro tipo de trabalho: o de arrumação e seleção daquilo que cabe em nossa pesquisa – os contornos necessários à produção de uma escrita satisfatória. Aqui, deparamo-nos com mais um desafio: o de escolher palavras, de compor um texto que busque materializar processos que se passam no corpo que vibra – na dimensão das sensações, dos fluxos e das diferenças – mais do que propriamente no material (Rolnik, 2019).

Aqueles encontros se estendem, reavivam questões, atualizam formas de enxergar o mundo e nos convocam a pensar, em termos de pesquisa, modos de caminhar com mulheres, de forma a tornar a diferença e a potência dos afetos mais acessíveis, mais possíveis.

Como podemos trabalhar com essas experiências, essas histórias que nos são narradas? De que forma operamos com tal FazerCOM?

De antemão, precisamos nos recordar do que Scott (1998) aponta

como armadilha: tratarmos a experiência como origem do conhecimento, de modo a criarmos um enrijecimento da identidade do grupo com o qual estamos em contato. Sutilmente, podemos cair em uma escrita reafirmadora e expositora de uma certa diferença, sem nos aprofundarmos nas fissuras que essas histórias comportam e nas condições de possibilidade de sua sustentação.

O que levou essas mulheres a se sentirem presas nas relações com quem as violentava? Como processos revolucionários ou desviantes se instauraram, levando-as a buscar ajuda na criação de estratégias outras de vida? Como se deu o processo de estranhamento de viver no próprio mundo, abrindo-se à experimentação?

Um pensar crítico se faz necessário para expor as lógicas por trás tanto das violências de gênero quanto das estratégias de resistência, das categorias sociais envolvidas nos processos observados. Escutar histórias nos permite, como já colocado, tornar certas experiências visíveis; porém, como pesquisadoras, precisamos estar atentas às categorias que podem emergir – e que, muitas vezes, tratamos como a-históricas

(Scott, 1998): mulheridade, masculinidades, violências, desejos, atos de servidão, relacionamentos amorosos, família, dominação, entre outros.

O peculiar nos dá pistas do coletivo, do mundo hegemônico em que estamos inseridas e das roupagens que o patriarcado masculinista branco assume em nosso contexto histórico-social específico. Dito isso, é fundamental exercermos uma escrita que acompanhe as produções discursivas dos sujeitos, tomando as contações não como evidências legitimadoras e/ou referências de certa identidade grupal, mas como modos de historicizar e acompanhar os processos que as tornaram possíveis.

Por que isso aconteceu dessa forma, e não de outra? O que consideramos como violências de gênero? De que forma são permitidas no cotidiano? Quem pode exercer quais tipos de violência e por quê? O que se coloca em jogo quando uma mulher decide permanecer com quem a violenta? E o que lhe permite romper com a relação? Como facilitamos os processos de resistência? Como performamos feminilidades? Como é

ensinado às mulheres a serem resilientes no contato com a violência?

Independentemente dos objetivos diversos que possam surgir de uma pesquisa a partir desse contato, entendemos que uma ferramenta possível – e ainda timidamente explorada no campo acadêmico – é a de compor histórias. Assim, tornamos autoras de contos, cenas e/ou crônicas que tentam dar contorno àquilo que nos levou ao estranhamento.

Não se trata, aqui, do conhecido método de “estudo de caso”, amplamente utilizado no campo da saúde, mas, sim, de – a partir dos afetos que emergem, dos estranhamentos e deslocamentos que sofremos em campo – ativarmos nossa própria criação, de modo a tornar visíveis os bastidores e processos destrutivos, para que possamos vislumbrar um mundo a ser construído (Menezes, 2023). Um convite, portanto, a darmos espaço à nossa própria escuta fantasiosa sobre esses encontros.

Entendendo que a linguagem, enquanto meio de expor diferentes dores e sofrimentos, não é estável – está cotidianamente se reformulando –

, aproximamo-nos do ponto levantado por Das (2020, p. 68): “algumas realidades precisam ser ficcionadas antes que possam ser apreendidas”. Assim, essas cenas, crônicas e contos se colocam como um recurso de visibilização e viabilização do assimilado acerca dos processos de violência nas diferentes esferas sociais – no nosso caso, especialmente na vida privada –, entremeando-se com reflexões sobre as categorias de análise com as quais buscamos trabalhar.

Isso se torna essencial em nosso contexto atual de retorno de governos de extrema direita, que tratam as questões de violência de gênero como falácias ou exageros, reforçando a negação do reconhecimento dos sofrimentos e dores das mulheres. De 2019 a 2022, tivemos a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República – político conhecido pela defesa da “família e dos tradicionais costumes” – e, desde então, observamos um aumento expressivo de cargos políticos ocupados por pessoas alinhadas a esses ideais patriarcais, racistas e classistas.

Faz-se, então, um convite para expandirmos as bordas das

metodologias: sair da objetividade que parte de um corpo transparente, em direção à criação – também nas formas com as quais escrevemos e narramos nossas pesquisas e os encontros que o campo nos propiciou. Isso significa abandonarmos não apenas a inteligibilidade de quem pesquisa, mas também nos permitirmos a própria mutação e a impossibilidade de darmos conta do mundo em sua constante metamorfose.

Não pensamos, aqui, em formas de contar histórias e experiências que afirmem uma identidade, mas em modos pelos quais os fluxos se organizam e se capturam naquele instante – tal como em um pequeno documentário, datado em um certo tempo-espaço. Trata-se de tornar conhecida uma experiência de vida, de modo que possamos, junto de quem nos lê, desfiar os fios das práticas discursivas ali presentes e, simultaneamente, tornar dignas as vidas retratadas, concedendo-lhes reconhecimento e uma forma de reverberar no mundo.

Não basta estarmos receptivas ao encontro: precisamos ser conjuntamente com o outro, construindo um espaço capaz de

facilitar a fermentação do incriado e do impensável. Essa escuta grupal nos convoca a encenar papéis que, embora renovem o passado, se imbricam nos processos de criação de um vir-a-ser – num anseio de deslocamento que, em alguma medida, depende de nossa própria abertura para o novo (Palhares, 2008). “Ambos [analista/analizando] continuam a buscar a expansão de sua ontologia – seguir sendo para poder continuar vivo para si mesmo, para o outro e para o mundo” (Palhares, 2008, p. 109). Abandonamos a suposta neutralidade da pesquisa e reavivamos a autoria por trás da construção de nossos trabalhos – “a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência: é preciso que ele faça o papel do morto no jogo da escrita” (Foucault, 2006, p. 36).

O corpo morre em nome de uma assinatura que transcende. Há, contudo, uma necessidade de produção de saberes voltados à previsão e ao controle de certos fenômenos; todavia, é preciso permitir (e validar) a criação de outras formas de pensar e perceber o conhecimento, aliadas a uma nova linguagem e à passagem dos afetos, dos incertos e das aberturas estruturantes – sem a

exigência de um novo fechamento (Costa, 2016).

Isto posto, fazemos um convite a reanimar nossa escrita: enchê-la de vida, fazer brotar dela possíveis mundos outros, em que narrar se torne parte da materialização de nossas marcas. Contudo, essa proposta exige atenção a uma armadilha que ela mesma nos apresenta: requer-se cuidado na composição das histórias e no documentar dos bastidores da pesquisa, de modo a não expor desrespeitosamente as mulheres participantes. Não podemos confundir a experimentação artístico-política no campo da escrita acadêmica com a ausência de um passo ético anterior – o de refletirmos sobre a responsabilidade diante dessa produção. O como contamos torna-se, assim, primordial.

Estamos reanimando um texto marcado pela morte, em que nossa própria autoria emerge no momento da escrita (Foucault, 2006). Ou seja, apesar de nossa história pregressa e de nos entendermos como sujeitos diante de um vasto mundo, o trabalho acadêmico nasce em um contexto específico: escrevemos porque precisamos dar direção às marcas –

sendo esse espaço uma das formas possíveis de materializar nossas inquietações.

Dessa forma, nossa produção se coloca a serviço de certos moldes e regras, ainda que tentemos expandir suas bordas. Apesar da abertura e riqueza dos encontros, precisaremos, em alguma medida, exercitar a criação de cenas, contos e crônicas que se aliem às chaves teóricas que buscamos expor, construindo pontes entre nossa ficção e nossos conceitos, dando limite e direção a essas criações.

Podemos, pois, pensar em uma contação que se coloque como parte de uma discussão sobre o comum-compartilhado – não como uma verdade imutável e inteligível, tampouco como uma realidade indiscutível em matérias de subjetividade, mas como composições narrativas que integram a construção do saber e que, por isso, devem elas mesmas passar pelo crivo da crítica, da discussão e da controvérsia.

Considerações finais

No nosso contexto local – marcado pelo recrudescimento de ideais patriarcais, racistas e violentos – , como pensar criticamente as

metodologias de pesquisa que envolvem mulheres?

Como podemos, enquanto pesquisadoras, ir ao encontro desse grupo sem reproduzir a forma como as histórias costumam ser contadas, servindo-nos de uma escrita que, na “purificação” da construção da pesquisa, inviabiliza que movimentos de resistência e dignidade aflorem? Como produzir linhas que escapem, na própria escrita do pensamento, da reprodução da tutela do corpo feminino – entendido como alienado e destituído de agência sobre si mesmo?

Com essas perguntas em mente, objetivamos aqui colocar em vislumbre uma prática ético-político-estética de pesquisa, fundada em encontros grupais que possibilitam a escuta de diferentes histórias, recusando-nos a nos aliar a certas metodologias que se satisfazem com moldes que reforçam pureza, neutralidade e hierarquia discursivas.

Assim sendo, permitimo-nos desbravar não somente a construção de uma nova cartografia existencial de nossas pacientes, mas também a nossa própria – numa dupla ativação de potências que se colocam a serviço da expansão da vida e dos saberes

decoloniais e contra-hegemônicos. Percebemos, no dispositivo grupal, a potencialidade de fazer ritmar e circular afetos que outrora não encontravam vias de organização ou de existencialização, perdidos em meio ao desamparo, à angústia e à invalidação.

Diante de situações violentas que, por vezes, deixam marcas na alma, precisamos descobrir coletivamente figuras de linguagem que tentem contornar – ou, ao menos, expressar – a vivacidade dessas dores em seus corpos, em seus múltiplos efeitos e nas possibilidades de atos de ruptura.

Nesses encontros, produzimos escutadeiras de histórias – corpos que escutam atenta e sensivelmente a outra, ao passo que se deixam contagiar pelos afetos e provocações. É um convite ao estranhamento dos caminhos até então certos e conhecidos. Experimentamos e compomos em conjunto, apostando nos encontros como parte essencial de provocar mudanças, deslocar instituídos e (re)construir mundos.

Ao nos indagarmos sobre quais caminhos traçar na escrita acadêmica diante de tamanha riqueza do FazerCOM, apostamos, como uma das

saídas possíveis, na produção ficcional – seja na forma de contos, crônicas ou cenas. Essas produções estão a serviço de um pensar que movimenta a dimensão afetiva, entendendo-a como parte essencial da experiência do ser vivente e forçando-nos a reagir diante de um mundo até então desconhecido por nós.

Essa aposta comporta a radicalidade que a antropóloga Rita Segato (2020) demarca: não mais olhar o outro para conhecê-lo, mas conhecer a nós mesmas no olhar do outro – um fazer pesquisa que aceita ser perguntado, que acolhe o caminhar tateante e o método, ele próprio, como desvio (Gagnebin, 1999). Costurar conceitos é importante, mas, por si só, raramente nos força ao encontro com o múltiplo e o virtual, com as possibilidades de porvires, aprisionando-nos no (re)conhecido passado.

Não basta sermos escutadeiras do apocalipse: precisamos viabilizar o vislumbre de (re)construções de mundos aliados, de conexões outras entre os seres que ali habitarão. Assim sendo, usamos a ficção como inspiração, inquietação e disparador da diferença – uma ferramenta que

mobiliza formas outras de viver, de ser afetada, de afetar e de construir conhecimentos.

Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 13ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CLAVREUL, Jean. *A Ordem Médica: poder e impotência do discurso médico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, p. 538–554, 1989.

COSTA, Luís Artur. Compendo subjetivações biografemáticas: a arte como dispositivo nas práticas em saúde mental. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 04-24, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163463/001019231.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 jan. 2025.

DAS, Veena. *Vida e Palavras: a violência e a sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Unifesp, 2020.

DATASENADO. *Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher*. 10ª edição. 2023. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/direito/Noticia/Publicada-10a-Edicao-da-Pesquisa-Nacional-de-Violencia-contra-Mulher#:~:text=Em%2021%20de%20ovembro%20de,de%20Viol%C3%AAncia%20contra%20a%20Mulher>. Acesso em: 08 jan. 2025.

DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. Tradução de Márcia Bechara. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. *Esperança Feminista*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*. Tradução de Antonio F. Cascais e Eduardo Cordeiro. 6ª edição. Lisboa: Nova Vega, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HARAWAY, Donna. *Staying with the Trouble: Making kin in the Cthulucene*. Durham; Londres: Duke University Press, 2016.

HARAWAY, Donna. *Modest_Witness@Second_Millennium: FemaleMan_Meets_OncoMouse: Feminism and Technoscience*. Nova Iorque: Routledge, 2018.

LATERZA, Mariana; BARROS, José Marcio. Deriva: uma metodologia e uma narrativa poética. *Asas da Palavra: Revista do Programa de Pós Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura*, v. 20, n. 2 Jul./Dez, pp. 65-82, 2023. Disponível em:

<https://revistas.unama.br/index.php/asasdapalavra/article/view/3243>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MENEZES, Allan Davidson de Azevedo. *Políticas do Contar: Sobre uma espécie contadora de histórias*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

MORAES, Marcia; TSALLIS, Alexandra C. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. *Rev. Polis Psique*, Porto

Alegre, v. 6, n. spe, p. 39-51, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61380>. Acesso em: 08 fev. 2025.

PALHARES, Maria do Carmo Andrade. Transferência e contratransferência: a clínica viva. *Rev. bras. psicanál.*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 100-111, 2008. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0486-641X2008000100011&script=sci_abstract. Acesso em: 08 fev. 2025.

PINHEIRO, Welber de Barros; CARVALHO, Maria Teresa de Melo. O Conceito de Transferência em Freud. Monografia (Especialização em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PITTY; MENDONÇA, Martins. Desconstruindo Amélia. In: Chiaroscuro. Faixa 7. Prod. Rafael Ramos. São Paulo: Deckdisc, 2009.

ROLNIK, Suely. *Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 edições, 2019.

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir: Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho

acadêmico. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, v. 1 n. 2, p. 241-251, set/fev. 1993. Disponível em: <https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensamentocorpo devir.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2025.

SCHEID, Marcela. Perigosas. In: SCHEID, Marcela. *Estavelmente instável*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2024.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. Tradução de Lúcia Haddad. *Revista do Programa de Estudos Pós Graduated de História*, v. 16, jan/jul. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revp h/article/view/11183>. Acesso em: 08 fev. 2025.

WITTIG, Monique. *O Pensamento Hétero e Outros Ensaio*. Tradução de Máira Mendes Galvão. 1ª edição. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.

Cartografias infantis: narrativas das infâncias enquanto uma metodologia do encanto

Mariana Cunha Schneider¹

Nícolas Braga Fröhlich²

Luciano Bedin da Costa³

Tiago Alexandre Fernandes Almeida⁴

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.67188>

Resumo: Este artigo investiga as narrativas infantis como metodologia de pesquisa, enfatizando o encantamento como princípio epistemológico e político. Partindo da ética cartográfica e da integração da poesia como ferramenta metodológica, argumentamos que pesquisar com as infâncias exige uma escuta sensível e uma abordagem que valorize suas formas singulares de narrar o mundo. As crianças, longe de serem somente sujeitos em formação, apresentam-se como potências criativas e ancestrais, capazes de tensionar estruturas adultocêntricas e coloniais. A pesquisa com narrativas infantis possibilita uma reconfiguração das relações de poder e do conhecimento, promovendo um olhar que conecta o visível e o invisível. Inspirados em autores como Renato Nogueira, Luiz Antonio Simas, Luiz Rufino e Ailton Krenak, propomos que o encantamento, presente nas experiências infantis, atua como uma ferramenta contracolonial e uma prática de resistência. A cartografia infantil, entendida como metodologia, permite reescrever a vida por meio da brincadeira e da alegria, questionando hierarquias e promovendo uma política do sensível. Assim, reafirmamos a importância de uma pesquisa que, ao

¹ Doutoranda e Mestra em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Grupo Políticas do Texto. E-mail: mari.cunha.s@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7577-1710>.

² Mestrando em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Grupo Políticas do Texto. E-mail: nbfrohlich@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1718-0321>.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Coordenador do Grupo Políticas do Texto. E-mail: bedin.costa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6350-2644>.

⁴ Doutor em Psicologia Educacional pelo Instituto Universitário de Ciências Psicológicas Sociais e da Vida, Portugal. Docente no Instituto Politecnico de Lisboa, Escola Superior de Educação; CI&DEI - Centro de Estudos em Educação e Inovação. E-mail: tiagoa@eselx.ipl.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3557-0623>.

Recebido em 30/03/2025, aceito para publicação em 08/08/2025.

invés de traduzir e domesticar a infância, caminhe junto a ela, aprendendo com suas múltiplas formas de fabular o mundo.

Palavras-chave: narrativas infantis, encantamento, cartografia infantil, epistemologia, contracolonialidade.

Children's Cartographies: childhood narratives as a methodology of enchantment

Abstract: This article explores children's narratives as a research methodology, emphasizing enchantment as an epistemological and political principle. Drawing from cartographic ethics and incorporating poetry as a methodological tool, we argue that researching with childhood requires attentive listening and an approach that values their unique ways of narrating the world. Children are not merely subjects in development; they embody creative and ancestral forces capable of challenging adult-centric and colonial structures. Researching enchanted narratives enables a reconfiguration of power relations and knowledge production, fostering a perspective that intertwines the visible and the invisible. Inspired by scholars such as Renato Noguera, Luiz Antonio Simas, Luiz Rufino, and Ailton Krenak, we propose that enchantment, inherent in childhood experiences, functions as a counter-colonial tool and a form of resistance. The concept of children's cartography as a methodology allows for rewriting life through play and joy, subverting hierarchies and promoting a politics of the sensitive. Thus, we reaffirm the importance of research that does not seek to translate and domesticate childhood but rather walks alongside it, learning from its multiple ways of fabulating the world.

Keywords: children's narratives, enchantment, children's cartography, epistemology, counter-coloniality.

Cartografías infantiles: narrativas de las infancias como una metodología del encanto

Resumen: Este artículo investiga las narrativas infantiles como metodología de investigación, enfatizando el encantamiento como un principio epistemológico y político. Partiendo de la ética cartográfica y la integración de la poesía como herramienta metodológica, argumentamos que investigar con las infancias exige una escucha sensible y un enfoque que valore sus formas singulares de narrar el mundo. Las niñas y los niños, lejos de ser solo sujetos en formación, se presentan como potencias creativas y ancestrales, capaces de tensionar las estructuras adultocéntricas y coloniales. La investigación con narrativas infantiles posibilita una reconfiguración de las relaciones de poder y del conocimiento, promoviendo una mirada que conecta lo visible con lo invisible. Inspirados en autores como Renato Noguera, Luiz Antonio Simas, Luiz Rufino y Ailton Krenak, proponemos que el encantamiento, presente en las experiencias infantiles, actúa como una herramienta contracolonial y una práctica de resistencia. La cartografía infantil, entendida como metodología, permite reescribir la vida a través del juego y la alegría, cuestionando jerarquías y promoviendo una política de lo sensible. De este modo, reafirmamos la importancia de una investigación que, en lugar de traducir y domesticar la infancia, camine junto a ella, aprendiendo de sus múltiples formas de fabular el mundo.

Palabras clave: narrativas infantiles, encantamiento, cartografía infantil, epistemología, contracolonialidad.

Cartografias infantis: narrativas das infâncias enquanto uma metodologia do encanto

O sorriso do soldado⁵

Naquela tarde, as crianças haviam saído da escola com seus adesivos em mãos. Eram uma espécie de gritos de guerra que ficariam ecoando em plano baixo pelas paredes, postes e muros da cidade. Entre as doze crianças, havia quatro crianças maiores – ora, alguém precisava dirigir os carros! – e elas faziam movimentos de acompanhar os demais, lutando contra a dureza que ser uma criança maior deixa na gente. Semanas antes, aquele passeio fora sido desenhado em mapa de papel e tudo: um reconhecimento do campo, a seleção afetiva necessária e o planejamento itinerante. Acontece que, ao sair para a cidade, os mapas e planos não dão conta de toda sua vida e potência – trânsito, fluxo de pessoas, eventos, exposições, como estarão aqueles corpos no dia, e por aí vai – a cidade vai apontando a necessidade de desvios e a possibilidade de redesenhar o caminho a ser percorrido. As crianças grandes, ao chegarem no primeiro destino, a Casa de Cultura, não encontravam estacionamento e

pararam na quadra anterior, o que fez com que passássemos em frente a um lugar que não constava no planejamento do dia, e muito menos no imaginário de uma das crianças maiores: a que atende, quando não está em seu devir criança grande, como aquela que escreve essa pesquisa: a psicóloga pesquisadora.

Era, acreditem, um museu militar.

Uma dificuldade e uma realidade de ser uma criança maior, é que a passagem do tempo às vezes nos faz aprender e vivenciar coisas no mundo, principalmente nesse mundo de adultos, que machucam a gente. Saber o que a instituição militar significava em um país que matou mais de quatrocentos e torturou mais de vinte mil vidas, entre elas, de algumas crianças, que segue (por militarizada ser a polícia) matando jovens pretos e pobres, além de ter vivenciado nos últimos quatro anos um avanço e um retorno das forças militares que enquadram, ditam, normatizam e violentam, no governo federal, era de uma dor inominável para essa criança

⁵ Claquete escrita por um/a dos/as autores/as durante o desenvolvimento da dissertação de

mestrado da qual esse texto resulta. (Schneider, 2024).

maior. Entrar em um museu militar era a sua última ideia no mundo. Ver os olhos dos soldados, suas fardas, sua postura nada infantil, sua inocência sendo arrancada... não eram os planos para aquela tarde entre crianças que queriam inscrever marcas para uma cidade melhor. Mas as crianças pequenas insistiram! Lá havia tanques de guerra, furgões, carros blindados, capacetes de soldados à disposição. E era tudo interativo... parecia até que era feito mesmo para brincar. Entramos.

Na brincadeira, teatralizamos cenas de guerra. Crianças pequenas dirigiam os carros, as grandes estavam um pouco perdidas. Olhavam as crianças pequenas que sumiam nos labirintos do museu, entre tanques, motos, cavalos, soldados, carros e armas. "Brrrrrum, brrrrrum, brrrrrummmmm (trocas de marcha)", "pah, pah, pah", "olha aqui, meu, pode colocar até o capacete". Os soldados que tomavam conta do museu permaneciam intactos: em suas fardas, honravam a postura que lhes era ensinada, estavam sérios, zelavam pelo patrimônio, nenhum sorriso cabia. A criança maior, aquela que escreveria esse texto depois, começa a amolecer o corpo... entra na brincadeira, torce o

olhar. Retoma uma definição que havia trazido antes em seu texto, a do infante guerrilheiro. Crianças fazendo de um cenário de vestígio de guerra um campo de brincadeira. Tinha algo ali... ainda não sabia bem. Até que uma das crianças pequenas faz um gesto, um pequeno gesto, que passa a mudar tudo no rumo desse pesquisar.

Com um adesivo que fez semanas antes em mãos, do qual falaremos mais posteriormente, escrito "homens têm que parar de bater nas mulheres", inscrição que achou que cabia permanecer ali, naquele canto da cidade, já que o quartel é formado majoritariamente por homens, caminha em direção a um soldado. Com a coragem e a transgressão que somente uma criança poderia carregar, faz uma improvável pergunta: "posso colar esse adesivo em um dos tanques de guerra?". A criança grande que mal se autorizou a dar oi aos soldados que cumpriam seu papel de serem... soldados, jamais pensaria ser possível questionar algo que sabíamos de antemão a resposta a uma instituição de tamanha dureza. Mas uma das crianças pequenas o fez. Foi até o soldado e fez a improvável pergunta, certo de que, com a autorização, faria

daquele lugar que abrigou tamanha brincadeira naquela tarde, um lugar ainda melhor. A inscrição de seu adesivo, de suas palavras que desejavam um mundo com menos violência contra as mulheres, não foi possível. Quem for ao museu não verá seu grito de guerra ali explicitado. A resposta final foi um não. Mas aqui não importa... a inscrição necessária para que essa história se contasse e a mudança sutil, mas radical, na ordem daquela cidade, veio não com a palavra daquele homem que cumpria guarda.

A pergunta da criança foi tão improvável, mudou tanto a conjuntura a que todas nós, crianças grandes, estamos habituadas, que produziu uma marca ainda mais necessária e aparentemente impossível naquele dia:

A inscrição da força da infância, sua arma de guerra, surgiu quando, surpreso com a pergunta do menino, o soldado desfez sua cara de sério. O soldado, naquela tarde, foi obrigado a sorrir.

A pergunta infantil e seu encanto

Aqui, ao iniciarmos essa escrita, cabe uma breve contextualização. A cena que inaugura o texto ocorreu na área central do município de Porto

Alegre, capital do Rio Grande do Sul - RS. O grupo de crianças que compõe a cena estuda em uma escola da periferia do município e foi constituído como parte da investigação de mestrado de uma das autoras. A ocupação do centro urbano foi uma das propostas construídas por esta grupalidade, cuja pergunta disparadora consistia em saber o que aquelas crianças gostariam de inscrever na cidade.

A ideia de entrarem no museu militar não foi previamente programada. Na verdade, o museu se encontra na mesma rua do nosso primeiro destino, mas não havíamos cogitado que aquele espaço pudesse interessar aquelas crianças. Foi no deslocamento a pé que elas fizeram seu primeiro pouso. Pouso este que fez daquele espaço endurecido nossa primeira parada. Estranhados com a escolha do grupo, fomos acompanhando seus passos, também temerosos com as durezas dos homens fardados e suas máquinas de guerra que, apesar de obsoletas e úteis somente para um museu, ali permaneciam a fazer marcas na cidade.

Aquelas crianças foram se apropriando daquela maquinaria. Volta e meia, chamavam-nos para olhar,

brincar e também transgredir junto. E foi nessa apropriação territorial que uma delas decidiu ir ao encontro de um soldado. Um jovem não tão mais velho que ela. Talvez 10 anos a mais? Bom, não sabemos. A criança perguntou se poderia colar seus adesivos naquele espaço, na tentativa de dar visibilidade a um local que precisa se haver com as vozes que insistem em calar. A negativa do soldado já era esperada por nós, bastante óbvia para os adultos, em verdade. Não sabemos o que levou aquela criança a indagar o soldado. Por romper com a obviedade da resposta porvir, por acreditar ainda que seria, sim, possível, por dirigir-lhe a palavra, não sabemos: sua pergunta-encanto o fez sorrir.

Aquele sorriso-surpresa nos leva a tomar a pergunta infantil como disparadora de movimentos instituintes. Mais que uma resposta negativa ou positiva, trata-se de uma pergunta reverberadora, que não se encerra naquele instante. Nós, sujeitos adultecidos, encontramos-nos desabilitados a formular um questionamento como esse, seja por vergonha ou mesmo medo. Mas também porque não é uma pergunta que nos ocorre. Sua resposta quase

certa nos interdita, de modo que nossa condição impossibilita intervenções como a que presenciamos.

Nas palavras de Nogueira (2019a, p. 137), “adultecer é abrir mão da mais-valia da vida. Adultecer é a forma por excelência de corrupção da vida, algo contra o qual não temos um remédio salvador”. Adultecer, tal qual posto aqui, é adoecer. E assim como na doença, nos vemos limitados fisicamente a fazer determinadas coisas. Deste modo, são as crianças, por excelência, capazes de produzir alegria através do seu brincar. (Id., 2019b).

Seria então o adultecimento um destino trágico para o sujeito que envelhece? A depender, sim. Mas, então, o que é preciso para subverter este destino trágico? Para Benjamin, “é o jogo, e nada mais, que dá à luz todo hábito”. (2009, p. 102). Em outras palavras, é brincando que introjetamos uma cultura e assim vamos aprendendo seus acordos tácitos e expressos. Enquanto crescemos, mais a cultura se introjeta em nós, diferentemente da infância, onde “o hábito ainda não fez sua obra”. (Id., 2012, p. 44). Por isso, o olhar infantil nos é tão caro. Trata-se de um olhar

cartográfico por excelência. Capaz de provocar gestos instituintes.

Mas o que é preciso fazer para deter o adulecimento e sua condição adoecedora? Se o hábito é um destino comum a todos, inclusive que se inaugura precocemente através do brincar, o que nos resta fazer? Primeiramente, é importante salientar que “o brincar é uma atividade entre mundos; não se dá entre pessoas e objetos isolados.”. (Sekkel, 2016, p. 91). Ademais, ainda que o brincar carregue consigo uma série de elementos culturais que se reproduzem através do seu ato, não se trata de uma atividade meramente reprodutiva. Benjamin (2009) salientava que a brincadeira é a forma como as crianças estabelecem um diálogo com seu povo. Ou seja, trata-se de um diálogo de trocas permanentes, em que tanto o hábito como as infâncias fazem sua obra. Para Nogueira “a infância opera pelos desígnios da transformação, da produção de realidades porque reconfigura através de sua potência criadora”. (2019a, p. 135). Ao brincar a criança também cria, transforma, inventa.

Benjamin ainda nos lembra que “o hábito entra na vida como

brincadeira, e nele, mesmo em suas formas mais enrijecidas, sobrevive até o final um restinho de brincadeira”. (Benjamin, 2009, p. 102). E é nesse “restinho” que o hábito guarda em si a sua origem. A brincadeira. E assim o autor continua, ao dizer que “mesmo o pedante mais insípido brinca, sem o saber, de maneira pueril, não infantil, brinca ao máximo quando é pedante ao máximo”. (Ibid.). Se assim for, o adulto guarda em si sua origem infantil. Ainda que um “restinho”. Por isso, a insistência de Nogueira em pensar uma política brincante endereçada também aos adultos. Pois é brincando que somos capazes de deter o adulecimento em sua condição mais totalitária. (Nogueira, 2019a). Reavivar o “restinho” da infância que guardamos conosco talvez seja aquilo que nos resta de saída. Neste sentido, a presença infantil nos convoca a fazer “com”. A fazer pouso mesmo no lugar mais insípido para nós, adultos (e por que é insípido?), transformando-o em parque de diversões, como se operasse um milagre. “Um milagre brincante”, como sugere Nogueira. (Id., 2019b).

Somente o restabelecimento da infância, conforme sugere Nogueira, será capaz de deter o adulecimento.

(Id., 2019a). Por isso, a urgência de uma política brincante endereçada também aos adultos. Ainda assim, teremos muito o que aprender com as crianças a fim de resgatar nossas infâncias adormecidas, pois no final das contas, são elas que detêm no olhar e no gesto modos de fazer inclusive um soldado sorrir.

Caminhando e contando: cartografias infantis e a poesia das narrativas que desenham o mundo

Como mencionamos anteriormente, reconhecemos as crianças como aquelas que, por excelência, corporificam a ética cartográfica. Isso porque seu gesto serelepe de habitar os territórios não teme a sujeira. A cartografia exige tal gesto: o de se sujar (Costa, 2014), sem temer a contaminação do corpo, pois ao mergulhar no plano da existência já não nos fazemos mais neutros, tão pouco os mesmos de outrora; não obstante, não se faz simples este mergulho. É preciso coragem.

A parada no Museu Militar só se fez possível em razão da insistência daquelas crianças. Não fosse isso, talvez passássemos sem olhar para dentro daquele pavilhão, temerosos em

reavivar as lembranças de um tempo que não foi o nosso (mas que passa a ser), mas que ainda assim nos dói. A ditadura civil militar que assolou os territórios latino americanos é uma marca que permanece inscrita nas paredes e nos corpos que habitam a cidade. Ainda assim, aquelas crianças nos asseguram de que aquele espaço poderia ser divertido. Era preciso ser criança, para tanto. Deixar que o “restinho” de brincadeira que nos habita enquanto adultos ganhe passagem, para tornar aquele pavilhão repleto de equipamentos de guerra em um parque de diversões.

E foi assim que foi possível cartografar aquelas cenas. Foi preciso reavivar nossas lentes infantis, viabilizando, assim, uma coragem adormecida. Uma coragem que vai se perdendo com o passar dos anos. As crianças que nos acompanhavam, agora na condição de guias, nos ensinavam com maestria a habitar aqueles “brinquedos”. Pediam fotos. Tiravam fotos. Corriam de um lado para o outro como quem tem pressa para viver tudo. Farejam aquele “parque de diversões” para que não deixassem nem um daqueles “brinquedos” sem a

sua marca. Uma marca que não precisou de adesivos.

Sendo assim, não nos parece inadequado aventar que, em se tratando de cartografia, a dimensão ética é o que parece chegar primeiro. Tomando como problematização a dimensão brincante da cena que, por suposição, poderia se restringir a uma "sujeira" militar, a ética posta em questão diz respeito ao acolhimento das circunstâncias que se fazem ao acaso dos encontros. Contudo, há de se considerar a necessidade de explicitar o que estamos, aqui, compreendendo por ética.

Em síntese, podemos dizer que ética: 1) não é algo dado a priori, e não deve ser confundido com valores, normas, códigos ou moral; 2) envolve-se com práticas de liberdade, das possibilidades de relação com e no mundo; 3) não é um lugar de chegada a ser ocupado (*ethos* enquanto morada do ser), mas uma disposição ao abandono (*ethos* enquanto movimento de partida). (Costa, 2020, p. 15).

Na leitura das três observações supracitadas, e considerando seu direcionamento à prática de pesquisa cartográfica, encontramos respaldo para fazer uma leitura ético-metodológica do que se passou no

domínio dos corpos. Ora, nossa indigestibilidade diante do que se mostrava um caminho possível e desejável às crianças - o ingresso ao museu militar -, não poderia ser um empecilho para que todos (inclusive nós, pesquisadores) pudessem acolher a experiência. Sob o prisma da moral (observação ética 1), muito provavelmente diríamos não ao convite que nos foi apresentado pelas crianças, uma negativa não necessariamente posta de modo explícito, "não iremos entrar no museu", mas que poderia se fazer enquanto tal. Poderíamos simplesmente "fazer vista grossa", expressão idiomática que nos soa bastante interessante na situação em questão, dado que, em uma cartografia com crianças, há de se utilizar a grossura/grosseria de nossas condutas adultocêntricas de controle. É aqui que chegamos à observação 2, quando, diante de uma vida social que exige dos corpos um contínuo controle, somos conduzidos a pensar a ética enquanto uma prática de liberdade em um mundo que se impõe em relação a nós e que também criamos. O último ponto (observação 3) nos leva a pensar a ética enquanto uma condição de saída: no lugar de morada do ser (que nos

conduz a uma ideia de repouso), o ethos cartográfico diz respeito ao movimento propriamente dito, compreendendo a liberdade não como um valor outorgado a outrem por alguém, mas algo que se produz em ato, na relação com o outro e com o mundo.

Recorrendo a certa licença poética, diríamos que não é aconselhável sair para uma cartografia com a mochila pesada demais, carregada de preceitos e prescrições acerca do que fazer ou não fazer. Façamos, aqui, uma pequena pausa para pensar a dimensão da narrativa poética que por vezes se subleva em uma escrita de cunho cartográfico como a que apresentamos neste artigo. Pensamos com Pacheco e Fernandes (2022, p. 209-210), quando situam a escrita poética enquanto um lugar de criação de problematizações, não significando a criação de lugares de descanso e repouso para a “seriedade de um trabalho acadêmico”, mas a tentativa de produção de um outro terreno que possibilite a criação de questões, nesse caso, apresentadas por meio de forças expressivas que fazem, por meio do esforço estético e poético, produzir pensamento. No caso

da vinheta cartográfica do “sorriso do soldado”, há quem diga que se poetizou demais o que, no plano das cruzes e crueldades institucionais (de uma militarização do imaginário infantil, por exemplo), pouco, ou nada, haveria de poético. Diante de tais críticas, que nos parecem justificadas levando-se em conta a dureza do tempo presente, respondemos que a poesia não é algo inerente ao fato ou a algo vivido (embora por vezes possa estar), mas uma estratégia de posicionamento e, se for o caso, de narrativa acerca do acontecido. Talvez pudéssemos incluir uma quarta observação em relação à ética cartográfica, sugerindo-lhe polinizações poéticas.

Não fazer vista grossa

Como, então, delinear um plano cartográfico capaz de acolher a sutileza do olhar em um mundo marcadamente apressado? Como operar uma cartografia que resista ao desejo de sobrecodificação, este que nos leva a fazer vista grossa em relação a questões que cotidianamente explodem diante dos nossos olhos?

Chegamos, nesse ponto, a uma problematização importante ao campo das pesquisas cartográficas, que diz

respeito ao registro, uma vez que estamos, enquanto pesquisadores(as) cartógrafos(as), implicados nos próprios movimentos por nós analisados. "As narrativas produzidas por meio de nossas investigações têm o rastro de nossas próprias pegadas, somadas às pegadas daquela(e)s que conosco também caminham ou caminharam" (Costa; Soares; Almeida, 2020, p.75). O certo é que as pegadas, em se tratando de infâncias, são mais leves, ainda que os deslocamentos sejam, na maioria das vezes, maiores. Como pensar, então, em estratégias narrativas que sejam dignas à leveza das pegadas das crianças? Como pensar modos de narrar que sejam boas companhias ao que insistentemente e desejosamente foge?

Com essa ênfase, é preciso dar atenção à percepção do movimento que organiza e dispõe os elementos convocados a povoar um espaço, plano ou território, estética que para além do ato de visualizar as mutações de deslocamento, envolve um redimensionamento da noção de tempo e pressupõe o atualizar. (Cunha, 2020, p.33).

A citação acima nos leva a pensar a narrativa cartográfica a partir

de dois prismas. O primeiro, lançado ao que se passou, diz respeito a uma certa circunspeção da experiência propriamente dita, um processo atencional projetado aos contornos do ocorrido, movimento de organização e disposição dos elementos constituintes da cena narrada (O que? Quando? Onde?). O segundo, seguramente pouco mnemônico, diz respeito ao que ainda se movimenta a partir do ocorrido, virtualidades que habitam o corpo daquele que se põe a escrever, abrindo-lhe frestas para que o até então não pensado, não visto, não sentido, não problematizado, possa se fazer presente. Se, no primeiro prisma, a memória assume o protagonismo, no segundo, são as sensações que reivindicam tal papel: lembrar e especular nos parecem movimentos necessários em se tratando de pesquisas cartográficas.

Narrativas infantis como uma metodologia do encanto

Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós. (Barros, 2015, p.152).

Ao trabalharmos partindo da ética cartográfica, vez ou outra buscamos na caixa de ferramentas aquilo que consideramos essencial para a clínica, a pesquisa e uma práxis em psicologia social: a poesia. Sim, ao lado dos teóricos e teóricas que nos ajudam a tecer ou romper sentidos do mundo, encontram-se os poetas e as poetisas, que parecem fazer com que toda e qualquer teoria passe, antes, pelo terreno sensível que a projeta em devir. Pois, ao contrário de ocupar o rígido espaço da prestação de contas a uma determinada lógica de verdade (Rancière, 2009), a poesia nos convida a ficcionar (e também friccionar) a vida.

Por isso, ao pesquisarmos com as infâncias, seria um erro abdicar da poesia também como uma aposta metodológica, pois isso significaria jogar o jogo dos adultos que se ocupam apenas em traduzir e reproduzir o mundo, um mundo onde a invenção já não tem mais espaço para emergir. Isto é, torna-se fundamental considerar a poesia como um recurso metodológico que amplia as possibilidades de leitura e interpretação do mundo infantil.

Na escolha da poesia de epígrafe desta seção encontramos o

encantamento que faz nascer o método que guia nosso pesquisar. A partir da poética presente nas palavras, nas narrativas e nas imagens do mundo que nos convidam a olhar as crianças, vamos entendendo que o que temos chamado de *cartografias infantis* se torna, então, uma espécie de lente, uma bússola ética que nos orienta nessa escrita.

Pesquisar a partir das narrativas infantis significa, então, fazer uma pesquisa do encantamento. Isso porque as infâncias, ao apresentar ao mundo suas variadas formas de narrá-lo, não se põem submetidas a palavra a elas anteposta, tampouco se amedrontam com aquelas que lhes são interdidas. A pesquisa com as narrativas infantis ultrapassa a simples descrição da experiência e se inscreve em uma epistemologia que valoriza a criação e a potência expressiva da infância. Pesquisando, não se aprisiona à métrica ou à quantificação, tampouco se referencia a partir da lógica de reprodução do que vive ou vê. E, como antecipa o poeta, pelo encantamento acaba por escapar dos critérios de uma métrica feita por balanças ou barômetros, trazendo para a cena o efeito que as experiências e histórias

nos provocam. Pesquisar com tais narrativas encantadas pressupõe um envolvimento com toda sua potência criadora e transformadora - pequenas no corpo, vastas na sensibilidade. Vamos, assim, expandindo também as nossas narrativas adultas, caminhando de mãos dadas junto ao fascínio de um mundo que não se limita à ordem da razão, mas antes cresce pelo afeto e pela beleza das descobertas.

Costurar a dimensão das narrativas infantis emergentes dos processos cartográficos à noção de encantamento se torna também um dispositivo para refletirmos sobre a necessidade de integrarmos os princípios de conexão entre o visível e o invisível, como bem nos propõem Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino (2020). Essa abordagem permite uma leitura da infância não somente como um período de desenvolvimento, mas como um estado de existência pleno, carregado de saberes, memórias e potências. Isso significa olhar para as crianças não mais como sujeitos em formação, rompendo com a ideia de infância enquanto uma etapa restrita do desenvolvimento humano. Elas são antes pontes que conectam temporalidades distintas, trazendo em

si seu aspecto inaugural, mas também marcas ancestrais, memórias que transitam entre futuro, passado e presente - também por isso, encantadas. E, assim, passamos a olhar para as infâncias e suas narrativas como um modo de romper com as separações impostas entre os seres humanos e não humanos, e, ao integrar tais saberes, podemos ensaiar um rompimento com algumas amarras coloniais e, reconhecendo-as enquanto seres plenos de uma vida não apenas inscrita em um porvir, mas em tudo que carregam já em si, afirmamos sua potência em colocar em questão relações de poder e integrar alteridade. Desse modo, retomamos narrativas enquanto um conceito dialógico: a pesquisa com as infâncias parte daquilo que dizem as crianças e seus modos de dizer, mas exige também um ato de escuta sensível e atenta. Uma ética do cuidado que nos lembra que o encantamento vem de modo a nos reconectar com a ideia de que os saberes precisam estar radicalmente unidos à vivacidade do mundo.

A isso, soma-se o pensamento do professor Renato Noguera (2017), que traz o encantamento como aquilo que se manifesta de modo a evidenciar

as histórias das infâncias, seus saberes e práticas outrora subalternizadas. O encantamento, como a roda que contrapõe a linearidade, surge como uma ferramenta contracolonial que ajuda a rever os processos educativos, respeitando e integrando distintas experiências e culturas e escapando do lugar engessado da racionalidade: o encantado chama à dança o sensível, a memória e a espiritualidade. Falamos, então, de uma transformação política. Por isso, apostamos na pesquisa com as infâncias. Aprendemos uma prática sensível, suas palavras e gestos revelam uma multiplicidade de caminhos possíveis. Por isso apostamos que narrativas infantis, são, enfim, narrativas encantadas do mundo.

É preciso, contudo, um alerta: para operar metodologicamente com o encanto, é preciso também um ato de escuta para o *infans* que nos habita. Aquele que, por vezes, mantemos adormecido. Ao pesquisar junto a outras crianças, esta tarefa é reavivada, afinal elas operam com maestria o encanto. Afinal, como seria possível transformar um pavilhão com tanques de guerra, soldados eretos e supostamente sem vida em um parque

de diversões? Como fazer de um cenário onde a vida perde sua potência, como na guerra, e ainda assim tornar as ruínas palco de um esconde-esconde? de um pega-pega? É preciso prudência para não cairmos em qualquer tipo de romantização dos cenários de violência que acompanham as infâncias. Não obstante, há de se ressaltar as estratégias que elas utilizam para afrontar a morte que segue à espreita. Há em seus movimentos, em seus modos de narrar a vida, algo que Noguera vai chamar de "mais-valia de vida". Para ele, o conceito de infância "emerge como um milagre brincante que restabelece a mais-valia da vida". (Noguera, 2019b, p. 5). Em outras palavras, quer dizer a capacidade inventiva do brincar como produtor da alegria. (Ibid.). E a alegria, bem como a infância, são inimigas contumazes da morte.

Considerações finais

(...) nada nos intriga mais ao pensar a interface infâncias e cidades que a pergunta do "quefazer" para transpor nosso lugar marcado pela adultidade e aquecer o corpo no processo de infanciarizar a vida. (Schneider; Costa; 2024, p.9).

Krenak (2021) faz um exercício de pensarmos em como as crianças vivenciam a infância a partir de um certo encurtamento da mesma. Isso porque, ao serem lançadas cada vez mais cedo em um mundo “como uma chapa quente” (Krenak, 2021, p.98), demandamos que respondam às perguntas deste mundo em declínio, o que pode incorrer em uma supressão da infância como uma experimentação da ordem do fantástico, do encantado. Esse deslocamento da infância para um estado de produtivismo e racionalidade precoce impacta não apenas as crianças, mas também a própria sociedade, que perde sua capacidade de sonhar e imaginar outros mundos possíveis.

Se há uma pergunta que nos atravessa é: o que podemos aprender com as crianças? Ao investigarmos suas narrativas, percebemos que elas nos apresentam mapas inesperados, modos de ser e estar no mundo que desafiam as lógicas adultocêntrica e colonial. As cartografias infantis não somente revelam uma outra maneira de ver o mundo, mas também apontam caminhos para transformações profundas em nossas formas de pensar

a educação e a própria vida em sociedade.

Lançamos as infâncias, assim, na violenta ordem do mundo em disputa. Convocar a infância a partir do lugar das boas novas seria, sobretudo, abrir a vida para a possibilidade criativa e inventiva presente nas crianças e possibilitar aprendermos com elas outros mundos possíveis. O que o autor nos apresenta é que, ao invés de nós, adultos, apresentarmos mapas possíveis para as crianças, são elas, ao invés, que podem nos presentear com uma cartografia do mundo que nos oriente na adultez. Uma cartografia capaz de “incluir abelhas, tatus, baleias, golfinhos” (Ibid., p.101).

Por isso, convocamos a provocação do neologismo do “quefazer” enquanto uma orientação que atravessa o seu sentido linguístico, e pode se afirmar enquanto algo ético-poético-político, levando-nos a pensar em uma metodologia que possa hospedar a tríade acima. No caso, a cartografia infantil. Cartografar com as infâncias e suas narrativas é acionar o exercício de reescrever a vida a partir da prática política da brincadeira, é ativar o direito à experimentação, à reinvenção dos sentidos e à

ressignificação dos espaços sociais. Uma política que carrega em si a felicidade, e que oportuniza desestabilizar estruturas violentas de poder - uma possibilidade brincante de reorganizar a ordem social, de forma mais livre e inclusiva e, por isso, encantada. Mais do que um método, trata-se de um gesto político que reivindica a infância como protagonista na produção de conhecimento e na elaboração de outras possibilidades de existir.

Referências

BARROS, Manoel de. *Meu quintal é maior do que o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009.

COSTA, Luciano Bedin da. A cartografia parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa. *Paralelo 31*, v. 2, n. 15, p. 10-36, 10 dez. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/paralelo/article/view/20997/12946>. Acesso em: 24 fev. 2025.

COSTA, Luciano Bedin da. Cartografia, uma outra forma de pesquisar. *Revista Digital do LAV*, vol. 7, n.2, p. 66-77. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/15111/pdf_1. Acesso em: 03 jun. 2021.

COSTA, Luciano Bedin da. SOARES, Leila da Franca. ALMEIDA, Tiago. "Vamos perguntar aos miúdos algo que nós não conhecemos, nem eles, vamos descobrir juntos": notas sobre cartografia infantil e pandemias. In: CUNHA, Claudia (org.). *Cartografia: insurgências metodológicas e outras estéticas da pesquisa*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. Disponível em https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/04/eBook_Cartografia.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

CUNHA, Claudia M. Cartografia e pesquisa rizoma: especulações e experimentações em arte educação. In: CUNHA, Claudia (org.). *Cartografia: insurgências metodológicas e outras estéticas da pesquisa*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. Disponível em https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/04/eBook_Cartografia.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

NOGUERA, Renato. Entre a linha e a roda: infância e educação das relações étnico-raciais. *Revista Magistro*, v. 1, n. 15, 2017. Disponível em <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/magistro/article/view/4532>. Acesso em: 24 fev. 2025.

NOGUERA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. *Momento - Diálogos em Educação*, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 127-142, 2019a. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8806>. Acesso em: 21 fev. 2025.

NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. Infâncias diante do racismo: teses para um bom combate. *Rev Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.44., n.2, p.01-22, 2019b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/s6MZxwSx8PGL9hppMfP6FPF/?lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2025.

PACHECO, Eduardo G. FERNANDES, Fabíola R. O drama da professora desmanchada: ensaio sobre um ensaio. In: CUNHA, Claudia (org.). *Cartografia: insurgências*

metodológicas e outras estéticas da pesquisa. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. Disponível em https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/04/eBook_Cartografia.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: Ed. 34. 2009.

SCHNEIDER, M. C.; BEDIN DA COSTA, L. Pode o infante falar? Narrativas e cartografias infantis como resistência à subalternização da infância na urbe. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, [S. l.], v. 9, n. 24, p. 01-14, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/19015>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SCHNEIDER, Mariana Cunha. *Mapas brincantes iniciam por aqui: infâncias e cidades em costura*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/276551>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SEKKEL, Marie Claire. O brincar e a invenção do mundo em Walter Benjamin e Donald Winnicott.

SCHNEIDER, Mariana Cunha; FROHLICH, Nicolás Braga, COSTA, Luciano Bedin da; ALMEIDA, Tiago Alexandre Fernandes. Cartografias infantis: narrativas das infâncias enquanto uma metodologia do encanto. *PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói/RJ, Ano 15, n. 29, p.118-135, set. 2025.


www.periodicos.uff.br/pragmatizes - ISSN 2237-1508
(Dossiê "Narrar: gesto metodológico e indagação epistemológica")

Psicologia USP, v. 27, p. 86-95, 2016.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pusp/a/TgRvPjb>

[wXzMVm3yyQZCP9Tn/?format=pdf&la](https://www.scielo.br/j/pusp/a/TgRvPjb)

[ng=pt](https://www.scielo.br/j/pusp/a/TgRvPjb). Acesso em: 21 fev. 2025.

Direito à cidade em terra de brincar: narrar começos, articular pedaços de chão

Ana Cabral Rodrigues¹

Jordana Neves de Almeida Guimarães²

Anna Clara Fernandes Silva³

Monica Helena Rado Donnini⁴

Flavia Siqueira Lemos Leandro⁵

Adriana Aparecida de Souza⁶

Eliana Gonçalves de Souza⁷

Milena Pedrosa⁸

Beatriz Regina M. Nunes⁹

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.69680>

¹ Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente dos cursos de Graduação em Psicologia, campus Volta Redonda, e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: acrodrigues@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0317-5346>.

² Discente do Curso de Graduação em Psicologia, campus Volta Redonda, da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: jordana08dez@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4340-3703>.

³ Discente do Curso de Graduação em Psicologia, campus Volta Redonda, da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: annaclarafernandessilva25@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6326-004X>.

⁴ Discente do Curso de Graduação em Psicologia, campus Volta Redonda, da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: monicahrd@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7004-5222>.

⁵ Líder Comunitária da Ocupação Dom Waldyr Calheiros, estudante, equipe de pesquisa GPDU/UFF. E-mail: 998843386f@gmail.com.

⁶ Líder Comunitária da Ocupação Dom Waldyr Calheiros, equipe de pesquisa GPDU/UFF.

⁷ Psicóloga. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: souzaeliana@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7384-7425>.

⁸ Psicóloga; equipe de pesquisa GPDU/UFF. E-mail: milenapvf@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2059-9836>.

⁹ Psicóloga. Agente cultural. Especialista em Gestão de Projetos Culturais pelo Centro de Estudos Latino-Americanos de Comunicação e Cultura (CELACC/USP). E-mail: beatriz_nunes@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3202-067X>.

Recebido em 01/04/2025, aceito para publicação em 12/11/2025.

Resumo: O artigo parte de um encontro: aquele tecido no chão de universidade composto, majoritariamente, por mulheres pesquisadoras do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (UFF-VR), que carregam a problemática das políticas urbanas como políticas de subjetivação desde uma visada interseccional, e o chão da ocupação Dom Waldyr Calheiros, sustentado pelos saberes e coragens de mulheres-líderes-mães junto aos sonhos e à força brincante de crianças artistas e arteiras, fazedoras de cultura. Um encontro que nasce junto à cotidianidade e urgência da luta por moradia e dignidade de vida na cidade. A partir de uma política de escrita narrativa por vozes diversas – que ora se distinguem, ora se misturam, e orientada pela estética do fragmento na montagem benjaminiana como método, propomos fazer comparecer a densidade da produção de um mínimo comum como condição de possibilidade para uma psicologia que *pensaCOM* os territórios. O que se recolhe da produção deste percurso de pesquisa e extensão é a presença de uma convocação ético-político-epistemológica de partilha da margem e descentramento de lugares de produção do conhecimento.

Palavras-chave: processos de subjetivação; cidade; narrativa; infâncias; método da montagem.

Right to the city in play territory: narrating beginnings, articulating pieces of ground

Abstract: This article begins with an encounter: one that arises between a university campus comprised mostly of women researchers from the Urban Disutilities Research Group (UFF-VR), who address the problematic of urban policies as policies of subjectivation from an intersectional perspective, and the ground of the Dom Waldyr Calheiros occupation, sustained by the knowledge and courage of women-leaders-mothers alongside the dreams and playful energy of artistic and crafty children, creators of culture. An encounter that arises from the daily reality and urgency of the struggle for housing and dignity in the city. Based on a policy of narrative writing by diverse voices that sometimes distinguish themselves, sometimes blend, and guided by the aesthetics of the fragment in Benjaminian montage as a method, we propose to highlight the density of the production of a common minimum as a condition of possibility for a psychology that thinks WITH territories. What can be gathered from the production of this research and extension path is the presence of an ethical-political-epistemological call for sharing the margin and decentering places of knowledge production.

Keywords: subjectivation processes; city; narrative; childhoods; montage.

Derecho a la ciudad en territorio de juego: narrando inicios, articulando terrenos

Resumen: Este artículo comienza con un encuentro entre un campus universitario compuesto mayoritariamente por investigadoras del Grupo de Investigación en Desutilidades Urbanas (UFF-VR), quienes abordan la problemática de las políticas urbanas como políticas de subjetivación desde una perspectiva interseccional, y el contexto de la ocupación Dom Waldyr Calheiros, sustentada por el conocimiento y la valentía de mujeres-líderes-madres, junto con los sueños y la energía lúdica de niños artistas y creativos, creadores de cultura. Un encuentro que surge de la realidad cotidiana y la urgencia de la lucha por la vivienda y la dignidad en la ciudad. A partir de una política de escritura narrativa con voces diversas que a veces se distinguen, a veces se fusionan, y guiadas por la estética del fragmento en el montaje benjaminiano como método, proponemos destacar la densidad de la producción de un mínimo común como condición de posibilidad para una psicología que piensa CON territorios. Lo que se desprende de la producción de este camino de investigación y extensión es la presencia de un llamado ético-político-epistemológico a compartir los márgenes y descentrar los lugares de producción de conocimiento.

Palabras clave: procesos de subjetivación; ciudad; narrativa; infancias; montaje.

Direito à cidade em terra de brincar: narrar começos, articular pedaços de chão¹⁰

Para que uma outra ciência seja possível (...) não bastam iniciativas interdisciplinares que ocorrem isoladamente e com o respeito mútuo das fronteiras disciplinares. Trata-se de aceitar o experimento do encontro, em torno de uma situação que lhes concerne, com outros protagonistas, cujos saberes diferem e não respondem aos critérios das ciências (...) O experimento para os pesquisadores consiste em aceitar não estar no centro do encontro, aceitar serem situados por esses outros, aprender com eles aquilo que negligenciam e eliminam, sem usar como proteção categorias como objetividade ou racionalidade

Isabelle Stengers, Uma outra ciência é possível

A curiosidade que nos movia levou-nos aos contornos de uma palavra: ocupação. Por ela tateamos, balbuciamos sonoridades e experimentamos consistências de usos, sentidos e domínios do que nos era corpo e pluralidade. Iniciávamos o

que se denominou, em trechos de títulos posteriores de projetos submetidos às instâncias universitárias e órgão de fomento, como: “construções metodológicas e experimentações estéticas”¹¹. Era um movimento de cultivo de uma atitude atencional como abertura acolhedora a encontros com o que nos força a pensar e desencadeia em nós processos de criação (Kastrup, 2010) a partir dos encontros entre o banal e o extraordinário da arte e da vida, da ciência e das artesanias. Nisso encontramos as bordas de um campus e, com ele, a pergunta do que significava ocupar um lugar na universidade pública, e quem (não) o tem ocupado. Das grades que cercam um gramado muitas vezes esvaziado e uma calçada de caminhos apressados, resolvemos puxar fios. A lã vermelha ia convocando olhares e criando

¹⁰ Os “pedaços de chão” que aqui se articulam consiste em uma imagem que pegamos emprestado do trabalho publicado de dissertação de Bel Mayer (2022), a quem admiramos e que nos mostrou, por suas partilhas, saberes e afetos, muitos começos.

¹¹ Do projeto de extensão: “Oficinas de Montagens: construções metodológicas e experimentações estéticas em direito à cidade” (2018 - atual), inscrito como parte do Programa de Extensão “Observatório dos Direitos Humanos do Sul Fluminense” - PROEX/UFF.

movimentos reticulados por entre um dentro e um fora, encontrando porosidades, criando texturas, presenças, bordados. Fios apenas, talvez; mas também gestos, caminhos, desenhos, sem palavras ainda, dos limites e amplitudes de uma educação, de uma formação que se queria “embolada com a vida, com os cotidianos, suas invenções e intermináveis formas de fazer” (Rufino, 2023, p.7). Assim, os riscos vermelhos na paisagem iam escapando do aramado e, esticados, buscavam o chão da calçada, produzindo alguns engasgos a pressas individuais. Ou que se amarravam às árvores, circulavam arbustos, inventaram formas sobre os bancos de concreto, convidando a um tempo e lugar de criação (Barros, 2010) dos corpos e de compromisso aguerrido com os encontros e afetos capazes de acolher conflitualidades e abrir caminho para outras margens.

Os primeiros encontros aconteceram quando ainda se capinava o mato alto por entre estruturas arruinadas, sujas; bichos mortos. As ruínas de um projeto

abandonado na cidade, que prometia progresso e oportunidades de investimento, eram o chão onde cabiam as tábuas que seriam as camas das primeiras noites – ali onde muitas dormiriam juntas por muitas noites, naquele começo de tanta coisa. Se alguns temiam que talvez aquele ainda não fosse o momento, que ainda seria preciso melhor se organizarem, elas, no entanto, sabiam que era aquela a hora precisa de ocupar. As famílias carregavam consigo suas histórias, seus saberes, ferramentas, crianças no colo, na barriga; esperanças. As mulheres davam o caminho, tomavam a palavra, articulavam a luta, o café e o dia a dia da cria. As crias se achegavam, mostravam que o chão era terra de brincar, que os restos de tijolo contavam histórias, que até lençol podia criar lar e acolhida, que quando a força da ordem pública chega, deixa a casa bagunçada, mas que a voz e o corpo servem para cantar cantiga de roda e para fazer com que sejam ouvidas. E que elas sabiam muito bem o que faziam ali, naquela ocupação, naquele pedaço de chão¹².

¹² Trecho reproduzido parcialmente do posfácio do livro “Onde o Sonho Pode Morar: receitas de

idades e infâncias em ocupação” (Cabral, et al. 2024).

Realizar um sonho. Era isso que chegar e ficar aqui significou. Adriana¹³ é uma dessas mulheres que sonhou e, após 18 anos sem casa, encontrou um lar neste lugar onde colocamos nossa primeira bandeira: “Minha casa, nossa luta”. Porque foi assim que a ocupação se fez, com nomes de mulheres: Flávia, Franciele, Liliana... Se fez quando não aceitamos ficar andando pela rua com as crianças, em albergues, em casas que não mais podíamos morar. Algumas de nós tinham somente 20 anos e tudo pela frente. Mas nos reunimos, nos articulamos, tomamos coragem e resolvemos entrar. Muitas coisas ainda não sabíamos... Nós não sabíamos que o terreno era tão grande. Como também não sabíamos o tamanho do que estava por acontecer quando, diante da possibilidade de termos uma casa para a gente, algo nos foi perguntado: vocês querem apenas ocupar ou querem algo maior?

¹³ Todos os nomes presentes neste artigo não são fictícios. Trazer os nomes dessas mulheres e meninas, desde seus lugares no mundo e saberes, aqui, é uma das estratégias possíveis de evidenciar suas autorias.

¹⁴ Bairro onde se localiza a ocupação Dom Waldyr Calheiros, em Volta Redonda.

Marielle Franco é o nome da rua. Mas a mulher aguardada por aquelas que davam colo aos miúdos não chegou a caminhar pela ladeira que sobe da Beira-Rio até o chão de terra batida do Belmonte¹⁴; antes, veio o vazio. A roda no salão nunca testemunhou sua presença ou escutou sua voz; antes, veio o silêncio. A corda de pular, a bolha de sabão, a pipa no céu não se enroscaram com sua gargalhada solta no ar; o desencanto veio antes.

Mas se essa rua fosse minha... se essa rua fosse nossa... ela teria o nome dessa mulher para que ela, enfim, pudesse chegar. E, de fato, a rua ganhou CEP¹⁵, fez festa, semente e história de outras meninas miúdas e mulheres gigantes que continuam caminhando pela ladeira que sobe da Beira-Rio até o chão de terra batida; porque antes, veio o começo.

¹⁵ No dia 11 de junho de 2021, a Câmara Municipal de Volta Redonda, pela lei 5805, passa a denominar a rua projetada com acesso pela Avenida Bahia na ocupação Dom Waldyr Calheiros de rua “Marielle Franco”.

Myllena é o nome da primeira de todas. Ela chegou à ocupação e ao mundo ao mesmo tempo. Ela foi a primeira que nasceu aqui. Por isso é uma verdadeira “sem-teto”, o que é motivo de orgulho. Isso nos foi ensinado pelas mais velhas. Com ela, a ocupação ganha o tamanho do mundo. E ela é desse tamanho, já veio com essa força. É filha dessa luta. E vai seguir crescendo com isso.

Maria Vitória é o nome da autora. Foi ela quem trouxe para a escola o livro que vocês fizeram com as crianças da ocupação Dom Waldyr Calheiros¹⁶. Nós, daqui da E.M. João Paulo I, soubemos do livro assim: a atividade proposta era recriarmos contos clássicos, e as crianças eram convidadas a inventarem para eles novos acontecimentos, personagens e até mesmo outros fins para essas histórias que sempre se contam para

¹⁶ Trazemos aqui parte do diálogo que nossa equipe teve com a escola de algumas das crianças autoras do livro “Onde o sonho pode morar: receitas de cidades e infâncias em ocupação” (Cabral, et al. 2024).

¹⁷ O livro Onde o Sonho Pode Morar teve seu pré-lançamento na Feira Internacional de

elas. Isso produziu em sala um certo alvoroço; as crianças perceberam que poderiam ser as autoras desses escritos. Foi bem interessante, e foi esse o combinado. Mas na aula seguinte, um inesperado. Aquela menina, que já era autora de um livro todo ilustrado, sobre direito à cidade, com histórias e receitas das infâncias em ocupação, lançado na Feira Literária Internacional de Paraty e na Biblioteca Pública da cidade¹⁷, chegou carregando-o cuidadosamente, junto a um orgulho cheio de felicidade e de outros fins de sua história que mal cabiam em suas pequenas mãos.

Há coisas que não têm nome. Algumas delas são possíveis de se encontrar nos bolsos ou no dobrado da blusa que vira bolsinha sobre a barriga... Umas quinquilharias desúteis mesmo (Barros, 2010; Cabral, 2013), pequenos tesouros, por vezes

Paraty e, em novembro, na Biblioteca Municipal Raul de Leoni, em Volta Redonda, com a presença das crianças e adolescentes autores, familiares, amigos, autoridades e o GPDU-UFF. Nesta ocasião, além de uma roda de conversa sobre o processo de criação do livro, leitura pública de trechos do livro, todas as pessoas autoras tiveram um momento de autógrafa.

chamados de trequinhos ou lixinhos quaisquer encontrados por aí. Mas é preciso reconhecer que, apesar de não terem serventia alguma, funcionam muito bem para tempo à toa, desenho no chão, presentes inesperados, traçados de mapas inventados, banquetes de panelinha...

Há, igualmente, coisas que carregam nomes bonitos. Essas, muitas vezes, estão também sendo carregadas em sacolas, bolsas, panos amarrados, cuias, cumbucas, patuás que se levam para cá e para lá no sobe e desce do ônibus, no vai e vem da ladeira, no passo a passo da casa à rua, de uma casa a outra, nas idas e vindas dos dias. *Bolinho-de-chuva* é uma dessas que tem nome bonito. Poucas palavras aguam tanto a língua antes mesmo de chegar à boca... além de conseguir deixar rastros adocicados na ponta dos dedos e nas lembranças das gentilezas das avós, tias e vizinhas em dias nublados. *Neném* é outra. É uma palavra que se fala na pontinha da língua com dois saltitos, deixando um sonzinho gostoso no fim para vir se apoiar sobre o osso da bacia, onde uma

parte se ajeita para um lado e outra para o outro, agarradinhas. Seu rastro tem uma capacidade realmente bagunçante, de fazer as coisas virarem de ponta-cabeça. E que mesmo quando por ela o tempo passa, segue cambalhotando roteiros e rotinas e se acocorando para ganhar intimidade com o chão, desde onde inventa de fazer perguntas sobre outras palavras, como “estrela”, “imaginação”, “sonho” e “pesquisa”. Já *mandioca* é palavra que precisa ser descascada. E que, quando carregada aos montes, em abundância e generosidade da terra e das mãos que as cultivaram na última safra ou há mais de quatro mil anos, acorda a “casa de Mani” e as lágrimas que a aguam¹⁸, acorda todas as casas vazias e as forças que as ocuparam. Acorda as raízes e o desejo de coletar as histórias nunca antes contadas de gestos e cuidados ancestrais (Le Guin, 2021). Ou que precisam ser mais uma vez proseadas em rodas no fim do dia na calçada. De fofocas e facas empunhadas para preparar a noite e o caldo; “roçar o terreno da memória” (Rufino, 2023, p.42) para ganhar

¹⁸ Referência à lenda dos povos tupi que contam a origem dessa raiz “Manioca”.

intimidade com o tempo (Martins, 2002) que estala em saudades e esperanças nas fogueiras de festejos juninos, capazes de fazer arder a cidade.

Do centro, as gigantescas chaminés vomitam o que vai se tornando toda a espessura do ar que se respira, todas as capilaridades dos pulmões, as vísceras. Mas também provocam a tosse. As chaminés – essas prodigiosas construções do humano sobre o mundo, recursos e seres não-humanos à espera de serem conquistados e explorados (Tsing, 2023) – criam a pregnância do que se tornou a paisagem que se impõe ao espírito e aos olhos. Para onde sempre se olha. Paisagem em uma imutabilidade asfíxiante, pelo silêncio de uma maquinaria esquecida (Certeau, 1994), esquecível, para ser esquecida, onde correm acúmulos, obsolescências, investimentos, curtos prazos, escalabilidades, produtividades, todas elas caras e

benfazejas aos "comedores de terra"¹⁹, e impagáveis aos que da terra são expulsos, sempre ditos como não pertencentes e não produtivos. Eis o ensurdecido silêncio da catástrofe (Benjamin, 1987), que diz, a cada baforada de fogo no céu, que nada mudou, nem há de mudar; que as coisas continuem assim, é o que se pode esperar. É o que há nesta paisagem monocultora (Tsing, 2023; Bispo, 2023) onde “a alteridade, a diferença, é sempre um problema a ser resolvido” (Segato, 2022, p. 87).

Acontece que, desde a margem, o problema a ser resolvido é de outra ordem: é ele a própria insustentabilidade da lógica centro/margem; categoria de análise amplamente lançada no ar pelos gabinetes e laboratórios, aquela que só serve às centralidades (Caron e Cabral, 2024). E que abastece o cinismo do projeto civilizatório instrumentalizado e alicerçado no urbanismo e na urbanização, como “forma específica de relação tecnologia-sociedade-natureza que é base material, meio e

¹⁹ “*urihi wapopë*”, termo traduzido por Albert e Kopenawa (2015) como “comedores de terra, comedores de floresta”.

mediação das relações sociais capitalistas, cis-heteropatriarcais, coloniais, [capacitistas] e raciais” (Helene et al., 2022, p. 68). Um cinismo capaz de arrefecer até mesmo dados e estudos (Rolnik, 2015) que evidenciam que a cidade, apesar de ser um modo de vida amplamente disseminado no globo, ela, como direito e experiência de dignidade humana, não está nem perto de estar garantida; tal é a fantasia que “nina a casa grande” (Evaristo, 2017), a de que é somente para alguns poucos que a urbanização e a cidade não estão disponíveis. Bastando, pois, apenas, ou que esses poucos anômalos se “endireitem”, ou que as engrenagens da maquinaria do desenvolvimento se façam um pouco mais azeitadas e aceleradas para eliminar, enfim, tal rangido e resolver sua (ainda) incompleta consecução. Efetivamente, o problema em jogo seria da ordem da vergonha – se ainda o que sustentasse o laço fosse a possibilidade dela – mas é mesmo o cinismo, o absurdo, a verdadeira

barbárie, o limite do insustentável, pois toca direta e amplamente a própria habitabilidade da Terra, da possibilidade de continuarmos a dividir o planeta. E neste limite é a margem – não como topos, localidade, mas como *ethos*, como posicionalidade – que se dá a ver na paisagem viva, movente, friccional do encontro, do amontoamento e agenciamento de tudo que é feito resto e é contragolpe (Simas e Rufino, 2018), de tudo aquilo que foi e é sistematicamente suprimido e apagado. Mas, como presença - aquilombada, articulada, aldeada, infancializada (Nogueira e Alves, 2020), assentada, nomadizada, etc - oferece as chances do que ainda, a partir dali, e nas ruínas do Antropoceno (Tsing, 2023), é possível. A visada aqui é o avesso, e é avessa à centralidade, à urbanidade que significa, classifica, escrutina e expele tudo aquilo que ela mesma decretou como *outro*, subnormal²⁰, marginal... É, pois, a ocupação que há de falar da cidade, que há de falar à cidade e indagá-la.

²⁰ As ocupações urbanas são comumente denominadas pelo Estado, pela mídia e pelo mercado como invasão, e, até o ano de 2024, eram nomeadas pelo IBGE como "aglomerado subnormal" para referir-se à diversidade dos assentamentos irregulares existentes no país.

Sobre a eliminação tão recente desta denominação, ver: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais-para-favelas-e-comunidades-urbanas/>. Acesso em: 24 mar.2025.

Não porque as margens guardem as respostas. Mas, porque nos escombros têm gestado o improvável e sustentado a desconfiança de que nada acontece ou de que estamos simplesmente diante do fim²¹.

Desde as margens, sabe-se bem que nas centralidades que vomitam leis, salvações, soluções, objetificam-se vidas, produzem-se anomalias e se organizam expurgos (Segato, 2022). A ordem é: manter a margem à margem, a bagunça longe das sensibilidades mais finas e impedir invasões, infiltrações, pelas sempre reeditadas estratégias de desacreditar falas, clamores, pautas, demandas. Esvaziar os sentidos de mutirões e conselhos sem que esses precisem ser extintos; instaurar ausências e esquecimentos. Deixar as palavras se perderem ao vento ou surrupiá-las,

degluti-las, usá-las, fazê-las nada dizerem, torná-las “cartas extraviadas, perdidas” (Brum, 2016). E, por fim, administrar minúsculas gotas de esperança na próxima obra, na próxima visita, na próxima audiência, na próxima lei, no próximo mandato, na próxima oportunidade... Para acalmar os ânimos e arrefecer a força, a tosse, até que, pelas incontáveis frustrações, o último fôlego se encerre em exaustão.

Nós vamos juntar jornais, revistas, papel e também algumas dessas quinquilharias que encontramos e carregamos nos bolsos. Recortamos algumas peças. São curvas, quadrados, papéis amassadinhos, fiapos, retângulos, triângulos, círculos. Não se preocupem, eles encontrarão

²¹ “Fim” como o que é prenunciado pelos discursos conservadores no que toca questões como a crise climática global que, se não é recusada pelo negacionismo, é apresentada com fatalismo, posição amplamente eficaz em criar invisibilidades às forças de resistência multiespécies (caras ao pensamento de Anna Tsing) e esvaziar práticas revolucionárias, de esperança e que evidenciam a urgência de interrupção de certas lógicas e funcionamentos vigentes. Assim também “fim” como aquele presente na tese de Francis Fukuyama na qual o liberalismo, ideia-força dominante e vencedora no cenário pós Segunda-Guerra, é

visto como o destino cumprido da evolução natural da humanidade, e que, em tendo sido cumprido frente à então derrota do fascismo, os possíveis caminhos da história já estariam todos contados e à disposição. Além desta tese não poder ser pensada como uma realidade global, os valores do liberalismo aclamado por Fukuyama, como liberdade e igualdade, estão longe de terem se realizado frente ao cenário de amplo massacre dos direitos sociais por parte do capital financeiro, o que exige repensar e fortalecer combates para se criar caminhos de dignidade humana ainda por se fazer.

um espaço. Podemos experimentar juntar alguns deles...

Vamos montando e desmontando.

Às vezes, aproximando assim, aparece uma casa. Algumas coloridas têm portinhas que abrem e telhados da cor do céu. Será que dá pra ver quando chove?

Vamos desmontando e montando.

Veja só: um prédio pequenininho, cheio de janelas miúdas. Quem será que vive aí? Joaninhas?! Tá ficando interessante... Com um fio de barbante, vai aparecendo um caminho, uma rota, uma rua... Quem é que vai chegando por ela?

Vamos montando e desmontando.

E trocando também. Pode dar para o outro uma partezinha que você inventou: um presente. Agora, tem algumas coisas que não podem faltar: pula-pula pra flutuar, balão pra voar, piscina pra mergulhar. Poderia ter ainda uma jangadinha, assim a gente poderia seguir pelo rio até colocar os pés na praia ou numa ilha no meio do oceano. O que você levaria pra lá? Ou o que você traria de lá pra cá?

Tragam também as plantas que recolhemos, assim teremos jardins, florestas e gramas boas pra rolar, fazer estrelinha e tirar soneca. A canetinha faz outros detalhes: a rede, o muro, a lua (que surge brilhante e redonda, devagarzinho, por detrás dele). Muros servem muito bem pra isso: fazer a surpresa da lua. Tem até umas nuvens no céu colorido e iluminado: rosa, azul, lilás. Algodão-doce, com certeza! Bem lembrado, comidas gostosas. Este círculo é um prato, e aquele também: arroz, peixe, tomate, macarrão... Se dividir, dá sempre pra todo o mundo.

E o que é isso? Uma passagem secreta?! Então se eu chego aqui, logo posso encontrar alguém ali? Uau! Um cinema pertinho, um parquinho ao lado, a escola toda bonita... E então a cidade fica parecendo até uma rede... Acolhe bem a gente...

Vamos desmontando e montando.

Aquelas que um dia foram chamadas de bruxas se sentavam em roda.

Elas, ainda hoje, continuam em roda.

E continuam sendo chamadas
de bruxas, baderneiras, barraqueiras,
arruaceiras, loucas, desequilibradas,
vagabundas, insuficientes, histéricas,
incontroláveis, invasoras...

E, mesmo assim,
continuam.

Porque insistem na roda.

E nela
circulam os fios, a vida e as
crias,
pelas rodas.

Em favor delas.

Por elas.

Pois isso,
é preciso contar.

A mulher inventou a roda.

Tecnologia primeva do que os
homens chamaram de Humano.

E girou de ponta-cabeça o conto
da Origem,

pra ver nascerem narrativas dos
começos

inumeráveis,

embaraçados de histórias.

Outras.

Sempre as Outras
da História.

Ávidas por se recontarem

Em volta do fogo

dominado

e alimentado pelas palavras

cruas e cozidas,

que alimentaram a todas,

que amamentaram a todos,

que pariram o mundo

de cócoras:

posição e substantivo feminino

plural²².

A teoria pode ser um lugar de cura e prática de liberdade. É o que afirma bell hooks (2017) ao tomar as recordações de uma infância difícil e recolher dela tanto a força que foi poder nomear, muitos anos depois, a violência do racismo e do patriarcado que atravessava a história de seus pais e chegava a ela em forma de agressão e humilhação, quanto a incisividade (rechaçada) de suas perguntas infantis desconfiadas da naturalidade com que os adultos tomavam a ordem (necessária) das coisas. Esse escrito de bell reconhece na infância um modo

²² Este fragmento é a íntegra do poema "Roda", de autoria de Ana Cabral (não publicado), criado em homenagem às mulheres da

Ocupação Dom Waldyr e às redes de mulheres que apoiam e participam deste projeto de pesquisa e extensão.

de habitar a linguagem, uma maestria em sua capacidade de teorizar e indagar o mundo. Mas a autora enfatiza: a teoria *pode* ser isso; sobretudo quando se pede isso dela, assumindo, com ela, outras relações, especialmente aquelas que não opõem teoria e prática. Sobretudo quando não se usa a teoria de maneira instrumental para perpetuar a hierarquização de um pensamento sobre outro e determinar a indignidade ou desinteresse absoluto de determinados modos de dizer/escrever/investigar. A partir daí, é possível se contrapor à função (igualmente não intrínseca) da teoria de produzir e manter distâncias. Aí se abrem as veredas por onde bell hooks pode sustentar a teoria como prática de criação de alianças e de desindividualização de histórias que careciam de nome e conceito para reinaugurar a alma das palavras no corpo.

Veredas também de *idas e vi(n)das*²³ de outra "Bel" que encruzilhou nossos percursos e melhor instrumentalizou um pensamento que nasce, então, *COM* o território (Moraes

e Quadros, 2020; Cabral e Caron, 2024) e se torna ideia compartilhada: a criação de um livro junto às crianças, pensado junto às infâncias que coabitam o território "ocupação urbana". Aquele que abrigava um salão coletivo em obras no qual ainda não era possível imaginar uma estante cheia de livros, almofadas e tapetes para as histórias ali se aconchegarem e produzirem mobilidade e deslocamentos... E se ainda não era possível povoá-lo com os livros dos autores que vínhamos trazendo em nossas "*oficinagens*" (Cabral e Lobo, 2024), talvez fosse possível fazermos outros deslocamentos através dos caminhos de inventar imagens, personagens, textos... E a nós todos como co-autores.

Bel Mayer (2022), que traz a radicalidade de um compromisso com o protagonismo das infâncias e juventudes periféricas a partir da abertura de mundo "pelo encontro com a palavra" (Mayer, 2024, p.8), insuflou ânimo nas histórias que sustentávamos em malabarismos e invenções em um momento no qual subir a ladeira da

²³ Em referência ao título do livro de Bel Mayer (2023).

Beira-rio até o chão de terra batida salpicado de criança era inviável. Era um momento no qual falar de direito à cidade – mediante a realidade de um isolamento sanitário impossível para as infâncias em ocupação – exigia estreitar laços de confiança. E, mais do que nunca, reconhecer nos gestos, nas histórias contadas, nas brincadeiras compartilhadas, via mensagens por “caixas de histórias” virtuais²⁴, modos como essas infâncias dizem-cidade, dizem-direito à cidade e indagam o mundo através de sua desconfiança e *curiosidade*²⁵. Assim como exigia visitar o lugar de “simples pontes com as crianças” que as mulheres-mães tinham e trazê-las para o centro do trabalho, em movimentos de produção

de cuidado, escuta, acolhimento²⁶ e apostas conjuntas.

O tempo do reencontro é também o tempo de recolher o que restou – das histórias de sereias, tempestades e mapas; das tempestades da vida, maternidades e lutas; dos mapas de pesquisa, teorias e alianças. O que restou de nós. De quem éramos nós. O que restou dos lugares que nos demos, que nos foi dado, que pudemos sustentar em análises de implicação (Rocha e Aguiar, 2003) de uma pesquisa-extensão que a todo tempo exige recomeçar e pensar que criar presenças é sempre intervir. E, então, fazer disso, mais uma vez e a cada vez, matéria-prima de um trabalho, do chão de nossos encontros. Assim como eram os fragmentos –

²⁴ Durante a pandemia, criamos um dispositivo chamado “caixa de histórias” que enviávamos às crianças da ocupação através de mensagens de *whatsapp* para os contatos de seus responsáveis. Nelas contávamos histórias que se desdobravam em brincadeiras, alguns jogos e desafios a serem compartilhados por fotos, escritos e áudios. Nossa proposta era manter vínculos, criar presenças e endereçamentos possíveis.

²⁵ Esta é uma palavra-conceito inventada por Mariana Cunha Schneider durante o Curso “Construções metodológicas e experimentações estéticas nas políticas de escrita acadêmica” (Propur/UFRGS). Refere-se à “supercapacidade das infâncias em se fazerem curiosas das paisagens e miudezas

das cidades. *Curiosidade* é palavra relativa a quem se põe a imaginar, fabular, inventar e transformar as ruas, as casas, a vizinhança, os lugares aos quais pertencemos e onde moramos, queremos morar e de que vamos nos lembrar pra toda vida. E assim vai se criando um porvir mais bonito, gentil e acolhedor a todas as gentes” (Cabral, *et al.* 2024, p.66).

²⁶ Durante a pandemia uma das ações foi a proposição de breves encontros virtuais de conversa sobre o que era ser mãe na pandemia a partir de suas realidades, e da oferta de apoio e escuta via telefone por profissionais da psicologia membros do Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (GPDU) pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

aquilo que não remonta totalidades ou *mesmidades* – que foram sendo construídos e recolhidos em nossos diários de campo e a cada vez que abríamos uma nova caixa: agora de papelão, em forma de um livro gigante, recheada de pequenos tesouros (como às vezes são os textos que nos encanta escrever). Esses mesmos fragmentos que foram se tornando os ingredientes de cada uma das receitas de “como se constrói uma rua”, uma casa, uma vizinhança, uma ocupação, uma cidade, um livro²⁷. E criaram o chão – feito desses cacos, pedrinhas, bolhas de sabão, passagens secretas – onde uma menina e uma capivara, experimentadas por rabiscos e jogos de teatro, puderam pisar através das páginas que fabulamos juntos; através de nossas histórias e corpos que *infanciaizamos* juntos (Noguera e Alves, 2020).

O tempo da escrita não é o tempo do relato ou do simples registro do acontecido. O tempo da escrita é o tempo da (des)montagem, como (des)invenção de um campo, do pensamento, do corpo, da própria

pesquisa. A escrita é também um tempo do desacelerar, de fazer falar as fricções, as hesitações, os engasgos; isso que nos lembra que não estamos sozinhos, e nos torna novamente “capazes de aprender, de encontrar e de reconhecer o que nos une e nos mantém unidos, de pensar, imaginar e, no mesmo processo, criar, junto a outros, vínculos que não sejam de captura” (Stengers, 2023, p. 116). Porque a escrita não é isso, mas pode ser. Sobretudo quando se pede isso dela, assumindo, com ela, outras relações, especialmente aquelas que não opõem teoria e prática, infância e maestria. Aí se abrem as veredas por onde sustentamos práticas de criação de alianças e de desindividualização de histórias que apontam para nós a importância do nome e conceito capazes de reinaugurar a alma das palavras no corpo.

Da escuta de uma dor sentida junto à pele em um corpo ainda miúdo, mas que já ecoa tantas “vozes mudas

²⁷ Nome de cada capítulo do livro “Onde o sonho pode morar”.

caladas, engasgadas nas gargantas” (Evaristo, 2021, p. 24), surge uma rainha na roda que é teatro e brincadeira de se inventar junto. Com seu leque, venta e guia os pequenos olhares curiosos, que vão pouco a pouco se tornando cúmplices da história que ali se conta, em movimentos delicados de comecem a se sentir e se perceber como seus outros personagens.

A grande rainha de pele ébano vive num lugar nem tão longe, nem tão perto, onde crianças gostam de sair para brincar, fazer desenho no chão e em seus corpos, cambalhota e *au*²⁸, e subir nas árvores para colher as frutas mais docinhas. Tal como Nzinga²⁹, ela governa com generosidade e sabedoria, e combate reinos invasores que gostam muito de ouro e pouco de árvores e frutas docinhas, movidos por seus desejos de serem os donos de tudo que encontram: cultivos, ciências, artes, e tecnologias. Contando dos muitos combates e resistências, a

rainha que temia pela perda da esperança de seu povo, envia aos reinos irmãos seu melhor mensageiro – aquele que carregava a arte da escuta. E recebe, entre tantas mensagens, um presente de uma velha amiga, vindo lá da outra ponta da roda que vai passando de mão em mão até chegar às suas: um novelo de lã vermelha. Como aquelas com que sua mãe costumava tecer e contar histórias. Tomada de lembranças e de um vento em leque, a rainha que reina no reino e na roda que é teatro e brincadeira de se inventar e se curar junto, segura o novelo nas mãos. E desfia, para olhares hipnotizados, a antiga história de Ananse³⁰ – uma divindade da cultura Ashanti que toma forma de aranha e, em sua astúcia, desafia o deus Nyame num tempo imemorial em que ele era o único ser que detinha todas as histórias do mundo. Ananse, então, fia uma longa teia até os domínios desse deus. E lá do alto insiste que lhe ceda a cabaça das histórias para que possa

²⁸ Movimento de esquiva de golpes rasteiros; é amplamente brincado pelas crianças na capoeira.

²⁹ Mwene Nzinga Mbandi (1582-1663) rainha do Reino do Dongo (atual Angola), conhecida por sua grande capacidade estratégica e política na

busca de acordos de paz ante o colonialismo português.

³⁰ Tomamos aqui como referência a narração oral da contadora de Histórias Zélia Amador de Deus. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Za3Wx7VZA6k>. Acesso em: 21 fev. 2025.

levá-las aos humanos. Nyame aceita, mas com a condição de que Ananse cumprisse, uma-a-uma, suas difíceis tarefas. Em uma jornada desafiadora, Ananse cumpre todas e recebe o retorno prometido. No entanto, ao descer pelo fio de sua teia, em sua euforia, vira a cabaça inadvertidamente e as histórias todas se espalham pelo mundo. Assim como estava espalhado o encantamento em forma de miçangas e fitinhas caídas de um cesto de palha no meio daquela roda, no meio daquele salão, no centro da ocupação.

A grande rainha que conta a antiga lenda, puxa um fio para fora dela, e vai criando um movimento reticulado por um dentro e fora, criando texturas, presenças, bordados; encontrando porosidades, entre os contos dos povos de vozes que fizeram se ouvir (que seguiram e seguem até o dia de hoje em resistência) e as crianças-personagens-mensageiras-pesquisadoras-artistas-rainhas-reis-amigas ali em roda recolhendo, em cada uma daquelas palavras, daquelas vozes, o “eco de vida-liberdade” (Evaristo, 2021, p.25). Pois sabem bem que nesse tempo não foram só as batalhas que fizeram o povo existir. São as histórias que caminham com elas e

eles que os fazem ainda mais vivos, fortes, orgulhosos da boniteza de suas raízes e peles e, sobretudo, os fazem capazes de continuar brincando.

A rainha-pesquisadora-rainha de pele ébano enovela mais uma vez o fio da lã vermelha. Como se aquele encanto fosse pouco a pouco se dissipando, ou, quem sabe, realmente se infiltrando ali, naquele espaço, naquele salão, onde tantas coisas criaram seus começos: lares, festas, oficinas, livros... laços de confiança, partilhas.

São fios apenas, talvez; mas também gestos, caminhos, desenhos, cheios de palavras que vão contando das delicadezas e forças de um espaço que começa a ser sonhado junto, para ser casa de histórias, de causos, de lendas e parlendas para brincar a língua, o corpo, o sonho em palavras bonitas de carregar, como em patuás. Assim é *Ananse*: uma biblioteca comunitária que se inventa e se quer “embolada com a vida, com os cotidianos, suas invenções e intermináveis formas de fazer” (Rufino, 2023, p.7) cidade, ocupação, cultura, escrita, pesquisa, arte, ciência, luta e universidade.

Referências

BAVCAR, Evgen. *Le voyeur absolu*. Paris: Seuil, 1992.

BELARMINO, Joana. O que percebemos quando não vemos. *Fractal: Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, v. 21, n. 1, p. 179-184, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4736>. Acesso em: 09 jan. 2025.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Integrating disability, transforming feminist theory. *NWSA Journal*, v. 14, n. 3, p. 1-32, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4316922>. Acesso em: 10 mar. 2025.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Feminist Disability Studies. *Signs*, v. 30, n. 2, p. 1557-1587, 2005. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/423352?journalCode=signs>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GAVÉRIO, Marco Antônio. Aberrações tropicais: representações da monstrosidade no teatro Latino-Americano. *Áskesis*, v. 9, n. 2, p. 188-192, 2020. Disponível em:

<https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/548>. Acesso em: 15 jan. 2025.

GUERREIRO, Raquel. *Cartografia, deficiência visual e arte: acompanhando o processo da acessibilidade no Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GUERREIRO, Raquel. *Fazer um corpo todo de escuta: uma travessia existencial*. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 09 jan. 2025.

JULIEN, François. *Il n'y a pas d'identité culturelle*. Paris: L'Herne, 2016.

KASTRUP, Virgínia. *Cegueira e Invenção: cognição, arte, pesquisa e acessibilidade*. Curitiba: Editora CRV, 2018.

KASTRUP, Virgínia; POZZANA, Laura. *Histórias de cegueira*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

KASTRUP, Virgínia; VALENTE, Dannyelle. How to make the body speak? Visual disability, verbalism and embodied speech. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 3, p. 572-583, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/7LKK6ZZx4Q3MPHSzLGSq9JF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2025.

KLEEGER, Georgina. *More than meets the eye. What blindness brings to art*. Oxford: University Press, 2018.

LEWI-DUMONT, Nathalie. *Langage. Voir [barré]*, 38-39, p. 174-183, 2011.

MARTINS, Bruno Sena. Pesquisa acadêmica e deficiência visual: resistências situadas, saberes partilhados. *Revista Benjamin Constant*, v. 19, p. 55-66, 2013. Disponível em: <https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/378>. Acesso em: 09 fev. 2025.

MCRUER, Robert. Compulsory able-bodiedness and queer/disabled existence. In: HALL, Donald E. & JAGOSE, Annamarie (eds.), *The Routledge Queer Studies Reader*. Abingdon: Routledge. pp. 488-497, 2012.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hg v5TYZgWbKvspRtF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

MORAES, Marcia; TSALLIS, Alexandra C. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. *Rev. Polis Psique*, v. 6, n. especial, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61380>. Acesso em: 09 mar. 2025.

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: permanências e reparações. In: SILVEIRA, Marília; MORAES, Marcia; QUADROS, Laura Cristina de Toledo (Orgs). *PesquisarCOM: caminhos férteis para a pesquisa em psicologia*. Rio de Janeiro: NAU Editora, pp. 21-42, 2022.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliane. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. v. 1. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Sílvia. *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RIBAS, Cristina. *Feminismos bastardos, feminismos tardios*. São Paulo, N-1 Edições, 2019. Série Pandemia.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. Feminismos plurais.

SILVEIRA, Marília; MORAES, Marcia; QUADROS, Laura Cristina de Toledo. *PesquisarCOM: caminhos férteis para*

a pesquisa em psicologia. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2022.

SIMPLICAN, Stacy Clifford. Feminist disability studies as methodology: life-writing and the abled/disabled binary. *Feminist Review*, v. 115, n. 1, p. 46-60, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1057/s41305-017-0039-x>. Acesso em: 12 fev. 2025.

VERINE, Bertrand. *Dire le non-visuel. Approches pluridisciplinaires des discours sur les perceptions autres que la vue*. Liège: Presses universitaires de Liège, 2014.

VERMERSCH, Pierre. *L'entretien d'explicitation*. Issy-les-Moulineaux: ESF, 2000.

VILLEY, Paul. *Le Monde des Aveugles, essai de psychologie*. Paris: Flammarion, 1914.

WEYGAND, Zina. *Vivre sans voir. Les aveugles dans la société française, du Moyen Âge au siècle de Louis Braille*. Paris: Créaphis, 2003.

As caixas de Salete: tecituras de narrativas da e na Cozinha Solidária da Vila Barracão

Ana Elísia da Costa¹

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.66403>

Resumo: Exploro neste texto memórias de mulheres que atuam na cozinha solidária da Vila Barracão, na periferia de Porto Alegre. Entre essas mulheres, destaco Salete que, ao guardar sonhos e dores em “caixas”, mobiliza sentimentos e reflexões que me atravessam nesta escrita. Meu encontro com elas foi promovido por um projeto de ensino-extensão-pesquisa que registrou suas narrativas e revelou histórias de abandono e opressão, bem como de resistência e insurgência. Visibilizar tais histórias e refletir sobre os papéis das mulheres nas cozinhas solidárias e nas periferias urbanas são objetivos deste trabalho. Em uma escrita experimental, ao mesmo tempo em que documento e reflito sobre o tema, também busco pensar sobre os sentidos pessoais deste trabalho e sobre a pesquisa por narrativas. O estudo é construído como uma tecitura frouxa, aberta. Ato “nós”, mas também deixo “pontas soltas” para a composição de ficções por vir ou de histórias sem fim.

Palavras-chave: narrativas; cozinhas solidárias; mulheres; periferia; Vila Barracão.

The Salete boxes: weavings of narratives from and in solidarity kitchen of Vila Barracão

Abstract: In this text, I explore memories of women who work in the solidarity kitchen of Vila Barracão, on the outskirts of Porto Alegre. Among these women, I highlight Salete who, by keeping dreams and pain in “boxes”, mobilizes feelings and reflections in me that permeate this writing. My meeting with these women was promoted by a teaching-extension-research project that recorded their narratives and revealed stories of abandonment and oppression, as well as resistance and insurgency. Making these stories visible and reflecting on the roles of women in solidarity kitchens and urban outskirts are the objectives of this work. In experimental writing, at the same time as I document and reflect on this topic, I also seek to think about the personal meanings of this work and about researchs based on narratives. The study is assembled as a loose, open fabric. I act “knots”, but I also leave “loose ends” for the composition of fictions to come or endless stories.

Keywords: narratives; solidarity kitchens; women; periphery; Vila Barracão.

Cajas de Salete: tela de narrativas desde y en la Cocina Solidaria de Vila Barracão

¹ Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS. E-mail: ana_elisia_costa@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4829-5699>.

Resumen: En este texto exploro memorias de mujeres que trabajan en la cocina solidaria de la Vila Barracão, en la periferia de Porto Alegre. Entre estas mujeres destaco a Salete quien, al mantener en "cajas" sueños y el dolor, moviliza en mí sentimientos y reflexiones que permean este escrito. Mi encuentro con estas mujeres fue promovido por un proyecto de enseñanza, extensión e investigación que registró sus narrativas y reveló historias de abandono y opresión, así como de resistencia e insurgencia. Visibilizar estas historias y reflexionar sobre los roles de las mujeres en los comedores solidarios y en la periferia urbana son objetivos de este trabajo. En una escritura experimental, al mismo tiempo que documento y reflexiono sobre este tema, también busco pensar en los significados personales de este trabajo y en investigaciones basadas de narrativas. El estudio se ensambla como una tela suelta y abierta. Hago "nudos", pero también dejo "hilos sueltos" para la composición de ficciones por venir o de historias sin fin.

Palabras clave: narrativas; cocinas solidarias; mujer; periferia; Vila Barracão.

As caixas de Salete: tecituras de narrativas da e na Cozinha Solidária da Vila Barracão

Salete vem a mim com um sorriso incomum na cozinha solidária da Vila Barracão. É dia de encerramento de nossas atividades, após três meses de trabalho conjunto.

"Tenho uma coisa para te mostrar", diz ela. Retira da bolsa cópias amareladas de páginas de uma revista. Com os dentes à mostra, explica que ali eu encontraria parte da história da Vila Barracão e dela própria! Folheia a revista e mostra uma foto sua em frente à casa própria. Destaca que tinha cabelos curtos e que naquela época foi até "garota propaganda" da prefeitura sobre o loteamento da Vila. Gargalha.

Sorrio também e pergunto se posso fotografar o material, porque gostaria de lê-lo com mais atenção depois.

A história anterior tem como personagem central Salete, uma

mulher negra, idosa, voluntária em uma cozinha solidária e moradora da Vila Barracão, na periferia de Porto Alegre. Ela mobiliza em mim o exercício da escrita, talvez pelas circunstâncias dos nossos encontros e desencontros, conversas e silêncios. Talvez por me fazer olhar para mim mesma, principalmente quando soube das "caixas" em que guardou dores e sonhos até conquistar sua casa.

Além de Salete e suas memórias, habitam nestas páginas as memórias narradas por suas companheiras da cozinha solidária, cujas histórias de vida se entrelaçam. Eu também figuro no texto, já que a matéria-prima desta escrita gira em

torno de registros – observações, escutas, sentimentos e reflexões – feitos na, e a partir da, convivência com essas mulheres, promovida por um projeto de ensino-extensão-pesquisa desenvolvido entre agosto de 2024 e janeiro de 2025.

O enredo que aqui se ensaia não tem heróis, nem conquistas glamorosas. Falo sobre cotidianos silenciosos, histórias de abandono e opressão, de resistência e insurgência, muitas vezes expressas no gesto banal de guardar, prover famílias e fruir vidas. Busco visibilizar histórias apagadas ou silenciadas, dar luz à existência das mulheres e dos territórios que ocupam, como o “barracão” da cozinha e a Vila Barracão. Mas não só. Busco também refletir e ampliar os sentidos dos papéis das mulheres nas cozinhas solidárias e periferias urbanas. Por outro lado, uso esta oportunidade para experimentar uma escrita que, no seu fazer-pensar-sentir, permita-me refletir sobre os sentidos pessoais do trabalho para, e com, a cozinha da Vila Barracão e da pesquisa por narrativas.

Este texto é, em si, um experimento. Tramo, de modo não linear ou cronológico, anotações de campo e extracampo, como as

primeiras indicadas no texto em recuo e itálico, desde já dispensadas de serem referenciadas. Neste exercício, ora deixo algumas “pontas soltas”, compondo um narrar sem pretensão de ser verdadeiro ou definitivo; ora “ato nós”, explicando a natureza acadêmica do trabalho e fazendo conexões com referências bibliográficas e possíveis cronologias.

Desde uma estética-ética-política de pesquisa que refuta a objetivação, persigo a composição de um conhecimento como uma tecitura frouxa, inconclusa (Ingold, 2022). Talvez a mesma tecitura de que são feitas as cestas nas ficções de Le Guin (1989, p. 6-7): recipientes que são “útero de coisas em gestação e esse túmulo de coisas que um dia foram, essa história sem fim”.

Contexto

Salete esboça alguns sorrisos. Estamos no evento II Encontro Cozinhas-Território, no saguão da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ali, um móbile de marmitas e fotografias homenageia Salete e suas companheiras na Cozinha Barracão. Fico imaginando se ela se surpreendeu por figurar na universidade e se entendeu que estava ali por considerarmos que ela tem

"bagagem" para ensinar a academia.

Seus sorrisos, contudo, cessam quando é convidada a compor a mesa do evento com representantes de outras cozinhas solidárias presentes. Um pouco a contragosto, protesta: "Não vou falar nada, hein?".

Apesar de a mesa querer dar protagonismo às comunidades das cozinhas, seu silêncio é inicialmente respeitado. A plateia, todavia, o ressentido e protesta, mobilizando-me uma defesa com tom carinhoso e brincalhão: "Gente, deixem a Salete! Ela veio para a mesa já dizendo que não queria falar!". Ela confirma a relutância com uma expressão engraçada, causando risos no público.

O silêncio de Salete parece timidez. Teria meu respeito à sua condição mobilizado algum sentimento de confiança nela? Isso poderia explicar o fato de, no dia seguinte, após três meses de trabalho, ela finalmente me entregar informações que tanto demandava? Teríamos vivido, enfim, um 'verdadeiro encontro' naquela situação?

Na Cozinha, Beth avisa: "Ana, a Salete vai também ajudar na oficina de reboco! Ela também entende de construção!". Recordo-me de que, de fato, Salete já nos havia contado sobre sua participação na construção do barracão da

cozinha: "nós, mulher, construímos isso aqui!".

Acolhi com alegria sua atuação! Uma mulher da cozinha se juntaria ao Will e ao Victor, jovens moradores da Vila, para ensinar aos (às) estudantes de Arquitetura da Universidade a arte do reboco. A intenção era transformar o Barracão em um canteiro experimental, contando com 'professores' da comunidade capazes de destituir papéis de quem pode ensinar. Com Salete, destituiríamos não só a academia, mas também os homens, dominantes nos canteiros de obra.

Mantendo seriedade, Salete observa os dois 'guris' que misturavam areia e cimento, marcavam guias do reboco e, com a colher de pedreiro, lançavam gordas porções de argamassa na parede do barracão. Discretamente, lhe pergunto: "Você acha que está certo?". Responde com poucas letras: "Cada um faz de um jeito, né?!".

A sua atitude isenta se desfaz quando alguns estudantes arriscam usar a desempenadeira sobre o reboco úmido. Vendo a insegurança de um deles, solta uma piadinha em meio a um sorriso maroto: "Ele está ali acariciando a namorada?".

Salete prefere dar protagonismo aos mais jovens ou se subjugava à condição masculina deles? De qualquer forma, é elegante! Não julga ou, se julga, faz isso com bom humor. Ali, aprendo sobre respeito e sobre

táticas do ensinar-aprender. Vou tateando aproximações com aquela mulher, sem certezas sobre os caminhos a trilhar.

Ao redor da mesa da Cozinha Barracão, Dona Fátima, antiga líder comunitária, fala às cozinheiras e aos meus estudantes. Conta-nos sobre sua vida e sobre a Vila Barracão, histórias que se confundem. A Vila teria se originado de uma ocupação, seguida de contínuas reivindicações por melhorias:

“Em 1990, eu entrei na comunidade. Eu morava de aluguel e, nesse meio tempo, apertou o pagamento do aluguel e eu tive que fazer uma casa no meio da rua [...]. Aí começamos a entrar na comunidade para ver o que seria dessas pessoas que moravam no meio da rua, que tinham as vilas com casas em cima das outras, todos apertados. Aí [...] abrimos a [Associação] União de Vilas da Grande Cruzeiro [...]. E foi indo, e foi crescendo, e as vilas foram se esgotando, já não tinha mais lugar para construir casa. Em 1993, [...] a gente resolveu invadir isso aqui, era mato, tudo mato. Lá de cima até a faixa [...], a gente invadiu em umas dez pessoas mais ou menos. Aí veio a polícia e correu todo mundo. Aí o pessoal começou a se unir mais, aí a gente programou em invadir na sexta à noite, porque

sábado e domingo não tem polícia.

[...]

Então, assim, a gente lutava com unhas e dentes por tudo. Aí tinha aquelas reuniões na paróquia, na reunião do orçamento participativo, e apareceu o Alceu Collares. [...] E não prestou! Eu levantei ‘tu tá falando porque tu tem, o povo aqui ninguém tem’ e ele me mandou botar pra fora. Ganhamos tudo na briga” (Depoimento de Fátima Andreola. P2, 2024, p. 21).

Sinto-me tocada (e provavelmente também os demais presentes) pela história de vida e luta daquela mulher, no alto de seus oitenta anos. Carismática, ela centraliza as falas. Quero dar protagonismo também às outras mulheres, em especial à Salete que observa de canto, quieta. Prevalendo-me da posição de quem pode perguntar (e talvez questionável), arrisco convidar Salete para contar também sua versão.

Timidamente, ela se manifesta, sem desmerecer a versão anterior – “Ela pegou a mais tempo que eu. Eu vim para cá e já tava pronto” –. Sua voz é baixa, quase inaudível:

“Bom, nós viemos aqui porque eu morava no morro Santa Teresa, lá em cima. Nós íamos morar lá embaixo, mas como tinha que sair aquelas casas atrás do posto [...], aí a gente

deu lugar para aquelas pessoas ficarem ali. Aí disseram assim 'bom, vocês vão ganhar casas de dois pisos'. Aí nos interessemo [...]. Ai a gente veio para cá [o edifício 'barracão']. Era madeira, tava caindo aos pedaços. Aí a gente derrubou tudo e fizemos aqui, pra nós vir almoçar aqui, tomar café, tudo aqui. Aí nós fizemos lá em cima 16 casas, 16 casinhas. Nós vinha aqui de meio dia para almoçar. Foi isso o que aconteceu em 19 [oscila]... 1994. Aí lá a gente trabalhou 3 anos e meio, [...] sábado, domingo e feriado. E depois no dia que tava tudo pronto, iam invadir lá e nós precisamos ocupar sem rebocar, sem nada. [...] Fomos sorteados e daí eu peguei a casa 3 [...] e fiquei morando ali até hoje, 40 anos já" (Depoimento de Maria Salete Oliveira. P2, 2024, p. 22).

Percebo contradições entre as datações que elas apresentam. Sem salientar isso, pergunto à D. Fátima como foi a experiência de construção de sua casa. Ela revela a construção das casas em mutirão, a da Salete veio depois. Antes, cada um construía sua casa como podia, a partir de uma infraestrutura mínima oferecida:

"Não sei se foi o DEHMAB ou a prefeitura que fizeram umas casinhas de compensado, a tal casinha de emergência, e fazia na frente da casinha um buraco pra fazer xixi! Era só o buraco com aquela coisa. Era feio,

aquele monte de casinha, umas com telhado de lona, outras com telhado de zinco, ai como era feio! A gente passava de ônibus lá embaixo e era uma malocada!

[...]

Eu trabalhava em uma casa de família e minha patroa me deu um ano de salário e me deu os materiais, e um sobrinho meu construiu a minha casa. Eu fiquei um ano sem receber, com quatro crianças, só as passagens. E muitos se sacrificaram também para fazer as suas casas, então foi uma vida muito difícil. Eu separada do marido, com filho, construí, graças a Deus. Tenho minha casa" (Depoimento de Fátima Andreola. P2, 2024, p. 22-23).

Os relatos, visivelmente, afetam a todos: a mim, aos(às) estudantes e às demais cozinheiras. Segue um almoço coletivo. Mais uma vez, a comida ao redor da mesa tem uma espécie de magia que dilui dores e recompõe o clima afetivo.

Fátima e Salete, em comum, vieram de ocupações e lutaram pelo direito de morar. Revelam orgulho por resistirem aos abandonos e às opressões impostas às mulheres por governos e pela vida. Suas "experiências" pessoais, ao serem entrecruzadas, constroem "vivências" coletivas, histórias-do-comum (Mizoguchi, 2015).

Apesar dessas semelhanças, há nuances que as diferenciam no lento processo de construção da Vila: Fátima assume poderes junto à associação de moradores, enquanto Salete se subordina a uma massa homogênea de mutirantes. Igualmente, Fátima é mais eloquente sobre suas conquistas pessoais e políticas, enquanto Salete é mais contida, pouco revelando sobre sua vida pessoal. A primeira é branca – assim como eu, que pergunto –; já a segunda é negra – assim como a maioria das mulheres ali presentes, que escutam. Ali estão demarcados diferentes lugares de fala!

O que se apresentava era uma ficção: memórias únicas de mulheres que, mesmo atuando coletivamente, guardavam segredos de vidas íntimas, alegrias e traumas. Se a memória narrada expressa uma “visão de mundo” e uma “liberdade de expressão dada a si” como protagonista e testemunha de uma história coletiva (Brum, 2006. p. 59), as narrativas de Salete eram atravessadas por silêncios impostos à cor de sua pele.

Chego na cozinha, pela segunda vez, mas agora com meus alunos. Café e pães na mesa, o que iria se repetir em

todos os encontros seguintes. Integrantes do grupo Mulheres de Luta que coordenam a cozinha vão sendo apresentadas. A maioria delas mora na Vila. A acolhida afetuosa causa estranhamentos para quem vem da frieza do mundo acadêmico. Salete se mantém meio arredia. Um jeito de corpo. Um jeito de olhar.

Começa ali nossa relação.

Contexto

O trabalho na Cozinha Solidária da Vila Barracão integra o projeto de extensão ‘Espaços de Convergência Comunitária e Social’, desenvolvido pelo Margem_Lab (Laboratório de Narrativas Urbanas) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O projeto emergiu durante as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio de 2024, motivado pelo reconhecimento da fundamental importância dos espaços de convergência social para apoiar comunidades antes, durante e após calamidades.

Neste contexto, destacaram-se as cozinhas solidárias, especialmente aquelas atuantes nas periferias da cidade. Essas cozinhas, para além de oferecerem comida, são espaços de

trocas, de educação e de cidadania. Nelas, laços de vizinhança são fortalecidos e lutas por direitos articuladas, o que é especialmente relevante em contextos historicamente abandonados e/ou convertidos em palcos de disputas pela moradia segura e digna no pós-catástrofes (Caron et al., 2024; Caron; Rodrigues; Isoppo, 2024).

Em apoio às cozinhas, o projeto objetiva mapeá-las cartográfica e narrativamente (Sonário Cozinhas-Território, 2024) e desenvolver assessoria técnica para as cozinhas ligadas aos movimentos sociais², principalmente na perspectiva de qualificar seus espaços físicos precários. O projeto também promove o encontro entre cozinhas nos eventos 'Encontro Cozinhas-Territórios', um deles já mencionado no início deste trabalho. Em todos esses âmbitos, as narrativas – registros de relatos dos atores envolvidos – são tomadas como formas fundamentais de conhecimentos vividos e subjetivos para a compreensão e produção da cidade (Margem_Lab, n.d).

Especificamente junto à Cozinha Barracão, ligada ao Levante Popular da Juventude (MST), foi desenvolvido um projeto participativo de ativação dos seus espaços, envolvendo a disciplina de graduação 'Projeto Arquitetônico 2' (P2) e o projeto de pesquisa 'Inventariar e Inventar Cidades', ambos da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Articulam-se aqui, portanto, extensão-ensino-pesquisa.

A Cozinha Barracão

A cozinha se encontra em um "barracão", na Praça Rejane Vieira da Vila Barracão. Essa vila faz parte da região conhecida como Grande Cruzeiro, um território periférico, com ocupações irregulares desde a década de 1950 e que, historicamente, é desassistida e marginalizada pelos governos e pela sociedade.

O "barracão" é sede da Associação de Moradores União de Vilas, espaço do grupo Mulheres de Luta, e da cozinha solidária, consolidada na urgência da catástrofe com o apoio do Levante da Juventude. As funções lá desenvolvidas, contudo,

² Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Nacional de Luta pela

Moradia (MNLN) e Levante Popular da Juventude (LPJ-MST).

passaram a ser comprometidas pelas reduzidas dimensões e pela precariedade do espaço, o que mobilizou a comunidade local a buscar apoio dos Engenheiros Sem Fronteiras e da UFRGS para qualificar, respectivamente, seus espaços internos e externos.

Foi demandada à Universidade a promoção de encontros no entorno da cozinha, com vistas a efetivá-la como espaço de convergência social e a estimular cuidados que reduzissem recorrentes vandalismos e descartes de lixo. As ações propostas se basearam na ideia de que cuidados são mobilizados por sentimentos de pertencimento. Sentimentos esses que, por sua vez, poderiam ser estimulados pelo reconhecimento dos significados do espaço no passado e no presente, assim como pela garantia do direito de toda comunidade de pensar-agir sobre esse espaço, prospectando futuros possíveis.

Sobre o passado da Vila e do edifício "barracão" há pouquíssimas bibliografias, destacando-se apenas a atuação da União de Vilas, na Grande Cruzeiro. Em verdade, o apagamento da história da Vila Barracão é um capítulo do apagamento da própria

Grande Cruzeiro. Apesar de existir como uma reunião de vilas geograficamente próximas e historicamente com uma identidade comum, a Cruzeiro não existe como região para a gestão pública e como produtora de cultura para a sociedade.

Neste contexto, assim como Brum (2006) questiona o que as histórias da Grande Cruzeiro revelam sobre a própria cidade em suas desigualdades e lutas, nos questionamos sobre a história da Vila Barracão: o que, desde nosso encontro, as memórias dessa comunidade poderiam nos contar sobre a territorialidade historicamente abandonada e ameaçada?

Narrativas

É sobre ausências e silêncios impostos no passado e sobre reações ou táticas individuais e coletivas para sobreviver a isso que as memórias falam. Elas, acionadas pelo ato de narrar, não descrevem um passado real, mas são ficções que revelam sutilezas, maneiras de saber e de manipular. Envolvem um certo "tato" para driblar ordens impostas, que podem ensinar sobre alternativas e invenções para o enfrentamento da

imprevisibilidade do futuro. Resgatar memórias, portanto, é uma ação que se dá na temporalidade do agora, tecendo relações entre passado-presente-futuro (Mizoguchi, 2015; De Certeau, 1998).

Conforme a perspectiva teórica apresentada, a estratégia do trabalho foi promover encontros para discutir o momento presente da cozinha, suas potencialidades e desafios, com o objetivo de construir um projeto de futuro para o espaço. Neste processo, memórias do passado foram naturalmente acionadas e narradas em rodas de conversa, na partilha de um almoço coletivo ou em um mutirão comunitário – conforme ilustra a Imagem 1 a seguir. O foco era escutar e observar o dito e o não-dito, esquivando-se de realizar entrevistas voltadas a um mero coletar de dados.



Imagem 1: Cozinha Solidária da Vila Barracão. Porto Alegre. 2024. Fonte: Acervo João Henrique Ramos.

As narrativas emergentes sobre táticas de viver da Vila – no presente e no passado – foram subsidiando a concepção do projeto futuro, sem obedecer a roteiros pré-definidos. Não reduzindo a noção de “projeto” a mero “desenho” de espaços (Ingold, 2022), foram propostas oficinas e pequenas intervenções espaciais. As sugestões foram testadas e refletidas no ato da ação de sua execução, o que afetou mutuamente as comunidades da cozinha e da Universidade, unindo-as em expectativas e sonhos de transformar realidades (Ingold, 2022).

As memórias que emergiram do processo, como demonstram relatos anteriores e como outros irão evidenciar, são registros de resistências, de lutas pela vida e pela moradia, de protagonismo feminino e negro. Revelam também uma política de cuidados que se mostra desobediente às ordens colonialistas, exploratórias, patriarcais e racistas dominantes.

A revista e outras narrativas

Abro as fotos das páginas da revista que Salete me repassou. É um material publicitário ou prestação de contas da Prefeitura, de 1996. Ali,

encontro algumas informações sobre a ocupação da Vila e pistas para empreender novas pesquisas, mas, especialmente, para conhecer melhor Salete.

Salete nasceu em Getúlio Vargas e é mãe de quatro filhos. Morou onze anos na Vila Nossa Senhora do Brasil, no bairro Santa Tereza, em um precário casebre de uma única peça: “Lá, eu não tinha banheiro, nem água, nem tanque. Era obrigada a lavar a roupa na vizinha” (PMPA, 1996, n. p.). As goteiras da casa faziam com que a umidade destruísse as paredes de madeira.

Nos anos 1990, obras de regularização da Grande Cruzeiro demandaram a remoção da casa por obstruir um acesso. Em contrapartida, lhe foi dada a oportunidade de construir uma nova casa na Vila Barracão com um sistema de mutirões promovidos pelo programa habitacional do município de ajuda mútua.

Durante o processo, ela trabalhava como diarista em sete casas, fazia bonecas de tricô e panos de louça para garantir renda extra e, aos fins de semana, era pedreira e pintora no mutirão das casas. Enquanto erguia paredes, também sonhava: “a

casa ainda nem existia, mas a gente imaginava onde colocaria os móveis” (PMPA, 1996, n. p.).

Para realizar tal sonho, começou a comprar tudo novo, juntando as roupas de cama e louças que ganhava de suas patroas. Guardou tudo em caixas, até a nova casa ficar pronta. Este gesto de guardar foi sensivelmente explorado na matéria, cujo autor não consigo identificar:

*“E foi **guardando, como quem guarda um tesouro.** [...] Deixou tudo empacotado. [...] Por não ter lugar para distribuir os móveis na casa de uma peça, achou melhor nem abrir os pacotes e guardar para o novo sobrado. Era uma forma de proteger tudo da umidade. E por quase dois anos almoçou e jantou sentada na cama. Assim fez com o forno micro-ondas, com a máquina de lavar roupa e com o edredom estampado. Tudo comprado aos poucos, a prazo. As caixas foram sendo empilhadas pelos cantos da minúscula casa. Dentro delas tinha muito mais do que simples eletrodomésticos ou móveis desmontados. **As caixas guardavam o dia de amanhã.***

[...]

*Na casa da Salete, de cada caixa que é aberta, **saem pedaços de um sonho.** Um sonho sonhado dia e noite dentro da única peça de um casebre que não existe mais” (PMPA, 1996, n. p., **grifos da autora**).*

Esta poética escrita é empreendida a partir de uma visita à casa da Salete, como revela alguns de seus detalhados e precisos registros:

Em cima, fica o quarto bastante amplo. Televisão aos pés da cama e um aparelho de som que fica sempre ligado quando ela está em casa. Em cada degrau da escada espiral que leva ao quarto, Salete colocou harmonicamente um vaso de Violeta.

[...]

Lajotas brancas no chão da cozinha, parede branca na sala, janelas, porta e escada com cor areia. Salete já tem tudo programado na cabeça, mas confessa que ainda não definiu a cor das paredes do quarto. “Estou pensando com carinho que cor eu vou colocar no meu quarto”, diz sorrindo. No piso da sala e do quarto nada de carpete. E, com a experiência de quem limpa há anos a casa dos outros, explica: “Dá muito trabalho para limpar, por isso prefiro um piso onde possa passar uma cerinha prática” (PMPA, 1996, n. p.).

Na visita a casa, provavelmente houve perguntas, coleta de dados, mas também registros atentos de gestos e de silêncios. Quem escreve não só descreve, interpreta, dá luz ao sensível, deixando-se afetar por Salete, da mesma forma que fui afetada. O que me prende nas caixas de Salete, entretanto, não são só seus sonhos,

mas também as dores que ela deixa escapar.

As caixas de Salete e as cestas de Le Guin e Krenak

As caixas de Salete são suportes ou recipientes que, na aparente insignificância do exercício de guardar, permitem contar histórias ou estórias sobre conquistas cotidianas, táticas silenciosas diante de adversidades de múltiplas ordens, especialmente impostas às mulheres. Das caixas emergem ficções – similares às que Úrsula Le Guin (1989) se propõe a resgatar de bolsas, cestas e panelas cotidianas – como forma de superação de esquecimentos e apagamentos impostos pela dominância de histórias heroicas e violentas que envolvem artefatos longos e duros, quase sempre masculinos.

Nós ouvimos isso, todos nós já ouvimos tudo sobre as varas e lanças e espadas, as coisas para bater e cutucar e golpear, as coisas longas e duras, mas nós não ouvimos sobre algo para colocar ou guardar as coisas, ao recipiente para a coisa contida. Essa é uma nova história. Isso é novidade (Le Guin, 1989, p.3).

A importância dos recipientes para guardar, para Le Guin (1989), é que eles, antes de lançarem a energia para frente, trazem a energia para casa. Isso é o que historicamente sustentou, e sustenta, a humanidade, abrindo também espaços-tempos para que a própria vida cotidiana se constitua por outros interesses além de lutar, guerrear ou ser produtivo, como quer a lógica capitalista. Há de se ter tempo para plantar, escutar um filho, cantarolar uma música, coisas importantes para a humanidade que têm sido desprezadas por não serem rentáveis e não gerarem histórias tão “emocionantes”.

É sobre a arte de “guardar para sobreviver e dispensar tempo para o viver” que também versam as cestas ou balaios de Ailton Krenak (Krenak; Campos, 2022). Ao contestar a demanda de mil balaios iguais de uma rede de supermercados às comunidades indígenas, ele observa que cestos produzidos por esses povos atendem demandas efetivas de “guardar” algo e que, após feitos, um indígena “tem 10 mil outras coisas interessantes para fazer” e completa “brancos é que são capazes de ficar fazendo 10 mil objetos iguais” (Krenak;

Campos, 2022, p. 74). Na luta para atender lógicas de produção fordista e de consumo, brancos abdicam do fruir a vida e da própria “arte”, já que esta envolve fazer coisas únicas. Cada cesto é único, é arte! O lento processo de produzi-lo envolve a subjetivação de pensar-sentir sobre o tramar, o que vai transformando o próprio cesto e construindo um valioso campo de significação. A sua produção, portanto, envolve tramas da própria vida cotidiana: tempos para tramar em meio a tempos para banhar-se no rio e dançar com a aldeia, tempos que não são momentos de luta.

O saber ancestral indígena é também comum em comunidades que possuem memórias de viver e instituir sujeitos coletivos, como as comunidades negras (Krenak; Campos, 2022). É o que revelam memórias de mulheres da Grande Cruzeiro (Ávila, 2006), da Vila Barracão, da Salete. Pela imposição de lógicas exploratórias, machistas e racistas, elas aprenderam a produzir e guardar, provendo suas famílias quase sempre sozinhas. No árduo cotidiano entre casa e trabalho, contudo, elas ainda encontram tempos e forças para viver a “aldeia-vila”. Desde longa data,

promovem festas e ações de cuidado, costumam e cozinham juntas. Nestes momentos, mais do que produzir, divertem-se e partilham tempos: para piadas e gargalhadas, para pedir e conseguir ajuda, para histórias de si, de seus filhos, de manhãs para driblar o patrão e a polícia, de plantas que curam e de santos que ajudam. Nesta lógica “improdutiva”, resistem!

Elas também resistem ao produzirem marmitas únicas, mesmo quando há um grande volume de produção. A cada dia, alimentos são transformados pelo tempero de uma mulher que se voluntaria, pela criatividade de outra que improvisa com a falta de um ingrediente, pela receita nova que experimentam. Ou seja, os alimentos são temperados por suas histórias individuais e coletivas. Cada marmita é um recipiente que guarda forças e fraquezas do ontem e sonhos para o amanhã; está cheia “de começos sem fins, de iniciações, de perdas, de transformações e traduções, e de muito **mais truques do que conflitos**” (Le Guin, 1989, p. 6, **grifo da autora**).

Nas cozinhas, panelas e marmitas são recipientes onde as mulheres compartilham o que

guardaram, e guardam, retroalimentando de energia suas próprias casas e a Vila Barracão, além de fazerem dela um sujeito coletivo – como ilustrado na Imagem 2:



Imagem 2: Cozinha Solidária da Vila Barracão. Porto Alegre. 2024. Fonte: Acervo João Henrique Ramos.

Enlaçando uma história ou quase atando-a em nós

A tecitura de fragmentos dessas memórias, por vezes contraditórios e nem sempre linearmente compostos, permitiu ensaiar uma versão inicial da história da Vila Barracão. Tal história foi relacionada a fatos históricos e confrontada com referências bibliográficas sobre memórias da Grande Cruzeiro, das quais muitas foram escritas por mulheres: Fátima Ávila (2006), Rosemary Brum (2006), Ana Patrícia Barbosa (2020; 2016) e Ane Briske Prates (2020), por exemplo. Recolho delas reflexões e depoimentos em “segunda mão” que,

somados à minha própria voz, compõem uma segunda versão com várias vozes que, ainda assim, reconhecem distanciamentos raciais, etários e econômicos entre quem fala e de quem se fala.

Esta versão é inédita e, apesar de objetiva e de repetir fatos já expostos aqui, talvez tenha importância por seu conjunto por dar luz à origem e à existência da Vila e do seu "barracão". Este texto é um exercício de "fazer política", pois, como observa Brum (2006, p. 55), no ato de reconstituir memórias, comunidades historicamente abandonadas e ameaçadas se reconstituem como personagens sociais das políticas urbanas.

A Vila Barracão originou-se de uma ocupação de terras do Instituto de Previdência Ipê, nos anos 1980. Estiveram envolvidas na ocupação pessoas com dificuldades de acesso à moradia e que se articularam na

Associação União de Vilas³. Entre eles, estão D. Fátima Andreola⁴ e seu ex-esposo, Sr. Ézio, que relatam:

"Aqui no Barracão, especialmente, fui um dos que levantou a bandeira de que aqui teria que ser ocupada essa terra, que estava desocupada" (Depoimento Ézio. Ferreira, 2020, n.p.).

"[...] a gente invadiu em umas dez pessoas mais ou menos. Aí veio a polícia e correu todo mundo. Aí o pessoal começou a se unir mais, aí a gente programou em invadir na sexta à noite, porque sábado e domingo não tem polícia" (Depoimento Fátima Andreola. P2, 2024, p. 22-23).

Na luta pelo direito de morar nesse território, a União de Vilas foi muito atuante nos Conselhos Populares do governo municipal de Alceu Collares (1986-1989) e em ações insurgentes. Como relata D. Fátima, tudo que foi conquistado na Vila, foi na "briga", com "unhas e dentes" (P2, 2024).

Entre inúmeras conquistas dessa época⁵, está a atual escola

³ A União de Vilas foi fundada entre 1979 e 1980, envolvendo inicialmente vinte e seis Associações de Moradores da Região da Grande Cruzeiro. Seu objetivo foi articular as demandas comuns das vilas da região e lutar coletivamente por melhorias nas condições de vida da população.

⁴ D. Fátima data o evento em 1983, mas subentende-se que tenha sido 1983, durante o governo de Alceu Collares em Porto Alegre.

⁵ Pode-se citar a formação da Cooperativa de Trabalho, Produção e Comercialização dos Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto

estadual Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva. Sua história se articula com a origem do “barracão”, edifício localizado na praça Rejane Vieira que dá nome à Vila e onde hoje operam a União de Vilas e uma cozinha solidária. O barracão surgiu como uma estrutura de lona usada por moradores para pressionar a prefeitura a construir uma escola no terreno ao lado da praça, relata D. Fátima (P2, 2024). A ação surtiu efeito. Enquanto a nova escola era construída, a antiga lona deu lugar a um “barracão” provisório de madeira que serviu de espaço escolar (Barbosa, 2016; Ávila, 2006)⁶:

Em 1986, início de 1987, a comunidade já estava se mobilizando e solicitando ao governo municipal a instalação de uma escola na comunidade. Até a escola ficar pronta nós dávamos aula num barracão que foi construído com três salas de aula. Em março de 1988, foi inaugurada a escola (Depoimento Heloisa Simões - Ávila, 2006, p. 43).

“O único colégio que existia nessa zona aqui era lá embaixo no Nonoai. Demorou muito pra ter outras escolas e nós tivemos que lutar muito pra isso. A comunidade se mobilizou e a Prefeitura

construiu uma escola. Até a escola ficar pronta as aulas eram dadas num barracão de madeira” (Depoimento Alberi da Silveira Barbosa, 2016, p.105).

Durante o governo de Olívio Dutra (1989-1992), quando foram implementados o Orçamento Participativo (OP - 1989) e um Programa de Regularização Fundiária (1990) (DEM HAB, 2007), a “ocupação barracão” sofreu mudanças. Ela foi regularizada como loteamento Ipê-Barracão, no qual moradores deslocados por obras de urbanização da Grande Cruzeiro foram reassentados estrategicamente próximos aos lugares de vida (Alegretti, 2005; PMPA, 1996). Depoimentos de integrantes da cozinha solidária da Vila ilustram as mudanças e os impactos em suas vidas, como Elisabeth de Sousa (Beth), deslocada pela abertura da Av. Orfanotrófio; e Salete Oliveira, pela desobstrução de um acesso na Vila Nossa Senhora do Brasil (P2, 2024).

Alegre Ltda. (COOTRAVIPA – 1985) e a luta pelo posto médico da Cruzeiro (1998).

⁶ Supostamente, os depoimentos referem-se ao “barracão” da Vila Barracão, não havendo,

contudo, certezas em decorrência dos depoimentos serem apresentados nas referências sem maiores informações e contextualizações.

Os primeiros reassentados ocuparam lotes de 6x15m com recursos próprios⁷, usufruindo de uma infraestrutura básica oferecida pela Prefeitura: uma casa de compensado e um buraco como sanitário. Ao recorrerem a materiais precários – pedaços de madeira, telhas de zinco etc. –, a paisagem da vila foi por muito tempo “feia”, conta e julga D. Fátima (P2, 2024).

Com o governo de Tarso Genro (1993-1996), programas de incentivo a cooperativas habitacionais (DEMHAB, 2007) levaram à Vila a experiência-piloto do “Programa de Ajuda Mútua” (1993). Este programa previa a cedência de materiais para a construção por meio de um sistema de mutirão de 16 casas geminadas e assobradadas de 52m². Nos mutirões, cada família deveria trabalhar no mínimo 20h semanais, tal como fez a mutirante D. Salete nos sábados, domingos e feriados de três anos consecutivos (P2, 2024; Alegretti, 2005;

PMPA, 1996). Ao longo deste período, as mulheres mutirantes tomaram a iniciativa de reformar o antigo “barracão”, então precário⁸, para instalar ali uma cozinha de apoio onde se reuniam para o café e o chimarrão, além de almoçarem juntas (P2, 2024). D. Salete relembra que elas próprias demoliram parte do corpo de madeira do “barracão” e construíram seu atual corpo em alvenaria.

Em 1996, as casas foram inauguradas e ocupadas às pressas diante de ameaças de ocupação, mesmo não finalizados os acabamentos internos, como nos revelam Salete e uma matéria da época (P2, 2024; PMPA, 1996). Neste mesmo ano, o “barracão” passou a ser a sede da União de Vilas, sendo também alugado para festas. Uma foto, publicada em 2006, documenta a placa da associação sustentada pelos corpos de madeira e de alvenaria do “barracão” (Ávila, 2006), como também

⁷ As dimensões foram alvo de discussões na época, objetivavam uma maior densidade e evitavam que lotes padrões de 12x30m sofressem futuras fragmentações.

⁸ Salete relata que ele estava “caindo aos pedaços” (P2, 2024), o que converge com o

depoimento: “O barracão era um barracão mesmo, de madeira com telhas de zinco. Quando chovia era cheio de goteiras, a gente tinha que estar se cuidando para não cair água em cima. Quando o vento batia forte quase não escutávamos as pessoas falarem” (Depoimento Leontina da Silva. Ávila, 2006, p. 46).

fotos de D. Beth retratam a ocorrência de festas no espaço.

Novas tentativas de invasões na Vila ocorreram no início dos anos 2000, quando o loteamento ainda não estava plenamente ocupado. O fato foi tomado como consequência de uma atuação lenta e ineficiente do DEMHAB e mobilizou apoios de alguns vereadores que registram em ata: “600 pessoas que, cansadas de esperar por uma solução do DEMHAB, resolveram ocupar um terreno que estava há três anos abandonado [...] ocupou o Conjunto do Ipê Barracão” (CMVPA, 2000, n.p.).

Ainda nos anos 2000, a União de Vilas abandonou o “barracão” e o Levante Popular da Juventude (LPJ) passou a atuar no território em 2006, com ações ligadas à educação, cultura e saúde (P2, 2024). Na década de 2010, a Vila foi marcada por inseguranças advindas das obras da copa que, com o objetivo de duplicar a limítrofe Avenida Tronco, removeu inúmeras famílias da região da Grande Cruzeiro em 2014.

Em 2021, a União de Vilas retomou o “barracão” como sede, relata a sua atual presidente, Beatris Souza (Bia). Depredado ao longo de anos de

abandono, ele foi reformado nesse período, em um mutirão conduzido e documentado em fotos pelo Levante. Ali, passou a atuar o grupo Mulheres de Luta, organizado em torno de atividades de costura e artesanato (P2, 2024). Durante a pandemia, o espaço distribuiu alimentos, promoveu eventos solidários e partilhou informações, como no programa “Marmitas Educativas” (Ferreira, 2020) e no “Dia da Solidariedade” (Fraga, 2021).

Com as enchentes que atingiram Porto Alegre, em 2024, as máquinas de costura do “barracão” foram desativadas e o espaço reassumiu a sua antiga função de cozinha, agora uma cozinha solidária conduzida pelo Levante em conjunto com Mulheres de Luta e voluntários. Fogões, panelas e lonas ao lado do “barracão” foram inicialmente improvisados. Com a crescente demanda, a cozinha foi aos poucos equipada e abastecida, e o espaço ampliado com uma varanda lateral. Ali, chegaram a ser produzidas cerca de mil marmitas por dia (P2, 2024; LPJ, 2024).

No mesmo ano, o grupo Engenheiros Sem Fronteiras executou outras obras de ampliação do espaço, com vistas a retomar as antigas

atividades de costura. Além do mais, um projeto de extensão da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul promoveu ações e intervenções nos espaços externos da cozinha, voltadas a consolidá-la como lugar de convergência social (P2, 2024).

Na cronologia de fatos expostos, observa-se que a origem e a consolidação da Vila envolvem processos conflituos relativos ao direito de morar e, também, gestos de resistência articulados especialmente junto ao "barracão".

A Vila, hoje, está consolidada com infraestrutura, serviços básicos e melhorias nas casas, mas ainda enfrenta grandes desafios. Além da fome combatida pela cozinha, jovens moradores reclamam por espaços de lazer e cultura, como sinaliza Victor Lisboa (P2, 2024). Igualmente, os jovens desejam oportunidades de trabalho, cuja escassez é agravada pela baixa escolaridade e por altos índices de evasão escolar, como ilustra um depoimento de 2016: "Esse pessoal da minha idade, poucos estão na

escola e quase ninguém trabalha. Ficamos em casa ou aqui na praça o dia todo" (Barbosa, 2016, p. 109)⁹.

Manter as crianças e os adolescentes na escola e oferecer atividades de geração de renda são metas da União de Vilas, nos explica Bia (P2, 2024). No entanto, disputas com o tráfico de drogas são obstáculos para isso, como ela mesma sinaliza já em 2016: "É muito difícil, cada vez eles começam mais cedo no tráfico. Eles não querem estudar, trabalhar. Dizem que podem ganhar dinheiro mais fácil e mais rápido" (Barbosa, 2016, p. 107).

O tráfico de drogas, somado à atuação abusiva da polícia, estigmatiza a região como violenta e perigosa (Prates, 2020; Barbosa, 2016; Brum, 2006). A violência é uma realidade, como expressam crianças da escola que temem frequentar a praça por causa da presença de armas e drogas. Contudo, essa violência também é uma construção da política, polícia e mídia que engendram preconceitos contra os moradores. Por outro lado, a presença e a ação da cozinha, assim como do cursinho popular Gui Soares que ocupa

⁹ Supostamente, os depoimentos dizem sobre a Praça Rejane Vieira.

a praça, têm dinamizado e inibido a violência na área, conforme observa Mariana Dambrós, integrante do Levante (P2, 2024).

De qualquer modo, o território se mantém em meio a disputas. Na ausência de políticas sociais do Estado, outros poderes se impõem. O presente reproduz o passado com conflitos que assumem novas roupagens.

Em contraponto, emergem também formas de resistências, mobilizadas pela solidariedade e pela criatividade que são típicas dos que sobrevivem nas periferias (Barbosa, 2024; Margem, n.p). As cozinhas solidárias expressam uma dessas formas de resistências, cujas "táticas" podem inspirar a construção de outros possíveis futuros.

Tecituras de pontas ainda soltas ou sementes a plantar

Enquanto amplio as fotos da revista da Salete na tela do computador, imagino que, ao me entregar este material, ela quis formular uma pergunta: "E agora, Ana, o que muda na experiência de três meses a partir das informações que te repassei?".

Abro um arquivo .doc e formulo uma resposta para a pergunta que não foi feita:

Querida Salete, saber sobre a história do loteamento foi importante, mas conhecer a história das suas caixas foi mais importante para mim. Elas me remeteram à ancestralidade: as "caixas" de minha mãe que, em meio a uma vida com dificuldades, também sempre guardaram sonhos. Parte das caixas dela foi herdada por mim e tenho acumulado outros pertences e pertencimentos, outras dores e esperanças.

As caixas dela e as minhas, contudo, certamente não são tão cheias de sofrimentos e resistências quanto as suas. Temos acúmulos muito diferentes devido aos privilégios concedidos, ou não, pela sociedade. Por outro lado, reconhecendo diferenças de conteúdos, penso que a habilidade de guardar coisas em caixas nos une.

As caixas, Salete, nos colocam em um lugar comum – feminino, maternal, cuidador, provedor –, um lugar de que pertencço e de que me esqueço, engolida pela vida produtiva que a sociedade capitalista, colonial e patriarcal inventou. Falta-me capacidade de resistir e insurgir contra o que me oprime, uma capacidade que fui percebendo em você.

Ao "abrir" suas caixas, Salete, olho para mim, encaro minhas fraquezas e busco resgatar alguns sonhos. Um deles é ter mais tempo para fruir da vida e dos afetos. Quero ter tempo para te escrever estas palavras, sentar-me na

cozinha, tomar um café, escutar uma piada, rebocar paredes. Tempo para plantar uma horta na cozinha solidária, colher frutos amanhã e, nas próximas estações, reiniciar tudo de novo.

Tempo para compor uma história sem fim, porque, Salete, há, e sempre haverá, sementes para plantarmos juntas, nos rebrotarmos. Como também esperarmos um mundo no qual o futuro não reproduza as dores passadas que escaparam de suas caixas e que, provavelmente, são semelhantes às que escapariam das caixas de tantas outras mulheres negras das periferias.

Com afeto,
Ana

Referências

- ALEGRETTI, Giovanni. *Porto Alegre una biografia territoriale*. Ricercando la qualità urbana a partire dal patrimonio sociale. Monografia (Ciência e Tecnologia). Universidade de Firenze. Florença, 2015. Disponível em: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/34863>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- ÁVILA, Fátima (coord.) *Memórias dos Bairros. Vilas da Grande Cruzeiro*. Porto Alegre: Unidade Editorial SMC, 2006.
- BARBOSA, Ana Patrícia. A Produção do Espaço Urbano da Grande Cruzeiro e sua Relação com a Cidade se Porto Alegre/RS. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, Vitória*, v. 12, n. 1, pp. 119-143, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9664164>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- BARBOSA, Ana Patrícia. Políticas Públicas e Construção de Identidades Sociais: em estudo etnográfico acerca das experiências juvenis na região da Grande Cruzeiro, em Porto Alegre/RS. *Gestão e Desenvolvimento*, v. 13, n. 1, p. 99-111, 2016. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/421/392>. Acesso em: 20 set. 2024.
- BRUM, Rosemary Fritsch. Os estabelecidos e os Outsiders. In ÁVILA, Fátima (coord.) *Memórias dos Bairros. Vilas da Grande Cruzeiro*. Porto Alegre: Unidade Editorial SMC, 2006.
- CARON; Daniele; COSTA, Ana Elísia; MARICATTO, Isabella K.; CIDADE, Daniela; ROSA, Aline N.; RODRIGUES, Ana C.; MENEZES, Andressa V.; MARINHO, Bárbara R.; GOMES, Nathália P.; BORGES, Sherlen C. R.; AZEVEDO, Bruna M.; KAEFER, Maria Clara M.; FRAGA, Júlia da C.; ISOPPO, Rodrigo S. Cozinhas-Território: espaços de convergência social e comunitária. *Revista da Extensão*, n.29, set. 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2024/09/Revista-da-Extensao-29-1.pdf> Acesso em: 07 ago. 2024.
- CARON, Daniele; RODRIGUES, Ana Cabral; ISOPPO, Rodrigo S. Cozinhas solidárias e o inadiável na cidade. *Jornal da Universidade*, UFRGS, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/cozinhas-solidarias-e-o-inadiavel-na-cidade/>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- CMVPA – Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre. *Ata da Trigesima Terceira Sessão Ordinária*

da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Décima Segunda Legislatura em 08 maio 2000. Disponível em https://www.camarapoa.rs.gov.br/site/anais_sesoes_plenarias_antigas/2000/05/08/033a%20SO%20-%2008maio2000.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEM HAB - Departamento Municipal de Habitação. *Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Porto Alegre*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Porto Alegre, 2007 Disponível em: https://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/revista_silvia_ultima_com_capa.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

FERREIRA, Marcelo. *União de Vilas desperta o poder popular para encarar o coronavírus na periferia*. Brasil de Fato, Porto Alegre, 08 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/07/08/uniao-de-vilas-desperta-o-poder-popular-para-encorar-o-coronavirus-na-periferia>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FRAGA, Jean Carlo Costa de. *Lideranças comunitárias da Grande Cruzeiro promovem dia de solidariedade*. Brasil de Fato, Porto Alegre, 11 ago. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2021/08/11/liderancas-comunitarias-da-grande-cruzeiro-promovem-dia-de-solidariedade>. Acesso em: 10 ago. 2024.

INGOLD, Tim. *Fazer: antropologia, arqueologia, arte e arquitetura*. São Paulo: Vozes, 2022.

KRENAK, Ailton; COMPOS, Yussef. *Lugares de Origem*. São Paulo, Jandaíra, 2022.

LE GUIN, Ursula K. *A Ficção como Cesta: Uma Teoria/ "The Carrier Bag Theory of Fiction"*. (tradução do texto no publicado livro "Dancing at the Edge of the World: Thoughts on Words, Women, Places", em 1989 pela editora Grove Press). Disponível em: https://www.academia.edu/44858388/A_Fic%C3%A7%C3%A3o_como_Cesta_Uma_Teoria_The_Carrier_Bag_Theory_of_Fiction_Ursula_K_Le_Guin. Acesso em: 15 jan. 2025.

LPJ - LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. *Levante Popular da Juventude tem 11 cozinhas solidárias em 8 cidades atingidas pelas enchentes*. Levante Popular da Juventude, 2024. Disponível em: <https://levante.org.br/2024/05/17/levant-e-popular-da-juventude-tem-11-cozinhas-solidarias-em-8-cidades-atingidas-pelas-enchentes/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

MIZOGUCHI, Danichi Hausen. Experiência e narrativa: artefatos políticos de pesquisa. *ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 5, n. 2, 2015, p. 200-208. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1352>. Acesso em: 05 ago. 2024.

PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Porto Alegre Toda Vida. Prestação de Contas 93/96*. (Catálogo publicitário). Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Porto Alegre, 1996.

PRATES, Ane Briske. *"Aqui é Guerra Todo Dia": juventude e cotidiano em um bairro popular de Porto Alegre– RS*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC, Porto Alegre, 2020.

Disponível em:
<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9392>. Acesso em: 11 out. 2024.

P2 - Projeto Arquitetônico 2 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Cozinha Barracão: relatos de uma experiência de ensino-extensão-pesquisa* (Relatório de Atividades). UFRGS: Porto Alegre, 2024. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/283986>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Narrativa e memória na análise das transformações relacionadas a intervenções sociais em gênero

Vanessa do Nascimento Fonseca¹

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.67190>

Resumo: O artigo disserta sobre as metodologias utilizadas em duas pesquisas da autora. Ambas as investigações analisaram experiências de intervenções sociais no campo da sexualidade, da saúde reprodutiva e do gênero, sobretudo envolvendo as masculinidades. As fontes utilizadas foram documentos diversos, como diários de campo, cadernos elaborados para as atividades, relatórios, artigos, entre outros. Uma das pesquisas incluiu o relato das trajetórias de pessoas egressas em projetos sociais sobre a temática mencionada, no início dos anos 2000. Realizadas participativamente, por meio dos preceitos da educação popular e da pesquisa-intervenção, as práticas sociais geraram um grande volume de registros, ao longo dos quinze anos de trabalhos. Tais escritos, retomados em sua análise, acionaram outras memórias, atravessadas pelos acontecimentos do presente. A cartografia da memória, concebida como uma narrativa que acompanha os acontecimentos, aberta à produção de novas problematizações, deslocou concepções teóricas e questões de pesquisa, fruto ainda da ampliação dos debates sobre feminismo no Brasil. Considerando a narrativa como política, este texto busca expor os meandros e o percurso realizado nas análises e na escrita da investigação, apontando seus efeitos e diferenças com modos hegemônicos de produção de saber.

Palavras-chave: narrativa; memória; pesquisa-intervenção; cartografia; gênero.

Narrative and memory in the analysis of transformations related to social interventions in gender

Abstract: The article discusses the methodologies used in two of the author's research projects. Both studies analyzed experiences of social interventions in the field of sexuality, reproductive health and gender, especially involving masculinities. The sources used were various documents, such as field diaries, notebooks prepared for the activities, reports, articles, among others. One of the studies included the account of the trajectories of former inmates in social projects on the mentioned themes, in the early 2000s. Conducted in a participatory manner, through the precepts of popular education and intervention research, the social practices generated a large volume of records over the fifteen years of work. These writings, revisited in her analysis, triggered other memories, interspersed with the events of the present. The cartography of memory, conceived as a narrative that follows the events, open to the production of new problematizations, displaced theoretical concepts and research questions, also resulting from the expansion of debates on feminism in Brazil. Considering the narrative as political, this text seeks to expose the intricacies and the path taken in the analyses and writing of the investigation, pointing out its effects and differences with hegemonic modes of knowledge production.

¹ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente no Departamento de Psicologia da UFF, campus Volta Redonda. E-mail: vnfonseca@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4423-3298>.

Recebido em 01/04/2025, aceito para publicação em 21/07/2025.

Keywords: narrative; memory; intervention-research; cartography; gender.

Narrativa y memoria en el análisis de las transformaciones relacionadas con las intervenciones sociales en género

Resumen: El artículo analiza las metodologías utilizadas en dos proyectos de investigación del autor. Ambas investigaciones analizaron experiencias de intervenciones sociales en el campo de la sexualidad, la salud reproductiva y el género, especialmente involucrando las masculinidades. Las fuentes utilizadas fueron diversos documentos, como diarios de campo, cuadernos elaborados para las actividades, informes, artículos, entre otros. Uno de los estudios incluyó el relato de las trayectorias de exparticipantes en proyectos sociales sobre la temática mencionada, a inicios de la década del 2000. Realizadas de manera participativa, a través de los preceptos de la educación popular y la investigación-intervención, las prácticas sociales generaron un gran volumen de registros, a lo largo de los quince años de trabajo. Tales escritos, revisados en su análisis, desencadenaron otros recuerdos, atravesados por los acontecimientos del presente. La cartografía de la memoria, concebida como una narrativa que acompaña los acontecimientos, abierta a la producción de nuevas problematizaciones, concepciones teóricas desplazadas y preguntas de investigación, resultantes también de la expansión de los debates sobre el feminismo en Brasil. Considerando la narrativa como política, este texto busca exponer las complejidades y el camino recorrido en los análisis y escritura de la investigación, señalando sus efectos y diferencias con los modos hegemónicos de producción de conocimiento.

Palabras clave: narrativa; memoria; investigación-intervención; cartografía; género.

Narrativa e memória na análise das transformações relacionadas a intervenções sociais em gênero

Introdução

Este texto disserta sobre as metodologias utilizadas em dois de meus trabalhos de pesquisa: a tese de doutoramento e uma investigação realizada no pós-doutorado. O modelo de investigação aplicado nos estudos de doutorado, que recebeu o nome de "cartografia da memória" por um dos membros da banca, pôs em análise onze anos da experiência em intervenções nas masculinidades para

a equidade de gênero, com base em documentos (diários de campo, relatórios, cadernos de atividades de grupo, materiais de campanhas, entre outros) e na memória da participação em tais intervenções, acionada em sua narrativa. Já a pesquisa empreendida como parte de um pós-doutorado recorreu às histórias contadas por pessoas egressas de projetos sociais para a promoção da equidade de gênero, direitos reprodutivos e

sexualidade, realizados nos anos 2000. As narrativas coletadas se referiam às memórias de participação em tais ações sociais e à reverberação das atividades em suas vidas, ao longo dos quinze anos após a finalização dos projetos.

A retomada de tais estratégias de pesquisa tem como intuito analisar o modo como certas formas de narrar costuraram os dados que sustentaram seus objetivos. Defende-se que as narrativas resultantes desse processo se configuram como estratégias políticas capazes de evidenciar e confrontar relações de poder ancoradas em práticas de pesquisa tradicionais, ou sustentadas por fazeres coloniais: neutralidade fictícia, por não considerar, em campo, as posições das pessoas pesquisadas; hierarquias entre observadores e pessoas observadas, em que essas são consideradas externas aos resultados de suas análises; valorização de certa concepção da razão, em que se afetar pelo contexto investigado é desvalorizado; apreço pela imobilidade, solidez, nas quais as contradições e instabilidades das relações no território pesquisado são apagadas.

O modo de tecer narrativas, seja pelas histórias contadas por ex-participantes de projetos sociais, seja pela cartografia da memória dos documentos e diários de campo, a partir de um processo em que fazer e pensar não se separam, alinhou-se às práticas de formação coletivas, críticas às relações de poder entre formadores e formandos. Em tais práticas, metas são negociadas no curso do trabalho, a partir das problematizações das relações, das contradições, dos conflitos, entre outros elementos que atravessam sua execução. Neste texto, ensaio uma reflexão a respeito de como o próprio narrar os acontecimentos buscou incluir a complexidade dos fatos e conduziu a novas perspectivas de ação.

Cartografia, narrativa e memória

Cartografar é um conceito que extrapolou sua origem na geografia. Não se trata de produzir mapas que traduzem a realidade, mas se baseia na narrativa das experiências espaciais. O espaço, composto por nossas vivências, apenas pode ser acessado narrativamente. Ou ainda, segundo Freitas e Bredas (2019), as narrativas têm como potencialidade a

possibilidade de evocar as experiências espaciais. Nesse sentido, tanto a pesquisa com base na narrativa das pessoas egressas de projetos sociais sobre sua trajetória de vida, quanto a que utilizou a cartografia da memória, são investigações narrativas e, portanto, pertinentes ao dossiê "Narrar: gesto metodológico e indagação epistemológica".

Outrossim, é que um trabalho de pesquisa envolve sempre a seleção de maneiras de contar o vivido – entrevistas, questionários, grupos focais, observação participante (Passos e Barros, 2009). Uma pesquisa é a narrativa de um fato, a partir de uma certa posição (Haraway, 1995). Um investigador está sempre localizado, tal como evidenciaram diversas feministas em sua crítica aos saberes que hierarquizam sujeitos a partir de uma neutralidade fictícia, da construção de um conhecimento sem origem no conhecedor, mas disperso em um mundo a ser desvelado. Todavia, "não há verdades a serem reveladas, mas perguntas que abrem e encerram questões" (Franco, 2016, p. 14). Igualmente, com Luciana O. P. Franco (2016), defendemos que não se trata de diferentes posições de um mesmo

fato, mas que tal fato só existe a partir de suas versões.

Ao publicar o fruto de uma investigação, apresentamos uma versão de nossa experiência (Franco, 2016), que envolve os caminhos percorridos por um corpo interessado e atento a certos elementos circunscritos em determinado espaço e tempo. Eis então, o que caracteriza uma pesquisa ética e responsável – que pode responder por seus achados. Trata-se daquela que põe à disposição do leitor a trajetória traçada na construção de seu saber; que compreende as relações e amarrações necessárias à sustentação de determinado argumento. Nisso consiste um conhecimento que se localiza. Aqui, novamente, é possível perceber uma aproximação entre cartografia e narrativa, uma vez que envolve mapeamento das posições que construíram saberes, por meio de uma história que é contada.

Afirmar que toda pesquisa é uma narrativa, decorrente da escolha de um modo de contar sobre o observado – ou coletado no campo –, é um ato político, uma vez que interfere nas relações e posições de poder que articulam saberes e normas que regem o meio

social. Do mesmo modo, é possível pensar uma “política da narratividade como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece” (Passos e Barros, 2009, p. 151). A partir desse ponto, podemos presumir que, se todo o conhecimento que extraímos do mundo não é a descoberta da verdade, mas uma produção política, é preciso cuidar das relações e compreender que todo saber é uma composição feita entre interlocutores (pesquisadores e pessoas observadas) e tudo mais que atravessa o campo de investigação, incluindo o tempo.

Portanto, como será debatido adiante, a análise realizada das abordagens empreendidas nas pesquisas de doutorado e pós-doutorado não tem a pretensão de concluir qual o melhor método para se extrair a verdade de um fato. As pesquisas não visavam alcançar qualquer verdade a respeito de fatos, mas buscaram produzir recortes que visibilizassem determinadas problemáticas, dar sentido aos afetos em campo, mapear efeitos etc., abrindo espaço para elaborações, ou hipóteses

que nos levassem a percorrer novos caminhos, desviar de certos obstáculos e produzir conexões com trabalhos semelhantes. Conjugadas às práticas sociais, refletindo-as, produziram deslocamentos nos modos de fazer analisados.

As relações em campo foram profundamente refletidas – de gênero, de faixa etária, de raça, de regionalidade, de nível educacional –, a partir de uma crítica às hierarquias entre quem pesquisa e a pessoa pesquisada. Ambos os estudos produziram uma mirada para o passado, dispondo do trabalho do tempo na elaboração da experiência.

Tempo e espaço são inseparáveis do processo narrativo. Se as narrativas são tecituras das significações atribuídas à experiência pelo sujeito em seu movimento no espaço, do mesmo modo, só são possíveis no tempo. De acordo com Larrosa (2017), a experiência é significada no tempo, pela memória. Enquanto experiência é o próprio acontecimento, memória é o que dá sentido à experiência, a partir de uma elaboração presente do vivido, como será aprofundado à frente. É assim que o tempo é um componente importante

da própria experiência. Se, para o autor, a experiência é algo que nos acontece, nos toca, é necessário um gesto de interrupção, de parada: para pensar, para escutar, pensar mais devagar, ouvir mais devagar. Cabe destacar que a memória não é o retrato mental do passado, mas a constante elaboração da experiência. Por constante, refiro-me a que tal elaboração não se repete, se modifica a todo instante, agenciando-se aos fatos do momento em que a memória é convocada. Nesse sentido, a cartografia da memória, ou a narrativa que deu sentido aos eventos passados, pode ser considerada a rememoração agenciada com os fatos presentes, prerrogativa evidente na execução das duas pesquisas, com como também será mencionado adiante.

As investigações, dessa maneira, instauraram uma pausa, ou instituíram outra velocidade na minha prática de trabalho social. Isso nada tem a ver com uma separação entre teoria e prática. De modo algum, me refiro a um olhar externo, que se volta das alturas para um fazer. Mas se, segundo Larrosa (2017), a experiência é o que nos toca, nos acontece e, para tal, é preciso calma e lentidão para que

haja afetação, a disputa é contra a aceleração do tempo, própria aos fazeres da contemporaneidade.

Assim, a partir das questões levantadas nesta breve introdução, discutirei, neste artigo, os processos que subsidiaram a escrita dos documentos, produtos das pesquisas implementadas no doutorado e no pós-doutorado.

Diários de uma mulher latino-americana na transformação das masculinidades

Por onze anos, atuei na realização de pesquisas, produção, testagem e adaptação internacional de metodologias para o envolvimento dos homens na equidade de gênero, por meio da crítica às masculinidades. Tais atividades incluíam a criação de jogos, literatura, exercícios de grupo e campanhas de marketing social, e são frutos de demandas e financiamentos de organizações bilaterais na busca para reduzir desigualdades de gênero nos países do Sul-Global, principalmente.

Desde a segunda metade da década de 1990, iniciativas sociais que convocavam os homens cis a também revisitar seu papel nas relações de

gênero foram impulsionadas por alguns fatores: a ampliação dos estudos sobre masculinidades; as pesquisas sobre globalização e desenvolvimento e seu impacto na vida das mulheres (Connell, 2016); as grandes conferências internacionais que ajudaram a chamar a atenção dos governos para as reivindicações feministas, sobretudo a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, no Cairo, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, em 1995 (Keijzer, 2004; Oliveira, 2004); o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento do HIV/Aids e o levantamento de questões em relação à eficácia das ações preventivas caso não fossem discutidas as relações de subordinação às quais mulheres e gays estavam submetidos (Heilborn e Carrara, 1998). Esses e outros acontecimentos favoreceram uma crescente oportunidade de financiamentos de pesquisas e intervenções voltadas para o conhecimento dos homens, cisgêneros sobretudo, e a alteração de seus comportamentos (Fonseca, 2023). Com isso, institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil – que começaram a se formar naquele

período – se engajaram na realização de estudos que correlacionavam a transformação das masculinidades a resultados positivos no enfrentamento e cuidado da aids, na redução da violência contra mulheres e crianças e na promoção dos direitos reprodutivos. Um dos motes orientadores dos esforços para a mobilização dos homens cis na crítica de seus lugares nas relações de gênero foi lançado pelo diretor executivo da UNAIDS, Peter Piot, em 2000, quando anunciou que, se os homens são parte do problema, deveriam também ser parte da solução (Arihna, 2010). Tais financiamentos também favoreceram a partilha de experiências e metodologias entre países, em que, não raro, o Norte Global teorizava e criava escopos de intervenção, enquanto o Sul fornecia as experiências (Connell, 2012; Ballestrin, 2013).

Como parte de uma organização co-fundadora de uma aliança internacional para o engajamento de homens cis na promoção de justiça de gênero e direitos humanos, e dirigida por um importante estudioso estadunidense das masculinidades, fui convocada a realizar consultorias para a adaptação de metodologias

consideradas transformadoras das masculinidades em países da América Latina (Peru, Paraguai, Bolívia, Nicarágua, Guatemala, El Salvador e Honduras, além do Brasil) e da África (Moçambique, Mali e Costa do Marfim). A encomenda, desse modo, era “como transformar os homens [cis] para o alcance de melhores resultados em saúde e direitos humanos, especificamente no que diz respeito à igualdade de gênero?”. O trabalho de assessoria a esta questão era realizado através de formações que visavam adaptar ferramentas elaboradas e avaliadas, no Brasil, por meio de teorias e escalas de atitudes e comportamentos masculinos, criadas em universidades do Norte Global.

As atividades realizadas para a adaptação de técnicas de mudanças de comportamentos masculinos em contextos culturalmente muito diversos, geraram muitos desafios, mas, sobretudo, estranhamentos, incômodos, afetos que precisavam ser significados. O que significa transformar masculinidades? Debater novos modelos de homens cis transforma relações de poder? Quem produz tais modelos? Como se configura a demanda pela

transformação? Uma mulher cis é capaz de convencer os homens cis a refletirem sobre seus modos de ser? Como uma estrangeira pode estimular o debate em outros países? É o machismo o principal problema na relação de uma mulher latino-americana com os homens cis brancos do Norte-Global? Ocasionalmente, havia dúvidas e interpelações a respeito do fato de uma mulher cis brasileira, jovem na época, trabalhar para sensibilizar os homens cis para assumirem um papel no enfrentamento das desigualdades de gênero. Acreditava-se que homens cis só conseguiriam de ouvir a outros homens cis. Essas e outras indagações, bem como situações diversas, embasaram a produção de notas e diários de campo usados na confecção da tese.

Formada pelas pesquisas-participantes na área da psicologia social, as intervenções realizadas ao longo de meu trabalho no campo do gênero não estavam separadas da

produção de analisadores² que faziam operar as práticas com os grupos. Para tal, o relato frequente em diários era fundamental. A partir da anotação cotidiana das vivências, inquietações, estranhamentos, reações dos grupos, indagações etc., era possível produzir análises e recriar direcionamentos para as intervenções. Os diários registravam o que poderia ser acionado na redação dos relatórios, ofereciam um plano de pensamento e análise, além de recurso na visibilização de deslocamentos que as lentes das metodologias de avaliação quantitativa, de mudança de comportamentos e atitudes, não nos permitiam enxergar. Eram instrumento de defesa da reprodução ou da alteração das práticas utilizadas. Novas intervenções eram planejadas com os grupos trabalhados a partir dos diários de campo, além de facilitar a produção de narrativas, alternativas às mensurações quantitativas de mudanças de comportamento, que auxiliavam nas negociações com agências bilaterais e organizações parceiras, colocando em análise as

encomendas feitas e suas demandas por produtivos e métodos avaliativos restritos. Os diários eram, portanto, ferramenta metodológica, histórica e política, tal como preconiza Lourau (1993).

A formação como pesquisadora a partir da abordagem etnográfica e, posteriormente, os estudos sobre análise-institucional, pesquisa-intervenção e cartografia, embasaram as escritas dos diários de campo. A manutenção regular de anotações em que quem observa mapeia os acontecimentos do campo é fundamental nessas práticas de pesquisa e ação social. As reações, os conflitos, os afetos, os cenários, as paisagens, os movimentos, os relatos, tudo o que foi ouvido e vivido é descrito, para ser refletido, revisitado, analisado e dar forma a novos mapeamentos dos processos em campo. Não se trata somente do relato de opiniões ou da interpretação dos fatos, mas do registro dos acontecimentos em sua processualidade, em seu movimento, com suas conexões e os afetos que

² Na análise institucional, aquilo que se revela para a análise. Analisador se refere a "acontecimento, indivíduo, prática ou dispositivo que revela, em seu próprio

funcionamento, o impensado de uma estrutura social – tanto a não conformidade com o instituído como a natureza deste mesmo instituído" (Rodrigues; Souza, 1987, p. 29).

atravessam o ato de investigar, “sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (Passos; Barros, 2009, p. 17).

Cartografia envolve, por meio de uma narrativa, acompanhar processos que se dão no território existencial, no plano da experiência, sem encobrir “tensionamentos de um movimento que se inscreve em uma realidade complexa e multireferencializada” (Aguiar; Rocha, 2007, p. 651). Processo é curso, deslocamento, e um campo de pesquisa é uma rede complexa de atores, negociações e fluxos que geram instabilidades, de modo que cartografia “é menos a descrição de estados de coisas” (Alvarez; Passos, 2009, p.135), do que o acompanhamento de trajetórias. Não há enquadramento ou fotografia que dê conta do que se passa no campo. Narrar implica em seguir a inconstância.

Com base nesses preceitos, os onze anos que atravessaram o trabalho social nas transformações das relações de gênero a partir dos homens cis, geraram um acúmulo de materiais (projetos, encomendas, diários de

campo, relatórios, cadernos de atividades, artigos, cartazes, folhetos de campanha) que incitaram, então, o desejo de analisar essa experiência de trabalho a partir de novos olhares. Além dos interlocutores do programa de pós-graduação e das novas leituras, novas articulações eram também feitas com os membros de organizações para o envolvimento dos homens cis na equidade de gênero. A aproximação para busca de documentos, materiais e produções bibliográficas possibilitava conversas que inspiravam análises também registradas em diários. Dessa forma, os conteúdos analisados não se restringiam ao passado, envolveram novas buscas, e eram a reverberação da memória no presente, expressos em uma narrativa confeccionada durante um período de efervescência do debate sobre gênero e sexualidade: tentativa de desmontes de conquistas em prol da equidade e diversidade, crescimento de grupos masculinistas e reacendimento do conservadorismo, ao lado de novos levantes de mulheres, grande volume de traduções e debates sobre feminismo. A cartografia da memória documentada nos diários, materiais educativos e de campanha foi entremeadada/ costurada em uma

narrativa que aciona as memórias registradas no corpo e os acontecimentos presentes, novas leituras, novas problematizações, novos encontros.

O trabalho de tese se inscreveu, assim, no tempo tão adiado de parar e pensar sobre as práticas que constituíram minha luta no campo feminista, seus desafios e complexidades, sendo agraciado pelo adensamento do debate feminista no Brasil e suas novas problematizações. Todavia, como mencionado previamente, essa temporalidade não opõe teoria à prática, pesquisa à intervenção. A recuperação dos documentos, a busca pelos materiais das intervenções produziu novas interlocuções e inserções no campo, que se desdobraram em novas análises, outras práticas, que se entremeavam e ofereciam novos conteúdos e perspectivas dos arquivos antigos. Intervenção e pesquisa andavam juntas.

O intuito da pesquisa, portanto, não foi o olhar para o passado a partir de uma posição distante e desvelar a realidade dos fatos vividos. Mas, organizar as ideias e narrá-las a partir de um encadeamento lógico, tecido em

colaboração com autores que tratam de assuntos semelhantes. Nesse sentido, o propósito foi possibilitar novas interpretações em diálogo com novas produções no campo; ampliar os sentidos do vivido; produzir indagações sobre hábitos, práticas impensadas pela automatização de sua realização e, ao contá-las, facilitar ressonâncias com outros fazeres, continuar experimentando desafiar as normas de gênero a partir de novas práticas, horizontes, lugares outros, favorecer heterotopias. Nesse sentido, não é uma utopia, um ponto a ser vislumbrado no futuro, mas, de acordo com Foucault (2013), um espaço intenso e transformador. Uma transformação, portanto, como uma condição subjetiva, de abertura aos acontecimentos, e não uma meta estabelecida previamente.

Tempo e transformação: contra a aceleração das práticas sociais

Ao fazer uma análise crítica das avaliações dos projetos de transformação das masculinidades, depreendemos que transformação não é algo que se estabelece de antemão. Transformação é processo, não o objetivo de nossas intervenções. É nesse sentido que a transformação é a

criação de possíveis (Rocha e Aguiar, 2003), a partir da produção de analisadores, problemas, questões “que favorecem a produção de acontecimentos” (Paulon, 2005, p. 22). A transformação, o deslocamento, é a própria intervenção. A definição dos lugares de chegada previamente – como a noção de um homem cis transformado a partir de comportamentos definidos por um contratante externo ao coletivo participante dos processos de formação – não é senão a reprodução das relações de poder na ciência e na política, nos quais os ditames do Norte Global orientam os rumos do mundo, com suas fórmulas simplificadoras das contradições e da complexidade da vida humana.

A pesquisa-intervenção e a cartografia, críticas às tradicionais relações de poder entre quem pesquisa e a quem se pesquisa, afirmam que metas devem ser traçadas no percurso do estudo (Passos; Barros, 2009), assim como é no encontro com os coletivos que as transformações se dão. Entretanto, contrariamente às demandas para averiguação da alteração dos comportamentos masculinos em intervalos temporais

curtos, a partir de um conjunto de técnicas específicas, era possível notar que, além de imprevisíveis, as mudanças se davam ao longo de um tempo que extrapolava os encontros coletivos.

A continuidade da minha relação com ex-participantes dos projetos sociais para a equidade de gênero me permitia perceber deslocamentos que permaneciam acontecendo em suas trajetórias, a partir da circulação por novos espaços e novas inserções de trabalho. A ocupação de novos lugares fazia ressoar a memória de suas vivências nos projetos sociais, possibilitando novos sentidos para sua atuação no mundo.

Assim, interessada em ouvir mais profundamente a perspectiva das pessoas egressas dos projetos sociais sobre suas mudanças ao longo dos anos e, com base na ideia de que as transformações requerem um tempo para acontecer, a proposta de pesquisa no pós-doutorado objetivava analisar a trajetória de mulheres e homens, cis e trans, de uma favela do Rio de Janeiro, ex-participantes de projetos sociais voltados para promoção da saúde sexual e reprodutiva e equidade de gênero, no início dos anos 2000.

Tratou-se de um estudo socioantropológico que envolveu análise documental, entrevistas com a equipe de coordenação de dois projetos sociais desenvolvidos na favela em questão, além da coleta das narrativas de dez ex-participantes de projetos sociais. Cabe mencionar que atuei como educadora em um dos projetos no qual o trabalho de pesquisa-intervenção também gerou grande número de materiais escritos, reflexões e marcas no meu modo de pensar e fazer trabalhos sociais.

Os conflitos entre o grupo, oriundos da negociação entre demandas dos financiadores, o controle para avaliação de impacto e as ações criativas dos jovens, bem como suas vontades de alteração das práticas, provocaram problematizações acerca das relações de poder, as zonas de invisibilidade dos cursos das práticas sociais e a desvalorização da potência criativa dos coletivos. Desse modo, é inegável que a narrativa das pessoas entrevistadas tenha ganhado recortes e interpretações a partir de minhas próprias memórias, fato analisado e explicitado na tecitura dos textos analíticos.

Outro fator motivador da pesquisa foi o desmonte das políticas sociais na área da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, a partir dos primeiros anos de 2010. Além de cada vez mais esvaziadas de uma perspectiva de direitos humanos e de crítica às desigualdades sociais, ações de prevenção à Aids voltadas ao público jovem, LGBTQIA+ e prostitutas foram censuradas, com uma crescente resistência ao debate sobre gênero e sexualidade nas escolas. Tem havido uma evidente redução de intervenções educativas, nacionais e locais, sobre o tema (Paiva et al., 2020; Seffner; Parker, 2016). Tal redução foi notada por minhas andanças na favela, quinze anos depois da participação em um dos projetos sociais mencionados. Ao voltar ao território, para a realização de uma pesquisa (anterior ao projeto de pós-doutorado), notei a ausência de ações dirigidas à educação em sexualidade, cuidado com a saúde e prevenção do HIV/Aids, que antes eram abundantes.

O cenário atual contrasta com as iniciativas governamentais e não governamentais da década passada, caracterizadas pela criação de espaços de aprendizagem e diálogo (Russo; Arreguy, 2015; Paiva et al., 2020;

Monteiro et al., 2019). Embora nunca tenhamos alcançado uma sociedade com amplo apoio aos direitos sexuais e reprodutivos, tivemos avanços relevantes no rompimento do silêncio em torno da sexualidade, que incluíram diversas políticas e programas, resultantes da mobilização para o enfrentamento ao HIV/ Aids e das negociações da ONU em torno do gênero e da saúde reprodutiva, na década de 1990 (Corrêa, 2008). A resposta brasileira para a Aids até o início da década de 2010, ainda que não ausente de críticas, era considerada exemplar, o que rendeu ao país um lugar de destaque no cenário internacional, além de recursos para a experimentação e aprimoramento de estratégias inovadoras e a cooperação com outros países. Sobretudo nas três primeiras décadas de epidemia de HIV/Aids, foram desenvolvidas intervenções criativas e afinadas às demandas de diferentes grupos sociais e resultantes do ativismo e da articulação de diversos atores, como artistas, gestores públicos, acadêmicos, empresas privadas, pessoas vivendo com HIV/Aids e até grupos religiosos (Seffner; Parker, 2016; Agostine et al., 2019).

A ação vinculada desses grupos, frente às questões sociais, permitiu o reconhecimento das limitações das propostas preventivas centradas apenas na divulgação de informações e na responsabilização individual, apontando para as condições de vulnerabilidade às IST/Aids, que considerem também fatores sociais e programáticos (Fonseca; Monteiro; Nascimento, 2022). Ainda, tendo em vista a complexidade que cercou o problema da Aids no Brasil, afetando a grupos com condições de vulnerabilidade variadas (jovens, mulheres, moradores de favela etc.), as agendas de trabalho para o enfrentamento da epidemia de HIV/Aids foram associadas a temáticas diversas, críticas às desigualdades de gênero, faixa etária, orientação sexual, raça e classe social.

Cabe ressaltar a influência do pensamento de Paulo Freire na formulação de políticas de saúde baseadas na promoção da cidadania – e não na de consumidores individuais de serviços e produtos (Paiva; Peres; Blessa, 2002). A abordagem da educação popular freireana, presente em projetos de formação em favelas e comunidades populares antes mesmo

da emergência da Aids, foi compatível com a ideia de que os comportamentos e atitudes são impregnados pelo contexto social. Na metodologia de educação popular, os participantes são engajados no questionamento das forças que os oprimem (Freire, 1979). A conjuntura de disseminação do vírus HIV entre populações mais vulneráveis demandou uma ação problematizadora da realidade, com vistas a à sua transformação, assim como difundiu Freire.

Em síntese, as intervenções para o enfrentamento da Aids, dirigidas aos grupos mais vulnerabilizados, afirmaram a importância do trabalho crítico-emancipatório das desigualdades sociais, em que a participação dos mais afetados na construção de estratégias de prevenção possibilitou respostas mais sensíveis às suas necessidades e realidades. O enfrentamento às diversas opressões foi uma marca da resposta para a Aids, relacionada à ampliação do acesso aos direitos humanos e de recursos para o cuidado com a saúde sexual e reprodutiva. Essas práticas foram consideradas lições que, como mencionado, renderam ao Brasil um lugar de

destaque no cenário internacional, e investimentos no campo das ações educativas voltadas à sexualidade e ao cuidado com a saúde reprodutiva que, atualmente, passam por um período de desmantelamento.

De acordo com Seffner e Parker (2016, p. 294) o desmonte “da capacidade das políticas públicas brasileiras em reduzir a homofobia; de cuidar das pessoas vivendo com HIV/Aids; de educar jovens sobre questões de sexualidade, gênero e doenças sexualmente transmissíveis”, somado à valorização do tratamento em detrimento das abordagens de questões sociais, seria “fruto de longo processo de desperdício da experiência” (idem).

O desperdício da experiência está relacionado à limitação da experiência por uma ideia de razão moderna. Na medida em que avança uma nova racionalidade na modernidade, “o tempo passou a ser administrado a favor de certos métodos, com o objetivo de alcançar determinados fins” (Aguiar, 2012, p. 61). Na atualidade, o tempo se estreita ainda mais, realidade reproduzida, inclusive, nas ações sociais no campo da saúde e dos direitos humanos. Com

a necessidade de justificar recursos empregados, exige-se que o tempo e a escala de alcance se adequem às relações de custo-benefício: um maior número de pessoas alcançadas em menor tempo é de mais fácil apoio financeiro, em que métodos sintéticos, de simples replicação e curto prazo ganham a preferência (Fonseca, 2023). O lugar da experiência e da maturação dos acontecimentos não previstos tem sido lançado a segundo plano há décadas, e de forma cada vez mais brusca nos modos atuais de organização da sociedade. Walter Benjamin (1987, p.198), ao falar de uma perda crescente da capacidade narrativa, explica que “uma das causas desse fenômeno é óbvia: as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo”.

Com Larrosa (2017, p.18), pensador de influência benjaminiana, consideramos que “experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, o que acontece, o que toca”. Para que algo nos toque, crie experiência, é necessário tempo para suspender a juízo e a automação da ação, requer parar para pensar, olhar e escutar, ou

fazê-lo mais devagar, algo cada vez mais difícil nos tempos que correm. Embora de significados distintos, experiência e memória são dependentes uma da outra. Se a experiência é o próprio acontecimento, memória é o que dá sentido à experiência, a partir de uma elaboração presente do vivido. É assim que o tempo é um componente importante da própria experiência.

No projeto de pesquisa sobre as trajetórias de ex-participantes de projetos sociais, a memória serviu de artifício político no enfrentamento do desmonte das conquistas sociais para a redução das desigualdades, uma vez que ajudou a evocar as condições de possibilidade, zonas de invisibilidade, contradições, conflitos, relações impensadas, além de afirmar as lições aprendidas com seus processos. Ainda, com a privação crescente do tempo e da experiência, o exercício narrativo, a partir da memória das trajetórias de participantes em projetos sociais nos anos 2000, se constituiu como estratégia política pela afirmação de práticas de investigação contrárias aos reducionismos científicos, sustentados pela ilusão da neutralidade, da estabilidade e de certo

modo de racionalidade já denunciados pelos diversos feminismos (Haraway, 1995; Collins, 2019).

As reverberações do presente na memória: modos de tecer narrativas

Refletindo o intervalo que se deu entre a interrupção das intervenções analisadas e o tempo da memória relatada, a elaboração da experiência como fonte de análise aqui, não tem a intenção de representar “prova incontestável” (Scott, 1998, p. 301) dos acontecimentos, mas produzir elementos que interrompam as perspectivas únicas. Seguindo as críticas de Jeanne Marie Gagnebin (2006) sobre a naturalização da relação entre presente e passado, não se trata de um resgate do passado pela memória, nem de perseguir a verdade sobre o que foi. Isso posto, não se tratou, nos projetos de pesquisa, de avaliar as práticas sociais realizadas ou apresentá-las como exemplos a serem copiados. Todavia, a partir do exame das lições, oportunidades, princípios ético-políticos e metodológicos dos projetos sociais, intentava-se olhar para a multiplicidade de eventos que atravessaram as intervenções e permitiram escapar de práticas

reducionistas, individualizantes e homogeneizantes (Fonseca; Monteiro; Nascimento, 2022). Destaco que, quando me refiro à multiplicidade de eventos que produzem e deslocam os acontecimentos, não tenho a intenção de contabilizá-los, de rastreá-los no sentido de cobrir a totalidade dos processos. Tenho, sobretudo, o intuito de contradizer os reducionismos simplistas das técnicas que homogeneizam e capturam subjetividades.

Considerando a chegada do momento de analisar a experiência (Corazza, 1996), as pesquisas forjaram uma parada no tempo de trabalho, ou melhor, um novo curso na temporalidade das práticas, uma vez que essas nunca pararam totalmente e interferiam nos arranjos dos acontecimentos passados necessários à composição da narrativa da tese e dos artigos. Tal momento de análise coincidiu, por um lado, com uma série de retrocessos políticos no campo dos direitos humanos, sobretudo do gênero, e reações conservadoras aos movimentos emancipatórios. Por outro lado, aconteceu concomitantemente a expansão do acesso a abordagens e a feminismos contra-hegemônicos, bem

como a ampliação da diversidade de movimentos de mulheres no Brasil.

Todos esses fatores movimentaram as questões e reflexões levantadas ao longo da escrita dos textos resultantes das pesquisas, alterando o foco e os sentidos oferecidos aos acontecimentos postos em análise. A narrativa era o próprio movimento de análise que, ao buscar costurar os fatos documentados (nos diários de campo, materiais educativos e de campanha, relatórios, artigos, transcrições de entrevistas), alterou antigas formas de pensar o campo. Por exemplo, não se tratava mais de pensar como os homens cis podiam ser transformados, como eu tentava entender no início da tese, mas que práticas, tensões e relações de poder são invisibilizadas quando o alcance e o conteúdo das transformações subjetivas são estabelecidos de antemão.

Em ambas as pesquisas, depreendeu-se que as restrições impostas ao tempo dos projetos se apresentaram como limitadoras das possibilidades de criação nos encontros com os coletivos. Na administração cerceadora do tempo, as metas de transformação são

estabelecidas de antemão, por quem tem o controle dos recursos financeiros e domina as lógicas de linguagem, de apresentação sucinta dos dados, a simplificação das relações e de ocultamento das contradições, que são próprias da colonialidade do saber.

Teorias críticas da colonialidade indicaram que relações de poder entre o Norte e o Sul Globais se baseiam em hierarquias de conhecimento que se atualizam tanto nas formações acadêmicas quanto nas lutas emancipatórias, quando não põem em análise pressupostos dominantes na produção de conhecimento, que valorizam a estabilidade, a ordem e a regularidade (Fonseca, 2023). Os saberes provenientes das ditas metrópoles mundiais assumiram *status* de verdade por meio de uma série de artifícios que privilegiaram uma lógica única na produção de conhecimentos, útil ao domínio colonial moderno. Tal colonialidade se mantém viva “nos manuais de aprendizagem, nos critérios para os trabalhos acadêmicos, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos, e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna” (Maldonado-Torres, 2007,

p.131). Os códigos hegemônicos de produção de saberes começam a ser assimilados desde muito cedo, de modo “que o universalismo, a linearidade, a verdade, o causalismo e os dualismos se constituem como eixos centrais na formação dos rituais escolares, atualizando-se através dos dispositivos do conhecimento científico” (Rocha; Aguiar, 1992, p. 89). Assim, a colonialidade atravessa o planejamento e a execução das práticas sociais, bem como os modos de as analisar, registrar e divulgar.

Nessa racionalidade científica, de metas já definidas previamente, a pesquisa costuma ser de confirmação ou refutação do percurso elaborado. Trata-se de averiguar se a rota traçada leva ou não ao ponto estimulado pelos critérios de verdade. No caso das intervenções nas masculinidades, recomendava-se averiguar se determinadas técnicas mudavam comportamentos para o que era considerado um “homem transformado”. No caso dos projetos de saúde sexual e reprodutiva com jovens, muitas vezes, avalia-se a aquisição de certos comportamentos preventivos de ISTs e de gravidezes. Todavia, como possibilitar a criação de novas práticas?

Novas interrogações? O acesso a outros lugares? A produção de novos caminhos? Nessa lógica, perdem-se os desvios, os conflitos que impõem novas questões, as instabilidades que convocam a novas perspectivas do problema.

Nas práticas de educação popular, de pesquisa-intervenção, feministas, decoloniais, ou seja, práticas que rompem com as hierarquias de conhecimento entre participantes da pesquisa (quem pesquisa/a quem se pesquisa, quem educa/ a quem se educa), as metas são feitas e refeitas nos encontros, que são saturados de embates, reviravoltas e complexidades próprias às relações humanas. Esse modo de fazer das práticas sociais é também o modo de as analisar. Um fazer crítico às relações de poder coloniais, incluindo gênero, raça e classe, que permeiam as práticas sociais, supõe também um novo modo de as pensar e as registrar. Assim, o acompanhamento dos processos e de suas intensidades requer postura de abertura ao que tais processos podem gerar. Nesse sentido, ainda, a narrativa não é descrição dos fatos, ou a reprodução das ideias no papel, mas supõe a própria construção do

pensamento, é algo que acontece em ato.

Era desse modo que as transformações se apresentavam para mim em campo, como processos que se desvelavam sem previsão ou controle, frutos de uma realidade móvel, a todo tempo em processo de construção, com múltiplas entradas possíveis de interrogação das práticas, tal como expressam Katia Aguiar e Marisa Rocha (2007). O próprio curso da escrita deve produzir analisadores e estar atento à possibilidade de desvios de rota e recolocação de questões.

Ao longo da pesquisa iniciada para a tese, entendi que a análise das práticas de engajamento de homens, cis e trans, na transformação de suas masculinidades, ou para a aquisição de hábitos saudáveis e equânimes entre jovens nos projetos de prevenção ao HIV/Aids, não se daria pela tentativa de responder o que consegue produzir mudanças, ou não. Tratava-se de formular questões sobre concepções que sustentam as próprias práticas, os lugares de quem as compõe e o conteúdo e o modo como as encomendas são feitas. Quanto mais eu me aproximava de novas leituras sobre os feminismos interseccionais e

decoloniais e sobre micropolítica, mais sentia a necessidade de indagar minha própria experiência e perspectivas teóricas. As leituras se conectavam imediatamente com minhas inquietações sobre o campo, em um processo no qual os estímulos do presente construam a memória do passado. Foi desse modo que a memória a que me referi nos trabalhos de pesquisa discutidos aqui, dizia respeito aos documentos guardados e à memória gerada a partir da escrita. Isso significa que memória é também criação e não um retrato fiel de eventos passados. Nesse processo, as condições do presente davam contorno a escrita do passado.

Os registros, ao ganharem novos recortes e composições para caberem nos limites de uma tese, adquiriam novas nuances e problemáticas, a partir do movimento do pensamento, conjugado às possibilidades de análise oferecidas pelas diferentes autoras das quais me aproximava. A aproximação entre as referências bibliográficas e a experiência narrada não é, mais uma vez, de qualquer comprovação da verdade ou tentativa de universalidade dos fatos, mas de busca de sintonia e

apoio na produção de sentidos comuns. Meu compromisso era, portanto, com “um conhecimento afinado à ressonância, não à dicotomia” (Haraway, 1995, p.29).

As epistemologias feministas que repercutiram no Brasil no momento da elaboração de minha tese influenciaram minhas análises das práticas para transformação das masculinidades e, conseqüentemente, minha percepção dos projetos sociais com jovens, dos quais fiz parte, e foram analisados no pós-doutorado, a partir das trajetórias de ex-participantes. A perspectiva interseccional ampliou a análise da localização do pesquisador em campo, bem como as reflexões sobre os efeitos dos lugares dos propositores de projetos internacionais de promoção de direitos humanos, dentre os quais incluo os do campo do gênero e da saúde reprodutiva. Reconhecida como um paradigma de pesquisa, a teoria da interseccionalidade dá nome a um compromisso teórico e político, com mais ênfase a uma matriz de opressão/privilégio (Nogueira, 2017). Fruto de uma crítica das mulheres negras ao feminismo liberal e a universalização das mulheres, uma análise

interseccional captura, por exemplo, como diferentes níveis de discriminação criam oportunidades, benefícios sociais e materiais para aqueles que gozam de estatutos normativos não marginalizados, como homens cis, heterossexuais, brancos, de classe alta (Nogueira, 2017), de modo a colocar a questão também sobre os como são formados os lugares de privilégio – muitas vezes naturalizados e não percebidos – em projetos que reivindicam a justiça social.

Em articulação com os debates do feminismo decolonial, as ferramentas propostas pela teoria da interseccionalidade permitiram produzir questões analisadoras das metodologias e demandas para projetos sobre masculinidades, uma vez que reconhece que as tecnologias produzidas no Norte Global não devem pressupor um modelo de ser humano universal. Tal pressuposição cria indicadores e metas difíceis de serem alcançadas pelos sujeitos, além de tornarem invisíveis suas histórias. Mantém o domínio das técnicas nas mãos dos mesmos. Com isso, notei que meu desconforto e as desigualdades na relação com os especialistas das

masculinidades não se deviam, principalmente, ao fato de serem homens cis, mas serem brancos e oriundos de países que dominam a linguagem e as lógicas hegemônicas de comunicação e apresentação dos saberes.

Por meio das críticas aos lugares de saber, endossadas pela pesquisa-intervenção e as epistemologias feministas, considero que deve se arrenhar quem pesquisa de qualquer estabilidade pré-suposta: seja do conhecimento, seja de sua identidade. Precisa haver abertura para criar zonas de indagação e desestabilização que favoreçam o coletivo a aflorar. Assim sendo, posicionarmo-nos em nossas produções escritas e de saber não se reduz a indicar o ponto em que nos situamos, mas seguir os rastros dos caminhos percorridos que levaram aos lugares ocupados.

A partir do reconhecimento de que a neutralidade foi forjada em meio à centralidade de determinadas técnicas de produção de conhecimento, teorias feministas demonstraram que nenhuma luta social pode prescindir da localização de si mesmo nas relações de força que conduzem o curso e as análises da sociedade. Desse modo,

“posicionar-se é uma prática chave metodologicamente e responsável politicamente” (Haraway, 1995, p. 27). Localizar-se, posicionar-se, analisar sua implicação, tem aqui o sentido de refazer os caminhos, as experiências e as marcas que direcionaram o olhar sobre o observado. Não se trata apenas de anunciar a ocupação de um lugar fixo, como identidades definidas, mas seus efeitos, relações presentes, como se sustenta, os caminhos percorridos, aberturas, entaves, rotas de fuga etc.

A raça, a origem geográfica, o gênero, a faixa etária, as habilidades físicas são fatores que certamente influenciaram as visões e as relações entre quem forma e a quem se forma, entre quem pesquisa e a quem se pesquisa, pois tais posições produzem ou não cumplicidade com o público de interesse; rendem depoimentos baseados em como tal público nos vê (Schucman, 2016). Com base nesse pressuposto, pude perceber que, em muitas cenas, esses marcadores de pertencimento apareceram como analisadores importantes nas formações para saúde sexual e reprodutiva e desconstrução de gênero; nos diários apareciam como fonte de

acolhimento, estranhamentos ou questionamentos por parte dos envolvidos nas intervenções, resultavam em privilégios e obstáculos, ofereciam outros pontos de vista, ou limitavam minha compreensão dos enunciados. No entanto, localizar pressupõe um olhar atento para as tramas de poder nas quais estamos situados, fundamentalmente nossa implicação com a instituição de um saber (Paulon; Romagnoli, 2010). Não deve servir às interdições de quem pode, ou não pode pesquisar sobre determinados grupos, mas reconhecer e analisar as relações que envolvem a investigação, ou os processos de formação. Pude perceber que, tanto nas intervenções, quanto na narrativa delas, minhas posições subjetivas engendravam o percurso analítico, forneciam os problemas a serem explorados.

Analisar minha própria experiência no trabalho social não a tornou inquestionável. Antes, se constituiu como plano no qual se inscreveram a heterogeneidade das forças que atravessaram os encontros, os deslocamentos produzidos pelos corpos, a interseccionalidade das lutas

e das formas de opressão que se atualizam em determinados momentos.

Desse modo, a cartografia das práticas remeteu à atenção às relações com as interlocutoras e os interlocutores. Pensando com Luciana Franco (2016), tive o desafio de como cuidar da relação de confiança com as pessoas que me apoiaram nesse trabalho de pesquisa, que se tornou público por meio de tese, livro e artigos. As pessoas com quem dialoguei, ou que entrevistei, não foram sujeitos/objetos de pesquisa, mas foram também referências consonantes ou dissonantes ao que foi alinhavado nas narrativas de pesquisa. Houve a oportunidade de consultar algumas das pessoas colaboradoras antes da publicação dos trabalhos. Assim, além de contarem sua experiência de leitura, puderam decidir se seus nomes seriam citados fielmente, ou em sigilo.

Por fim, na organização do texto da tese, páginas em *itálico* marcavam o relato da experiência, contavam uma história, introduzindo os capítulos e as seções da tese. Sua escrita em *itálico* indicava a construção do campo problemático por meio dos registros refeitos. Todavia, é possível notar na leitura do texto final que a narração da

experiência vivida pouco se diferenciava das análises sustentadas pelas referências bibliográficas, evidenciando a interposição entre passado e presente, entre política, construção de conhecimento e memória.

Referências

AGOSTINE, Rafael; ROCHA, Fátima; MELO, Eduardo; MAKSUD, Ivya. A resposta brasileira à epidemia de HIV/AIDS em tempos de crise. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 12, p. 4599-4604, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8kskKTq9StVQYtMxrwr4KL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2024.

AGUIAR, Katia; ROCHA, Marisa. Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-intervenção: Referenciais e Dispositivos em Análise. *Psicologia: ciência e profissão*. Brasília, v. 27, n. 4, p. 648-663, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ggt9ktnF6X7mVWygJQCk8DC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2025.

AGUIAR, Katia. Práticas de formação e a produção de políticas de existência. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. spe, p. 60-66, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/54sx47nzG4f5bznW8qXF5bq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p.131-149.

ARILHA, Margareth. *Nações Unidas, população e gênero: homens em perspectiva*. Jundiaí, São Paulo: In House, 2010.

BALLESTRIN, Luciana. "América Latina e o giro decolonial". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.11, p. 89-117, mai/ago, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jvhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do*

Empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNEL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 80, p. 09-20, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZZZqDf3h5FwNbfCMQ66jPqF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2025.

CONNEL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.

CORAZZA, Sandra. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.) *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Porto Alegre: Mediação, 1996.

CORRÊA, Sônia. Sexualidade e desenvolvimento uma história em imagens. In: CORNWALL, Andrea; JOLLY Susie (orgs.). *Questões de sexualidade: ensaios transculturais*. Rio de Janeiro: Abia, 2008. p. 48-58.

FONSECA, Vanessa do Nascimento. *"Precisamos falar com os homens?": Colonialidade e estratégias de transformação das masculinidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2023.

FONSECA, Vanessa do Nascimento; NASCIMENTO, Marcos; MONTEIRO,

Simone. Aids e prevenção: um olhar retrospectivo sobre projetos sociais com jovens no Rio de Janeiro. *Saúde em Debate*, São Paulo, v. 46, n. 7, p. 48-61, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/VN8kDzqDZqkGPRPRtsQfkDQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FREIRE, P. *A Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS, Anniele Sarah Ferreira de; BREDÁ, Thiara Vichiato. Narrativas cartográficas: quando o mapa vira texto. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 9, n. 18, p. 106-124, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/667>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FRANCO, Luciana de Oliveira Pires. *Por uma política de narratividade: pensando a escrita no trabalho de pesquisa*. Niterói: EdUFF, 2016.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

Acesso em: 20 fev. 2025.

HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio. "Em cena, os homens...". *Revista de Estudos Feministas*, v. 6, n. 2, p. 371-374, 1998. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X1998000200008&lng=pt&nrm=iso)

026X1998000200008&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 16 jan. 2025.

KEIJZER, Beno de. Masculinidades: resistance and change. In: Oxfam GB. *Gender Equality and Men: learning from practice*. Oxford: Oxfam, 2004.

LARROSA, Jorge. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LOURAU, René. *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.;

GROSGOUEL, R. (orgs.). *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro; VILLELA, Wilza; MORA, Claudia; PARKER, Richard. Desafios do tratamento como prevenção do HIV no Brasil: uma análise a partir da literatura sobre testagem. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 5, p. 1793-1807, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/RNkwKrgv4Lqs7DB4QvGKmKH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2025.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A Construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PAIVA, Vera; PERES, Camila; BLESSA, Cely. Jovens e Adolescentes em Tempos de Aids: reflexões sobre uma década de trabalho de prevenção. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 1,

2002, p. 55-78. Disponível em <https://revistas.usp.br/psicousp/article/view/108166>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PAIVA, Vera; ANTUNES, Maria Cristina; SANCHEZ, Mauro Niskier. O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. *Interface*, v. 24, n. e180625, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/SbJ4wW39xzdCHT5gnDnwxCG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Por uma política da narratividade. In: In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p.150-171.

PAULON, Simone Mainieri. A análise de Implcação como Ferramenta na Pesquisa-Intervenção. *Psicologia & Sociedade*, v.17, n.3, 2005, p.18-25. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/YWZKDKyF5zBjQvhjJZkdK7m/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PAULON, Simone Mainieri; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(1), 2010, p. 85-102. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/9019/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa Práticas universitárias e a formação sócio-política. *Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política*. Niterói: UFF, n. 3/ 4, p. 87-102, 1997.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 23, n.4, 2003, pp.64-73. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XdM8zW9X3HqHpS8ZwBVxpYN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ROCHA, Marisa Lopes da. A formação como acontecimento: solidão, pensamento e autogestão. In: MACHADO, Adriana Marcondes; Fernandes, Ângela Maria Dias; ROCHA, Marisa Lopes da (orgs.). *Novos possíveis no encontro da*

psicologia com a educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; SOUZA, Vera Lucia Batista de. A Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo. In: KAMKHAGI, Vida Raquel; SAIDON, Osvaldo (orgs.), *Análise Institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 27-47.

RUSSO, Kaline; ARREGUY, Marília Etienne. Projeto "Saúde e Prevenção nas Escolas": percepções de professores e alunos sobre a distribuição de preservativos masculinos no ambiente escolar. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 2015, p. 501-523. Disponível em <https://www.scielo.br/j/physis/a/h3DNCjJk7ntk5xPp8CdxBkB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids. *Interface*, 20 (57), 2016, p. 293-304. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/MTZ5T7N97xXVjcGX5qxWsPh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História: Revista Do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, n 16, p. 297-325, fev.1998. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Veneta, 2016.

Memória como construção de caminhos plurais: o conhecimento a partir da escuta e da palavra

Andréa da Silva Montechiare Pires¹

Gisela Giannerini²

Renata Montechiare³

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.67203>

Resumo: O artigo aponta para uma direção ético-teórica que se opõe ao que usualmente vem sendo tomado como “discurso do outro”, pressuposto apoiado na ideia de um “eu” universal. Parte da necessidade de revisitar as bases sob as quais o campo acadêmico tem produzido e eleito, com maior ou menor aprovação, determinados saberes. Discute, a partir desta perspectiva, modos de conhecer que ouçam a pluralidade de vozes existentes e reconheçam o caráter múltiplo das histórias. Por meio de abordagens sobre memória e seus debates, propõe um diálogo entre episódios e histórias, representações e narrativas que disputam quais vozes ecoam registros coletivos. O discurso hegemônico passa a ser, então, confrontado quando mais narrativas são consideradas e reconhecidas enquanto saberes. O trabalho sugere consideração sobre a produção de conhecimento que reposiciona os sujeitos, usualmente tomados como objetos de pesquisa, como voz ativa.

Palavras-chave: memória; patrimônio cultural e histórico; história oral; narrativas; sujeitos; histórias plurais.

Memory as the construction of plural paths: listening as a common reference point and knowledge through words

Abstract: The article explores an ethical-theoretical perspective that challenges the dominant notion of the “discourse of the other,” which assumes a universal “I.” It calls for a reassessment of the foundations on which academic knowledge is produced and legitimized. From this perspective, it highlights the

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Psicóloga atuante no campo da saúde mental pública, pelo município de Niterói e pela UFF. E-mail: andreasmp@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8805-9683>.

² Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrou o Projeto de História Oral e o Programa de Memória e Formação do Inst. Municipal Nise da Silveira/RJ. Servidora da Fundação Municipal de Saúde de Niterói. E-mail: gisela.giannerini@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6040-6078>.

³ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil, E-mail: rmontechiare@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2466-5843>.

Recebido em 31/03/2025, aceito para publicação em 06/10/2025.

importance of engaging with multiple voices and histories. By addressing memory and its debates, the article examines how narratives, representations, and accounts compete to define which voices shape collective records. It argues that hegemonic discourse is challenged when diverse narratives are considered. Finally, it advocates for a knowledge production process that repositions research people - traditionally treated as objects of research - as active voices.

Keywords: memory; cultural and historic heritage; oral history; narratives; subjects; plural stories.

Memoria como construcción de caminos plurales: la escucha como marco común y el conocimiento desde la palabra

Resumen: El artículo apunta a una dirección ético-teórica que se opone a lo que habitualmente se ha entendido como "discurso del otro", y que tenía como presupuesto fundacional un "yo" universal. Parte de la necesidad de revisar las bases sobre las cuales el campo académico ha producido y elegido, con más o menos aprobación, ciertos conocimientos. Desde esta perspectiva, se discuten formas de saber que escuchan la pluralidad de voces existentes y reconocen múltiples historias. A través de aproximaciones a la memoria y sus debates, propone un diálogo entre episodios e historias, representaciones y narrativas que disputan qué voces hacen eco de registros colectivos. Luego se confronta el discurso hegemónico cuando se consideran más narrativas. El trabajo sugiere considerar la producción de conocimientos que reposiciona a los sujetos, objetos de investigación, como una voz activa.

Palabras clave: memoria; patrimonio cultural e histórico; historia oral; narrativas; sujetos; historias plurales.

Memória como construção de caminhos plurais: o conhecimento a partir da escuta e da palavra

De qual Sujeito se trata?

Em diálogo entre saberes, tomamos as diferentes contribuições do campo das ciências sociais, da antropologia, da história, da psicanálise e da psicologia social para discutir a categoria "memória" e a perspectiva das "narrativas" enquanto possibilidades epistêmico-metodológicas que ofereçam suporte a pesquisas e projetos, em vistas de uma direção decolonial.

Partimos de uma posição de que é preciso visitar criticamente sob quais bases o campo acadêmico tem majoritariamente construído, ao longo do tempo, o seu acervo de produções e elegido com maior ou menor aprovação determinados saberes na produção de conhecimento.

Sob o olhar foucaultiano com o conceito de "dispositivo" (Foucault, 1979, apud Carneiro, 2023, p. 27) – "um conjunto decididamente heterogêneo

que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares [...] enunciados científicos, proposições filosóficas, morais” o qual desvela articulações e opera poder – interessa-nos pensar que também historicamente a produção de conhecimento, em especial acadêmica, não esteve desatrelada da disputa de forças, e conseqüentemente de suas hegemonias de poder e político-sociais.

Refletimos aqui sobre a constatação de certa repetição sobre o modo como sujeitos são falados, pensados, discutidos, analisados, dissecados em projetos, políticas e pesquisas. Sujeitos que, colocados no lugar de voz passiva, parecem ser destituídos de seus lugares de Sujeitos cognoscentes, produtores sociais diminuídos da possibilidade de falar em primeira pessoa, para a posição de objeto. Objetos de pesquisa, passivos.

Curiosamente, neste processo objetificante, aqueles que, pela lógica tradicional de pesquisa, usualmente se compreendem como pesquisadores supostamente neutros, ocupam posições bastante ativas e determinantes sobre quem, e de que modo, pode falar. Falar sobre e falar

por, na autocrítica acadêmica de Spivak (2010), produz subalternidade. Pelo sujeito silenciado falam contra, a favor, em defesa, sob críticas, embora nunca por meio de sua própria voz.

Por outro lado, ele é objeto de investigação – de “alteridade”, “exotismo” –, do “intelectual”, sobretudo europeu, mas também colonial, que com frequência toma seus valores próprios e forma de compreender o mundo como premissas normativas universais. Assim, a perspectiva daquele que é subalternizado não é computada e sua visão de mundo não alcança a mesma possibilidade para contribuir com a história e a memória coletiva daqueles que podem falar.

Intervir ativamente nas formas de produção de conhecimento, revelando o sujeito supostamente “transparente” sobre o qual se fala, torna-se, portanto, a direção contra hegemônica sugerida (Spivak, 2010). Na autocrítica, a autora revela o esforço de reescrever uma história alternativa à dominante, reconhecendo, ainda assim, a representação de uma voz que segue ausente.

Nesta direção, Grada Kilomba (2020) aponta que, nestes processos metodológicos, há um “mito de

neutralidade”, tal como nomeia. Para a autora, o conhecimento vem há muito tempo sendo produzido por outros saberes e vozes que não as dominantes, porém rejeitados “sob o argumento de não constituir ciência credível” (Kilomba, 2020, p.53). Isto porque, pelo lugar de poder que ocupam as vozes dominantes, as perspectivas dos subalternizados são com frequência tomadas pelo viés de uma “subjetividade”, isto é, julgadas como se menos racionais, menos objetivas, mais imprecisas cientificamente por supostamente serem baseadas em interpretações movidas pelo campo das emoções. Visão esta que denuncia o olhar dominante carregado das antigas noções de primitivismo *versus* civilização, ao ler sua própria voz como uma ciência dita neutra, objetiva e universal, livre e distante de posições subjetivas e históricas, as quais são colocadas, portanto, no “outro”.

O outro, visto que, subalterno, pré-lógico, emocional, não constitui ciência credível. O “eu universal”, civilizado, racional, é quem produz ciência. Segundo a autora (Kilomba, 2020, p.58), a afirmação de um discurso científico neutro e objetivo,

usualmente racializado e ocidentalizado, não reconhece o fato de que a teoria é sempre escrita a partir de alguma realidade, história e lugares específicos, e por alguém, havendo então aí, lugares de poder. De acordo ainda com Kilomba, existindo assimetria de poder entre grupos, haverá também assimetria nos seus acessos aos “recursos necessários para implementar as próprias vozes” (idem, p.52). Falar e ser escutado, neste modelo, nunca foi uma possibilidade para todos os grupos sociais.

Em conformidade com a autora, ao considerarmos que a epistemologia e, conseqüentemente, seus métodos para produção de conhecimento devam ser problematizados e revisados em suas bases, em uma perspectiva decolonial, optamos por uma direção ético-teórica que se reposiciona e se opõe ao que usualmente vem sendo tomado como “discurso do outro”, e que contava com um pressuposto fundante de um “eu” enquanto universal.

Atravessadas por diferentes percursos relacionados a populações minorizadas, frequentemente relegadas ao lugar de atores ocultos na história, reunimos aqui perspectivas

que nos conectam em direção à defesa de modos de conhecer que ouçam a pluralidade de vozes existentes, reconheçam histórias múltiplas, pluriversais, posto que as compreendemos em permanentes disputas, onde não nos interessam somente as versões exclusivas dos “vencedores”.

Deste modo, discutiremos neste artigo a memória e o instrumento das narrativas orais, enquanto ferramentas capazes de possibilitar outro modo de inscrição e pertencimento histórico, em contraponto à ideia de história única, alheia à noção de que ela é sempre construída por alguém em um determinado tempo.

Memória, saber, história, ideologias

Reconhecendo que os saberes são plurais e que estão presentes nas experiências dos diferentes sujeitos, compreendemos que sua produção se dá para além da concepção hegemônica de se fazer ciência, no discurso que, muitas vezes, é tomado como marginal ou secundário a uma pesquisa.

Pensar as matizes entre história e memória sob a perspectiva do particular e do universal nos leva de

encontro ao que, historicamente, tem sido a construção dos saberes universais a partir de uma perspectiva predominantemente ocidental e eurocentrada. Quem são os grupos que detêm os lugares de saber e reconhecimento? Pierre Nora (1993), historiador francês, importante pensador sobre memória, traz um apontamento nesse sentido quando cita que:

A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. (Nora, 1993, p.9).

À luz de Lélia Gonzalez – intelectual, antropóloga, educadora e ativista negra brasileira – que, com seu modo ímpar de produzir conhecimento, articulava saberes ditos eruditos com a cultura e modo de expressão popular, tomamos uma fina e relevante distinção que nos auxilia nesta compreensão. No texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (Gonzalez, 2020), ao diferenciar as noções de memória e de consciência, Lélia nos apresenta a ideia

de que os conhecimentos tomados como oficiais são escolhas por determinadas perspectivas, as quais podem, neste processo, ocultar outras existentes.

Isto porque, em um diálogo aparentemente próximo à psicanálise freudiana, Gonzalez aponta que há um saber na consciência, mas que este ocupa um lugar de alienação pelo fato de ignorar outros saberes igualmente existentes e por ela encobertos. Tal qual a orientação freudiana⁴, conteúdos da consciência não correspondem à totalidade da dinâmica psíquica, mas apenas a uma parte, àquela que foi possível vir à tona a partir de processos psíquicos que bloqueiam outros conteúdos através do encobrimento, do esquecimento. Conteúdos "latentes", no entanto, podem vir a manifestar-se.

Já a memória para autora, estaria a um nível menos visível, referida a um saber que ainda tem a potência em emergir, em restituir a história que não foi escrita, ou mesmo rejeitada a ser conhecida pelo próprio

processo da consciência. Segundo Gonzalez (2020, p.79), o tipo de saber da memória não apenas porta conhecimento, como também carrega em si o poder de modificar uma história.

Ao trazer tais noções, Gonzalez problematiza como, portanto, a depender da cultura e contexto dos Sujeitos a quem a palavra é mais ou menos ouvida, a memória poderá ser colocada à margem, enquanto a consciência – no seu lugar de racionalidade – poderá ser tomada socialmente como discurso dominante.

Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de consciência e memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se

⁴ "Tudo que é consciente tem um estágio preliminar inconsciente, ao passo que aquilo que é inconsciente pode permanecer nesse estágio, e, não obstante, reclamar que lhe seja atribuído o valor pleno de um processo psíquico. O inconsciente é a verdadeira

realidade psíquica [...] e é apresentado de forma tão incompleta pelos dados da consciência quanto o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais" (Freud, [1900] 2001, p.584).

expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, a consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência [...] E no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela pra tudo nesse sentido. Só que isso tá aí... e fala (Gonzalez, 2020, p.79).

Tomamos essa diferenciação trazida por Lélia, aproximando ainda a “consciência”, nesta relação com o discurso dominante, à ideia da “história oficial”, à história registrada justo como lugar de discurso representante de uma verdade. Em contraponto, o espaço à memória e às existências de outras narrativas poderia evitar o risco o qual aponta a escritora negra nigeriana, Chimamanda Ngozi Adichie (2019), do “perigo de uma história única”.

Conforme proferiu na palestra que deu origem à publicação, através de diversas cenas cotidianas vividas oriundas de colonialismos em que a autora ora se viu enxergando o mundo apenas por uma história única, e outras, foi vista por este prisma, Adichie

nos chama a refletir sobre o quanto fragilizamos a experiência e os Sujeitos diante de histórias que são contadas e cristalizadas apenas por um ângulo.

A história tratada como única e universal deduz antecipadamente, espera com certezas, e cria estereótipos, que tal como a autora afirma, são incompletos. Suas consequências, segundo a mesma, são o roubo da dignidade das pessoas e obstruções ao reconhecimento de suas humanidades. Adichie (2019, p.23) demonstra, contudo, que as histórias não se tornam únicas por mero acaso, mas por uma repetição insistente ligada a um exercício de poder, o qual apaga outras possibilidades e estreita a visão, encobrendo e simplificando o debate.

É impossível falar sobre história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo no qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio do *nkali*: como elas são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (Adichie, 2019, p.23).

Nesse sentido, em conformidade com a perspectiva da pesquisa centrada em sujeitos, trazemos as narrativas como instrumentos metodológicos que tratam a ênfase nas percepções e discursividades dos Sujeitos que sejam transmitidas por eles próprios. Onde “tem-se o direito de ser um sujeito – político, social e individual – em vez da materialização da Outridade, encarcerada no reino da objetividade.” (Kilomba, 2019, p.81).

Interessa-nos interrogar as bases dessa construção e apostar em metodologias de produção de conhecimento por uma perspectiva que multiplica o número de vozes pela escuta de sujeitos que ocuparam diferentes lugares. Assim, novos testemunhos passam a integrar a memória, a partir de um acervo de histórias de vidas e situações significativas vividas por diferentes grupos de pessoas. O investimento na dimensão coletiva da memória remete a um de seus lugares na contemporaneidade, o qual é o de objeto de jogos de poder.

A memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser

lembrando e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro” (Kessel, 2003, p.4).

Consideramos, portanto, que capilarizar a narrativa histórica a partir de outros campos e métodos de produção de conhecimento é o que permite revisitar memórias variadas, de atores sociais diversos, incluindo as perspectivas daqueles que usualmente têm sido vistos “abaixo”. A provocativa ideia de uma “história vista de baixo”, proposta pelo historiador Paul Thompson (1966) subverte a tradição histórica ao valorizar o fato de que a palavra daqueles que têm suas experiências minorizadas possa construir saberes a partir de visões de mundo. É nessa linha que temas, culturas, costumes e eventos historicamente negligenciados passam a ocupar lugar, em oposição à história concebida a partir de pessoas estranhas e alheias à realidade sobre a qual falavam.

Recuperar os debates mais recentes sobre memória, portanto, nos ajuda a localizar os Sujeitos, ora com suas vozes únicas e histórias de vitórias e conquistas, ora com vozes subalternas (Spivak, 2010) e

emergentes – em um contexto de proeminência dos estudos decoloniais e antirracistas.

As várias memórias

A partir dos anos 1970, os estudos da memória ganharam espaço nas pesquisas acadêmicas, mas também nas práticas cotidianas dos diferentes grupos, em uma constante retroalimentação. Esse universo associa-se, então, ao campo do patrimônio cultural, em função das coleções de museus, mas também da perspectiva histórica, das celebrações, efemérides, monumentos e marcadores simbólicos de narrativas coletivas⁵. Há um lastro de abordagens sobre memória e aqui nos interessa refletir sobre em que medida lembrar, representar e narrar encampam as novas referências e disputas de poder, como acima nos lembrou Chimamanda Ngozi Adichie sobre o perigo da história única.

Essa expansão dos estudos sobre memória ocorre por meio da

revisão das abordagens psicológicas, biológicas e fisiológicas até então predominantes nas primeiras décadas do século XX. Lembrar tratava-se de uma função orgânica do indivíduo, deixando rastros de aprendizagem no cérebro que davam pistas sobre plasticidade neural, capacidade de memorização e armazenamento, reflexos e comportamentos condicionados, numa leitura mecanicista e empírica.

Maurice Halbwachs (2013), intelectual que na primeira metade do século XX restabeleceu os paradigmas desses estudos, propõe a memória em sua dimensão coletiva, extrapolando a perspectiva individualizada e privada. Para o autor, a memória não apenas é coletiva, como é uma construção social, o que significa que lembramos enquanto nos reconhecemos como parte, sendo a relação entre indivíduo e coletividade encarregada de alimentar e formatar a memória. Nesta chave, a memória seria um “patrimônio comum de recordações” (Rios, 2013, p. 4) que

⁵ Um dos exemplos desta expressão de mudanças no campo das artes foi a Exposição Histórias afro-atlânticas que ocorreu entre os dias 29 de junho e 21 de outubro no Museu de Arte de São Paulo (MASP). A Mostra contou

com 450 obras de arte sobre as relações entre América, Caribe, África e Europa, dando lugar de destaque a artistas negros como Emanuel Araújo, Maria Auxiliadora, Heitor dos Prazeres, Rosana Paulino, entre outros.

funciona na medida em que – e enquanto – produz ressonância no grupo (Gonçalves, 2005).

Se um grupo social é agente gerador de memórias – seja uma família, um coletivo ou uma nação – estas são compostas por testemunhas que reforçam ou enfraquecem aspectos que serão contados sobre determinados acontecimentos circunscritos a um tempo. Para Halbwachs (2013), o indivíduo é o instrumento da memória do grupo, pois só ele é capaz de lembrar.

Porém, ainda segundo o autor, os acontecimentos do passado não têm qualquer compromisso com a correspondência exata de sua reprodução. Grande parte desses acontecimentos é esquecida e são justamente os vínculos sociais que determinarão o que será lembrado coletivamente. Nesse debate, a diferença entre lembrança e memória é interessante, visto que a memória é sempre uma produção, atualizada no presente. A constituição da memória alinha-se às conjunturas do atual: quem tem voz amplamente ouvida para manifestar sua lembrança? E quem detém poder para fazer valer seu ponto de vista sobre o que passou?

Dessa maneira, o passado é constantemente reinterpretado à medida que as condições do presente se transformam continuamente. A memória é, portanto, construída pelos grupos sociais na exata medida em que os constrói. Lembrar e esquecer coletivamente são partes do mesmo processo, que não ocorre sem disputas, nem tampouco é permanentemente estável.

Em diálogo com Halbwachs, Myrian Sepúlveda dos Santos estuda monumentos, museus e coleções como celebradores de passados, mas também como marcadores das disputas sobre os vários passados. Há um amplo debate sobre espaços e materialidades que dariam suporte à memória, seja nas ciências sociais (Yates, 2007; Forty, 1999; Nora, 1993; Didi-Huberman, 2013), seja na literatura ficcional – como na célebre cena das madeleines mergulhadas na xícara de chá que ativam a memória do narrador em “Em busca do tempo perdido” (Proust, 2006). Lugares e objetos são acionados por meio de imagens e narrativas como sendo capazes de incidir sobre a forma como indivíduos e grupos lembram, sentem e expressam o passado.

Os estudos de Sepúlveda sobre arquivos e documentos da tortura na ditadura militar brasileira utilizam os mesmos suportes, objetos, documentos, fotografias que antes legitimaram a ação do Estado: “Os arquivos, artefatos e relatos do passado têm sido utilizados como provas de um passado que foi deliberadamente esquecido pelas versões oficiais da história” (Santos, 2006, p. 99). Assim, as posteriores iniciativas de reparação às vítimas ativam testemunhas materiais antes deixadas de lado nos relatos autorizados e na história oficial. Portanto, os índices que conferem veracidade aos fatos não são absolutos, pois são exaltados ou diluídos em meio às disputas em torno de interesses conflitantes (Araújo & Santos, 2007).

Esses estudos da memória que recuperam dimensões de traumas coletivos ganharam impulso nas análises sobre o Holocausto nos anos 1980, numa série de acontecimentos sociais e midiáticos que recuperaram tanto a história dos judeus quanto do nazismo (Huysen, 2004). Passado, presente, memória e esquecimento são os pilares de análises como as de

Andreas Huyssen (2004) e Adrian Forty (1999, que expõem o confronto entre pelo menos, duas grandes escolhas: destacar material e simbolicamente um acontecimento para ser lembrado, ou construir estratégias para apagar a lembrança, enfatizando o direito a esquecer. Em ambos os casos, não sem disputas e negociações.

O debate em torno da pertinência ou não da produção e lugares de memória relacionados a eventos traumáticos e desumanos, somado, eventualmente, ao uso de recursos de simplificação ou de recursos estéticos, desdobra-se de forma interessante a ser notada. Memórias difíceis precisam ser amortecidas ou “embelezadas” para tornar mais palatável de serem contadas? Há verdade quando são criados lugares quase fictícios destinados a lembrar uma memória traumática?

O filósofo e historiador Georges Didi-Huberman, no livro “Casca” (2017), registro de sua visita ao museu de Auschwitz-Birkenau, faz uma interrogação sutil à produção de memória do Holocausto, que aqui apostamos poder se estender para pensar a disseminação de temas

sensíveis. Sobre o livro que começa a partir de três lascas de árvores, tomadas como três lascas de tempo, “pedaços de memória”, Ilana Feldman já na contracapa faz menção a uma entrevista feita com o autor em que afirma que seu trabalho consiste em:

fazer da dor, e, logo, da história e das emoções que a acompanham, nossos bens comuns, isto é, partilháveis e transmissíveis. Pois é somente com a transmissão que nos tornamos capazes de não nos resignar diante dos impasses do entendimento (Didi-Huberman, 2017, p.95).

O argumento do extermínio étnico torna-se manifesto em questões sociais nos anos 1990, em especial no que se refere aos refugiados e imigrantes, à dissolução da Iugoslávia e à escravidão africana nas ex-colônias. Na América Latina, crescem as manifestações e a visibilidade em torno dos desaparecidos políticos das ditaduras cívico-militares, com movimentos sociais como as *Abuelas de Plaza de Mayo*, na Argentina, e o Grupo Tortura Nunca Mais, no Brasil. Movimentos com forte trabalho de

produção de uma memória coletiva, que Michael Pollak lembrará da ligação desta com aquilo que a sociologia nomeia como “identidades coletivas”:

Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo [...] o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (Pollak, 1992, p.7).

Assim, construções de museus, audiovisuais e centros de cultura e pesquisa, o pagamento de indenizações às vítimas da violência de Estado, celebração de efemérides e manifestações públicas de revisão do passado entram na ordem do dia, culminando na experiência brasileira contemporânea, a Comissão da Verdade⁶, experiência anteriormente adotada na África do Sul pós-*Apartheid*.

De nossa parte, compreendemos que a transmissão por meio da produção de memórias é o caminho fundamental para não haver dilemas ou relativizações na compreensão de memórias difíceis. Recentemente, por exemplo, o Brasil

⁶ A Lei Nº 12.528/2011, de 18 de novembro de 2011, determinou a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Efetivamente inaugurada em 16 de maio de 2012, a CNV foi

criada para apuração das violações de direitos humanos ocorridas no país entre 1946 e 1988, no âmbito da repressão praticada pelos governos militares.

viveu um retrocesso político, somado a um avanço da extrema direita mundialmente, que teve como um dos efeitos o questionamento – ou mesmo ironização – quanto à existência da ditadura militar no país. Michael Pollak aponta que:

se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (Pollak, 1992, p.5).

Nesse sentido, o trabalho da Comissão da Verdade e a insistência em produzir memória e dar a ela lugar são também reafirmar um estatuto ético e político para elas, possibilitando um sentido e compromisso partilhados socialmente, para que não se repitam.

Todo este movimento internacional que atravessou o século XX influenciou e foi influenciado pela diplomacia. Ainda que as políticas de memória sejam contemporaneamente

concebidas como elos de articulação social e reparação histórica, estão imersas em seus campos de disputa. Na perspectiva de Forty (1999), para fazer parte é preciso estabelecer consensos sobre quais memórias se quer apagar, ainda que o próprio autor se alinhe à perspectiva freudiana sobre o não apagamento por completo, mantendo-se registrado de forma inconsciente e ativado de tempos em tempos:

Em vez de a perda de memória ocorrer através do desgaste passivo do tempo, como no modelo aristotélico, Freud postulou-a como a força ativa; em vez de ser natural e involuntário, Freud enfatizou que “o esquecimento é muitas vezes intencional e desejado”. Em certo sentido, o propósito da psicanálise não era a cura da memória, mas sim fornecer ao paciente os meios para esquecer verdadeiramente o material reprimido do qual ele seria vítima. Como Freud observou certa vez. O objetivo era dar aos pacientes a “liberdade de decidir de uma forma ou de outra”, se lembram ou esquecem (Forty, 1999, p. 5, tradução nossa).⁷

⁷ No original: “Rather than memory loss taking place through the passive attrition of time, as in the Aristotelian model, Freud posited it as the active force; rather than being natural and involuntary, Freud stressed that ‘forgetting is often intentional and desired’. In a sense, the purpose of psychoanalysis was not a memory

cure, but rather to provide the patient with the means to truly forget the repressed material of which they were otherwise the victim. As Freud once remarked. The aim was to give patients the ‘freedom to decide one way or the other’, whether to remember or forget” (Forty, 1999, p. 5).

No contexto dos traumas coletivos aos quais Forty se dedica, estabelecer consensos sobre o que reter na memória e o que esquecer coletivamente são parte do programa socialmente estabelecido. No debate aqui presente, que evoca prioritariamente experiências afro centradas e "subalternas", conforme o conceito de Spivak (2010), remetemos ao seu ainda não incomum apagamento compulsório, ou mesmo uso de lembranças de um modo meramente exotizante e caricatural de culturas, personalidades e histórias que divergem dos padrões brancos europeus. Nas palavras de Françoise Vergès,

O regime neoliberal [...] expando o reconhecimento do erro e do crime pelo Estado, vem explorando um novo filão: a representação 'positiva' dos/as negros/as e dos/as racializados/as. Para preservar a ideologia do progresso, a decolonização está se tornando um elemento da narrativa nacional" (Vergès, 2023, p.246).

Narrativa à qual a autora radicalmente se opõe e nos instiga a pensar, junto a Olivier Marboeuf (2020), como "fugir da plantation", isto é, como recusar posturas que enaltecem narrativas negras como "figurantes suburbanos e cenários selvagens habilmente domesticados, mas perfeitamente autênticos" (Marboeuf, apud Vergès, 2023, p. 246)⁸.

Discursos que, em acordo com a autora, entendemos que podem apenas alterar sua forma, mas manter a posição igualmente caricata e dominada sobre as diferenças.

No Brasil atual, a memória e as representações afro-brasileiras ocupam o espaço disputado e conquistado por ativistas, artistas e intelectuais negros, como o recente "Projeto Memória Lélia Gonzalez: Caminhos e Reflexões Antirracistas e Antissexistas" (2025)⁹ realizado pelo Instituto Memorial Lélia Gonzalez em parceria com a Fundação Banco do Brasil e Associação dos Amigos do Cinema. O projeto retratou

⁸ (...) "Sortirons-nous du rôle de tapisseries banlieusardes et de décors sauvages savamment domestiqués mais parfaitement authentiques?" (MARBOEUF, 2020). Tradução VERGÈS, F. Descolonizar o museu - programa

de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023, p. 246.

⁹ Cf. <<https://projetolediagonzalez.com.br/site/>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

biograficamente, por meio de mostras, debates e painéis, “uma das vozes mais proeminentes na abordagem das questões raciais e de gênero no Brasil”, Lélia Gonzalez, a qual completaria 90 anos em 2025.

Destacamos também como registros de memória, a permanência desde 2021 da imponente e inédita obra intelectual e artista plástica Grada Kilomba na Galeria Galpão no Instituto Inhotim. Na obra “O Barco”¹⁰, 134 blocos de madeira queimada relembram corpos negros escravizados dispostos em um porão da embarcação conhecida como tumbeiro. Neles estão inscritas frases de um impactante poema da autora que remontam à dura travessia da diáspora, memórias, esquecimentos, dores, mortes e revoluções.

No universo do samba, onde a temática sempre esteve presente, recentemente dois nomes tornaram-se muito comentados e ativaram contestações sobre memória: Dandara e Luisa Mahin. As mulheres foram cantadas pelo samba-enredo da escola de samba Mangueira no carnaval

carioca de 2019, que expôs a fissura social aberta a partir do assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018.

A memória das duas heroínas negras brasileiras foi celebrada na canção e, logo após, em abril do mesmo ano, o país as reconheceu por meio da inscrição de seus nomes no “Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria”, no Pantheon da Pátria, na Praça dos Três Poderes em Brasília. Dandara dos Palmares é símbolo da resistência e combate à escravidão no século XVII, assim como Luisa Mahin, participante dos levantes de escravos na Bahia, no início do século XIX.

Este ato, no entanto, não passou sem controvérsias. O debate em torno de sua inscrição no Livro foi documentado pelo jornal *The Intercept Brasil*, publicando duas matérias simultaneamente: uma contra e outra a favor (Araújo, 2019; Santos, 2019). Ambos os lados, porém, estão de acordo que Dandara e Luisa Mahin são aclamadas heroínas brasileiras, combatentes da escravidão e símbolo da resistência negra feminina. Concordam também que o racismo e o

¹⁰

<<https://www.inhotim.org.br/eventos/gradakilomba-o-barco-2021/>>.

Cf.

kilomba-o-barco-2021/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

machismo negaram e apagaram suas histórias e, conseqüentemente, a memória em torno de seus nomes. Apagaram também as de outras tantas mulheres negras, num mundo em que o protagonismo masculino e branco ainda prevalece.

O ponto de discordância está na possibilidade de afirmar ou não se ambas foram pessoas reais ou se são mitos construídos a partir de relatos. Os que acusam a academia de racista afirmam que o etnocentrismo científico é tamanho que não permite reconhecer na tradição oral a validade que comprove a existência das heroínas e de seus feitos (Santos, 2019). Do ponto de vista historicista, contrário à inscrição (Araújo, 2019), o problema está em comprar como verdade uma memória alçada a símbolo legítimo da população negra brasileira, mas que imortaliza e valida uma alegoria como memória nacional¹¹.

Recuperamos aqui este caso para destacarmos de maneira viva e contundente a discussão empreendida neste texto: o quanto memórias e patrimônios culturais estão essencialmente em disputa político-social, assim como as narrativas, alvos em batalhas envolvendo quem e como se produz conhecimento e legitimidade histórica.

A cada tempo, determinadas visões de mundo ressaltam aspectos, acontecimentos, objetos, monumentos e histórias, utilizando-se dos recursos do patrimônio e da memória para alçar sua perspectiva à condição de verdade e de identidade. Nesse sentido, importa conhecer as contradições dos processos de salvaguarda das memórias e de apropriações narrativas, analisando as tensões: de onde partem as proposições e quais vozes, a cada tempo, podem narrar o que será contado.

¹¹ Considerando a discussão sobre veracidade, mitos e etnocentrismos, não podemos deixar de lembrar dos apontamentos de Mbembe sobre o próprio projeto moderno de conhecimento, que teve suas bases firmadas na tendência do pensamento europeu ser considerado em seu próprio espelho, como uma "lógica de autoficção, de autocontemplação e até mesmo enclausuramento" (2018, p.11), bem como que as diferentes formas de violência racial

exercidas pelo pensamento etnocêntrico passam por uma mitologização, em que a "base desse mito não está apenas na separação original entre "eles e nós". O verdadeiro problema é o seguinte: que eles não sejam como nós está errado. Mas que eles se tornem como nós também está. Para o dominador, ambas as opções são tão absurdas quanto insuportáveis" (Mbembe, 2020, p.140).

O caminho das narrativas orais como uma saída protagonizada por sujeitos

Conforme discutimos até aqui, constatamos que, a cada tempo e contexto histórico, político e social, o valor de verdade e de reconhecimento epistêmico e cultural é permeado pelas disputas em vigor. Apontamos, assim, o quanto que, neste percurso, sujeitos e grupos podem ter mais ou menos visibilizadas suas vozes e experiências nos processos históricos.

Nesse sentido, tomando sujeitos como atores sociais, entendemos o instrumento das narrativas orais como vias de "performar a subjetividade" (Kilomba, 2019), de rememorar experiências que podem ser lidas não somente como pertencentes às suas individualidades, mas também em referência aos seus pares e coletivos, como também inscreverem, com suas posições e perspectivas, as próprias histórias.

Afirmamos a escuta como o marco comum capaz de conjugar novas metodologias de trabalho e produção de conhecimento a partir da palavra. Por essa via, elegemos a História Oral como uma fonte e forma de pesquisar,

a qual Paul Thompson compreende como:

a interpretação da história e das sociedades e culturas em processo de transformação, por intermédio da escuta às pessoas, e do registro de suas histórias de vidas. A habilidade fundamental da história oral é aprender a escutar" (Thompson, 2006, p.20).

Tendo ganhado maior representatividade no Brasil a partir da criação da Associação Brasileira de História Oral, em 1994, a história oral durante muito tempo foi alvo de questionamentos sobre tratar-se de uma metodologia, uma disciplina ou uma linha de pensamento. Apesar do testemunho oral existir ao longo da história, seja na transmissão das histórias familiares, habilidades e ofícios, muito antes da era da imprensa e da escrita, sua materialidade enquanto fonte de conhecimento nem sempre teve lugar, principalmente na academia.

A ideia de uma "memória histórica" se fez muito ancorada na suposta materialidade e concretude de documentos, arquivos e marcos "universais", por exemplo, que levam a uma certa polarização nos estudos de memória e história. Michael Pollak

(1992) sinaliza a história como uma “ciência de síntese” que, por anos, se apoiou numa posição de crítica das fontes, o que, para o autor, guarda uma certa “ingenuidade positivista primária” que é acreditar que a reconstrução do passado é sempre e necessariamente intermediada pelo documento, por uma ideia de superioridade da fonte escrita sobre a fonte oral. Contudo, pouco se desdobrou do fato de que a história vinha sendo guardada sob fontes e perspectivas narrativas “dos vencedores”, aqueles que historicamente têm o privilégio de contar.

Do ponto de vista epistemológico, Pollak aponta a necessidade de se avançar a discussão, uma vez que a história oral abre novos campos de representações, tornando-a um instrumento privilegiado para a abertura de novas abordagens disciplinares e para a produção de conhecimento. A discussão que opõe memória e história em polos subjetivos e objetivos está ultrapassada, sendo muito mais profícuo pensar em uma continuidade potencial do que em uma oposição, como sustenta o autor.

Por se tratar de um método apoiado na memória, críticas

acadêmicas, principalmente do campo da História, tensionavam não ser possível pensar em uma reconstituição do real pelo oral, fazendo uma alusão à fonte escrita, como se a produção fosse sempre uma perspectiva de representações atravessada por um viés de parcialidade. A isso, Pollak, que inclusive considerou este como um dilema inconsistente e até mesmo superado, respondeu com rigor e deixou uma importante baliza para a sustentação do próprio conceito, ao considerar que: “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental sobre fonte escrita e fonte oral” (Pollak, 1992, p.8).

Thompson (2006) aponta que, ainda que exista muito material documentando a produção de coisas, poucos são aqueles que tratam sobre a produção de pessoas. É nesse sentido que apostar na produção de memória sob uma perspectiva da oralidade abre novas possibilidades de fazer história:

Em termos de uso do testemunho oral como evidência por parte da história das ciências sociais, a reavaliação da comunicação oral trouxe um alcance e uma visão completamente novos.

Isso também está vinculado à valorização social do testemunho e do patrimônio oral. [...] A história oral é considerada atualmente parte essencial de nosso patrimônio cultural. Essa é uma situação muito nova e, olhando para o futuro, acho que há possibilidades imensas, por exemplo, para criar novas conexões entre pessoas em mundo sociais e geográficos diferentes; através do oral, criando novas solidariedades e novos entendimentos. (Thompson, 2006: p.19).

Desta forma, consideramos que as narrativas orais podem mobilizar indivíduos, grupos e comunidades, enlaçando memórias e documentações de tradições orais, histórias de vida, favorecendo construções diversas, plurais, e sobretudo, trazendo importantes impactos para mudanças sociais.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos apresentar um panorama das abordagens sobre memória, história e narrativa para refletir sobre o papel e a condição dos sujeitos representados. Considerando a abordagem que nos alerta sobre os riscos de uma história única (Adichie, 2019) recuperamos eventos, personagens, narrativas e

fatos para pensá-los sob as contradições que atravessam seus enquadramentos históricos e disputas.

Diante dos estudos que problematizam e orientam sobre traumas sociais, símbolos políticos, reparação e renomeação históricas, nos interessa pôr em diálogo autores e pontos de vista que nos ajudem a investigar sobre quem fala, de onde fala e quem, por outro lado, escuta de forma ativa.

O propósito final desta investigação, contudo, é questionar a produção de conhecimento dentro e fora da academia que prescinde desse debate e que se basta com o emprego das referências tradicionalmente mais aceitas, visto que estas não são neutras, tampouco únicas. Desafiar esse modo de construção do saber é, em primeira medida, revisar nossas próprias bases de criação intelectual, já que forjadas na maior parte das disciplinas sob tais aspectos, ao olharmos em primeiro lugar para o modo como nós mesmas acionamos referências para lidar com pesquisas, intervenções, mas sobretudo com Sujeitos.

Como proposição e provocação trazida, portanto, entendemos que para

o imperativo deslocamento em direção à decolonialidade, à diversidade de histórias e perspectivas, retornos mais complexos e múltiplos, é necessária uma tomada de posição que sustente rever quais vozes, histórias e memórias mais têm sido ouvidas e legitimadas, frequentemente em detrimento de tantas outras serem silenciadas e marginalizadas. Afinal, "ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar – somente – quando sua voz é ouvida. Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que 'pertencem'." (Kilomba, 2020, p.42).

Referências

ADICHIE, Chimamanda N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda. História, memória e esquecimento - implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, 2007, p. 95-111. Disponível em:

[https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-](https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf)

[MPNascimento-MSepulveda.pdf](https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf).

Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. São Paulo: Editora 34, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

FORTY, Adrian; KÜCHLER, Susanne (org.). *The art of forgetting*. Oxford; New York: Berg, 1999.

FREUD, Sigmund. [1900]. *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n. 23, p. 15–36, jun. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9B>

PqsbsDBzSM33NZcG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 mar. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (organização de Flávia Rios e Márcia Lima). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2013.

HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia; Os vazios de Berlim. In: HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. p. 9–40; p. 89–116.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARBOEUF, Olivier. *Les empires intérieurs. Tumultes: Voix/Voies entravées, percées émancipatrices*. *Décoloniser les arts*, n. 54, 2020.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. São Paulo: n-1 Edições, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 19 mar. 2025.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann: Em busca do tempo perdido*. 3. ed. Tradução de Mário Quintana; revisão de Olgária Chaim Féres Matos. São Paulo: Globo, 2006.

RIOS, Fabio Daniel. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. *Revista Intratextos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 01–22, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/7102/9367>. Acesso em: 2 ago. 2019.

THOMPSON, Paul. Histórias de vida como patrimônio da humanidade. In: *História falada: memória, rede e*

mudança social. São Paulo: SESC-SP; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

VERGÈS, Françoise. *Descolonizar o museu: programa de desordem absoluta*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

YATES, Frances A. *A arte clássica da memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

Tramando políticas do narrar: pistas ético-estéticas para pesquisas especulativas

Alessandra Rudiger Matzenauer¹

Karine Shamash Szuchman²

Luis Artur Costa³

Thayna Miranda da Silva⁴

Vanessa Branco Cardoso⁵

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.67191>

Resumo: O presente artigo apresenta uma definição do narrar e seu gesto que ultrapassa os esquadros do verbo e do humano, delimitando os conceitos de políticas narrativas e ecossistemas narrativos, nos/pelos quais (des)constituímos nossas territorialidades existenciais. Desde tal imanência entre narrar e viver se evidencia, então, o caráter inerentemente político da constituição de narrativas ao tramarem nossas modulações coletivas de afetações. A partir de tal perspectiva, o artigo define e afirma uma posicionalidade ético-estético-política especulativo-ficcional do narrar, apresentando pistas para orientar estas experimentações no campo das pesquisas acadêmicas.

Palavras-chave: narrativa; especulativo; ficção; coletivo; ético-estético-político.

Plotting politics of narrating: ethical-aesthetic clues for speculative research

¹ Mestranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: alessandra.matzenauer@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5600-550X>.

² Psicóloga. Mestra e Doutoranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: karineszuchman@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3136-6366>.

³ Doutor em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente no Departamento de Psicologia Social e Institucional e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. E-mail: larturcosta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6110-7512>.

⁴ Psicóloga. Mestranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: thaynamirandas@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9271-4016>.

⁵ Psicóloga. Doutoranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: vanessabrancoc@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2210-0515>.

Recebido em 31/03/2025, aceito para publicação em 13/10/2025.

Abstract: This article presents a definition of narration and its gesture, which surpasses the boundaries of the verb and the human, delineating the concepts of narrative politics and narrative ecosystems, in/through which we (de)constitute our existential territorialities. From this immanence between narrating and living, the inherently political nature of the constitution of narratives becomes evident, as they shape our collective modulations of affect. From this perspective, the article defines and affirms a speculative-fictional ethical-aesthetic-political positionality of narrating, presenting clues to guide these experiments in the field of academic research.

Keywords: narrative; speculative; fiction; collective; ethical-aesthetic-political.

Trazando políticas del narrar: pistas ético-estéticas para la investigación especulativa

Resumen: Este artículo presenta una definición de narración y su gesto que va más allá de las fronteras del verbo y de lo humano, delimitando los conceptos de políticas narrativas y ecosistemas narrativos, en/a través de los cuales (des)constituimos nuestras territorialidades existenciales. Desde tal immanencia entre narrar y vivir, entonces, se hace evidente el carácter inherentemente político de la constitución de las narrativas al tramar nuestras modulaciones colectivas de afectaciones. Desde esta perspectiva, el artículo define y afirma una posicionalidad ético-estética-política especulativa-ficticia del narrar, presentando pistas para guiar estos experimentos en el campo de la investigación académica.

Palabras clave: narrativa; especulativo; ficción; colectivo; ético-estético-político.

Tramando políticas do narrar: pistas ético-estéticas para pesquisas especulativas

O narrar como gesto do mundo: ecossistemas narrativos e suas políticas

O mundo é uma trama de gestos-acontecimentos-narrativas em devir. Cada gesto conjura uma nova territorialidade sobre a anterior, reiterando-transformando a possibilidade de novos gestos porvir desde então. Como propõem Deleuze e Guattari (2013), o acontecimento não é um fato isolado, mas uma modulação intensiva que atravessa corpos,

territórios e temporalidades, instaurando novas possibilidades de existência. A formação de uma territorialidade é a constituição de composições, ritmos e modos existenciais em relação que constituem, também, um campo de possibilidades de surgimento de novas composições. Uma territorialidade, assim, tal como um tambor que marca um tempo, é a produção de um jogo possível, de um campo narrativo de possibilidades do narrar. Tal como em

Deleuze e Guattari (1996), o jogo aqui é compreendido como um agenciamento rizomático, uma composição de forças que não se fixa, mas sim se transforma/devém em cada novo gesto. Um jogo é um agenciamento de gestos que conjura uma territorialidade em suas possibilidades de ação-acontecimento, entendida aqui como a potência de um gesto que produz afetações no mundo, sempre em transformação a cada novo acontecimento-ação. Por sua vez, marca um instante de instauração de novas modulações que configura tendências, possibilidades, virtualidades e intempestivos. A ação-acontecimento desdobra o gesto como potência, como devir; enquanto o acontecimento-ação atualiza constantemente esta potência de criação de mundos possíveis.

Contar uma história. Cantar uma melodia. Construir um hábito. Erguer uma cidade. Escrever uma carta. Tecer um tecido. Bordar um pano. Fazer uma amizade. Cultivar plantas. Conjuram um rito. Compor com um ritmo. Sustentar uma conversa. Confluir uma dança. Cuidar de um coletivo. Perceber uma paisagem. Diagnosticar uma doença. Declarar o amor a alguém. Atar ou

romper uma relação. Nomear. Sentir-pensar o que não tem nome. Fechar ou abrir um sentido. Fazer ou desfazer um grupo. Constituir ou destituir um pertencimento. Uma floresta que emerge. Um clima que aquece. Um planeta que orbita em torno de uma estrela. Cada um, ao seu modo, é um gesto-acontecimento que delimita um campo de possibilidades de afetação, constituem um arranjo sensível que circunscreve possibilidades de afetar e ser afetado, possibilidades de narrar.

Um gesto não precisa de mãos, muito menos de mãos humanas, para ser gesto, do mesmo modo que uma narrativa não precisa de palavras para narrar. Aqui, um gesto não é determinado por uma intenção prévia, uma deliberação ou algo parecido, mas sim pelas intensidades que deste gesto se efetivam como efeito no mundo. A chuva que marca o final da tarde nos trópicos da América (Gonzalez, 1984). A agitação telúrica de um tremor de terra na noite de San Francisco. Um soco direto desferido no queixo de um antigo inimigo. Um pássaro que canta. Uma palavra é dita ao pé do ouvido. Uma árvore em sua silenciosa dança do crescimento. Uma cadeira vazia no meio de uma sala de estar. Cada uma

delas é uma descrição de um acontecimento e, como acontecimentos que são, afirmam perspectivas de relações possíveis junto ao mundo, delimitam tendências de novos acontecimentos. Proporcionam um campo de possibilidades de relações, afetações, percepções, pensamentos, comportamentos, cotidianos, etc. Produzem efeitos no mundo com suas existências-gestos-acontecimentos-narrares independentemente da presença ou ausência de intenções, pois, mesmo onde há intenções, existem antes, depois e para além destas, intensidades que insistem, duram e afirmam ao estabelecerem tramas de relações virtuais e atuais (Deleuze, 1988) que ultrapassam qualquer intenção com suas intensidades a reverberarem nas tramas relacionais-narrativas que nos constituem.

Afirmamos um gesto que é afeto, sensibilidade e pensamento. O mundo é um acontecimento. Todo acontecimento é um ato. Todo ato é um acontecimento. A multidão de atos-atores (Latour, 2012) tece a trama de acontecimentos à qual damos o nome de mundo. Uma composição polifônica que vai da pedra ao pão, passando pelo

solo, pelo trigo, pelo fungo e pela mão, são composições poéticas (ético-estético-políticas) de mundos possíveis aos quais especulamos entre agências humanas, vegetais, minerais, climáticas, microbióticas, sociotécnicas, virais, etc., que constituem corpos, enxames, bandos, cardumes, multidões, sociedades, enfim, ecossistemas em uma dança-jogo de conjurar territorialidades comuns: ecossistemas narrativos (Costa, 2022) que tramam planos de composições, coordenadas e imanência (Deleuze; Guattari, 2013) entre diferentes dimensões da produção, libido, comunicação e mais (Guattari, 1990). Tais ecossistemas-jogos-territorialidades narrativas delimitam-se e são delimitados, por sua vez, pela operação de diferentes políticas narrativas (Costa, 2021) a partir das quais modulam-se certas estilísticas coletivas do viver junto e suas paisagens existenciais

Ao modo da atmosfera ou do incômodo som da geladeira, ao qual já não escutávamos (por sua constância), mas que, mesmo assim, percebemos com imenso alívio o seu fim e, apenas então, finalmente nos tornamos sensíveis ao incômodo que nos assolava. Também nossa imersão nos ecossistemas narrativos pelos

quais narramos a nós mesmas, nossas histórias, nossos encontros etc., podemos perceber apenas quando finalmente conseguimos deslocá-los ou nos deslocarmos neles (Costa, 2022, p.105).

Se compreendemos que tanto um corpo quanto o universo não são passíveis de serem compreendidos simplesmente como substantivos (substâncias) ou adjetivos (formas), mas sim como um campo acontecimental-relacional de possibilidades de afetar e ser afetado (Espinosa, 1973; Deleuze, 2008; Whitehead, 1956) expresso em verbos-advérbios infinitivos e infinitesimais, logo concluímos que todo corpo-universo é uma composição de afetações atuais e virtuais, ou seja, uma composição de algumas territorialidades-jogos narrativos. Assim, por sua vez, todo narrar é a composição de possíveis corpos-universos (Costa, 2020).

Não tomamos a narrativa aqui como algo relacionado à "representação" do mundo, algo circunscrito às palavras e imagens "sobre" as coisas do mundo, pois concebemos os narrares como coisas-acontecimento do mundo em si

mesmas: verbais, imagéticas, corpóreas, afetivas, tecnológicas, urbanas, ecossistêmicas, etc., tramadas entre si. As narrativas são modulações heterogêneas que compõem cardumes de afetos, bandos de percepções possíveis, constituindo corpos coletivos, múltiplos e heterogêneos, de produções de sentido.

Logo percebemos que aqui tanto nós quanto nossas produções de conhecimento somos todos narrativos, constituindo-nos mutuamente a todo momento: o conhecer é parte dos modos de ser, pois estes e aqueles são, ambos, modulações de agências. Tal perspectiva se alia à ética cartográfica e sua imanência vida-pesquisa, sujeito-objeto, ser-saber, etc. Em meio a tantos ecossistemas narrativos, se perde a posição privilegiada do "externo", do "neutro", daquele que fala "sobre" algo, restando um inerente e imanente falar "com" até mesmo quando se pretende falar "sobre", pois, neste último caso, o que se operam são objetificações e transparências estigmatizantes (Glissant, 2021) "com" aqueles falados por nós desde posições de autoridade e, assim, são subalternizados na relação conosco.

Deste modo, toda relação de saber é uma relação de “saber com”, sendo distintas, no entanto, em suas modulações éticas que podem convidar para uma construção coletiva de múltiplas agências-narrares ou, por outro lado, impor narrativas únicas e objetificantes que anulam as agências-narrares das posições objetificadas desde a autoridade instituída político-onto-epistemicamente. Tanto o sujeito do cogito cartesiano quanto do exercício do juízo no entendimento kantiano aqui são, portanto, destituídos de sua âncora epistêmica para serem jogados à deriva em um oceânico experimento ético-estético-político de estilística trágica, uma vez que está pleno de opacidades que lhe conferem uma potência de errância intempestiva sempre a afirmar o colapso da pretensa consciência e intenção diante das intensidades da opacidade (Glissant, 2021). Com a destituição de tal âncora, se desfaz também a fantasia filiativa das purezas, origens, categorias absolutas, sujeitos transcendentais, entre outras ferramentas de subjetivação que sustentam os modos de existência moderno-coloniais (Grosfoguel, 2016).

Se as proposições (afirmações-expressões), para Deleuze (1975), têm quatro dimensões, sendo estas o referente (delimitação indutiva de coordenadas objetificantes que determinam localização, existência, qualidade), o significado (delimitação dedutiva de uma abstração definicional), o manifesto (transdutiva constituição em ato de uma perspectiva-posicionalidade) e o sentido (transdutiva-abdutiva efetuação-reverberação-produção de mundo), logo percebemos que enquanto a produção dos planos de coordenadas das ciências moderno-coloniais (Deleuze; Guattari, 1992), em sua busca por objetificação, dominação, previsão, controle, priorizam as duas primeiras dimensões da proposição e seu caráter referente-representacional (indutivo-dedutivo) que busca substantivar-simplificar-simetrizar o mundo, pacificar controvérsias em filiações comuns, homogeneizar-estabelecer objetos, as duas últimas dimensões da proposição, por sua vez, são aquelas operações transdutivas (Simondon, 2003) e abdutivas (Pierce, 1974) mais caras à nossa política narrativa especulativa e sua ético-estética ficcional (Costa,

2021). Uma ética focada não na interpretação, mas sim na composição, não na representação, mas sim na transformação, não na simplificação-homogeneização indutivo-dedutiva, mas sim na plural multiplicação-complexificação transdutivo-abdutiva (Costa, 2014). Deste modo, ainda que todo gesto-acontecimento-mundo seja narrativo, constituinte e constituído de/por políticas e ecossistemas narrativos, aqui estamos afirmando um gesto narrativo que se exercita ético-estético-politicamente na busca de um cultivo singular de um narrar especulativo-ficcional pelo qual buscamos acontecimentalizar (Foucault, 1990) o campo dos narrares possíveis, com o objetivo de transformar nosso mundo para além do que é imaginável no regime de sensibilidade-pensabilidade moderno-colonial. Desta forma, desde e através da escrita, que vamos tecendo junto às questões tramadas e destramadas com as políticas do narrar, nos propomos aqui a entrar neste jogo-gesto de se enlaçar na produção de uma ético-estético-política especulativo-ficcional do narrar.

Os avessos da escrita: tecer coletivos enlaçando afetações-experiências encontro COM pessoas cegas

Qual é o avesso da escrita? Enquanto escrevemos, traçamos também as linhas do avesso daquilo que vamos costurando. Como em um início de bordado, quem escreve não sabe, ainda, o que ao final vai formar naquele conjunto de palavras tramadas nas linhas do texto. Enquanto isso, enquanto se escreve, a vida está lá, sendo tecida sem pausas, como o palpitar do coração que não cessa de bater consonante e dissonante do piscar da barra ao final da última palavra digitada. Mas o que é possível se ver de uma escrita? Quantas mais são as linhas que seu avesso esconde e revela na trama da sua composição? O avesso não seria propriamente o "oculto", o "outro" lado, mas sim aquilo que se faz presente na opacidade da palavra (Glissant, 2021). A agulha que fura o tecido segue atrás do rastro de seu fio por vir. Conectado de um buraco ao outro, o fio forma uma constelação de traços, deixando a marca sobre a superfície daquilo que jamais foi um ponto: um buraco não é uma ausência, mas tampouco a presença de um

ponto, o furo é a fuga, uma relação de ruptura e mudança que marca um novo campo de possibilidades para o tramar. Se de grão em grão a galinha enche o papo, de ponto em ponto a linha traça o bordado. Transpassar, transgredir uma superfície é ao mesmo tempo torná-la mais porosa-complexa e nos articulamos mais densamente com a mesma, ampliando nosso campo de relações possíveis. (Des)fazimento bem ao modo dos processos de (des)territorialização acionados pelas contranarrativas (Hartman, 2021; 2022) que tramam fugas nas formas dadas.

Apesar de alguns bordados se pautarem pelas linhas duras ao orientarem um caminho programado, aquele que prevê uma forma que já se sabe ao início, há tantas outras formas de bordar possíveis. Há quem zigue-zague-zeie sem se preocupar com a ordem, há quem se utilize de bastidores, gráficos, amostras. Nos bordados tradicionais, o avesso segue à risca a linha tracejada, reduzindo ao máximo os rastros de seus rodeios. Ao final de um trabalho, o que o olho vê, o que a mão toca? Se afirma a pretensa transparência transcendente das ciências, nega que a figura formada nas linhas duras é o resultado de uma

complexa trama que ficou no avesso, uma opacidade inerente e imanente a uma transparência sempre relativa (Glissant, 2021) na qual a constelação de furos e tramares são relações presentes que desfazem a fantasia do puramente transparente: sempre tem algo mais, um transbordar, um excedente, que passa pelo furo-fuga e retorna outro na forma-figura.

Na lógica das escritas-pesquisas hegemônicas da modernidade-colonialidade de uma academia que se quer limpa, previsível, calculável, branca, há uma fantasia do narrar como representação e não como tecitura de mundo. Para estas autoridades epistêmicas transcendentais, entra no clube do bordado somente quem já sabe todas as condições de possibilidade adequadas ao bordar, e de preferência, que se utilize das mesmas técnicas protocolarmente replicáveis. Como se deixassem de ser linhas, superfícies, mãos e furos por se pautarem em tais políticas narrativas.

A relação aqui proposta entre costura e escrita, bordado e pesquisa, busca evidenciar não apenas seu aspecto de tecitura enquanto arte plástica, mas, também, enquanto constituinte de dispositivos voltados

para a formação e modulação de coletivos. Assim, o narrar aqui evidencia uma vez mais seu ultrapassamento de uma dimensão representacional-simbólica e seu caráter expressivo plástico, para evidenciar suas múltiplas dimensões do artesanato que envolvem atores não humanos e humanos, vivos e não-vivos, na composição de distintas modulações de coletivos, os quais, na singularização da linguagem do bordar, podem também tensionar singularizações em seus modos de viverem juntos.

Nos grupos nos quais o bordado se intersecciona com saúde mental, arte e/ou educação, por exemplo, as bordadeiras costumam dar grande importância aos avessos. Experiências como as da oficina de bordado da GerAção POA, serviço da RAPS de Porto Alegre com foco em geração de trabalho e renda (Cardozo, 2022), da Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro do mesmo município (Cappra, 2014; Gryscek, Neubarth, 2020), do coletivo Bordazul, que desenvolve práticas de cuidado em saúde a partir do bordado em Maceió, Alagoas (Pereira, 2019), e do projeto de arte e educação Mãos que Falam e

Bordam, no qual um grupo de pessoas surdas aprendem a artesanato do bordado enquanto discutem sobre a cultura afro-brasileira em Canavieiras - Bahia (Pereira, 2024), contam sobre fazer rede a partir de gestos coletivos e de composição, buscando complexificar e singularizar as tramas narrativas em um jogo de cooperação democratizante. Em todas essas rodas bordadeiras, mais vale a trama de relações que tece o avesso do que a arte final de autoria pretensamente individual. As suas participantes fazem questão de anunciar com quem aprenderam cada ponto e cada gesto, dando o tom inerentemente coletivo daquela arte e marcando os rastros deixados pelos fios, os quais são também aquele bordado, a despeito de qualquer arremate.

As *arpilleras*, técnica de costura popular criada por bordadeiras na Isla Negra, litoral do Chile, também tornam-se inspiração para a aposta metodológica deste trabalho na ética ficcional-cartográfica, apontando um caminho possível para uma política do narrar que busca não a ideia de uma representação idealizada (referentes e significados transparentes), mas sim um trabalho composto por criações

entre rasgos e resistências (transdutivo-abdutivos). Inicialmente usadas por mulheres como forma de subsistência, as *arpilleras* se tornaram uma verdadeira arma ético-estético-política contra as violências da ditadura Pinochet. De técnica têxtil à ferramenta política, as mulheres passaram a denunciar, através do bordado com retalhos de panos, os abusos do governo e os nomes dos desaparecidos políticos em uma fuga contra-narrativa diante da tentativa do regime de representar a si mesmo como total transparência (Glissant, 2021). Dobrando fronteiras e lutas, a técnica foi aprendida pela cantora e folclorista Violeta Parra e, no Brasil, as *arpilleras* inspiraram um coletivo de mulheres do Movimento dos Atingidos pelas Barragens, tornando-se ferramenta de educação popular para acolhimento e organização de lutas socioambientais (Nicolav, 2023).

Ainda que não haja várias pessoas sentadas em roda bordando juntas, a narrativa bordadeira segue sendo coletiva, como no caso de Arthur Bispo do Rosário, homem negro, pobre, nordestino e *manicolonizado*, que passou pelo menos sete anos isolado na Colônia Juliano Moreira no Rio de

Janeiro. Suas companhias foram fragmentos de tecido, agulhas e linhas azuis desfiadas dos uniformes dos internos, material com que Bispo bordava as palavras que precisava – em uma de suas obras, ele escreve “eu preciso destas palavras escrita” (Nascimento, Lima Neto, Nóbrega, 2022). Como dizer que o avesso do que a arte, os gestos e o corpo de Bispo do Rosario narram não está tramado nas relações com tantos outros sujeitos negros e pobres que foram e seguem sendo alvo das violências *manicoloniais* (Gomes, 2019; David, 2022; 2024)? Como dizer que o que narram está tramado somente a essas relações e não a tudo aquilo que complexifica o que trama Bispo à amplitude relacional da existência? Bispo contranarrou as uniformidades *manicoloniais* e seus estigmas que lhe fincaram no confinamento ao desfazer as antigas roupas dos internos em mantos sagrados com os quais fez um inventário do mundo, fazendo furos-fugas nos aprisionamentos que lhe narravam *manicolonialmente* mesmo sem poder sair além dos muros da instituição asilar. Se lhe narravam pelas tecnologias disciplinares (Foucault, 2008), pelas práticas de prender em

porões de tumbeiros (Ferdinand, 2022), pelas necropolíticas de ampla negação da vida (Mbembe, 2017), ele, por sua vez, re-existia tensionando o possível pela especulação com agulha e linha, transpassando DSMs, CIDs, estigmas e até mesmo muros, se pensarmos na vida a reverberar em suas obras que seguem a lhe narrar para além da instituição *manicolonial*.

Gesto de narrar tão pessoal quanto político, tão íntimo quanto coletivo, tal como as obras cerzidas pela artista Rosana Paulino (2009) em seu gesto de costurar memórias contranarrativas diante da neurose cultural brasileira (Gonzales, 1984) e sua dupla face de misoginia e racismo. Em "Parede da memória", criado em 1994, fotos de familiares se tornam patuás delicadamente emoldurados por uma costura, formando uma constelação de referências que auxiliam a guiar os rumos pelos quais Rosana Paulino narra a si mesma. Em "Bastidores", obra de 1997, fotos de mulheres negras em uma composição que recorda as fotos elaboradas como provas ou testemunhos. Costuras rasuram bocas e olhos, em uma ação que nos remete ao ato de calar, invisibilizar, violências outras também

muito vividas por estas mulheres. As obras presentificam mulheres vitimadas pelas violências de gênero e raça tão presentes em nosso país. A agulha e a linha perdem o caráter delicado usualmente presente na prática do bordado, adquirindo uma pesada densidade. O bastidor redondo que sustenta as fotos impressas em tecidos pode ser uma referência ao objeto utilizado para o bordado que permite acompanhar os dois lados do tecido. O avesso e a superfície sobre a qual se borda a figura desejada. Trazendo um objeto e prática em geral associados ao "feminino" para fazer ver a violência que perpassa esses cotidianos: o avesso de uma figuração "na estética tradicional do bordado, o verso 'denuncia' a boa bordadeira, pois deve ser tão bem acabado quanto o lado da frente do bordado" (Alves; Silveira, 2018, p.159). O bordado em seu avesso também é o espaço coletivo de encontro entre mulheres bordadeiras e pode, assim, operar como território de compartilhamento e deslocamento narrativo diante das políticas narrativas patriarcais e seus ecossistemas opressivos de gênero. Nas palavras da própria artista:

Dentro desse pensar, faz parte do meu fazer artístico apropriar-me de objetos do cotidiano ou elementos pouco valorizados para produzir meus trabalhos. Objetos banais, sem importância. Utilizar-me de objetos do domínio quase exclusivo das mulheres. Utilizar-me de tecidos e linhas. Linhas que modificam o sentido, costurando novos significados, transformando um objeto banal, ridículo, alterando-o, tornando-o um elemento de violência, de repressão. O fio que torce, puxa, modifica o formato do rosto, produzindo bocas que não gritam, dando nós na garganta. Olhos costurados, fechados para o mundo e, principalmente, para sua condição no mundo (Paulino, 2009).

O fio que tece suas obras traz narrativas vivas que emaranham os fios do pessoal e do político de modo nítido e preciso. Os relatos compartilhados em uma família (Paredes da Memória) fazem um exercício de memória para além de uma nação, mas também as narrativas que transpassam as vidas íntimas das mulheres negras em nossos territórios se fazem ato político coletivo (Bastidores). Assim como um delicado trabalho de conjugação de imagens diversas evidencia, denuncia e subverte certas políticas narrativas racistas-misóginas hegemônicas em

nossos ecossistemas narrativos: ao constituir as obras *A Permanência da Estrutura* (2017), *O progresso das nações* (2017), *O Amor pela Ciência* (2018), *Atlântico Vermelho* (2017), *Musa Paradisiaca* (2018-2022), *Paraíso Tropical* (2020), (de)enuncia com nitidez e contundência o complexo e heterogêneo emaranhamento de narrares, para além das pretensas divisões do espaço-tempo, que produzem os duros arranjos das políticas narrativas que seguem reiterando os estigmas das imagens de controle (Bueno, 2020), entrelaçando ciência, polícia, mercado e muito mais desde uma perspectiva moderno-colonial.

Deste modo, Rosana Paulino, assim como Arthur Bispo do Rosário, destece as uniformidades tramadas em nossas memórias e sensibilidades-pensabilidades das políticas narrativas e seus ecossistemas simbólico-libidinais moderno-coloniais para, então, tecer outros narrares possíveis em uma ética da especulação que visa estranhar a norma e ultrapassar os limites do imaginável. Tal tensionamento de nossas possibilidades de imaginar opera para romper com as formas que fixam

estigmas ao atribuírem personagens e enredos estereotipados, simplificados, subalternizados para boa parte da população em prol da manutenção de uma política narrativa única que estabelece um centro e delimita pela negação narcísico-paranoide de si tudo que está jogado para suas margens.

Do mesmo modo que tais tessituras contranarrativas (Hartman, 2021; 2022) compõem coletivos que escapam às dinâmicas normalizantes da modernidade-colonialidade e *manicolonialidade*, por outro lado, muitas vezes o plano da artesanagem narrativa toma como obra principal a produção de um coletivo contranarrativo que possa, por sua vez, elaborar outras tecituras expressivas para além daquelas instituídas nos cânones das narrativas filiativas (Glissant, 2021) únicas (Adichie, 2019). O Quilombismo, enquanto arte da composição de coletivos, foi evidenciado nas obras de Abdias do Nascimento (2002) e Beatriz Nascimento (2022). Se recordarmos que aqui, como na oralitura de Leda Maria Martins (2021), os narrares não estão circunscritos aos verbos e imagens, mas são também feitos de matéria, afetos, corpos, relevo, clima e

muito mais, se torna nítida a ação de elaboração de um arranjo afetivo-político que delimita a modulação de territorialização de um coletivo que passou a se denominar de quilombismo. Pensado a partir das experimentações políticas de resistência à colonização e escravização dos quilombos, a soma do sufixo ismo evidencia que estamos indo além destas importantes marcas na história amefricana: aqui se trata da constituição de uma linha de variação pela qual delimitamos uma modulação política singular dos processos de territorialização de coletivos em contranarrativa aos modos hegemônicos de arranjar agrupamentos sociais em nosso mundo moderno-colonial.

O processo de construção de coletivos afrocentrados baseados em práticas políticas complexas de acolhimento, apoio mútuo, invenção social e criação artística, possibilitou a emergência em nosso território dos terreiros, das escolas de samba, dos congados e muitas outras composições artístico-políticas de coletivos, como reterritorializações das territorialidades africanas em conversa com as novas territorialidades encontradas na América (Nascimento, 2002; Sodré,

2019; Martins, 2021). Arte, política, religiosidade e produção de conhecimento se mostram aqui imanentes e inerentes a tais políticas narrativas do quilombismo em sua clínico-micropolítica afetiva da produção de coletivos. Da obra (bordado) ao coletivo ou do coletivo como obra, vemos distintas variações que se atravessam na busca por afirmar políticas narrativas que descolonizem nossos ecossistemas (Ferdinand, 2022) em uma implicação profunda (Ferreira da Silva, 2019) que transversaliza as ditas “disciplinas” ou “meios expressivos” do ocidente em um emaranhado complexo de narrares múltiplos que envolvem verbos, números, corpos, objetos técnicos, entidades, solo, rios, montanhas, plantas, insetos, fungos, gestos, danças, adornos e muito mais. O avesso do narrar-bordar, assim, faz-se avesso de mundo que nos permite romper as narrativas metafísicas ocidentais com suas pretensas separabilidades, sequenciabilidades e determinabilidades (Ferreira da Silva, 2019) que querem segmentar categorias, tipos e hierarquias, desfazendo-as em um rizoma-narrativo como paradoxal imagem narrativa de

um pensamento sem imagem fixa (Deleuze, 1988), a formar diferentes ecossistemas em seus jogos composicionais de afetações virtuais e atuais.

O exercício ético especulativo-ficcional de transgredir as linhas-tramas instituídas, ampliando virtualidades para além do possível, aliás, se torna aqui ponto de confluência entre os (des)fiarés de Bispo, Rosana Paulino e demais coletivos de bordadeiras citados, assim como, também, opera o encontro entre a figuração (Haraway, 2013), a fabulação crítica (Hartman, 2021; 2022), a Poética Negra Feminista (Ferreira da Silva, 2019), a ética ficcional (Coletivo Políticas do Narrar, 2022), a leitura reparadora anti-paranóide (Sedgwick, 2020), a ética da experimentação do CsO (Deleuze; Guattari, 1996), entre outras milhares de práticas que também tomam o mundo como narrativa a ser ampliada em suas possibilidades para além do que é tomado como dado ao ser naturalizado em nossos modos de existir. Esta trama-rizoma de tantos pontos que transpassam linhas múltiplas, capazes de criar uma quantidade infinita de ecossistemas narrativos em constante devir, nos

possibilita imaginar possíveis pistas para um exercício ético-especulativo na produção e relação com políticas narrativas nas pesquisas acadêmicas, abrindo caminhos para outras tramas em composição. A ética ficcional do “e se”, “se, então”, “talvez”, “possivelmente”, do “absurdo”, do “delírio” (Costa, 2014), não apenas como modo de erigir perspectivas frágeis que cultivam suas opacidades (Glissant, 2021), mas também como território de experimentação e tensionamento dos limites do possível. Como podemos, diante de tal proposta, constituir pistas éticas, estéticas, epistêmicas e políticas para nos auxiliar na composição dos referidos trabalhos? Evidentemente, não se trata de planificar um manual, em um plano de coordenadas preciso, pelo qual poderíamos assumir posições e práticas seguras na composição dos narrares. São apenas exercícios éticos que fomentam uma prática crítica sobre nossa própria produção, disparadores de problematização, questões que jamais podemos cessar de nos fazer.

Pistas para um exercício ético-especulativo do narrar nas pesquisas acadêmicas

Grande parte da comunidade acadêmica ainda crê que quem realiza pesquisas deve assumir uma posição de neutralidade perante sua investigação, para que assim ela seja objetiva e, portanto, confiável, digna de crédito. Mas o que seria a pressuposta neutralidade desde uma perspectiva do gesto narrativo? Seria a pretensão de construção de uma centralidade murada que paradoxalmente apaga a visibilidade de quem narra ao mesmo tempo que o torna narcisicamente onipresente em tudo que é por ele narrado. Uma posição um tanto prejudicial às epistemologias e metodologias científicas, uma vez que estas ficam reduzidas a um olhar supostamente universal por meio de uma negação de sua localização e parcialidade. Essa aparente contradição – ser universal e reduzido – pode ser compreendida à medida em que agregamos um olhar crítico para o que, durante tanto tempo – tempo demais – foi lido como universal sem qualquer problematização. O apagamento universalizante desta posicionalidade narrativa, negando sua provincianidade imanente para pressupor uma pretensa centralidade onipresente (Glissant, 2021),

naturalizou as linhas e relevos deste lugar singular como se fossem normas universais prescritas pela natureza: antropocentrismo, eurocentralidade, burguesia, branquitude, patriarcado, corponormatividade, cisheteronormatividade se fizeram condições de possibilidade transcendentalizadas para a construção de qualquer personagem e enredo em nossas vidas.

A academia, enquanto lugar socialmente reconhecido como centro da produção de conhecimento, é veementemente atravessada pelos pilares da modernidade-colonialidade (Restrepo; Rojas, 2010), a saber: branco, masculino, cishétero e burguês. Essas são as marcas daquilo que foi cunhado de universal justamente pelas pessoas que habitam tais lugares. Ou seja, aqueles que estavam "fazendo a ciência" eram os que habitavam a norma, e portanto, acreditavam que não precisavam nomear a si próprios. Como bem aponta Jota Mombaça (2017), não ser nomeada nem questionada é o privilégio da norma. Ver-se como espelho do mundo é sua característica, de forma que seu universo torna-se o universal. Deste modo, a

universalização da ciência moderno-colonial é uma política narrativa que apaga não apenas as existências e saberes não-eurocentrados (pelo genocídio, epistemicídio e alterocídio necropolíticos), como, também, busca naturalizar seu modo de narrar como único legítimo, apagando suas próprias posicionalidades, interesses, vieses e tudo mais que lhe outorga singularidade ao tomar sua posicionalidade-perspectiva como ponto de referência normatizador para qualquer juízo, que passa a ser compreendido como transcendente (Platão, 2017; Descartes, 1999) ou transcendental (Kant, 1984) em sua universalização de um modo de compreensão como sendo "o" entendimento. Tal apagamento-universalização nos impede, por exemplo, de colocarmos com nitidez a complexa realidade do pesquisar em suas múltiplas limitações e parcialidades, algo fundamental para incrementar nossa capacidade de análise da realidade e do conhecimento produzido: poder percorrer as tramas narrativas das posicionalidades desde as quais enunciamos práticas-mundo nos permite complexificar nossas relações com tal mundo e com nossas

práticas. Tais "limitações" de delimitar com alguma nitidez as posicionalidades afirmadas nos narrares, nos permitem, de fato, ampliar a complexidade de nossas análises sobre a realidade e seu campo de possibilidades relacionais-narrativos. Assim, talvez contra-intuitivamente, fazer ver tais assunções dos processos incluídos em nossa produção de conhecimento-mundo irá incrementar a objetividade deste processo ao fazer ver sua complexa parcialidade.

Contra essa lógica moderna colonial da universalização pretensamente neutra, portanto, buscamos localizar os saberes, como pontua Haraway (1995), nomeando o lugar desde onde estamos situadas. Uma vez que afirmamos não haver neutralidade possível em nosso fazer acadêmico, assumimos um posicionamento ético em nossas pesquisas e nos comprometemos a marcar o lugar desde o qual nos situamos. Com Haraway, acreditamos ser com essa visão parcial - e não universal - que é possível alcançarmos uma visão objetiva do que pretendemos transmitir: a única objetividade possível não é a universalidade, mas sim a nítida e complexa localização das limitações

inerentes a qualquer produção. A ideia de que "uma ótica é uma política de posicionamentos" (Haraway, 1995, p.27) deflagra que a maneira como compreendemos determinado fenômeno não pode ser apartada da epistemologia (que sempre carrega uma ética e uma política) com a qual pactuamos, mesmo que de maneira indireta. O que significa que o lugar de onde vemos (somos afetadas e afetamos o mundo), junto da forma pela qual escolhemos nomear tais afetações, diz sobre uma determinada compreensão de produção de conhecimento. Assim, assumir um olhar parcial em nossas pesquisas é poder localizar desde onde vemos, reconhecendo não haver como fazer em nome de todos. A ciência pretensamente neutra e universal precisou excluir uma imensa gama de sujeitos para fazer caber sua verdade para aqueles que se entendem enquanto a norma (Grosfoguel, 2016).

Tal posicionamento ético converge com o que propõe o paradigma da inflexão decolonial, uma vez que ali se busca questionar os critérios epistêmicos de produção de conhecimento acadêmico, reconhecendo que estes estão

embasados no eurocentrismo e na modernidade. Fazendo coro a Haraway (1995) e Mombaça (2017), a crítica consiste em reconhecer "que todo conhecimento é um conhecimento situado histórica, corporal e geopoliticamente" (Restrepo; Rojas, 2010, p. 189). Deste modo, temos aqui nossa primeira pista para um exercício ético-especulativo do narrar-mundo: tramar posicionalidades evidenciando as territorialidades desde as quais enunciamos nossos narrares-existências.

Tal pista inicial (posicionar-se) nos leva logo à segunda: evitar que tal posicionalidade assuma a geometria das centralidades ou a homogeneidade das purezas (Mbembe, 2017) filiativas (Glissant, 2021) que pretendem inaugurar linhagens em hierarquias com privilégios baseados em posições de conforto e segurança. Evitar a produção de novas centralidades, mas sim assumir a provincianidade periférica de toda e qualquer produção existencial (Glissant, 2021). Evitar as narrativas filiativas (Glissant, 2021) que buscam produzir pontos zero de origens ou homogeneizar processos em busca de purezas, estabelecendo linhagens consideradas superiores

diante das demais dinâmicas narcísico-ressentidas de exclusão (Glissant, 2021; Mbembe, 2017). Deste modo, tais posicionalidades são sempre porosas, rizomáticas e em devir, assumindo um caráter extensivo (Glissant, 2021) de (des)fazimento (in)constante em ontologias fronteiriças (Anzaldúa, 1987; Cusicanqui, 2021), complexas e errantes, sem por isso perderem sua consistência própria de agenciamento coletivo e heterogêneo de enunciações.

Delimitado tal exercício de posicionalidade desde uma ética ficcional-especulativa, podemos passar para a terceira pista: a produção de (rel)ação deste narrar busca constantemente complexificar e singularizar sua trama-mundo. Incrementar a complexidade e singularidade de nossas relações com o mundo é um modo de ampliar a realidade do mesmo (tal como vimos antes com a questão da posicionalidade), deste modo, especular outras possibilidades relacionais é um modo de vascularizar possíveis e tornar mais reais nossos narrares (Saer, 2004). A ciência moderno-colonial, em contraposição, busca homogeneização, previsão-

controle e objetificação. Seus resultados buscam verdades universais, absolutas, incontestáveis. Esses discursos buscam ser instrumentos de dominação, previsão e controle. Ignoram a diferença, a experimentação e os campos de afetação que continuam a se produzir após a tentativa de capturar fenômenos em narrativas frias e rígidas que se sobrecodificam e reterritorializam em fronteiras amedrontadas (Costa, 2020). Uma ciência que deseja controlar e objetificar violentamente, transformando-o em um objeto manipulável, simplificado, esquemático, passível de ser desmontado e remontado segundo nossa vontade de domínio (Mbembe, 2017).

Queremos nos mobilizar com a escrita. Estamos interessadas em falar sobre os seus rastros, suas discontinuidades, os fragmentos que os fazem singulares. Queremos contagiar a nossa escrita com a nossa dúvida, com as nossas indagações sem nome. Queremos escrever sobre a trama infundável de possibilidades de um acontecimento (Costa, 2014). A ficção chega até nós para nos ajudar a expressar essas camadas de

realidades possíveis em uma antropologia especulativa (Saer, 2004) que nos permite imaginar outros mundos nos quais o modo colonial de contar histórias não seja a única via, onde as lógicas da modernidade e do capitalismo podem ser levadas ao absurdo, onde podemos denunciar os distanciamentos que não se sustentam, binários e excludentes de determinadas narrativas. Podemos ultrapassar esse ecossistema discursivo operando uma contranarrativa, desnaturalizando a forma como são produzidas verdades sobre o nosso mundo.

Bastaria, então, invertermos os atores de um modelo de narrativa heroica para construir uma contranarrativa? Bastaria, talvez, a ênfase em histórias de excepcionalidade para contranarrar o que se marca sobre um grupo não normativo e universal? O que temos discutido aqui nos garante que não é suficiente uma inversão entre quem ocupa o lugar de herói ou vítima, tampouco o apego a histórias de exceção que muito pouco se articulam à experiência do coletivo. Para que uma ética ficcional-especulativa nos afete em um lugar de inteligibilização-sensibilização contrário aos

ecossistemas narrativos normativos, é preciso que ela tenha vascularização com a realidade. A proposta é exercitar movimentos que densifiquem existências costumeiramente fixadas ou nessa figura normativa-universal ou no lugar do não-ser que fundamenta a construção do ser (Carneiro, 2005). Para Chinua Achebe (2021), uma ficção benéfica se reconhece como tal; já uma ficção maléfica nunca chega a saber que é ficção. Enquanto os métodos científicos dessa comunidade acadêmica que aposta em uma pretensa neutralidade na produção de conhecimento não são percebidos como uma construção ficcional, a ética ficcional-especulativa dá espaço para tramarmos camadas de possibilidade de relações sem buscar esconder que trabalha a partir da ficção e de seus limites.

Com isso, adentramos em nossa quarta pista: cultivar opacidades (Glissant, 2021) e fragilidades (Sedgwick, 2020) de modo a manter nítido o caráter condicional e contingente de todo narrar (Achebe, 2021). Escrevemos sobre a complexidade, incrementando novas tramas de afetos com que vamos entrando em contato com o campo de

pesquisa, criando uma abertura para novos intelectíveis e sensíveis, de repetição e não de equivalência-generalidade dos nossos processos de contágio (Deleuze, 1988). Assim, na composição destes narrares desde uma ética especulativo-ficcional, desejamos promover *breakdowns* (Maturana; Varela, 2001), colapsos, para demonstrar que os princípios de qualquer narrar estão sempre abertos à incerteza, opacidade e fragilidade como potências de virtualização, como fontes da abertura de possíveis.

Nossa quinta pista parte deste cultivo da opacidade-fragilidade como modo de sustentar aberturas para afirmar uma direção ético-estético-política de tensionar os limites do possível, transgredindo-os ao máximo por meio da experimentação de territorialidades existenciais inimagináveis. A metodologia tradicional tenta afastar o corpo das pessoas pesquisadoras da intervenção transformadora na sua produção científica (conhecer para, depois, transformar), mas uma ética especulativo-ficcional assume o desafio de transformar para (des)conhecer. De acordo com Fonseca e Costa (2013), a composição de narrativas ficcionais nos

permite largar mão do compromisso com a delimitação de evidências fixas para evidenciar sensibilidades, percepções e afetos que são mobilizados durante a pesquisa nos coletivos envolvidos em diferentes posições. Tensionando as fronteiras entre a ciência, a arte e a filosofia, entre o objetivo e o subjetivo, entre a verdade e o falso para inventar coletivamente mundos impossíveis. As estratégias abduativas (Peirce, 1974) e delirantes do conhecer multiplicam os “e se” à intensidade do colapso do naturalizado.

A sexta pista para um exercício ético especulativo-ficcional do narrar-mundos é a necessidade de escapar da redução de nossa luta contra a colonialidade ser enquadrada em uma estilística do heroísmo (LeGuin, 2021). Ursula LeGuin nos alerta para o fato de que as dinâmicas patriarcais e da colonialidade se embasam em uma estilística das “histórias matadoras” pelas quais se erigem heróis, mártires, salvadores, os quais individualmente atuam em um patamar de excepcionalidade de modo a constituírem-se como protagonistas em um enredo em contraposição aos antagonistas. O engajamento afetivo de tais histórias e sua consonância às

políticas de inimizade da colonialidade (Mbembe, 2017) e às políticas belicosas da competição empreendedora do capital, fazem com que facilmente elas tomem conta de nossos ecossistemas narrativos como esquadro de inteligibilização-sensibilização do mundo. Estas políticas narrativas heroicas estabelecem, por exemplo, mitos de origens violentos que estabelecem linhagens filiativas (Glissant, 2021) excludentes marcadas por um ato original de “martírio” ou outros processos de libidinização de acontecimentos violentos, tais como a invasão dos continentes hoje conhecidos como América e África na sua colonização-escravização por europeus. Em contraposição a tal política do narrar, Ursula LeGuin nos desafia a experimentarmos não o narrar dos heróis-caçadores, mas sim dos coletores-cultivadores: um narrar que não estabelece linhagens e linearidades, que não se baseia em binarismos entre protagonistas e antagonistas, mas que busca a repetição dos ciclos coletivos que afirmam diferenças no mundo. Em uma política do narrar do cultivo e da coleta, viramos todos batatas ao adentrarmos

o cesto, em um processo de horizontalização, interdependência e cuidado como ética para nossos processos de experimentação.

Mudar a forma como constituímos nossas narrativas de pesquisa passa invariavelmente por nos ressituar nos na narrativa que fazemos de nós mesmos. Gesto esse que requer um olhar descolonizado, extensivo e não filiativo, menos heroico e universal e mais parcial. Como aliada nesse horizonte narrativo que escapa à lógica representacional, a ficção contribui de forma a cultivar as opacidades-fragilidades e marcar uma trama singular, aberta, incerta, de múltiplos caminhos. Com isso, propomos um exercício narrativo ético-especulativo que busca ampliar nossos horizontes nas pesquisas acadêmicas, nomeando práticas que coletivizam os modos de ser-estar-fazer no mundo e fazem frente às narrativas colonizadoras e normativas.

Referências

ACHEBE, Chinua. *A verdade da ficção*. São Paulo: Sobinfluencia edições, 2021.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALVES; PEREIRA. Os deslocamentos de sentido na série bastidores de Rosana Paulino. *Anais do II Colóquio de Fotografia da Bahia*, vol.1, nº1, 2018. Disponível em: <https://colociodofotografia.ufba.br/wp-content/uploads/2019/12/III-Coloquio-de-Fotografia-da-Bahia-Bruno-e-Luciana.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

ANZALDÚA, Glória. *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BUENO, Winnie. *Imagens de Controle: Um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CAPPRA, Tania Regina. *Tecendo memórias: narrativas de lembranças suportadas em costuras e bordados*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Museologia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CARDOZO, Júlia Meinhardt. *Entre linhas, papéis e palavras: encontros no GerAção POA*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) -

Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa. *Revista Sociologias Plurais*, v. 8, n. 1, p. 11-44, jan. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/84497/45732>. Acesso em: 27 jun. 2024.

COLETIVO POLÍTICAS DO NARRAR. As potências da ficção: uma clínico-política social dos afetos a tramar cestos. *Revista Garrafa*, vol.20, nº57, p.184-203, Rio de Janeiro, UFRJ, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/garrafa/article/view/55773>. Acesso em: 27 jun. 2024.

COSTA, Luis Artur. O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 26 – n. esp., p. 551-576, 2014. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922014000500551&script=sci_abstract&tlng=pt)

[02922014000500551&script=sci_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922014000500551&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 26 mar. 2025.

COSTA, Luis Artur. Narrar-se para se desgarrar do razoável: a ficção como dispositivo clínico-político ético-estético. *Paralelo 31*, v. 2, n. 15, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/paralelo/article/view/21006>. Acesso em: 26 mar. 2025.

COSTA, Luis Artur. Imersos no marulho de mundo: experimentando horizontes coletivos como ecossistemas narrativos. In: SILVA, Rodrigo Lages e; MIRANDA, Aline Britto (org.). *Horizontes coletivos: experiência urbana e construção do comum*. Curitiba: Editora CRV, 2022.

CUSICANQUI, Silvia Riviera. *Ch'ixinakak utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: N-1 edições, 2021.

DAVID, Emiliano Camargo. *Saúde mental e racismo: saberes e saber-fazer desnordeado na/para a Reforma Psiquiátrica brasileira antimanicomial*. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

DAVID, Emiliano de Camargo. *Saúde mental e relações raciais: desnorteamento, aquilombação e antimanicolonialidade*. São Paulo: Perspectiva, 2024.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. *En Medio de Spinoza*. Buenos Aires: Cactus, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs vol.3*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?*. 3ª ed. Trad.: Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Ed. 34, 2013.

DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

ESPINOSA, Baruch de. *Obras selecionadas*. São Paulo: Abril cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

FERDINAND, Malcon. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: UBU Editora, 2022.

FERREIRA DA SILVA, Denise. *A dívida impagável*. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GLISSANT, Édouard. *Poética da relação*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

GOMES, Bárbara dos Santos. *Encontros antimanicoloniais nas trilhas desformativas*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Residência em Saúde Mental Coletiva) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Brasília, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, apr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2025.

GRYSCHKEK, Christine; NEUBARTH, Bárbara Elisabeth. A arte do bordado dentro da perspectiva da clínica de afetos. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 12, n. 33, p. 41–54, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69190>. Acesso em: 24 fev. 2025.

HARAWAY, Donna. saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 26 mar. 2025.

HARAWAY, Donna. SF: Science Fiction, Speculative Fabulation, String

Figures, So Far. *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology*, No.3, 2013. Disponível em: <https://scholarsbank.uoregon.edu/server/api/core/bitstreams/e419ecd4-1e69-4d35-a8aa-00ad55244761/content>. Acesso em: 26 mar. 2025.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: BARZAGHI, C.; PATERNIANI, S.; ARIAS, A. *Pensamento negro radical: antologia de ensaios*. São Paulo: Crocodilo: n-1 edições, 2021, p. 105-129.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes e belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. Lisboa: Edições 70, 1984.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA, 2012.

LE GUIN, Ursula K. *A teoria da bolsa de ficção*. São Paulo: N-1, 2021.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001

MARTINS, Leda Maria. Evento-corpo e evento-palavra. In: MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência! In: PEDROSA, Adriano, CARNEIRO, Amanda, MESQUITA, André (org.). *Histórias da sexualidade*: antologia. São Paulo: MASP, 2017, p. 301-310.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/ OR Editor, 2002.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *O negro visto por ele mesmo*. São Paulo: Ubu, 2022.

NASCIMENTO, Zaeth Aguiar do; LIMA NETO, Avelino Aldo de; NÓBREGA, Terezinha Petrúcia da. Corpo, arte e loucura em Arthur Bispo do Rosário. *Psicologia USP*, v. 33, p. 01-10, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/MrRScnwgPnnwnyhnFgKjXYK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.

NICOLAV, Vanessa. *Arpilleras*: conheça a experiência de raiz chilena que tece a resistência de mulheres no Brasil. *Brasil de Fato*, 05 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/05/arpilleras-conheca-a-experiencia-de-raiz-chilena-que-tece-a-resistencia-de-mulheres-no-brasil>. Acesso em: 11 fev. 2025.

PAULINO, Rosana. Textos de minha autoria. *Rosana Paulino*, 2009. Disponível em: <https://rosanapaulino.blogspot.com/2009/07/textos-de-minha-autoria.html>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PEREIRA, Elaine Jansen. O bordado manual na arte-educação para pessoas surdas. *Revista de Ensino em Artes, Moda e Design*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 01-22, 2024. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/ensinarmode/article/view/24775>. Acesso em: 24 fev. 2025.

PEREIRA, Kelcy Mary Ferreira. *Bordazul - bordado e cuidado*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

MATZENAUER, Alessandra Rudiger; SZUCHMAN, Karine Shamash; COSTA, Luis Artur; SILVA, Thayna Miranda da; CARDOSO, Vanessa Branco. Tramando políticas do narrar: pistas ético-estéticas para pesquisas especulativas. *PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói/RJ, Ano 15, n. 29, p.229-255, set. 2025.


www.periodicos.uff.br/pragmatizes - ISSN 2237-1508
(Dossiê "Narrar: gesto metodológico e indagação epistemológica")

PIERCE, Charles S. *Escritos coligidos*.
São Paulo: Abril Cultural, 1974.
(Coleção Os Pensadores).